

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Ilhas e Várzeas de Histórias, Conflitos e Identidades:
Trajetórias Sociais e Políticas dos Ribeirinhos
de Abaetetuba**

Marcus Vinicius Coutinho

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**ILHAS E VÁRZEAS DE HISTÓRIAS, CONFLITOS E IDENTIDADES:
TRAJETÓRIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DOS RIBEIRINHOS
DE ABAETETUBA**

MARCIUS VINICIUS COUTINHO

Sob a Orientação da Professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Outubro de 2016.

336.12
C871i
T

Coutinho, Marcius Vinicius.

Ilhas e várzeas de histórias, conflitos e identidades: trajetórias sociais e políticas dos Ribeirinhos de Abaetetuba /Marcius Vinicius Coutinho, 2016.

172 f

Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 161-170.

1. Terras públicas - Teses. 2. Vida ribeirinha – Teses. 3. Movimentos sociais – Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

MARCIUS VINICIUS COUTINHO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 20/10/2016.


Prof.^a Dr.^a Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Flávia Braga Vieira (ICHS/UFRRJ)


Prof. Dr. Luiz Augusto de Souza Carneiro de Campos (IESP/UERJ)

AGRADECIMENTOS

O povo brasileiro renuncia a valiosos recursos que permitem o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. E a ele agradeço pois, por meio do CNPq, me propiciou a necessária tranquilidade para a conclusão da dissertação, com a bolsa concedida durante o segundo ano de mestrado.

A atividade de escrita exige um esforço cotidiano, solitário e de muitas horas à frente do computador para levar a termo a dissertação. No entanto, ela se faz, ao mesmo tempo, em um processo de interlocução, solidariedade e apoio de muitos. A essas pessoas sou devedor de gratidão por me ensinarem, me ouvirem e por acreditarem na possibilidade de realizar a presente pesquisa, mesmo estando a mais de 3.000 km de distância do meu objeto.

Agradeço imensamente à minha orientadora Prof^ª Leonilde Medeiros por ter aceitado me conduzir nessa empreitada de forma tão rigorosa e generosa. Ora incentivando e me levando mais longe, teórica e empiricamente, ora “puxando” minha orelha nos momentos de dúvida e insegurança. Foi extremamente cuidadosa e respeitosa com minhas ideias e tempo de escrita. Sou grato por ter me ensinado em cada conversa, email e comentários no corpo do texto durante suas atentas leituras. Com ela, aprendi não só sobre movimentos sociais e luta pela terra no Brasil, mas também da importância de caminhar com serenidade e seriedade durante o trabalho de campo e elaboração desta dissertação.

Às Professoras Thereza Menezes e Flavia Braga agradeço por aceitarem fazer parte da minha banca de qualificação e pelas valiosas contribuições em um momento tão importante da pesquisa.

Sou grato às contribuições dos professores Luiz Augusto Campos e Flavia Braga durante suas rigorosas arguições na minha defesa, com comentários e questões para os quais não havia atentado e abrindo caminhos para pesquisas futuras.

Ao longo de dois anos no CPDA alguns professores foram importantes para minha formação e a eles sou grato. Ao professor Nelson Delgado pelas aulas sobre desenvolvimento local e pelas conversas sobre o meu tema de pesquisa que ajudaram na escolha dos caminhos. Ao professor Jorge Romano agradeço pelos ensinamentos sobre a complexidade da execução de política pública em um país com tantas contradições e desigualdades. Agradeço aos professores Eli Napoleão e Roberto Moreira pelo interesse em discutir sobre o meu tema e por indicar importantes textos que mobilizo na dissertação. Agradeço ao professor Luiz Flávio

pelas valiosas contribuições durante a disciplina de Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais II, onde o processo de elaboração do projeto tomou forma e me fez amadurecer importantes questões de pesquisa.

Agradeço aos meus companheiros de jornada da turma de 2014, em especial ao Daniel Borges pelos porres e longas reflexões durante a madrugada, Annagesse pela troca de aflições e leituras compartilhadas e Rafael pela parceria dentro e fora do CPDA. Agradeço à Bethânia, Ligia, Éric e Maria pelo companheirismo e incentivo. Agradeço aos funcionários da Secretaria Acadêmica e da Biblioteca pela pronta ajuda nos momentos mais tensos, especialmente Diana, Gabriela, Ana Lúcia e Silvia Alves.

Aos meus amigos da Ecology agradeço pelo incentivo na minha opção de retornar para academia e por contribuírem para a delimitação do que virou meu tema e região de pesquisa. Agradeço à Priscila Barreto pelo incentivo para estudar no CPDA, apontando-o como lugar privilegiado para se compreender os dilemas do meio rural brasileiro, com os quais nos deparamos durante nosso trabalho. Ao Arlei e Bianca Mazurec sou grato pela constante troca, inspiração e por permitirem o meu primeiro contato com a Amazônia ainda em 2008 e ao Érico Demari, grande companheiro com quem percorri a hileia. Agradeço a Ivan Telles e Paulo Mário pelo apoio constante e interesse pela minha pesquisa. Aos amigos Aline Ferrari, Dayanne, Renata e Roberto Brasil agradeço pelas conversas, interesse e incentivo. Paulo Bahiense, companheiro quilombola e indígena, muitas de nossas preocupações com os povos tradicionais estão refletidas nestas páginas.

Fazer trabalho de campo com os ribeirinhos de Abaetetuba não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas que foram muito importantes nessa etapa da pesquisa. Agradeço a Noemi Sacramento, que se tornou uma valiosa amiga e me ajudou com contatos fundamentais e pela generosa troca de informações importantes sobre essa região do Pará. Agradeço à Prof^a Edna Casto por ter me recebido no NAEA/UFGA, ensinando-me sobre a questão quilombola no estado e a importância de compreendê-la em perspectiva histórica e associada aos ciclos de exploração econômica. Aos ribeirinhos de Abaetetuba, que dão carne e osso para a presente pesquisa, sou grato em uma medida que não cabe em poucas linhas. Espero que esta pesquisa ajude na melhor compreensão das lutas do grupo. Ao Rogério agradeço pelas informações prestadas, pela generosidade com que me apresentou a região das ilhas e pela transparência com que forneceu valiosas informações durante a entrevista e viagens de rabetá.

À Sra. Angela e Sr. Valdes sou grato pela acolhida em suas casas, pelas generosas porções de açaí que acompanharam as refeições e por me permitirem conhecer suas vidas e histórias. Ao Romildes, da Comissão Pastoral da Terra, sou muito grato pela hospedagem, por

me ensinar sobre a luta ribeirinha na Amazônia e por fornecer importantes informações e fontes que foram incorporadas ao texto. Manifesto meu agradecimento aos gestores do INCRA e da SPU do Pará que prontamente aceitaram ser entrevistados para essa pesquisa.

Agradeço a Charlotte pelo incentivo, pela criteriosa revisão, corrigindo atentamente as concordâncias e erros de ortografia, ao Horácio e Sérgio pelo interesse e discussões em torno da minha pesquisa.

Agradeço à Regina por me ajudar a chegar até aqui. Obrigado por isso e muito mais.

Devo gratidão à família que escolhi para ser minha e que foi formada já nos primeiros meses de IFCS, onde fiz minha graduação em Ciências Sociais. Nessas mais duas décadas de convívio e amor, aprendi muito com cada um de vocês e nossas intermináveis reflexões, brigas, alegrias e tristezas me fizeram ser uma pessoa melhor, permitindo que eu seguisse em frente. Meus agradecimentos à comadre Eliska Altman, Graziella Moraes, Flavinha, ao amigo Roberto Bitencourt e meus irmãos do “zapzuera”, Emilio Domingos, Fred Coelho, Felipe Scovino, Comodoro Simplício Neto e Antônio Holzmeister. Saibam que vocês são muito importantes em minha vida e sintam-se beijados e abraçados. Agradeço também à Fabiene Gama, Luciana Lombardo e Ana Luiza e pelo apoio.

Na minha família postíça tenho especial gratidão ao amigo e compadre Bruno Carvalho. Exemplo de cientista político rigoroso e talentoso com quem a convivência serviu e serve de inspiração para reflexões que tentei empreender nesta dissertação. Espero que o resultado dessa pesquisa corresponda minimamente à confiança depositada e às dicas que recebi na sua leitura de partes deste texto.

Aos meus pais Janete e Sebastião sou grato pelo apoio ao longo da vida em diferentes etapas, mesmo sem que compreendessem muito bem o que fazia e quais eram as minhas escolhas. Aos meus irmãos Fabiano, Bruna e Débora por fazerem parte da minha vida e me apoiarem. Às minhas avós Mirthilla e Brasília (*in memoriam*) por sempre terem torcido por mim desde que nasci. Gostaria que vocês estivessem aqui para presenciar esse momento.

Dedico essa dissertação à minha amada Eugênia Motta. Além de ser a minha maior incentivadora, acompanhou de perto cada etapa, *insight*, angústia que foram parte integrante da escrita da dissertação. Agradeço pela sua presença em minha vida e a generosa paciência com as minhas ausências e com o excesso de cigarros que tanto lhe prejudicou. Sem o seu companheirismo e escuta não teria chegado até aqui. *She lives on Love Street. Lingers long on Love Street. She has a house and garden, I would like to see what happens.*

RESUMO

COUTINHO, Marcius Vinicius. **Ilhas e Várzeas de Histórias, Conflitos e Identidades: Trajetórias Sociais e Políticas dos Ribeirinhos de Abaetetuba**. 2016. 172p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O objetivo da dissertação é descrever a formação social e política do grupo que se autodefine como ribeirinho e reside nas ilhas e várzeas do município paraense de Abaetetuba. Para tanto, a investigação centra-se no que postulo como três trajetórias que lhes são constitutivas. Na primeira delas se examinam as políticas de regularização fundiária que atendem ao grupo, notadamente, os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) e o Programa Nossa Várzea, executado pela Secretaria de Patrimônio da União. A segunda trajetória trata da sociogênese da população que ocupa o *locus* empírico e como esta se relaciona com ciclos de exploração econômica da Amazônia, deslocamentos a eles associados e com os conflitos que contribuíram em perspectiva histórica, para a emergência da identidade ribeirinha no município. A terceira trajetória versa sobre os principais episódios de alianças, cisões e ação política que constituem a organização do grupo, desde a formação de cinquenta e sete comunidades eclesiais de base (CEB) até a criação do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA). A articulação destas trajetórias tem por base as estratégias de ordenamento territorial brasileiro, em particular a gestão das terras devolutas, que instituíram os principais mecanismos gerativos de desigualdade e exclusão do acesso a terra na região amazônica. A questão central da pesquisa é que na segunda metade dos anos 2000 as três trajetórias convergem. É quando identidade política, auge das políticas públicas e criação do movimento social se influenciam mutuamente. A realização de trabalho de campo para o levantamento de informações por meio de entrevistas com lideranças, gestores públicos e ribeirinhos, somou-se à revisão bibliográfica sobre grupo, políticas fundiárias e movimentos sociais na Amazônia. Ao mesmo tempo, foram analisados os dispositivos legais associados aos diversos regimes de terra e aqueles que subsidiaram a execução das políticas fundiárias em Abaetetuba. Por outro lado, enfatiza-se a afirmação da identidade ribeirinha e sua mobilização como categoria política, em face das políticas de regularização fundiária, buscando-se assim escapar da simplória oposição entre autonomia dos grupos frente ao Estado versus estratégias de cooptação dos movimentos por parte deste.

Palavras-chave: Terras Públicas, Vida Ribeirinha, Movimentos Sociais

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to describe the social and political formation of a group that defines itself as riverside. They live on the islands and floodplains of Pará city of Abaetetuba. Therefore, the research focuses on three paths that constitute themselves. In first, the thesis examines land policies that support the group, notably the Agroextractive Settlement Projects (PAE) and Nossa Várzea Program, run by the Federal Heritage Department. The second path is the population's sociogenesis that occupies the empirical locus and how this pattern relates to economic exploitation of the Amazon cycles, displacements and conflicts that contributed in a historical perspective for the riverside identity's emergency in the city. The third path deals with the main episodes of alliances, splits and political action that composes the organization of the group, since the formation of fifty-seven Base Ecclesial Communities (CEB) to the creation of the Riverside Movement of the Islands and Floodplains of Abaetetuba (MORIVA). The articulation of these trajectories is based on the historical Brazilian territorial planning strategies, in particular the management of public lands, which established the main generative mechanisms of inequality and exclusion for the access to land in the Amazon region. The main issue of this research is the second half of the 2000s when the three paths converge. Political identity, the height of public policies and the creation of social movement influenced each other. Conducting fieldwork for gathering information through interviews with leaders, public managers and locals, was added to the literature review on group, land policies and social movements in the Amazon. Besides that, they were analyzed the legal provisions associated to a large range of land schemes and those who supported the implementation of land policies in Abaetetuba. On the other hand, it was emphasized the assumption of riverside identity and their mobilization as a political category, in the face of the land regularization policies. This perspective runs out the simplistic opposition between the group's autonomy in relation to the State versus movements' cooptation strategies.

Keywords: Public Land, Riverside lifestyle, Social movements

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área federalizada do Estado do Pará em 1971.....	31
Figura 2 - Metas de Famílias Beneficiárias do I PNRA no Brasil para o quadriênio 1985-1989.....	37
Figura 3 - Área de Várzea nos períodos de cheia e vazante	60
Figura 4 - Engenhos de Aguardente nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Mirim.....	95
Figura 5 - Principais reivindicações do movimento social ribeirinho de Abaetetuba	143
Figura 6 - Esquema da organização político-administrativa do movimento social ribeirinho de Abaetetuba	152

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Numero de PAEs criados pela SR-01 (2004-2015).....	46
Gráfico 2 - Projetos de Assentamento Agroextrativistas criados por município (2004-2015).....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos de Assentamento Agroextrativistas criados por município na SR-01 (2004 e 2005).....	47
Tabela 2 - Total de PAEs instalados no município de Abaetetuba por data de criação	49
Tabela 3 - Extrativismo Vegetal em Abaetetuba por produto e quantidade (2008-2014).....	102

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Insular de Abaetetuba.....	3
Mapa 2 - Usos do solo na região insular de Abaetetuba.....	103

LISTA DE FOTOS

Foto 1 e Foto 2 - Reunião na Ilha do Xingu com moradores e representantes do MORIVA	7
Foto 3 e Foto 4 - Ribeirinhos conduzindo o rabudinho	86
Foto 5 – Rabudinhos e rabetas atracadas no cais da sede urbana de Abaetetuba	86
Foto 6 – Motor do rabudinho desacoplado da embarcação para evitar furto	86
Foto 7 – Rabeta com o motor no interior do casco.....	87
Foto 8 – Voadeira no rio Pirocaba.....	87
Foto 9 e Foto 10 – Faixas de divulgação de bailes nos rios Paramajó e Urubuéua respectivamente....	88
Foto 11 – Serraria na margem do rio da Prata.....	88
Foto 12 – Escola Municipal de Educação Infantil Mariuadir Santos na margem do rio Paramajó	88
Foto 13 e Foto 14 - Açaizais e Miritizeiros localizados nas margens do rio Urubueua	104
Foto 15 - Túcia com 5 estirpes de açaizeiro, com 03 indivíduos adultos no centro e dois brotos nas extremidades	105
Foto 16 - Túcia com 04 estirpes, com uma mais jovem na extrema esquerda da imagem. É possível ver ao centro da foto dois açaizeiros desbastados.	105
Foto 17 - Apanha do açaí com uso da peconha	106
Foto 18 - Paneiro utilizado na apanha	106
Foto 19 e Foto 20 - Localização das casas em suas posições mais usuais: à esquerda nas margens dos cursos d'água com o trapiche em frente e à direita mais afastada nas margens em porções mais elevadas das ilhas	110
Foto 21 e Foto 22 - Duas etapas do preparo do açaí para as refeições: colocar o fruto de molho em água morna para depois “bater” o açaí na máquina para extrair a polpa.....	114
Foto 23 e Foto 24 - Desembarque da imagem da santa e leitura das rezas no rio Pirocaba	115
Foto 25 e Foto 26 - Capas das cartilhas “Memória e Revitalização Identitária” elaboradas em parceria com a CPT nos anos de 2006 e 2009 respectivamente.	126
Foto 27 - Bandeira do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA)	150
Foto 28 - Perfil no Facebook do MORIVA. No detalhe, atual coordenador do movimento empunhando a bandeira	150

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADEMPA	Associação de Desenvolvimento dos Produtores de Abaetetuba
AGU	Advocacia-Geral da União
AMIA	Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba
APP	Área de Preservação Permanente
ARQUIA	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Abaetetuba
BASA	Banco da Amazônia S/A
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGROQUIVAIA	Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas das Várzeas e Ilhas de Abaetetuba
CASUD	Centro de Atendimento Social ao Usuário de Drogas
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CF	Constituição Federal de 1988
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBC	Fundação Brasil Central
FCP	Fundação Cultural Palmares
GRPU	Gerência Regional de Patrimônio da União
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Índice Parasitário Anual
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento Educação de Base
MIRAD	Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MORIVA	Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba
MORIPA	Movimento dos Ribeirinhos dos PAEs de Abaetetuba
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PIC	Projeto de Integração e Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PNPCT	Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRODEX	Programa de Desenvolvimento do Extrativismo
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROVARZEA	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PU	Plano de Uso dos Recursos Naturais
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RMB	Região Metropolitana de Belém
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único da Saúde
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
TDA	Título da Dívida Agrária
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	12
ORDENAMENTO TERRITORIAL E MODERNIDADE: REGIME DE TERRAS	
PRODUZINDO EXCLUSÃO.....	12
1.1 - O Regime de Sesmaria e a Distribuição de Terras para a Economia Açucareira (1500 – 1822)	13
1.2 - O vazio Hobbesiano e o Regime de Posse como Forma de Acesso a Terra (1822 – 1850).....	16
1.3 - Escravismo e cafeicultura atualizados com a Lei de Terras (1850 – 1891).....	18
1.4 - Criando o Palco de Grandes Conflitos: Desbravamento de Terras Públicas da Amazônia e Bases para a sua Mercantilização (1891 – 1964).	21
1.5 - Estatuto da Terra, Projetos de Colonização e Federalização de Terras no Pará: A Ditadura Civil-Militar e a Integração Autoritária da Amazônia (1964 – 1985).....	25
CAPÍTULO II.....	34
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE DA UNIÃO E TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	34
2.1 - O I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e a Constituição Federal de 1988.....	36
2.2 - A Formação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e o Papel do INCRA: Quando os Moradores das Ilhas se tornam “Assentados”.....	41
2.3 - O II Plano Nacional de Reforma Agrária e a Secretaria de Patrimônio da União: Quando os “Assentados” se tornam “Ribeirinhos” e a Função Social da Propriedade.	54
2.4 - O Programa Nossa Várzea e o Papel da Secretaria de Patrimônio da União.....	59
2.5 - Política Distributiva ou Política da Diferença: Possibilidades de Compreensão da Regularização Fundiária para os Ribeirinhos de Abaetetuba	66
CAPÍTULO III	72
CABOCLO DAS ILHAS E RIBEIRINHOS: TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS E MODOS DE VIDA	72
3.1 - A Ocupação das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba: Trajetórias de um mesmo Sujeito Histórico	77
3.2 - Das Águas e Mobilidades.....	84

3.3 - Recursos Naturais e Uso do Solo	89
3.3.1 - Os ciclos da cana e da seringa	93
3.3.2 - A exploração do açai e miriti no interior dos projetos de assentamento agroextrativista.....	101
3.4 - Práticas Cotidianas, Serviços e Religiosidade.....	107
3.5 - Identidade Ribeirinha e Mecanismos de Desencaixe e Reencaixe.....	117
CAPÍTULO IV.....	129
DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE AO MORIVA: TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO SOCIAL RIBEIRINHO	129
4.1 “Fé e Política”: Participação da Igreja na Organização Comunitária	132
4.2 O Movimento CENTRILHA e o Movimento dos Pescadores	135
4.3 Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA): Ampliação de Parcerias e Ressignificação Identitária.	138
4.4 Movimento Social e Identidades Políticas: “Revitalização Quilombola”, I Congresso dos Ribeirinhos de Abaetetuba, Ocupação do INCRA de Belém.....	141
4.5 Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA): Rupturas, Alianças e as Políticas de Regularização Fundiária.....	144
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
6 BIBLIOGRAFIA	161

INTRODUÇÃO

O objeto empírico da presente dissertação é a população que se autodefine como ribeirinha e reside nas ilhas e várzeas do município paraense de Abaetetuba. O objetivo da pesquisa é uma investigação sobre o grupo a partir do que trato como três “trajetórias”: das políticas de regularização fundiária, afirmação da identidade ribeirinha e organização política. A questão que estrutura a dissertação é que, na segunda metade da década de 2000, as três trajetórias convergem e se interpenetram em nosso objeto. Do ponto de vista analítico é possível compreender cada uma delas de modo relativamente autônomo, em virtude de dinâmicas e tempos históricos próprios. No entanto, sem incorrer no equívoco de compreendê-las como se desenrolassem uma em paralelo a outras, o que busco ao longo dos capítulos é indicar em que grau elas estão imbricadas na realidade social e política.

Antes dos anos 2000 tais trajetórias se entrecruzam sem, contudo, ainda estarem postas as condições objetivas para que as políticas de regularização fundiária, a identidade ribeirinha e organização do movimento social se desenrolassem nos termos que intento evidenciar para o período em questão. Por outro lado, por meio da descrição destas três trajetórias aponto para a diversidade de lutas e atores do meio rural brasileiro para compreender a relação do grupo com o Estado, mediante exame do processo de instalação dos projetos de assentamento agroextrativista e de implantação do Programa Nossa Várzea.

Na primeira trajetória descrevo aspectos gerais das duas principais políticas fundiárias implantadas na região de pesquisa, de modo a garantir a posse da terra historicamente ocupada pelos ribeirinhos. A implantação de 24 Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) e a execução do *Programa Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia Brasileira* revelam que a cumulatividade das políticas e da legislação fundiária nacional criou as condições para que o Estado respondesse às reivindicações do grupo.

A segunda trajetória é a análise, em perspectiva histórica, da formação do grupo que atualmente se autodefine como ribeirinho. Se, por um lado, a formação deste sujeito histórico em Abaetetuba está calcada nas estratégias de ocupação e exploração econômica da Amazônia, por outro tem na transformação de suas práticas e na reflexividade elementos decisivos da sua “revitalização identitária”. Parte-se da literatura de História e Ciências Sociais para apontar como diferentes episódios desde a colonização portuguesa, na Amazônia em geral, e no Estado do Pará em particular, engendraram deslocamentos, migrações e fricções étnicas e raciais com outros sujeitos históricos para a conformação da ocupação ribeirinha nas ilhas e várzeas do município. A descrição das práticas e elementos constitutivos de identidade ribeirinha está baseada ainda nas entrevistas realizadas em campo e nos documentos *Memória e Revitalização Identitária: Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba*, elaborados em 2006 e 2009 pelo próprio grupo em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A terceira trajetória trata da organização política, que tem no Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) a sua mais evidente expressão. A trajetória de lutas, rupturas, alianças e estratégias de ação acionadas em diversos momentos para garantir o acesso à terra e a emergência da identidade ribeirinha como categoria política, tem como fio condutor o processo de mobilização do grupo. A descrição procura dar uma abordagem thompsoniana para a formação do movimento social, ao apontar que a experiência de luta do grupo é anterior ao seu próprio enquadramento como movimento. Para Thompson (2004), a constituição da classe não segue um caminho linear e suas derrotas, inclusive, fazem parte do processo de

formação, como evidencia logo no prefácio da sua obra mais célebre, *A Formação da Classe Operária Inglesa*:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “categoria“, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar a sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos fornecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.

(...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 2004: 9-10).

Por se tratar de um fenômeno histórico e de uma formação social e cultural, tal processo só pode ser compreendido a partir da análise de um longo período de tempo, inclusive, sendo anterior à própria consciência de classe que não é algo determinado e sim construído na experiência, posto que deve considerar as relações de produção onde os homens nascem. Ou seja, transpondo o argumento de Thompson para o nosso objeto, significa que a identidade ribeirinha e o movimento social que organiza politicamente o grupo estão em constante processo de “fazer-se”, o que implica em transformações sucessivas de práticas que antecedem sua autodefinição e o próprio MORIVA. Ao descrever os principais aspectos da trajetória de organização do grupo nos últimos quarenta anos, oriento meu esforço trilhando o caminho aberto por Thompson, valorizando as experiências e relações humanas urdidas na formação no movimento e emergência da identidade.

Não há como abordar estas trajetórias sem articulá-las com as diferentes legislações de terras implantadas no Brasil e com as estratégias adotadas pelo aparato estatal para a ocupação e aproveitamento econômico dos recursos naturais da região amazônica ao longo de cinco séculos. Tanto as políticas de regularização fundiária implantadas nas ilhas e várzeas de Abaetetuba quanto a afirmação da identidade e organização política do grupo, mantém relação, ainda que em escalas distintas, com tais regimes de terra. A partir do esboço de uma sociologia histórica, enfatizo o tema da construção de problemas públicos em contextos adversos, de identidades coletivas e a relação do grupo social com o Estado, Igreja e entidades da sociedade civil.

No tocante ao grupo social pesquisado, analisamos à luz teoria da modernidade, as transformações das identidades e práticas sociais de contextos que se reproduziam em longa duração no tempo e em espaços restritos, para uma identidade cada vez mais fluída e contingente. Em cada capítulo mobilizo, a partir das questões que a análise empírica suscita, as referências teóricas com as quais levo a cabo o cotejo das narrativas, a observação direta e os documentos pesquisados, na direção de uma dupla hermenêutica (GIDDENS, 1991; MELUCCI, 2005) do nosso objeto. Nesse sentido, espera-se que o conhecimento sociológico acionado nesta dissertação e aqueles produzidos pelos agentes se influenciem mutuamente.

O *locus* empírico integra o município paraense de Abaetetuba que se localiza na Microrregião de Cameté e na Mesorregião do Nordeste Paraense. Com uma população estimada em 150.431 habitantes em uma área de 1.601 km² possui uma densidade populacional de 87 hab/km². O município faz limite com os de Barcarena, Ponta das Pedras, Muaná, Igarapé Mirim e Moju e localiza-se no estuário do mesmo rio fazendo parte da Região Metropolitana de Belém (RMB).

A região insular do município paraense de Abaetetuba ou “região das ilhas”, tal como os nativos a denominam, localiza-se na confluência dos rios Tocantins e Pará. Essa região onde residem os ribeirinhos do município é composta de 73 ilhas e banhada pelos rios Pará, em sua face oposta à orla localizada na sede municipal e pelo Maratauíra, a partir de onde é possível

desembarcar na área urbana de Abaetetuba e em outras comunidades ribeirinhas localizadas nos rios Guajará de Beja e Abaeté. É deste último que se originou o nome do município em que as duas políticas fundiárias aqui descritas são executadas e atua o Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA).



Fonte: IPEA, 2015, p. 51.

Mapa 1 - Região Insular de Abaetetuba

A metodologia de pesquisa está dividida em três eixos. O primeiro reconstituiu – por meio de entrevistas com lideranças comunitárias, membros do MORIVA e moradores – as principais circunstâncias históricas de trajetória política e identitária. Foram realizadas entrevistas com gestores da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de modo a compreender as etapas e impasses na trajetória das políticas de regularização fundiária. Os nomes verdadeiros dos entrevistados foram substituídos por fictícios ou mantidos em anonimato para preservar a real identidade de cada um deles.

Os quinze entrevistados entre os dias 09 e 27 de setembro de 2015 são distribuídos da seguinte forma: um técnico do INCRA da SR-01, dois técnicos da SPU/PA; um assessor da CPT; o coordenador do MORIVA; quatro dirigentes de associações dos PAEs; uma agente de saúde; dois pescadores aposentados e sem vínculo com a direção do MORIVA ou dos PAEs; duas donas de casa e uma coordenadora de pastoral. Cada entrevista com duração média de noventa minutos, buscou, a partir da utilização de um roteiro concebido previamente, colher os relatos sobre suas práticas sociais e políticas, desde as memórias mais antigas até os dias atuais. Como indica Cefaï (2011), o que é dito pelos atores e seus modos de ver e fazer organizam as experiências individuais e coletivas.

O segundo eixo consistiu na identificação dos principais elementos constitutivos da formação dos PAEs e do Programa Nossa Várzea, que incluem os dispositivos legais associados e as novas institucionalidades (DELGADO & LEITE, 2011) envolvidas na sua execução. Para tanto, foi realizado o levantamento de fontes primárias tais como: legislação pertinente, manuais de orientação técnica, relatórios produzidos pelos órgãos; levantamento bibliográfico de estudos de caso sobre as políticas, com vistas à comparação com processos fundiários semelhantes.

O terceiro eixo da metodologia consistiu na pesquisa e revisão da bibliografia associada aos temas da ocupação da Amazônia por outros sujeitos históricos, movimentos sociais no meio rural e um levantamento da produção acadêmica que discorre sobre o regime de terras do país. Esta última foi conjugada com a pesquisa e leitura de fontes primárias que foram produzidas nos diferentes períodos, no tocante à legislação de terras. Estes textos foram confrontados com os ciclos de exploração e regimes políticos vigentes à época, contextualizando as condições políticas e econômicas de cada um deles. Ao mesmo tempo foram mobilizadas as principais obras que compõem nosso quadro teórico de modo que investíssemos teoria (PALMEIRA, 1978) nos dados obtidos nas entrevistas e no levantamento bibliográfico.

As primeiras ideias da presente introdução foram concebidas em uma manhã de sábado do mês de setembro de 2015 quando, durante a pesquisa de campo me encontrava a bordo de uma embarcação com o nome de “Fé na vida”¹. Fui convidado na véspera, durante uma das reuniões semanais do MORIVA, para fazer parte de uma atividade de apuração de denúncia feita por moradores da Ilha do Xingu sobre invasão de terras e desmatamento realizados por um proprietário vizinho ao Quilombo da Areia, cujo território foi integrado ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso (PAE Santo Afonso), localizado na bacia do rio Capim, na confluência dos rios Pará e Tocantins. Etapa decisiva da pesquisa de campo começava ali, uma vez que a minha chegada ao município coincidiu com a atividade em questão. E, como havia informado no dia anterior que seria importante conhecer o máximo possível de ilhas, as lideranças acabaram me convidando para ir com eles e aproveitar a ocasião para entrevistar moradores.

O “carioca”, apelido que recebi logo nos primeiros dias de contato com o grupo, me parecia não só uma clara referência à distância que percorri, mas também refletia a surpresa dos informantes com o meu interesse científico pelo grupo. Mas ao mesmo tempo o “carioca” estabelecia uma fronteira entre “nós” e “ele”, me colocando no lugar de alguém que não conhecia a região, os processos sociais, as tensões no interior do grupo e os seus modos de vida. Muito embora já tivesse percorrido outras regiões do Estado do Pará e visitado outras comunidades ribeirinhas, foi

¹ Nome fictício para preservar a real identidade de seu proprietário.

importante agir como se absolutamente tudo naquela experiência fosse novo e eivado de descobertas. Como de fato foi. Assumir a ilusão da autossuficiência, de que poderia ser “igual” a eles e passar a falsa impressão de conhecimento prévio das dinâmicas sociais e de deslocamento significaria correr o risco de não ter uma mão estendida no momento de desequilíbrio num desembarque, não ser advertido da presença de serpentes venenosas durante a caminhada no açaisal. Poderia representar também não ser informado dos horários em que assaltos à mão armada nos rios ocorrem com mais frequência, como é o caso da “pirataria”, que se constitui em problema público relatado pelos ribeirinhos.

Além desta denúncia havia a acusação da parte do proprietário de que os moradores do PAE teriam invadido sua propriedade, furtado equipamentos eletrônicos e palmito, o que teria justificado a presença de vigilantes armados para proteção da área e a “apreensão” dos supostos envolvidos que já tinham sido soltos. A atividade daquele dia incluiu uma reunião com os moradores, vistoria *in loco* para verificar venda de terras do PAE, a derrubada de árvores no seu interior, bem como o avanço das cercas do proprietário e uma tentativa de contato com o mesmo ou com seus prepostos para obter informações sobre o “projeto” que estava sendo construído na ilha. A população local estava apreensiva diante da falta de informações e com a constante movimentação de máquinas, tais como tratores, pás mecânicas, além da presença de trabalhadores envolvidos em uma obra da qual eles não tinham o menor conhecimento do que se tratava.

Durante a viagem para a ilha a bordo de uma rabeta, embarcação de pequeno porte dentre as diversas que se deslocam de modo constante nos cursos d’água do município, e com o vento que, a depender da intensidade forma ondas no rio, criando o fenômeno chamado no local de “maresia”, confirmava-se uma particularidade da região que só conhecia até então por meio da pesquisa bibliográfica: a influência da maré oceânica. A proximidade com a foz do rio Amazonas, produz nesse trecho do vale do Tocantins, um regime hidrológico distinto daquele tradicionalmente conhecido nas porções mais elevadas dos rios Solimões e Amazonas. Com cheias que duram de cinco a sete meses, dependendo do trecho em questão, essas regiões da planície amazônica diferem de Abaetetuba pelo fato desta ter na maré oceânica fator determinante da vazão das águas nessa região do estuário:

Ambientalmente, a várzea próxima ao estuário tem a peculiaridade de sofrer a influência da maré. Assim, além da inundação anual das margens do Amazonas por seis meses, em tais várzeas ocorre a subida e a descida do nível das águas diariamente, em seus movimentos de enchente e vazante. Não só o rio Amazonas, mas toda a intrincada rede de rios e igarapés que para ele corre nessa região de foz, sofre tal influência que se estende aos cursos d’água que, em terra firme, não variam de volume ao longo do ano. (SILVA, 2005: 269)

Como consequência imediata da influência da maré oceânica, os sedimentos transportados desde a nascente do rio Amazonas até a sua foz são depositados regularmente na região das ilhas e várzeas de Abaetetuba durante a estação chuvosa, garantindo a fertilidade do solo que permite o cultivo e aproveitamento econômico do principal produto florestal do município: o açaí. O fruto alcançou a importância que possui atualmente para a economia doméstica dos ribeirinhos e para a de Abaetetuba, em finais dos anos 1990, segundo relatos nas entrevistas de campo. Antes da importância que tem nos dias atuais, e que se resume na imagem do desembarque do fruto que chega nos batelões na orla do município, o açaí fazia parte da paisagem das ilhas e várzeas sem, contudo, ser aproveitado nos termos praticados atualmente pelos ribeirinhos. Tratava-se de uma palmácea que, embora natural da região, não concorria como fonte de renda com a borracha, a cana, a lenha e a pesca quando esses produtos formavam a base material para a reprodução social do grupo. A própria dieta dos ribeirinhos passou a ter o fruto como elemento indispensável e regular, somente após o incremento da produção propiciado pelo manejo ambiental da espécie.

No percurso que durou em torno de uma hora e meia, a partir da orla na sede do município até a Ilha do Xingu, que é banhada pelo rio de mesmo nome e pelo rio Açacu (ou Assacu,

dependendo da fonte), me dei conta de que começava a compreender o que movia aquelas pessoas naquele dia. Inclusive a mim, que saíra do Sudeste para pesquisar aquele grupo cuja organização coletiva operou a formação de 24 associações de moradores com cada uma delas inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e com conta bancária, o que permitiu a transferência direta de recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) em suas diversas modalidades. Durante a viagem me interroguei sobre o que os levava a participar daquela reunião, deslocando-se num sábado de manhã enfrentando a maresia que, pelo adiantado da hora e proximidade com a confluência de dois rios, formava ondas que a rabeta² superava num balançar constante que terminou por molhar os três tripulantes.

Naquele momento, depois de algumas viagens em que chegava ao destino encharcado, passava a compreender também porque a vestimenta mais comum entre os ribeirinhos é a bermuda, chinelo, camiseta e a constante presença de guarda-chuva nas embarcações. Além do sol forte e da possibilidade de se terminar a viagem molhado, tais roupas secam rápido e ajudam a enfrentar o calor. Como o embarque e desembarque nos portos, trapiches ou em outras embarcações se constituía para mim em momento de tensão, dado o medo de desequilibrar, pois quase sempre carregava mochila com gravador, máquina fotográfica e GPS, optei por continuar usando bota e calça jeans, me mantendo como espectador externo ao grupo, mesmo que isso significasse horas com a roupa secando no corpo. Era também uma tentativa de evitar eventuais tropeços e escorregões aos quais estaria sujeito pelo constante balançar das embarcações em que viajei, caso adotasse a mesma vestimenta.

No trajeto até o nosso destino vieram à memória as leituras até então feitas sobre a região amazônica, como o relato de Henri Coudreau que passara pelo município tendo partido de Belém em direção ao Araguaia, em missão encomendada por Lauro Sodré, governador do Estado do Pará. Eram seis da manhã do dia 1º de janeiro de 1897, quando o expedicionário francês fez o primeiro registro da viagem ao passar por Abaeté, nome de município até 1943 quando passou a adotar o nome atual. Na única menção direta ao município afirmava se tratar de um “pequeno centro de alguma importância por conta da construção de pequenas e médias embarcações utilizadas no Baixo Tocantins” (COUDREAU, 1897: 1). Lembrei-me do livro *O Rio Comanda a Vida*, de Leandro Tocantins (1952 [1988]) que indica, já no prefácio³, a tônica da abordagem dos grupos sociais residentes na região:

O progresso da ciência e da técnica deve levar à humanidade cristã essas populações marginais, que ainda vivem em condições precárias, indignas do ser humano. É a convicção da inteligência, do solidarismo cristão, da compreensão integral de todos aqueles responsáveis pelas iniciativas de elevar os padrões sociais e econômicos da Amazônia (TOCANTINS, 1952 [1988]: 20).

O autor se mantém fiel a uma abordagem euclidiana da região considerando com estilo ensaístico a necessidade de retirar do atraso e da pobreza a população residente, por meio do desenvolvimento técnico e econômico com vistas ao aproveitamento dos recursos naturais. Os dois autores têm como argumento comum a integração das populações ao ambiente, que acaba por invisibilizar histórias e relações sociais, dada a imponência da hileia amazônica. Encontrava, portanto, a razão para estar ali naquela manhã e nas outras durante o trabalho de campo. Subvertendo as interpretações clássicas sobre a Amazônia e de sua população, representada pelos dois autores, afirmo que, nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, a vida comanda o rio.

O objetivo desta afirmação é que ela me aproxime dos estudos recentes que preenchem com histórias, lutas, derrotas e ação política, as trajetórias de sujeitos históricos. Para além da relativa invisibilidade do grupo na literatura e a imponência do meio que não impede sua organização

² Embarcação de madeira com motor de no interior do barco e que possui maior potência e autonomia.

³ Escrito para a sétima edição de 1982.

política, compreendia que a razão para estar ali naquela manhã era contribuir para evidenciar parte da diversidade de lutas e atores que emergem no meio rural brasileiro. A construção de problemas públicos em condições adversas por populações marginalizadas que pleiteiam acesso à terra está presente em todas as regiões do país e a presente pesquisa se revela oportuna, pois a partir dela é possível compreender as concepções identitárias que são mobilizadas frente às políticas fundiárias, e como elas incidem sobre a população que se mobilizou para reivindicá-las.

Chegando na Ilha do Xingu alguns dos moradores já se encontravam à espera dos membros do MORIVA para dar início à reunião. Logo nos primeiros instantes no local, depois do desembarque e completamente encharcado, fui apresentado aos que já estavam ali. Na sequência foram chegando mais moradores e uma das lideranças reclamou da ausência das mulheres para participar da reunião. Algumas delas foram convidadas por insistência dele. Entre elas, a neta de uma das lideranças que encontrava o avô pela primeira vez. Naquele instante, trajetória política e individual se misturavam, posto que nas ocasiões anteriores em que passou pela ilha não tivera a oportunidade de conhecê-la.

Feliz com o encontro, me pediu que registrasse o momento com a minha máquina fotográfica⁴. Ia começar a reunião com o agrupamento de todos os que já haviam chegado embaixo da sombra de uma grande árvore com longas raízes que foram utilizadas como assento. O assessor da CPT pediu a atenção de todos, desejando bom dia e solicitando à liderança local que se apresentasse e dissesse qual era o motivo da reunião. Em seguida, as lideranças do MORIVA, cada uma por sua vez, cumprimentaram a todos e uma delas me apresentou para os moradores ali presentes. Fiquei positivamente surpreso com o gesto. Fui apresentado como o “pesquisador do Rio de Janeiro que pela primeira vez se banhava nas águas do Tocantins” e me passou a palavra. Durante alguns segundos, depois de ter percebido que isso iria acontecer fiquei em dúvida sobre o que dizer e acabei optando pelo caminho mais simples e direto: desejei bom dia para todos, disse meu nome e afirmei que era um grande prazer estar ali.

Depois das apresentações teve início a reunião e me afastei, sentando em uma das raízes para acompanhar discretamente a atividade. Apesar de estarmos em águas interiores, o constante vento e bater das ondas me impedia de ouvir claramente o que estava sendo dito. Cheguei mais perto para tirar fotos e ouvir melhor. O cenário era semelhante ao de praias do litoral brasileiro, contudo com a vegetação mais densa e próxima da água. Depois de algumas fotos consegui sentar mais perto do grupo e fazer anotações.



Foto 1 e Foto 2 - Reunião na Ilha do Xingu com moradores e representantes do MORIVA

⁴ Todas as fotos apresentadas na dissertação são de minha autoria.

Aventou-se a possibilidade de se tratar de um projeto para cultivo e beneficiamento de açaí, mas tais dimensões não justificavam um investimento daquele porte, tendo em vista o volume de fruto que poderia ser produzido e a logística difícil para o escoamento da produção. Foi recordado também que esse tipo de conflito poderia ter sido evitado à época da delimitação do território do PAE, pois, para escapar da contestação do proprietário, o que retardaria a formação assentamento, os comunitários consentiram na sua permanência, excluindo a propriedade. O reclamante alegava ter comprado tais terras de um antigo morador e que, portanto, para sair, exigiria indenização. Nesse sentido, permaneceu, mas no último ano passou a comprar terras de quilombolas em dificuldades financeiras, ampliando as dimensões de sua área. Não foi possível identificar o tamanho das terras recém-adquiridas e a atual extensão da propriedade, dado o embaraço que era falar com os vendedores.

A permanência dessa propriedade na ilha foi estabelecida por meio da exclusão destas terras na delimitação do PAE e posteriormente confirmada no Plano de Uso dos Recursos Naturais (PU) do projeto, tal como previsto nas portarias Nº 268 e Nº 269 de 1996 editadas pelo INCRA e que disciplinam a implantação de assentamentos do tipo. A liderança do MORIVA lembrou aos presentes que pela urgência dos comunitários para a formação do PAE, tal proprietário teve condições de permanecer e que, portanto, caberia o esforço de uma convivência pacífica com ele. Essa era a principal reclamação dos moradores durante a reunião: falta de diálogo e de informações sobre as reais intenções deste proprietário, tanto com a compra de terras quanto das intervenções que estavam sendo realizadas.

O final da reunião deixou como encaminhamento um novo contato e uma consulta à SPU para se verificar o que o órgão previa em termos de autorizações de uso para a propriedade. Em seguida foi formada uma comissão de moradores para realizar uma vistoria no local em que árvores foram derrubadas e a expansão das cercas da propriedade era feita. Enquanto essa atividade foi realizada, permaneci na comunidade e entrevistei dois moradores. As lideranças do MORIVA voltaram com a constatação de que tanto o desmate quanto o avanço das cercas haviam sido de fato praticados. Após a despedida dos presentes embarcamos na rabeta para retornarmos para a casa do assessor da CPT, mas antes foi realizada uma parada no “escritório” do proprietário para o levantamento de mais informações. Eram visíveis as intervenções nessa área também e que funcionava com um posto avançado na ilha e relativamente distante da área onde seria de fato instalado o “projeto”. Essa área fazia parte dos cinco hectares excluídos do PAE. As lideranças perguntaram aos funcionários presentes o que eram as obras e ouviram que não estavam autorizados a dar informações.

Foi possível ver que estava sendo construído um porto com pilares de concreto, fato completamente diferente do que se encontra nas ilhas e várzeas. Somente escolas e outros equipamentos semelhantes localizados na região têm tal estrutura. Sem êxito na parada, embarcamos na rabeta e retornamos para onde eu estava hospedado. Com a maré baixando, a viagem foi com menos ondas e mais tranquila. Depois do almoço e do descanso, fui convidado ao final da tarde para uma partida de futebol em uma quadra de grama sintética perto de onde estava hospedado. Caminhava para o fim o primeiro dia com os representantes do movimento.

O modo como cheguei nesse objeto de pesquisa está relacionado com a minha trajetória profissional. Durante anos fui consultor em uma grande empresa de licenciamento ambiental que realiza estudos de impacto para projetos de infraestrutura, especialmente os do setor elétrico, incluindo linhas de transmissão e pequenas centrais hidrelétricas. Ao longo dos anos nesta empresa realizei levantamento de campo para a elaboração de tais estudos em várias regiões do país, sobretudo na região Norte. Deste regular contato com quilombolas, ribeirinhos, assentados e trabalhadores rurais, duas questões me intrigavam como cientista social: compreender melhor a questão fundiária no meio rural, seus mecanismos gerativos e reiterativos de desigualdade, e a capacidade de mobilização política em contextos adversos, sobretudo naqueles em que as formas de comunicação e interação são limitadas por grandes distâncias terrestres e fluviais. Na admissão ao

mestrado do CPDA meu projeto inicial de pesquisa já tinha a Amazônia como *locus* empírico, contudo o objeto não tinha adquirido os contornos atuais.

Eles começaram a ser construídos por acaso, na ocasião em que me deparei, ao revisitar estudos e programas que havia pesquisado enquanto consultor, com um documento que fazia menção ao *Programa Nossa Várzea* e a como ele foi estruturado, em grande medida pela organização política dos ribeirinhos de Abaetetuba. Revelava-se ali uma proposta de pesquisa que me permitiria mobilizar as duas questões que me intrigavam. Na medida em que mais dados eram levantados sobre o programa, mais evidente ficava que a opção por esse objeto se mostrava oportuna, tendo em vista a sua complexidade e a escassez de pesquisas sobre o programa e o grupo.

No primeiro capítulo descrevo um percurso histórico dos diferentes regimes de terras que vigoraram no país com o intuito de apontar os mecanismos de exclusão do acesso à terra e de geração de desigualdade, desde o período colonial. Sustento que os diversos dispositivos legais aqui descritos operaram para limitar a ocupação de terras públicas pela população pobre do campo, impedindo, por exemplo, a definitiva implantação das políticas de regularização fundiária destinadas à população ribeirinha de Abaetetuba. Não há como compreender os impasses enfrentados pelo grupo na luta pela posse e domínio das terras tradicionalmente ocupadas negligenciando o exame da base legal que regula a destinação dos bens da União, dos quais as terras públicas são elemento fundamental. Não busco um mero condicionamento dos eventos posteriores a um desenvolvimento linear estruturado pelo passado. Ao contrário, aciono as distintas formas de ordenamento territorial para que seus efeitos deletérios no presente sejam compreendidos como obstáculos de longa duração que impedem o acesso à terra de populações historicamente excluídas.

Nesse sentido destaco como o instituto das sesmarias – forma de ordenamento territorial trasladado de Portugal – promoveu, não só a conformação da economia da cana para o atendimento da demanda europeia pelo produto, como também se fundou no escravismo e no latifúndio. O regime de posse que foi instituído no Brasil no mesmo ano da independência configurou, juntamente com o declínio da economia do açúcar e da mineração, diversas formas de ocupação do território. Com a criação da Lei de Terras em 1850 institui-se a apropriação privada de terras públicas e, tendo em vista que a legislação foi criada no mesmo ano em que o tráfico negreiro é proibido, estabeleciam-se as condições para impedir o acesso da população pobre à terra.

Na promulgação da República e com a sua primeira Constituição, intensificaram-se os esforços de integração da Amazônia à economia nacional. As expedições estrangeiras nos séculos anteriores e as estratégias de colonização da fronteira até os anos 1940, entre elas a Comissão Rondon e a criação da Fundação Brasil Central (FBC), merecem destaque, posto que controle do espaço é característica elementar do estado-nação na modernidade. Estas criaram as condições, sobretudo considerando o acúmulo de conhecimento que os militares detinham da Amazônia, para a formulação de dispositivos legais de ordenamento e ocupação do “vazio demográfico” da região, criando deste modo o palco de intensos conflitos. O Estatuto da Terra criado por meio da Lei Nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964 aprofundou na ditadura civil-militar a ocupação orientada do território amazônico, estimulando através da oferta de crédito da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA), a instalação das grandes empresas agropecuárias. Estas políticas somaram-se ao confisco de mais de 60% das terras do estado do Pará na implantação do Programa da Integração Nacional (PIN) e dos Projetos de Integração e Colonização (PIC), que previa a instalação de assentamentos a partir dos eixos de rodovias construídas ou planejadas.

No segundo capítulo examino a trajetória das políticas de regularização fundiária, tendo como referências o primeiro e o segundo planos nacionais de reforma agrária (PNRA) formulados em 1985 e 2003, respectivamente, e como eles incidiram junto do grupo social pesquisado. Os dois Planos em questão estabeleceram as condições para a implantação dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) e a execução do Programa Nossa Várzea em Abaetetuba. Para descrevê-los, uso excertos das entrevistas realizadas em campo com ribeirinhos, gestores do INCRA e SPU, além

de trabalhos que analisam os dois planos. O objetivo é evidenciar a cumulatividade de ações anteriores à própria Constituição Federal de 1988, no sentido criar as condições para que as políticas pudessem ser executadas. No entanto, no início dos anos 2000 a conjuntura se mostrou favorável para a radicalização da participação política dos povos e comunidades tradicionais e das formas de garantir seu direito de permanência na terra. Foi nesse contexto que a mudança de missão da SPU, a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária e a criação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais permitiu o reconhecimento da desigualdade material e simbólica dos ribeirinhos.

No terceiro capítulo trato da trajetória de formação do grupo e emergência da identidade ribeirinha em Abaetetuba. Nesse sentido, investigo sua sociogênese em perspectiva histórica, apontando a importância dos deslocamentos e ciclos de exploração econômica da região que contribuíram para a ocupação das ilhas e várzeas. Apoio-me, ainda, nas fontes produzidas pelo próprio grupo que mobilizam os elementos constitutivos de sua identidade, calcada em transformações das práticas sociais que exponho ao longo do capítulo. Para o exame destas transformações, comento aspectos da teoria da modernidade para a compreensão desta ressignificação do grupo e em especial aquela formulada por Anthony Giddens, segundo quem a modernidade capitalista produz não só o “desencaixe” das relações sociais de contextos locais, mas também uma contínua “geração de autoconhecimento sistemático” (GIDDENS; 1991: 44). Esses sujeitos deslocados no espaço-tempo de forma mais ampla pelo mercado e pela Igreja, que experimentaram formas de vida distintas das de seus antepassados, constroem outra identidade coletiva, que lhes garante segurança existencial e ontológica mínima (DOMINGUES, 1999). Postulo, assim, que a afirmação da identidade ribeirinha operou como mecanismo de reencaixe, positivando um conjunto de práticas e saberes até então dispersos, aglutinando-as em torno de um histórico mais geral compartilhado pelo grupo, a luta pela terra e a referência dos cursos d’água próximos das moradas.

No quarto e último capítulo associo a trajetória da organização política do grupo com a das políticas de regularização fundiária e as concepções identitárias. O objetivo é descrever os episódios que contribuíram para a criação do MORIVA no ano de 2006. Esse esforço apoia-se na história de vida das lideranças entrevistadas, de modo a captar suas visões de mundo e as relações construídas tanto localmente quanto com integrantes do aparato estatal e que são compostas de rupturas, alianças, estratégias de ação e protesto. Por seu turno, setores progressistas da Igreja Católica, em especial adeptos da Teologia da Libertação, desempenharam papel relevante na organização política dos grupos sociais marginalizados. Essa organização, mediada pela Igreja Católica no caso específico do município de Abaetetuba, resultou na formação de cinquenta e sete comunidades eclesiais de base (CEB) organizando as comunidades ribeirinhas do município e instituindo estratégias de pressão por políticas públicas de saúde, educação, geração de renda e acesso à terra.

Por outro lado, a autodefinição ribeirinha extrapolou a concepção político-instrumental associada à luta por terra, posto que atualizou e preencheu com direitos as práticas sociais do grupo. É o que sugere a cartilha (CPT, 2006) elaborada para mobilizar a identidade de grupo e sua ressignificação:

(...) é preciso que cada ribeirinho e ribeirinha tenha clareza da sua identidade, pois um ribeirinho tem qualidades, riquezas, valores, fraquezas e belezas que um colono e um cidadão não têm (sic). Resgatar a identidade ribeirinha significa revitalizar a cultura e a história de lutas desse povo. Uma pequena equipe se formou e está fazendo o resgate dessas lutas. Enquanto isso, os participantes dos encontros de ribeirinhos vêm fazendo, a cada encontro, a revitalização cultural (CPT, 2006: 3).

O marco inicial do posicionamento do grupo na cena pública encontra-se no movimento CENTRILHA⁵, de 1982, que buscava a unificação de demandas e de um candidato único que representasse os moradores do centro da cidade e das ilhas para as eleições daquele ano. A organização política ribeirinha estruturada em torno do MORIVA, e que lhe conferiu destaque em relação a outros movimentos do tipo envolvendo ribeirinhos no estado do Pará, foi resultado da interação com outras organizações dedicadas à luta pela terra em Abaetetuba e no Estado do Pará como um todo. A Igreja, ao mesmo tempo, operou contribuição decisiva para a formação do movimento social ribeirinho, no sentido de ordenamento da filosofia espontânea e do senso comum (THOMPSON, 1998) que se manifestam na ação.

Por fim, na conclusão da dissertação, apresento os principais resultados da pesquisa, apontando possíveis desdobramentos analíticos e aspectos que podem ser melhor desenvolvidos em estudos posteriores. Articulo as três trajetórias de modo a indicar que nos anos 2000 elas convergem, tendo em vista os dados expostos em cada capítulo. Estando ciente de que o conhecimento produzido nesta dissertação é provisório, calcado na minha interpretação dos fenômenos e na forma utilizada para o tratamento de dados, procuro dar sentido aos sentidos da bibliografia utilizada e que os atores impuseram às suas ações. Não se trata de produzir conhecimento absoluto, mas sim interpretações plausíveis (MELUCCI, 2005) sobre os processos, trajetórias e luta política dos sujeitos, lastreadas, contudo, pela mobilização concreta dos ribeirinhos, e emulando, ao mesmo tempo, as formulações teóricas dos autores que aqui comento.

⁵ CENTRILHA é um acrônimo das palavras “centro” e “ilha”. Referência à aliança dos centros de evangelização da sede de Abaetetuba e da região das ilhas para elaboração de estratégias conjuntas para produção de candidatos para as eleições de 1982.

CAPÍTULO I

ORDENAMENTO TERRITORIAL E MODERNIDADE: REGIME DE TERRAS PRODUZINDO EXCLUSÃO

O propósito deste capítulo é apresentar as bases históricas nas quais se desenrolam as trajetórias das políticas de regularização fundiária, da afirmação da identidade ribeirinha e da sua organização política. Considerando os limites do trabalho e o universo de leis e regimes que o tema abarca, propomos a descrição de como a SPU chegou à sua estrutura atual de atuação e de como e quais porções de terras públicas passaram para sua responsabilidade. Essa opção acaba por mobilizar os dois principais aspectos das políticas públicas destinadas ao grupo e os impasses para sua implantação, como veremos no Capítulo II.

A partir da trajetória da instituição pretende-se abordar episódios da história do regime de terras no Brasil, na medida em que esta indica como determinadas porções do território nacional se constituíram em patrimônio da União. Ou seja, entre uma história geral do ordenamento territorial no Brasil e outra da ocupação ribeirinha na região da pesquisa, iniciamos com a trajetória de formação e gestão das terras públicas e do órgão que regula a ocupação destas, em suas diversas denominações ao longo do período de tempo investigado. A opção pelo enfoque histórico revela a substância ou objeto de atuação da SPU, qual seja, as terras que estão sob seu domínio e como estas se constituíram ao longo do tempo.

Nos aspectos fundamentais da formação das terras públicas se encontram as bases sociais, políticas e jurídicas com as quais a SPU e as populações ribeirinhas se depararam tanto na implantação dos PAEs e do Programa Nossa Várzea. A justificativa pelo caminho que aqui adotamos já se revelava premente nas primeiras leituras da produção acadêmica recente sobre regularização fundiária no Brasil, posto que a menção, ainda que breve, à história do regime de terras em diversos textos, mostrou a necessidade deste recuo no tempo. A pretensão não foi a de fazer uma exaustiva descrição das normas legais e sim analisá-las até o ponto que nos permita compreender as condições sociais e políticas de produção de cada uma delas e identificar impasses e potencialidades da destinação de terras públicas para a garantia de direitos.

A trajetória da SPU e de seu objeto de atuação, se inicia, de acordo com o sítio eletrônico da instituição⁶ com a edição da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. Esta lei se mostra uma fundamental referência legal nos estudos aqui mobilizados que se debruçam sobre a história do regime de terras no Brasil, posto que além de superar os institutos das sesmarias e da posse, permitindo a distinção entre propriedade pública e privada, buscou ladear o país no âmbito jurídico, com aqueles países onde o capitalismo se desenvolvia, aprofundando a influência do ideário liberal europeu (CARDOSO, 2010b). Para tal feito, de forma a refundar as bases da economia agrária tendo em vista a proibição do tráfico negreiro no mesmo ano de sua criação, consolida a lei a aquisição de terras devolutas exclusivamente por meio de compra, instituindo deste modo a função arrecadatória das terras públicas.

⁶ <http://patrimoniode todos.gov.br/a-spu/a-origem-da-spu> acessado em 02/04/2015.

Após quatro anos de edição da Lei nº 601, sua regulamentação veio por meio da criação da Repartição Geral de Terras Públicas, prevista no Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que disciplinou o regime jurídico aplicável às terras públicas, definindo as atribuições e o corpo técnico que a comporia, bem como que a destinação das terras seriam reservadas “1º para a colonização dos indígenas; 2º. para a fundação de Povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de Estabelecimentos Públicos” (BRASIL, 1854). A Repartição Geral de Terras Públicas foi a instituição antecessora, até onde as fontes consultadas permitem afirmar, da SPU e com a mesma incumbência de gerir as terras sob seu domínio. Para iniciar a indicação dos principais marcos do histórico das terras geridas pela SPU, passamos a apontar brevemente momentos importantes que são anteriores à criação do órgão. Tanto o instituto das sesmarias quanto o de posse são fundamentais para a compreensão de como se conformou a propriedade no Brasil e em especial aquela que nos interessa que são as terras da União localizadas em áreas de várzea e ilhas fluviais.

Contudo, antes de prosseguirmos é mister esclarecer que os marcos do nosso enfoque histórico são baseados nas sucessivas normas que foram instituídas no período pesquisado, mas que isso não implica, ao nosso ver, que a mera indicação de cada uma delas encerre a compreensão dos seus efeitos, nem das intenções de seus formuladores. Ao nos referirmos a uma história do “regime de terras” e não à uma história da “legislação de terras” temos como premissa que a norma não deve ser fruto da formulação abstrata destituída de valores. As estratégias de exploração econômica e desenvolvimento do capitalismo mantém relação com os dispositivos e normas acionada pelo aparato estatal para a gestão de suas terras. Os rebatimentos destas alterações que criaram as condições para, ao menos formalmente, garantir o acesso a terra das comunidades ribeirinhas é o que pretendemos investigar no capítulo a seguir.

1.1 - O Regime de Sesmaria e a Distribuição de Terras para a Economia Açucareira (1500 – 1822)

O instituto das sesmarias se caracterizou na doação de terras pela Coroa Portuguesa, com a condição de que estas fossem cultivadas em determinado prazo⁷ e, de modo idêntico ao praticado em terras da metrópole, vinha anotada na carta de concessão a obrigatoriedade de cultivo e a recomendação de que as porções de terras doadas não fossem maiores do que a capacidade de cada sesmeiro em aproveitá-las. Contudo, para acelerar a ocupação do território, as autoridades coloniais não observaram, segundo Silva (2008), essas recomendações. Com um padrão de concessão de grandes áreas de terra, o que produziu sesmarias cujos tamanhos variavam de quatro até 100 léguas quadradas⁸, a tarefa de identificação das terras cedidas era dificultada dada a imprecisão dos tamanhos inscritos nas cartas de doação.

Outra dificuldade gerada na importação do instituto das sesmarias para o Brasil e no seu controle por parte das autoridades coloniais foi a prática informal de compra e venda das terras concedidas. Este fato relacionava-se ao “favoritismo que gozavam alguns fidalgos e às dificuldades em que se encontravam alguns colonos em provar que eram homens de posse e, assim, fazer jus a concessão” (SILVA, 2008: 50). Nos termos da metrópole a prova de posse para demonstrar condições de cultivar a terra concedida era dispor de escravos. A falta de rigor no controle da

⁷ De acordo com Silva (2008) o prazo estabelecido para o início do cultivo e aproveitamento da terra era de no máximo de cinco anos.

⁸ “Uma légua quadrada é igual a 4.356 ha. Portanto, as doações eram de 17.424ha, 21.780 ha, 43.560 ha, e 87.120 ha, respectivamente” (SILVA, 2008: 47). A autora indica sesmarias com até 30 léguas quadradas, contudo em Faoro (2008 [1957]) encontramos a informação de que a sesmaria de até 100 léguas doada a Brás Cubas na Região Nordeste tinha em área o equivalente aos territórios atuais dos municípios de Santos, Cubatão e São Bernardo do Campo.

medição das áreas e nas transações de compra e venda em parte era justificada pela necessidade de estimular a atividade econômica na Colônia pela metrópole, em especial a monocultura de cana cujo preço no mercado mundial estava em alta.

Nesse sentido, bastava a comprovação de recursos para que aquele que pleiteasse terras para engenhos fosse atendido, restando, contudo, a necessidade de registro para evitar que terras de terceiros fossem doadas para novos colonos. A disponibilidade de terras foi importante não só para o intuito original da metrópole em ocupar e defender as novas posses, como também para a economia colonial, dando os contornos gerais de suas bases, quais sejam, a monocultura, escravidão e latifúndio. O cultivo de cana-de-açúcar para a produção de aguardente⁹, na porção do território do município de Belém e que hoje corresponde ao município de Abaetetuba, era atividade econômica expressiva desde o século XVII, quando a capital do Estado do Pará foi fundada. O plantio da cana era realizado nas ilhas e várzeas da região e constituía sua principal atividade econômica, ensejando as primeiras formas de ocupação.

Os caminhos da acumulação capitalista da metrópole com a transladação do instituto das sesmarias para a Colônia não foram integralmente reproduzidos não apenas pela enorme diferença de tamanho do território de ambas, mas também pela conveniência de não adotá-lo de modo a permitir o crescimento de um sistema econômico vantajoso para a Coroa, posto que adaptou o instituto às formas de exploração do solo na Colônia com a *plantation* da cana. Ainda assim, visando reafirmar o controle da administração das sesmarias de modo a auferir maiores proventos que se somariam àqueles já cobrados por meio de dízimo¹⁰, a Carta Régia de 1695 instituiu a obrigação do pagamento de foro aos sesmeiros. Esta cobrança marcou um maior afastamento do sentido e aplicação originais da sesmaria e tal como aponta Faoro:

(...) o regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e das entidades públicas, para assumir definitivamente a feição de concessão, segundo os preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio.

A realidade americana torce o conteúdo da lei, transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente do investimento agrícola. De outro lado, dentro da mesma corrente, a sesmaria, meio jurídico para apegar a terra à capacidade de cultivo, serviu para consagrar as extensões latifundiárias. Tudo por obra do açúcar e da expansão do gado, afirmando a tendência, no plano político, da autonomia do potentado rural (FAORO, 2008 [1957]: 150).

A tentativa de impor maior controle à apropriação territorial acabou por transformar de modo decisivo o sistema jurídico das terras da Colônia. Esta se coadunou com o avanço do capitalismo politicamente orientado (FAORO, 2008 [1957]), do ponto de vista da metrópole que impôs maior rigidez, ao menos formalmente, para o sistema de sesmarias, dado o avanço da economia açucareira, onde o engenho alcançava cada vez mais importância econômica e política pelo poder dos seus senhores. Ao mesmo tempo, da perspectiva da Colônia, esta conquistava relativa autonomia ao ponto de levar à ressignificação do instituto das sesmarias.

Somadas à cobrança de foro, outras medidas vieram para que a Coroa retomasse sua autoridade na apropriação de terras, tais como a fixação de limite de tamanho das concessões e a necessidade de confirmação pelo Rei da concessão das terras, poder que até a Carta Régia de 1698 cabia aos donatários das capitânicas hereditárias e posteriormente coube aos Governadores Gerais. Uma característica da aplicação do instituto das sesmarias na Colônia e que interessa mencionar, pois mantém relação com o nosso objetivo, foi o da exclusão na concessão de sesmarias de terrenos de marinha e de “terrenos ribeirinhos” com aponta Cardoso:

⁹ Segundo Anderson (1991) na década de 1950 os municípios de Igarapé-Mirim e Abaetetuba totalizavam 30 engenhos em atividade, chegando a 60 na década seguinte e por fim em 1991, restavam somente 06 engenhos.

¹⁰ O pagamento de dízimo incidia sobre a produtividade da sesmaria e não sobre a sua área ou extensão.

A exclusão dos “terrenos de marinha” das concessões de Sesmarias e Datas referidas no Alvará de 10 de maio de 1672, da Ordem Régia nº 21 de outubro de 1710, da Carta Régia de 1726 e 1790, compõem o conceito do regime jurídico da propriedade pública neste período, com a definição de terras que a Coroa Portuguesa buscou reservar ao domínio exclusivo do Estado, devido a sua importância estratégica, primeiramente militar, depois, econômica e política. A decisão real de 1790 confirmava o entendimento anterior, já expressado em 1726, que encarecia a necessidade de manter as marinhas livres “para a boa defesa da Cidade” e para que “se possam socorrer as partes atacadas”. As cartas de datas e concessões de Sesmarias não incluíram, assim, a porção de terra correspondente a 15 braças craveiras contadas do mar para o interior, nem os terrenos ribeirinhos, também chamados reservados, em uma extensão de 7 braças craveiras (CARDOSO, 2010b: 30-31).

O segundo aspecto para o qual o excerto de Faoro chama a atenção é a grande mobilidade de terra exigida pela economia açucareira, implicando a formação de latifúndio por conta da utilização de métodos de plantio rudimentares. Com pouca utilização de arado na agricultura da Colônia, o solo em pouco tempo se esgotava, perdendo a sua fertilidade. Por isso novas áreas eram devastadas para a formação de novos canaviais e pastagens para o gado, prática essa que se manteve até o declínio da economia açucareira e o surgimento de outros produtos agrícolas com inserção no mercado internacional, tais como o algodão, o anil e o tabaco que diversificaram a agricultura da Colônia. A questão da mobilidade das terras e o caráter extensivo da agricultura merecem destaque, já que estas práticas permaneceram nos séculos seguintes e se refletiam nas formas de apropriação de terras e progressiva centralização que a Coroa (e posteriormente o Império) tentaram impor ao ordenamento jurídico da propriedade.

Apesar do aumento das exigências burocráticas para a concessão de sesmarias, estas continuaram sendo concedidas em grandes extensões e permaneceu a prática de várias serem pedidas pelo mesmo colono. Adiciona-se a esse fato a dificuldade para cobrança de foro, não só pela resistência dos sesmeiros em efetuar o pagamento, como também pelas dimensões das terras da Colônia, de difícil fiscalização, onde a sua delimitação e marcação não era realizada plenamente apesar da previsão legal¹¹.

No século XVIII o crescimento da importância econômica da Colônia alterou sensivelmente a forma de apropriação de terras, com rebatimentos no instituto das sesmarias. A mineração foi o principal fator, no período, de crescimento da população, do território e da economia, tendo em vista o afluxo de pessoas da metrópole para a Colônia, especialmente para a região das minas. Soma-se a integração dos extremos do território¹², que neste período já era mais efetiva pela importância econômica que a Colônia passou a ter para a metrópole por conta da produção elevada de ouro. O crescimento populacional somado à ineficiente fiscalização do instituto das sesmarias acabou por demonstrar a dificuldade de aplicação integral no território colonial de um regime de concessão de terras originário da metrópole. De acordo com Silva (2008), a metrópole desconsiderou as características socioeconômicas e geográficas da Colônia que acabaram por determinar o padrão de ocupação do território.

¹¹ Outros fatores tais como, a desistência de sesmaria e o pedido de outras para burlar a fiscalização, questionamento sobre o início do pagamento de foro somente depois de expirado o prazo legal de cinco anos para cultivar a terra, tornaram o pagamento de foro uma tarefa conturbada na Colônia. Houve ainda casos em que autoridade colonial, segundo Silva (2008) atenuou as formas de pagamento.

¹² A região do Rio Grande do Sul, por conta da criação de mulas integrou-se à economia colonial, dada a importância da atividade para o transporte de ouro e gêneros alimentícios para outras regiões da Colônia. Ao mesmo tempo, a Amazônia por obra da penetração em seu território das Ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus e da exploração das drogas do sertão, encontrava-se ocupada desde meados do século XVII.

1.2 - O vazio Hobbesiano e o Regime de Posse como Forma de Acesso a Terra (1822 – 1850)

Embora praticado desde o início da colonização, o período em que o regime de posse existiu oficialmente foi relativamente curto, se comparado ao da sesmária. Entre 1822 e 1850 ele se tornou a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, caracterizando-se como a “fase áurea do posseiro” (SILVA, 2008; CARDOSO, 2010b) e cujo status já havia obtido relativo reconhecimento por parte das autoridades. Desse período de vácuo legal compreendido entre a promulgação da Constituição Imperial de 1824 e a criação da Lei de Terras destacamos dois aspectos relevantes que estão intimamente ligados, quais sejam, a independência da Colônia meses depois do fim das sesmarias e afirmação do poder político do senhorio rural. A relação entre estes dois eventos marcou o importante papel dos proprietários de terra (sesmeiros e posseiros) na organização do novo Estado com a negação dos vínculos coloniais sobre a questão da terra a partir da instituição do regime de posse. Esses dois eventos são relacionados por Silva:

Mantida a possibilidade de apossamento e a escravidão, não havia razão para que o senhorio rural pressionasse o Estado para regulamentar a questão da terra. Entretanto, sem a expedição de títulos de propriedade por parte das autoridades competentes, ficava faltando um elemento importante para a constituição da classe dos proprietários de terra. (...) Na realidade, os dois processos – a consolidação do Estado nacional e a formação da classe dos proprietários de terras – ocorrem simultaneamente, embora nem sempre de forma tranquila, implicando conflitos e acomodações que estão registrados nos desdobramentos da história da apropriação territorial e em seu ordenamento jurídico (SILVA, 2008: 90).

Ou seja, de acordo com a autora, a classe de proprietários de terra, sobretudo dos que produziam para a exportação, já havia se constituído e agia como tal. Essa mesma classe contribuiu de modo decisivo, dado o seu peso político, para os rumos do estado nacional em formação sem, no entanto, ter tal condição legitimada, dada a ausência dos títulos de propriedade da terra concedidos pelas autoridades competentes. Mesmo a promulgação da Constituição Imperial em 1824 não se ocupou em instituir avanços expressivos¹³ na questão da apropriação de terras. O período foi marcado, segundo Jones (2002), pela disputa de poder entre as lideranças provinciais e o poder central, colocando a urgência de se consolidar o Estado-nação recém-criado e que estava fortemente ameaçado.

Não por acaso é durante a vigência do regime de posse e de afirmação do senhorio rural do país após a Independência, que na Província do Grão-Pará – e aqui fazemos uma importante aproximação com a atual unidade da federação onde desenvolvemos nossa pesquisa – surge o movimento cabano ou *Cabanagem*. A estrutura de classes da província e do Império que fora construída nos séculos anteriores, com os regimes de terras que conformaram o latifúndio e o trabalho escravo, criou o ambiente de revolta e desigualdade que levaram a eclosão do movimento, tal como informa Santos:

Ainda que houvesse quase que uma polarização entre as duas classes principais, não se pode uniformizar a ordem dos homens livres, nem tão pouco a ordem dos escravos. Cada uma delas mantinha uma relação diferenciada com os meios de produção e com a divisão social do trabalho, determinando visões e necessidades particulares em seu interior. Os escravos, por exemplo, trabalhavam nos campos e nas cidades. Os homens livres eram

¹³ No período 1822-1850 duas disposições legais foram extintas. A primeira delas, em 1831 foi a obrigatoriedade de pagamento de foro das sesmarias. Essa medida não causou impacto, pois além de nem todas as sesmarias terem sido concedidas com essa cláusula, aquelas que tinham tal obrigação não a faziam, porque a própria fiscalização de pagamento por parte das autoridades era ineficiente. A segunda disposição legal extinta foi a Lei do Morgadio que definia que os bens herdados passassem imediatamente para o filho mais velho sem nenhuma divisão entre os demais herdeiros.

proprietários de terra, lavradores, comerciantes de pequena ou média envergadura. As classes dominantes escravistas pertenciam a uma ordem policlassista. Eram fazendeiros escravistas, mercadores escravistas, industriais escravistas, proprietários urbanos de escravos de ganho. O que nos faz pensar em diferentes classes dominantes escravistas e diferentes posições no processo social de produção.

Entre classes dominantes e escravos rurais, a contradição principal girava em torno de classes sociais e não contradições entre ordens policlassistas: ordem geral dos senhores de escravos (proprietários fundiários, traficantes, rentistas urbanos, etc.) e, de outro lado, a ordem geral dos escravos (urbanos, domésticos rurais, de ganho, etc.). A classe dos escravos rurais, majoritária dentro da ordem policlassista dos escravos, sonhava com o fim do trabalho forçado. Os fazendeiros escravistas detentores da maioria absoluta dos escravos defendiam a manutenção do trabalho escravo (SANTOS, 2004: 30).

Muito embora a historiografia tradicional sobre o movimento centre sua interpretação na leitura de uma luta liderada por grupos étnicos (índios e negros) contra os brancos, ou de brasileiros contra portugueses, a autora defende que o movimento deve ser compreendido como revolucionário e surgido em uma situação de crise, nos seguintes termos:

Ao pensarmos no esquema de interpretação de crise política e revolução proposto por Lênin, encontramos a luta interna entre as classes dominantes, a pauperização das classes populares e ascensão política das mesmas. Tais pontos são encontrados implicitamente na análise proposta por Vicente Salles. A questão do crescimento político das classes populares é um fator intensamente relatado. Procuraremos trabalhar com a ideia de que existiu um conflito de classes no movimento cabano (SANTOS, 2004: 49).

O capitalismo mercantil que se desenvolveu no país após a Independência se por um lado, aprofundou o poder dos senhores de terras e de escravos, por outro promoveu o surgimento de setores médios urbanos influenciados pelo ideário das revoluções da Guiana, França e Estados Unidos. A cabanagem, segundo propõe a autora, deve ser interpretada a partir da luta de classes em que a cisão no interior da elite dominante pós 1822 e os conflitos étnicos fazem parte do mesmo processo.

Do ponto de vista econômico o período em questão merece destaque, pois foi nele que se consolidou a importância do café e por consequência, o deslocamento do centro da atividade agrícola – já iniciado para apoiar a exploração do ouro em Minas Gerais – do Nordeste para o Sudeste. Por seu turno, a economia cafeeira se beneficiou da decadência da mineração e forneceu os recursos financeiros e humanos para a consolidação do Estado nacional, posto que internalizou as atividades de plantio, comercialização e finanças, algo que a economia açucareira e a mineração não experimentaram. Segundo Faoro:

Os sistemas legais – a sesmaria (até 1822), a posse (até 1850), a venda e concessão (depois de 1850) – traduzem conflitos e tensões, tentativas e objetivos harmônicos com o curso geral da economia. Dado o caráter do país “essencialmente agrícola”, repete-se a toda hora, o regime da terra forma a base fundamental da expansão econômica, fundamental mas não única e não independente do fator exportação, o verdadeiro núcleo ativo das forças atuantes na colônia e no Império. Na fase comercial é que se definem as linhas diretoras da política aplicada aos campos. Enquanto a cana-de-açúcar, a mineração e grande parte da pecuária se desenvolvem sobre a sesmaria, o café participa de outras influências ao se alastrar nas vizinhanças da capital imperial. (FAORO, 2008 [1957]: 466)

Para o nosso intuito, o que interessa destacar é que a partir da consolidação do Estado nacional e da pujança econômica da atividade cafeeira, cresceu não só a demanda pelas terras disponíveis, como também mudou a região com maior procura, passando esta condição para as terras do litoral Rio de Janeiro, inicialmente, e o Vale do Paraíba posteriormente, onde foram encontradas as condições logísticas, climáticas e de fertilidade dos solos favoráveis para a

produção. Os conflitos derivados da mudança do centro da atividade econômica somado à ineficiente e conturbada regulação da apropriação de terras até o período em questão, corresponderam, a nosso ver, a um vazio hobbesiano, dada a insegurança jurídica e predomínio do mais forte na posse das terras devolutas, estabelecendo, portanto, a exigência de ordenamento jurídico compatível com o desenvolvimento da atividade econômica e de consolidação do Estado Nacional. Nesse sentido, a Lei de Terras foi instituída nessa base político-econômica e conciliou os interesses das autoridades imperiais com os da classe dos proprietários de terras, cujo poder só seria legitimado de fato e de direito com o reconhecimento da propriedade privada que lhes faltava.

1.3 - Escravidão e cafeicultura atualizados com a Lei de Terras (1850 – 1891)

A Lei de Terras proibiu, já no seu primeiro artigo, a aquisição de terras devolutas de outro modo que não fosse por meio da compra, além de estabelecer outra definição para elas. Na acepção originada nas Ordenações portuguesas, as terras devolutas seriam aquelas “devolvidas” ao senhor original (Coroa portuguesa) pelo não cumprimento da exigência fundamental de cultivo estabelecida pelo instituto das sesmarias. No entanto, com a Lei, a definição de terras devolutas consagrou outro sentido, informado por Silva:

Com o passar do tempo, as cartas de doação passaram a chamar toda e qualquer terra desocupada, não aproveitada, vaga, de devoluta; assim, consagrou-se no linguajar oficial e extra-oficial devoluto como sinônimo de vago. Assim como a questão do domínio eminente, a utilização do termo “devoluto” levou a grandes discussões, mesmo depois que a lei de 1850 redefiniu o significado do termo para poder aplica-lo ao caso brasileiro; sobretudo, questionava-se a competência do poder público em legislar sobre terrenos que não eram “propriamente” devolutos. (SILVA, 2008: 44)

Nos artigos 4º e 5º ficaram regulamentadas as demandas e pretensões dos proprietários de terras que haviam constituído até aquele momento o seu poder político. No quarto artigo ficou estabelecida a revalidação das sesmarias concedidas pelo Governo Geral ou pelas províncias e que se encontrassem cultivadas ou com evidências de tal, mesmo que não tivessem sido cumpridas outras exigências quando foram concedidas. Já o quinto artigo legitimou “as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante” (BRASIL, 1850). Com esses dois artigos a Lei de Terras forneceu as bases jurídicas para o primeiro ordenamento territorial no Estado-nação após a Independência. Os conflitos entre sesmeiros e posseiros por conta da demanda de terras para a formação das lavouras de café foram em grande medida solucionados com a nova lei que representou ao mesmo tempo, a constituição das garantias legais para a sujeição da mão de obra, como apontado por Martins:

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. (MARTINS, 1986: 59)

A partir deste trecho de José de Souza Martins podemos destacar dois aspectos. O primeiro é o fato de que a Lei de Terras foi promulgada duas semanas depois da proibição do tráfico negreiro¹⁴ e, deste modo, estabeleceu as condições legais para a substituição da mão de obra escrava, sem que isso implicasse o fim da superexploração do trabalho, mesmo ele sendo livre. A importância que a economia cafeeira assumiu no período permite compreender não só o significado da Lei de Terras, como também a reorganização da ocupação da região Sudeste, como observa Faoro:

No decênio 1831-40, o café, no valor da exportação, sobrepuja o açúcar (43,8% sobre 24%), para não mais perder a liderança, até que, em 1881, a relação atinja 61,5% sobre 9,9%. Esta linha de projeção externa se constitui, internamente, com terra e dinheiro, num investimento que dependia muito do último fator, por ser produtiva a safra apenas no sexto ano de plantio. A terra por onde corre o café, às margens do rio Paraíba, junto as estradas que demandam Minas Gerais, estava, no começo do século XIX, doada aos velhos colonizadores, retraídos, em regra, da decadência das minas. Os sesmeiros recebiam tratos da terra com meia légua de testada de cada lado da estrada, com igual extensão de frente aos fundos, de acordo com o máximo permitido, entregues ao cultivo da lavoura de subsistência, para o consumo das tropas. Outro contingente, o dos posseiros, se agregou ao proprietário inicial, fixados para a pastagem de animais em trânsito, com roças de milho, feijão e cana. A súbita valorização do café, a adaptação ao clima, projetou levas humanas a penetrar nos latifúndios quase inexplorados. Os “intrusos”, até então pouco molestados, são repudiados pelos velhos proprietários, que lança mão de todos os recursos administrativos e judiciais para defenderem a sua propriedade. Dessa luta, a vitória coube aos senhores das sesmarias, definindo a cultura do café como empresa da grande propriedade, que a escravidão acentuou (FAORO, 2008 [1957]: 467).

O segundo aspecto é que a Lei foi formulada para o atendimento dos interesses do grande proprietário de terras da economia cafeeira, de modo semelhante ao do instituto das sesmarias que se coadunava aos interesses do latifundiário da economia açucareira. A legislação de terras foi fruto da conciliação de interesses entre o poder central e os proprietários de terra e as condições para a substituição do trabalho escravo ficaram inscritas na lei tal como se vê a seguir:

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente á custa do Tesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem. Aos colonos assim importados são aplicáveis as disposições do artigo antecedente. (BRASIL, 1850: 3)

A proibição da posse e a definição de que as terras devolutas só poderiam ser obtidas por meio de compra são os pilares na Lei e marcou a mercantilização da terra com a crise do trabalho escravo. Com o fim da escravidão, a medida de riqueza passaria a ser o valor da terra e a renda que dela pudesse ser extraída. Em que pesem as possibilidades analíticas que a literatura oferece e a importância da Lei de Terras para a compreensão do histórico da apropriação de terras de forma geral, para o nosso intuito dois aspectos que justificam o seu exame. O primeiro deles trata propriamente da conformação do objeto sobre o qual se dará mais de um século depois a atuação da SPU. Com a Lei de Terras, ao mesmo tempo em que se instituem as terras devolutas¹⁵ e se

¹⁴ Em 4 de setembro de 1850 foi promulgada a Lei Nº 581, comumente conhecida como “Lei Eusébio de Queiroz” que estabeleceu medidas de repressão ao tráfico de africanos.

¹⁵ “Art. 3º São terras devolutas:

§1º As que não se acharem aplicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

estabelece a compra como única forma de sua aquisição tem-se a consolidação da separação entre propriedade pública e privada já prevista na Constituição de 1824, mas até então sem regulamentação. E com os valores que passaram a ser praticados na venda de terras, dificultou-se o acesso do trabalhador pobre, impedindo que se tornasse proprietário. Ao mesmo tempo, o Estado, além de regulamentar a função arrecadatória das terras devolutas, só permitia reaquisição daquelas que não estivessem cultivadas, mediante desapropriação com indenização justa, base do que posteriormente fundamentou um dos principais mecanismos das políticas de reforma agrária. O outro aspecto foi anotado no Art. 21, que autorizava o Governo a estabelecer

com o necessário Regulamento, a uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Publicas - e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descrição das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira (BRASIL, 1854).

Além de ter criado em 30 de janeiro de 1854 por meio do Decreto Nº 1.318 o órgão para cuidar das terras públicas, o dispositivo legal teve como objetivo regulamentar os artigos da Lei de Terras que tratavam da medição e registro das terras possuídas, fossem elas de sesmarias ou posses. Para tanto, os chamados “Registros Paroquiais da Terra”, tornaram obrigatório o registro para todos os possuidores de terras, cabendo aos vigários de cada freguesia o recebimento das declarações de posse para que fossem efetuados os registros.

Depois do entusiasmo inicial com a regulamentação da Lei de Terras, os primeiros relatórios oficiais demonstravam as dificuldades que o órgão recém-criado teria para levar adiante a missão de registrar as terras possuídas, bem como demarcar e medir as devolutas. Tanto nos relatórios provinciais quanto nos relatórios gerais da repartição, destacaram-se tanto a pequena quantidade de propriedades registradas quanto a declaração de ausência de terras devolutas em relatórios de algumas Províncias¹⁶. O registro de terras junto às paróquias não exigia nenhuma prova, nem delimitação territorial precisa, o que transformou o ato em um instrumento de poder do declarante, posto que nesta ocasião podia-se legitimar ou não a posse de um vizinho. Uma análise mais acabada sobre essa questão pode ser encontrada em Motta:

O jogo de interesses manifesto no próprio ato de registrar a terra não é direto e transparente. Os Registros Paroquiais não são um retrato da estrutura fundiária de cada região, nem tão pouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estática. É preciso, portanto, considerá-los no contexto de sua produção, como resultado de um processo bastante complexo, tanto no que se refere às discussões que deram origem à lei, ao seu regulamento e, pois, ao próprio registro, quanto em termos das ações efetivas relacionadas a decisão de registrar ou não a terra. Além disso, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva já haviam apontado que o tratamento técnico do registro de terras é muito problemático, em razão das informações ali presentes. (MOTTA, 1998: 167)

A partir da análise da autora podemos encontrar semelhanças com a prática comum dos senhores de terra desde o instituto das sesmarias, qual seja, a de cumprir ou não as determinações

§2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

“§4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei”.

¹⁶ Em um relatório da Província do Rio de Janeiro se afirmava que somente dois municípios possuíam terras devolutas (Motta, 1998). Ou ainda que havia terras devolutas em topos de morro ou áreas inférteis, enquanto que o relatório geral do mesmo ano mencionava a existência de terras devolutas no Piauí, Pará e Goiás.

legais de registro e demarcação de suas terras dependendo das vantagens que uma ou outra opção poderia lhe trazer. Desde o período colonial, o descumprimento de qualquer regulação que impusesse limites aos seus poderes era frequente e, no caso dos barões do café, atender à obrigação de registro poderia significar a não utilização de outras áreas para o plantio, mesmo que na prestação de declaração junto da paróquia não fosse necessária a apresentação de prova documental.

Como exporemos no Capítulo III a ausência de registro e fiscalização das terras pelos senhores, após o advento do Estado-nação fundou a relação entre a população pobre e os latifundiários. No caso específico de Abaetetuba, ensejou a prática de “inquilinato”, por um lado, e o “sistema de meia” por outro, de modo a alienar os ribeirinhos do acesso à terra e do produto do seu trabalho. A relutância em observar a incipiente racionalidade burocrática na gestão imposta pela Lei de Terras estabeleceu a ambiência (THOMPSON, 1998) para que o costume se consolidasse como principal mecanismo para reprodução da desigualdade de posse das terras públicas nas ilhas e várzeas. As práticas, pressões e outros fatores que se assemelham aos apontados pelo autor, nos ajudam a delinear as relações de poder no tocante à terra na região das ilhas e várzeas de Abaetetuba.

1.4 - Criando o Palco de Grandes Conflitos: Desbravamento de Terras Públicas da Amazônia e Bases para a sua Mercantilização (1891 – 1964).

Antes de analisarmos propriamente as alterações no regime de terras e a trajetória do órgão gestor das terras públicas no período em questão, se faz oportuno apontar alguns aspectos que tangenciam os objetivos da pesquisa e que se mostrarão relevantes para a compreensão dos períodos seguintes, analisados mais adiante. O primeiro aspecto trata do progressivo interesse pela região amazônica, onde se realiza nossa pesquisa, seja do ponto de vista científico ou do ponto de vista econômico. Em que pese a região ser habitada e explorada desde o século XVII por conta das fortificações religiosas de Santarém e Belém¹⁷, por exemplo, e posteriormente pelas bandeiras paulistas nos últimos anos do Império, a bibliografia pesquisada (FAORO, 2008 [1957]; IANNI, 1979; TORRES 2008; MAIA, 2010) faz referência às expedições de Couto de Magalhaes ao rio Araguaia (1863) e Henri Coudreau nos rios Branco (1886), Xingu e Araguaia (1896, 1897) e de José Veríssimo também neste rio (1887). Por sua vez, nos primeiros anos de República a região foi visitada por Euclides da Cunha - em 1905 - na função de chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus e entre os anos de 1906 e 1909 a região recebeu a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, liderada pelo Marechal Candido Rondon e da qual o médico Edgard Roquette-Pinto fez parte.

O que nos importa reter destes primeiros anos de República para o nosso esforço de pesquisa é que esse período foi marcado pelo esforço do Estado, segundo Lima (1999), em incorporar os sertões¹⁸ ao restante da sociedade nacional. Ou seja, as porções de terra que Lei de 1850 negligenciou, considerando que foi instituída com ênfase na conformação da economia cafeeira, passaram a ser objeto de interesse de integração, tendo em vista o centro econômico do país se conformar no eixo Sul-Sudeste e que trouxe, por consequência, a concentração populacional nessa região. Tem-se nesse período, a nosso ver, o embrião da noção de “vazio demográfico” da região amazônica e que seria fortemente explorada durante a ditadura civil-militar.

¹⁷ Conferir “*Carta para El-Rey N. Senhor sobre as missoões do Seará, do Maranhão, do Pará, & do grande Rio das Amazonas*”, escrita pelo Padre Antonio Vieira, superior religioso da Companhia de Jesus em 1660, disponível em <http://www.etnolinguistica.org/biblio:vieira-1660-almasonas> acessado em 28/04/2015.

¹⁸ A acepção do termo “sertão”, grosso modo refere-se à uma oposição ao litoral (FREYRE, 2013; HOLLANDA, 2010) ou regiões inabitadas do interior do país (PRADO JR, 1961).

Tal esforço de integração desta região ao restante do país nesse período tem entre outras ações, como caso exemplar, a criação da Fundação Brasil Central (FBC) por meio do Decreto - Lei Nº 5.878 de 4 de outubro de 1943 que, já no seu primeiro artigo, revelou o objetivo de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”. A FBC receberia por meio de doação, parte do patrimônio da Expedição Roncador - Xingu realizada no mesmo ano. Essas empreitadas se situavam no âmbito da “Marcha para o Oeste” que foi a política de colonização e ocupação das fronteiras implantada por Vargas nos primeiros anos do Estado Novo. Apesar do objetivo manifesto de cunho geopolítico destas iniciativas, podemos perceber, como nos informa Maia, que o desenvolvimento do capital também estava entre as suas pretensões:

Além da Expedição, a FBC abrigava numerosas iniciativas administrativas, econômicas e políticas. Usinas de cana (Usina Central-Sul Goiana e Usina Fronteira), estradas de ferro, bases que dariam origem a cidades, entrepostos comerciais que abasteciam as bases, um Setor Norte responsável pela ajuda para o plano de produção de borracha e uma transportadora. Algumas dessas iniciativas eram diretamente controladas pela FBC, outras, em especial os entrepostos comerciais, eram organizadas como sociedades anônimas de capital misto que deveriam gerar lucro para acionistas. Por vezes, empresários locais ofereciam instalações e negócios para aquisição pública, o que indica o espaço disponível para a especulação privada (MAIA, 2010: 630).

A FBC recebeu, como base para suas ações, o domínio de terras devolutas dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás por meio do Decreto - Lei Nº 7.561, de 18 de maio de 1945, de modo a dispor delas de acordo com as necessidades que a instituição julgasse oportunas para o esforço de desbravamento da região até a sua extinção, no ano de 1967. Nesse mesmo período a região experimentou dois grandes ciclos da borracha, o primeiro, mais expressivo, compreendido entre os anos de 1898 até 1924 e com o seu ápice, segundo Ianni (1979) em 1912; e um segundo durante a Segunda Guerra Mundial, quando aumentou a demanda pelo produto nos países envolvidos diretamente no conflito. Não é nosso intuito neste momento analisar o ciclo da borracha em maior profundidade. Por hora, importa destacar a relação deste ciclo econômico com as terras devolutas que se concentravam na nossa região de pesquisa, tal como aponta Ianni:

O aparelho estatal ainda era pouco presente na área, salvo para arrecadação de impostos. O governo do Pará não demorou em criar aí uma mesa de Rendas, para a cobrança dos direitos de extração e exportação, que se verificaram fabulosos, logo nos próximos dias. Pouco se cuidava da legalização da posse. Naquele então, predominava o controle efetivo da terra, por meio de instrumentos privados de violência.
(...) Predominavam as invasões e as posses. (IANNI, 1979: 41)

Em outra passagem, o autor indica a permanência das terras devolutas após décadas declínio do ciclo da borracha:

Predominava a produção para autossustentação, ou o consumo local, no município. Além disso, as longas extensões de terras devolutas, sem fim, contrastavam com o escasso e esparsamente povoado. Os sítios e latifúndios eram mais posses do que propriedades, tanto assim que a propriedade da terra no setor rural da região, não era um instituto totalmente enquadrável na categoria ocidental de propriedade. Havia certa flexibilidade no exercício da propriedade que comportava ocupações alheias sem preço, moradia gratuita, uso sem fiscalização, etc: comportava também o desconhecimento, pelo proprietário, do exato tamanho do imóvel, a indefinição e tolerância quanto aos limites, e as vezes o total desinteresse pela terra, que se convertia praticamente em *res nullius*, em área de ninguém... Além disso, como o Estado concorria com o proprietário particular, permitindo a larga ocupação de seus terrenos devolutos, a oferta de terra era praticamente ilimitada para o homem rural. (IANNI, 1979: 89-90)

Como podemos depreender, o “império da posse” em terras devolutas permaneceu como prática vigente em todo o país mesmo após a sua extinção com a criação da Lei de Terras. Isso só foi possível porque, como apontamos na seção anterior, a exigência de registro e medição das terras não foi cumprida por sesmeiros e demais proprietários. Contudo, ressalta-se que a facilidade e consentimento dos poderes instituídos para a ocupação de terras devolutas, tanto maior seria se associada à formação do latifúndio e apropriação capitalista. Uma vez feitos esses apontamentos sobre o contexto social e econômico do período e da região, retomamos a discussão sobre e as transformações do seu órgão gestor e o regime de terras.

A primeira delas se deu ainda durante o período imperial, com a transformação da Repartição Geral de Terras Públicas em uma Diretoria da Secretaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860 (MOTTA, 1998). A segunda foi a substituição da repartição pela Inspeção Geral de Terras e Colonização, por meio do Decreto 6.129 de 23 de fevereiro de 1876, cujas atribuições foram distribuídas posteriormente, segundo Cardoso (2010b), entre o que passaria ser a SPU, vinculada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Com a proclamação da República, parte das atribuições que cabiam à Inspeção Geral de Terras e Colonização foi transferida para a Diretoria de Patrimônio Nacional, criada pela Lei nº 2.083, de 30 de julho de 1909, para gerir as terras públicas. No governo Vargas, por meio do Decreto nº 22.250 de 23 de Dezembro de 1932, estabeleceu-se no seu primeiro artigo que “a Diretoria do Patrimônio Nacional passaria a denominar-se Diretoria do Domínio da União constituindo, para todos os efeitos, um departamento do Tesouro Nacional e compreenderá todos os serviços pertinentes aos bens da União” (BRASIL, 1932). No seu artigo 4º passaram a ser bens da União os terrenos da marinha e

os de mangues, e as ilhas situadas nos mares territoriais, ou não, e que não estejam incorporados ao patrimônio dos Estados ou Municípios; os terrenos de aluvião formados em frente aos de marinha e outros pertencentes à União; os terrenos situados à margem dos rios navegáveis no território do Acre, as ilhas situadas em rios que limitam o Brasil (BRASIL, 1932).

Com essa mudança de definição de bens da União, passaram a ser claramente estabelecidos os limites legais que caracterizam o nosso *locus* empírico, tendo em vista a localização e particularidades da região das ilhas de Abaetetuba. Por fim, com a edição do Decreto - Lei Nº 6.871 de 15 de setembro de 1944, a Diretoria de Domínio da União foi transformada em Serviço de Patrimônio da União e permaneceu com esse nome até ser substituído pela Secretaria de Patrimônio da União com a promulgação da Constituição de 1988.

No tocante ao regime de terras, com a promulgação da primeira Constituição republicana em 1891, definiu-se que: “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (BRASIL, 1891). Deste modo, os estados da federação puderam desenvolver suas próprias políticas fundiárias e o do Pará tomou a dianteira no mesmo ano com a instituição do Decreto Nº 410 de 08 de outubro que criou o título de posse de forma inédita no país, mas que segundo Torres (2008), visava a atender os pleitos das oligarquias do Estado.

Chamamos a atenção adicionalmente para outra alteração legal importante foi a publicação do Decreto-Lei Nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 que estabeleceu no que consistiam os bens imóveis da União. A importância do Decreto-Lei reside no fato ter sido outra norma que definiu com mais clareza as porções de terra que seriam objeto do Programa Nossa Várzea, tal como anota o seu Art, 1º

b) onde estão os terrenos marginais dos rios navegáveis, em Territórios Federais, se, por qualquer título legítimo, não pertencerem a particular; c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situadas na faixa da fronteira do território nacional e nas zonas onde se faça sentir a influência das marés (BRASIL, 1946).

E ainda o Art. 4º que definia com mais precisão as áreas de várzea que em seus termos “São terrenos marginais os que banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias” (idem). Este Decreto-Lei se revela importante para o nosso intuito, pois a Lei 11.481 de 31 de maio de 2007, que se constituirá em fundamental base legal para a execução do Programa Nossa Várzea, estabelecendo medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, deu nova redação para artigos do Decreto-Lei de 1946. Por outro lado, um dos complicadores para a instalação dos PAEs foi a dificuldade de confirmação de propriedade e identificação de “títulos legítimos” na região insular de Abaetetuba pelos que contestaram a delimitação dos assentamentos pelo INCRA. Sem essa comprovação, os pretensos proprietários tiveram que desocupar as ilhas e várzeas em favor dos ribeirinhos e quilombolas.

Um importante dispositivo legal, que não está relacionado diretamente com a regulação das terras, mas que se revela útil para compreender não somente as transformações até aqui apresentadas sobre a região de pesquisa, mas também com aquelas que são abordadas mais adiante, é a Lei Nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953 que criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e regulamentou o que previa a Constituição Federal de 1946. Esta lei representou a maior presença do Estado na região e tinha como principal objetivo estabelecer:

um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País (BRASIL, 1953).

Ao mesmo tempo, previa o planejamento de políticas de transporte, comunicação e energia e de aproveitamento dos recursos minerais da região. O acúmulo de informações desde os primeiros anos de República e as incursões anteriores contribuíram, a nosso ver, para a formulação do Plano e aprofundavam, nas décadas posteriores, a estratégia de modernização capitalista da região com efeitos sobre a população e o ambiente que, somados às políticas de colonização na Amazônia durante a ditadura, acentuaram os conflitos que a região já experimentava.

A criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia continha ainda dois artigos que merecem destaque. O primeiro deles é o Art. 2º em que foram definidos os contornos da área de atuação abrangendo:

a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, parte do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo de 16°, a do Estado de Goiás ao norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44° (idem).

Esta delimitação do que se convencionou chamar “Amazônia Legal” a partir da promulgação da lei, sofreu poucas alterações desde então¹⁹, posto que obedeceu a critérios políticos e que não correspondiam integralmente às características geográficas e ambientais da região. Outro artigo que merece destaque é o 22º, que estabeleceu para a execução do Plano a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a ser sediada em Belém e subordinada diretamente à Presidência da República. A SPVEA foi extinta em 1966 por meio da Lei 5.173 de 27 de outubro, que criava a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Tem-se então, a partir de 1953, a delimitação oficial da nossa região de pesquisa e as demais transformações significativas no regime de terras, em especial das devolutas ocorreriam com a criação do Estatuto da Terra na ditadura civil-militar e que analisamos a seguir.

1.5 - Estatuto da Terra, Projetos de Colonização e Federalização de Terras no Pará:

A Ditadura Civil-Militar e a Integração Autoritária da Amazônia (1964 – 1985).

Nas seções anteriores destacamos os principais aspectos das transformações no regime de terras desde o período colonial e como estas podem auxiliar na compreensão dos conflitos envolvendo a luta pela terra do grupo social pesquisado, bem como das demais populações residentes no meio rural da região. Rever a literatura produzida sobre as fases ou períodos que compõem o histórico do regime de terras e que, arbitrariamente, dividimos tal como exposto nesse capítulo, torna-se sumamente difícil para a época sobre o qual esta seção se debruça. A tarefa exige grande esforço não só pelo volume da produção acadêmica, mas também pelas possibilidades analíticas que as Ciências Sociais oferecem, pois independente da perspectiva que os autores proponham, podemos encontrar em cada uma delas pontos de contato e rebatimentos com os mecanismos de gestão de terras públicas.

Nesse sentido, mesmo certo de que diversos autores²⁰ poderiam ser acionados, chamamos atenção para o que Loureiro e Pinto (2005) informam sobre a questão fundiária na região no começo do período do qual essa seção trata:

Até meados dos anos de 1960, as terras amazônicas pertenciam basicamente à União e aos estados. Do total das terras registradas pelo IBGE, 87% constituíam-se de matas e terras incultas, que eram exploradas por milhares de caboclos e ribeirinhos que viviam do extrativismo vegetal e animal; 11% constituíam-se de pastos naturais onde antigos fazendeiros haviam assentado fazendas de gado, sendo muitas delas seculares, como as do Marajó, de Roraima e do Baixo Amazonas, cujos títulos de terra eram igualmente antigos.

¹⁹ Com a Constituição Federal de 1988 o Estado do Mato Grosso foi incluído integralmente na Amazônia Legal, apesar de se localizar na Região Centro-Oeste. Os territórios do Amapá e de Roraima foram transformados em unidades da federação sem alteração dos seus limites geográficos. Ao mesmo tempo foi criado o Estado do Tocantins, a partir da divisão do Estado de Goiás, que passou a fazer parte da Amazônia Legal.

²⁰ Sobre os autores que se detiveram em pesquisar a região amazônica e o estado do Pará especialmente, ver Velho (1972), Esterci (1979; 1987), Ianni (1979), Hebetté (1983), Emmi (1988), Castro (1989) e Martins (1986; 2009). Entre os que enfatizam as trajetórias de lutas frente à violência da modernização capitalista do meio rural para além dos limites da Amazônia, ver os trabalhos de Palmeira (1985), Medeiros (1989; 1996), Tavares dos Santos (1995), Oliveira (2001), Sigaud (2004), Torres (2008; 2012), Guerra (2013), que permitem, não só a compreensão sobre como os sucessivos regimes de terras contribuíram para a geração de exclusão no meio rural, como também dos conflitos que encetaram o surgimento de diversos atores e o engajamento de associações, sindicatos e Igreja na luta pela terra.

Essas poucas fazendas eram como que “ilhas” de criação de gado nos campos naturais (abundantes na região) e não em pastos formados em cima de mata derrubada ou queimada como hoje. A mata e os rios estavam preservados e eram aproveitados pelos habitantes como fonte de alimento, trabalho e vida. Somente 1,8% das terras estavam ocupadas com lavouras e só metade delas possuía título de propriedade privada. A quase totalidade das terras da Amazônia era, portanto, constituída por terras públicas e “livres” de titulação como propriedade privada. Eram ocupadas por milhares de pequenos posseiros, que nelas haviam constituído seu trabalho efetivo (como extrativistas na coleta de frutos, raízes, óleos, resinas e sementes das matas, em geral exportados para os mais diversos fins – industriais, medicinais ou alimentares; ao lado disso cultivavam roçados minúsculos, plantavam pomares e hortas nos quintais e praticavam a pesca em rios e lagos). Os naturais da região habitavam essas terras secularmente, sem disputa ou conflito, assim como muitos migrantes de longa data (LOUREIRO & PINTO, 2005: 77).

Os dois autores não mencionam os diversos conflitos que ocorreram na região, sejam eles com as populações indígenas ou durante a escravidão, dos quais a Cabanagem é um caso exemplar. Não tratam tampouco daqueles ocorridos nos ciclos da borracha e da castanha que tiveram seu auge nos períodos 1926-64 em especial na região de Marabá (EMMI e MARIN, 1996). Apesar disso, eles nos mostram o predomínio das terras devolutas na região. Não mencionam também o fato de que as atividades que mencionam se baseavam na superexploração da população local e migrante, especialmente durante o ciclo da borracha e da castanha, quando o sistema de aviação e de barracões²¹ impunha condições degradantes de trabalho. Por sua vez, indicam que a pecuária, embora praticada no estado do Pará desde o período colonial, não implicava em desmatamento de grandes áreas. Contudo, o que nos importa reter é que os autores informam que quase a totalidade das terras eram públicas ou “livres” e, a nosso ver, duas explicações seriam possíveis. A primeira delas está relacionada com os regimes anteriores de terras e, portanto, com os ciclos econômicos mais expressivos do país que não tinham a região como objeto principal de interesse. A segunda explicação relaciona-se com o próprio ambiente natural amazônico que teria dificultado a penetração e exploração econômica mais intensa, o que implicava em menos demanda por terras públicas, apesar das iniciativas da Coroa para o povoamento da região, com por exemplo, a criação da Lei de Diretório dos Índios de 1758, cujos efeitos para a formação do grupo social pesquisado comentamos no Capítulo III.

Esse quadro foi fortemente alterado na região da nossa pesquisa durante o período que esta seção analisa e com o golpe civil-militar em 1964, a região amazônica, cujas atividades econômicas haviam se centrado até então no extrativismo (principalmente drogas do sertão, madeira, diamante, castanha e no caso particular de Abaetetuba de borracha e cana) passa a ser objeto de transformações profundas em seu território. Do ponto de vista econômico, tais transformações foram centradas na dotação de infraestrutura, sobretudo rodovias, incentivos fiscais para empresas nacionais e estrangeiras com vistas à instalação de empreendimentos agropecuários e de mineração²² na região, tal como apontam Loureiro e Pinto:

²¹ Desde finais do século XIX as grandes casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus eram responsáveis por fornecer os insumos para a permanência dos seringueiros por longos períodos nas matas. De modo análogo, tal prática se deu na extração da castanha, segundo Velho (1972), quando o *aviador* assume maior destaque. Nos dois casos, o que havia em comum era o processo análogo ao da escravidão baseado nas dívidas contraídas pelos seringueiros e castanheiros para a execução do trabalho. Sistema semelhante foi acionado na região das ilhas e várzeas de Abaetetuba durante o ciclo local da cana.

²² Segundo Stella (2009): “Em de 1967, a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da U. S. Steel Corporation descobriu uma grande reserva de minério de ferro no Pará, na Serra dos Carajás, que começaria a ser explorado na década seguinte em parceria com a Cia Vale do Rio Doce, a qual, a partir de 1970 passava a ter participação majoritária nesse projeto” (STELLA, 2009: 112).

A proposta baseava-se em oferecer inúmeras vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem investir novos capitais nos empreendimentos que viessem a se instalar na região. Seu principal instrumento eram os incentivos fiscais, reorientados legalmente em 1967, principalmente para a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades que, simultaneamente, requerem grandes quantidades de terra, destinam-se à exploração de produtos primários ou semi-elaborados e geram poucos empregos. Eram concedidos (via Sudam e Basa) aos empresários por longos períodos (dez a quinze anos). Por meio dos incentivos fiscais, as grandes empresas beneficiadas poderiam destinar uma parte ou até a totalidade do imposto de renda que deveriam pagar ao governo, para criar com aqueles recursos novas empresas na região. Além disso, o governo ainda disponibilizava recursos financeiros a juros muito baixos e até negativos e concedia um sem-número de outras facilidades. Dessa forma, o Governo Federal abriu mão do dinheiro com o qual poderia modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região ou para investimentos sociais, como escolas, hospitais etc.; preferiu transferir esses recursos para grandes empresas (LOUREIRO & PINTO, 2005: 78).

A estratégia de integração do “vazio demográfico” amazônico adotada pelos militares inaugurou um novo ciclo econômico baseado na agropecuária, mineração e extração de madeira, atividade esta que até aquele momento não tinha se dado de forma intensa e regular. Além dos incentivos fiscais e posteriormente a garantia de crédito por meio da SUDAM e do Banco da Amazônia S/A (BASA), restava o manejo do principal meio disponível para tal esforço, qual seja, as terras devolutas. Destacamos três dispositivos legais que julgamos fundamentais para o nosso intuito. O primeiro é a Lei Nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964 que criou o Estatuto da Terra²³ e pretendeu estabelecer as condições para a reforma agrária e política agrícola, além de definir o significado de “imóvel rural”, “propriedade familiar”, “minifúndio”, “latifúndio”, “empresa rural” e “colonização” tal como inscrito no seu quarto artigo. Os artigos 9º, 10º e 11º tratavam especificamente das terras públicas. Neste último estava a determinação de que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) promovesse:

Discriminação das terras devolutas federais, restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas (BRASIL, 1964).

Caberia ainda ao IBRA, por meio de convênios com Estados e Municípios os mesmos poderes na gestão de terras nas faixas de fronteira²⁴, além de “harmonizar as peculiaridades regionais com os altos interesses do desbravamento através da colonização racional” (idem,

²³ Semanas antes da promulgação do Estatuto da Terra foi aprovada a Emenda Constitucional Nº 10 de 9 de novembro de 1964 que alterou os artigos 5º, 15, 29, 141, 147 e 156 da Constituição Federal de 1946. Os artigos em questão trataram da alteração da competência em favor da União legislar sobre “direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico, do trabalho e agrário”, a instituição de impostos sobre a propriedade rural e cessão de poder aos municípios para tributar a propriedade urbana. Ao mesmo tempo, passava a estabelecer os critérios de desapropriação e indenização de propriedades para fins de utilidade pública e reforma agrária e previu que os Estados deveriam garantir prioridade na aquisição de até cem hectares, aos posseiros ocupantes de terras devolutas. Nota-se, especialmente neste artigo, as referências às categorias “posseiro” e “lavrador” como ocupantes típicos de terras públicas, devolutas ou não, marginalizando demais grupos sociais do meio rural que não estivessem em tal condição.

²⁴ A Lei Nº 2.597 de 5 de julho de 1955 estabelece a extensão da faixa de fronteira, considerada zona de defesa do país, com 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional e por meio do Decreto-Lei Nº 1.094 de 17 de março de 1970 fica sob gestão da Comissão Especial de Faixa de Fronteira, que estabelece, inclusive, os critérios para ocupação de terras devolutas nesta área. Esta lei foi revogada pela Lei Nº 6.634 de 2 de maio de 1979 que não alterou a extensão da faixa de fronteira e transferiu para o Conselho de Segurança Nacional a responsabilidade por sua gestão.

ibidem). Nos artigos destinados especificamente à reforma agrária (Art. 16 até o Art. 26) foram estabelecidos os critérios para a desapropriação e distribuição de terras. Cumpre destacar a continuidade em relação à Lei de Terras de 1850 que já previa, mediante indenização justa, a desapropriação de terras e reincorporação destas ao patrimônio público. Já o Art. 26 merece destaque, pois determinava que não seriam utilizados nos objetivos do Estatuto da Terra os “terrenos de marinha e seus acrescidos na orla oceânica e na faixa marginal dos rios federais, até onde se faça sentir a influência das marés, bem como a reserva à margem dos rios navegáveis e dos que formam os navegáveis” (BRASIL, 1964). Ou seja, as porções de terra onde se fixou a população ribeirinha na Amazônia permaneciam como propriedade da União, o que não impediu os conflitos e a exploração econômica das ilhas e várzeas mediante violência e apropriação ilegal destas terras.

O Capítulo II da Lei, que definiu em seus artigos os critérios para a “Colonização Oficial”, evidenciou a ambiguidade do Estatuto da Terra. Por um lado, previa a realização da reforma agrária para a promoção de justiça social e “bem-estar” do trabalhador rural, e por outro, a colonização oficial e dirigida, que nos anos seguintes se revelaria como o principal instrumento de ocupação das terras no Pará, confirmando a estratégia da ditadura civil-militar para a região. São quatro os trechos do Estatuto que confirmam nosso argumento. O primeiro encontra-se no Art. 55 que delegava ao poder público “a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindustriais” (idem). O segundo trecho encontra-se no Art. 56, inciso V, que previa que a colonização deveria se dar em terras já incorporadas ao patrimônio público e preferencialmente em “áreas de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do País”. Esse dois trechos dariam sustentação, nos anos seguintes, a dois dispositivos legais que alterariam o ordenamento territorial do Pará e que analisaremos adiante: o Projeto de Integração Nacional (PIN) e a federalização de 66% das terras do estado.

Nos artigos 98º e 99º se estabelecia a possibilidade de legitimação de posse por meio da transferência de domínio das terras devolutas aos posseiros, cujo título seria expedido pelo IBRA. Nos dois instrumentos legais podemos ver a diferença entre formas de posse. Enquanto no XIX o “posseiro” se valia da ausência de legislação e de garantias de posse da terra, de tal modo que este momento fosse anotado pela literatura como a “fase áurea” deste tipo social, com o Estatuto da Terra ele vivia a expectativa de ter legitimada a sua ocupação, tal como a lei previa.

Nos termos de Guerra (2013), no campesinato do Sudeste Paraense o posseiro estaria localizado entre o sem-terra e o proprietário. Essa era a característica da região pesquisada pelo autor, mas que podemos adotar ainda que com riscos de generalizações precipitadas. A identidade do grupo, segundo o autor, era forjada no trabalho familiar sobre a terra, ocupação de áreas sem donos e posterior expulsão para outras regiões e pela violência. O Estatuto da Terra foi e é objeto de críticas de diversos autores que pesquisam as transformações no meio rural brasileiro. Oliveira (2001) faz uma análise oportuna sobre este sujeito histórico, dialogando com a literatura produzida sobre esse grupo social:

A década de 70 foi marcada sobretudo pela luta dos posseiros na Amazônia. O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários, de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência. Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região (OLIVEIRA, 2001: 191).

A ambiguidade do Estatuto da Terra consistia em prever a justiça social, a legitimação da posse e, ao mesmo tempo, modernização agrícola com colonização oficial ou “contra-reforma” no mesmo dispositivo legal, como informa o autor em referência a Ianni:

O Estatuto da Terra, tornado lei pelo regime militar, era lei morta. A colonização na Amazônia aparecia como autêntica contra-reforma; como escreveu Octavio Ianni, após 20 anos, os militares não permitiram sequer que do Estatuto saísse um plano nacional de Reforma Agrária. Foi a “Nova República” que se incumbiu dessa missão histórica, sem entretanto obter o apoio de sua base aliada no PMDB, no PFL, e dos latifundiários, enfim, esqueceu-se que para o Estatuto se tornar Plano havia de ser superado o fosso controlado pelos especuladores rentistas. Aliás, mais que isto, o fosso estava controlado pela aliança entre os setores nacionais do capital mundializado e, agora, territorializados (OLIVEIRA, op. cit.: 192).

Ao operar com uma lógica distributivista, tendo a empresa familiar como modelo ideal e outra produtivista orientada pela “concentração de terra, capital e trabalho, e consolidação da grande empresa capitalista” (BRUNO, 1995: 13), o Estatuto da Terra lança as bases das transformações no regime das terras públicas que se acentuariam nos anos seguintes, como resume a autora em uma perspectiva semelhante à de Oliveira:

Por fim, a estratégia da política econômica mais geral, que viria a definir os marcos de uma orientação política produtivista já apontava, desde então, para a opção que prevaleceria nos anos 70, por aquilo que se convencionou chamar de “modernização conservadora” - um modelo de desenvolvimento concentrador de terra, de capital e poder (BRUNO; op. cit: 13).

Ambos autores indicam os fundamentos do que viria com a ascensão da *linha dura* na ditadura. Nos anos 1970 a modernização capitalista autoritária consolidou-se na Amazônia e no estado do Pará especificamente, manifestando-se de forma intensa por meio dos outros dois dispositivos legais que promoveram alterações no regime das terras públicas e que precisam ser compreendidos de modo coordenado, já que se tratavam de normas complementares. O primeiro foi o Decreto - Lei Nº 1.164 de 1º de Abril de 1971 que criou as condições para a instalação dos Projetos de Integração e Colonização (PIC) e declarou “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal”, estando incluído no bojo das ações previstas e financiadas pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Em todos os estados da Amazônia Legal foram projetadas rodovias para que, a partir do eixo de cada uma delas pudesse ser efetivada a colonização oficial da região, por meio da instalação dos projetos de colonização na faixa de terras devolutas cuja largura era estabelecida no decreto.

Sob o lema “terra sem homens para homens sem terra”²⁵ os PICs representaram a federalização de mais de 66% das terras do estado do Pará, passando a ser bens da União as porções de terra devolutas abrangidas pelo Decreto-lei, tal como anotava o seu artigo 2º:

O Decreto-Lei Nº 1.106 de 16 de junho de 1970 que criava o Programa de Integração Nacional dotado de um montante de dois bilhões de cruzeiros que seriam destinados ao financiamento de obras de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste]. A primeira etapa que deveria ser executada era a “construção imediata” das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (Art. 2º), reservando “para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica (BRASIL, 1970).

²⁵ Slogan adotado no governo Médici para divulgar a implantação do PIN e PIC.

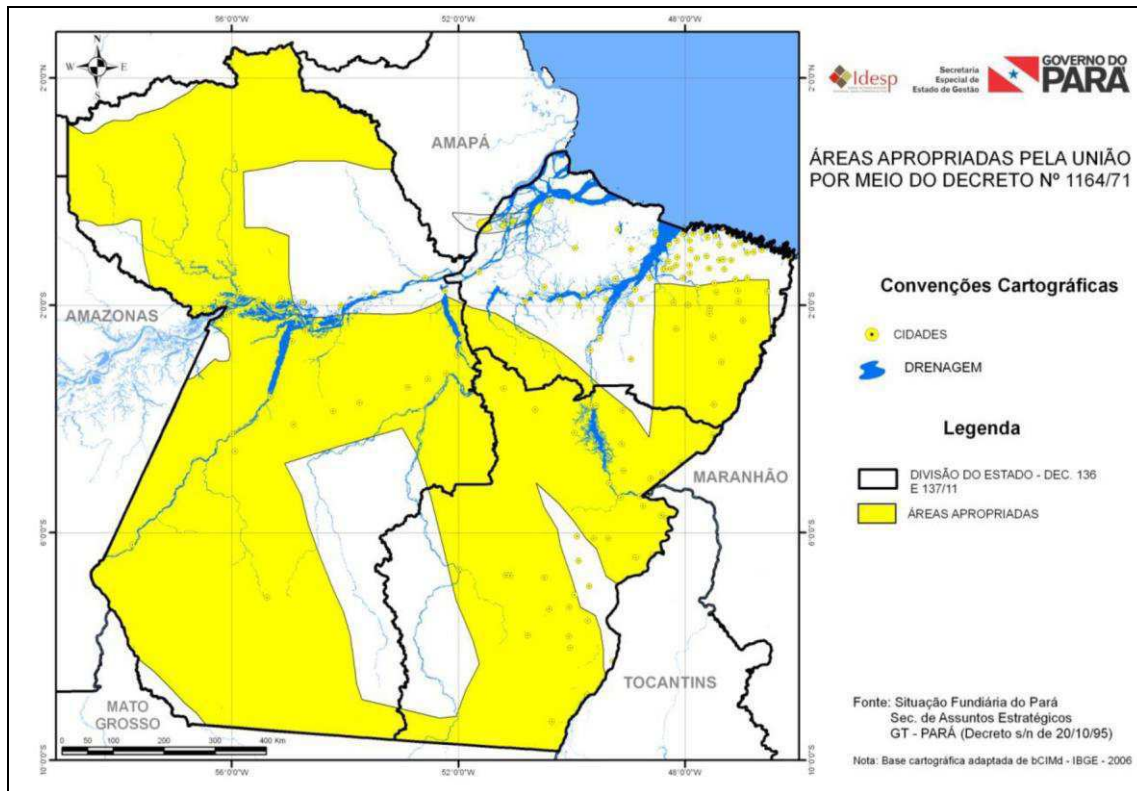
Da criação dos PICs dois aspectos merecem atenção. O primeiro deles é o lema adotado por Médici para impulsionar o programa que, ao ser referir à Amazônia como “terra sem homens”, ignora as populações que historicamente residiam na região. Caberia ao recém-criado²⁶ INCRA o reconhecimento das posses legítimas com morada habitual e cultura efetiva existentes nas faixas de terras devolutas integrantes dos projetos, e ao Conselho de Segurança Nacional (Art. 4º) caberia o estabelecimento das normas para a colonização e ocupação das terras, bem como a exploração de indústrias²⁷ que interessassem à segurança nacional. As populações indígenas, posseiros, quilombolas, remanescentes dos ciclos da borracha, ribeirinhos e populações dos núcleos urbanos das capitais da região e de outras cidades não foram considerados na estratégia de ocupação, tampouco no manejo das terras devolutas.

A chegada dos migrantes à região, juntamente com as empresas agropecuárias e mineradoras, ensejou intensos e prolongados conflitos, inicialmente nas regiões entre Marabá e Altamira e entre Altamira e Itaituba. O segundo aspecto que destacamos é a limitação da atuação do extinto IBRA e do recém-criado INCRA no âmbito do PIC. Com efeito, restringiu a regularização de ocupação das posses existentes nas faixas do programa, contrariando o que previa o Estatuto da Terra em seu Art. 58º no tocante à função destes órgãos em executar a colonização oficial, tarefa que ficou a cargo do Conselho de Segurança Nacional.

O documento “Estado Do Pará: (Di)visões territoriais perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais”, elaborado em 2011 pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), no âmbito da discussão anterior ao plebiscito que consultaria a população do estado sobre a proposta de divisão do território em três novas unidades da federação (Carajás, Pará e Tapajós), mostra que a federalização das terras devolutas que haviam sido parcialmente transferidas nos primeiros anos de República para o estado, retornaram ao controle federal, retirando das oligarquias estaduais o controle sobre a gestão destas terras, tal como ilustra a **Figura 1**.

²⁶ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi criado por meio do Decreto - Lei Nº 1.110 de 9 de julho de 1970 que também extinguiu o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA). Todos os funcionários do IBRA, INDA e GERA seriam transferidos para o novo órgão.

²⁷ O Decreto Nº 68.524 de 16 de abril de 1971 foi editado de modo coordenado ao dispositivo de criação dos PICs, pois definia a participação da iniciativa privada nos projetos de colonização e reforma agrária nas terras devolutas integrantes do PIN, cabendo ao INCRA autorização para as empresas colonizadoras instalarem os projetos nas áreas determinadas.



Fonte: IDESP, 2011; p. 19

Figura 1 - Área federalizada do Estado do Pará em 1971.

A implantação dos PICs consistiu na formação de lotes de 100 hectares cujas dimensões variavam entre 500 x 2.000m, para os localizados nas margens das rodovias já concluídas, e 400m x 2.500m para os dispostos ao longo das estradas vicinais construídas em intervalos de cinco quilômetros perpendicularmente às rodovias. O processo criou no território o efeito conhecido como “espinha de peixe”, que pode ser visualizado por meio de imagens de satélite e de fotografias aéreas. A criação desses eixos de penetração no território paraense foi acompanhada da promessa de criação de infraestrutura, o que levou à formação de novos municípios e à migração de contingentes de trabalhadores rurais. Os PICs, em sua primeira etapa, foram construídos ao longo da rodovia Transamazônica, implicando em supressão da vegetação e instituíram um novo padrão de ocupação fundado na relação rodovia – terra firme, posto que os lotes se encontravam afastados das áreas inundáveis do território. Com o avanço da migração e a consolidação da estratégia de colonização oficial, outras modalidades surgiram na medida em que se ampliava a oferta de crédito para expansão da fronteira agrícola e urbanização, tal como nos informa Leal:

Os diferentes tipos de projeto foram planejados para serem organizados administrativamente em núcleos hierarquicamente dispostos, segundo número de famílias, serviços públicos, comércio, indústria, etc., e classificados da seguinte forma: Agrovila – essencialmente residencial, habitada por rurícolas, “bairro rural” onde se localiza a escola primária (se possível, também uma creche e um jardim de infância), contém pequeno comércio. A população será determinada pelo número de crianças necessário ao funcionamento de uma escola rural, de maneira pedagógica e econômica; Agrópolis – comunidade residencial com predominância de rurícolas. Há também habitantes que trabalham em pequenos estabelecimentos agroindustriais. Possui maiores implementos sócio-econômicos que a agrovila. Além da escola primária (com creche e jardim de infância), deverá ter uma escola secundária, um comércio maior, cooperativa, pequenas agroindústrias, armazéns, patrulhas mecanizadas, etc; e Rurópolis – comunidade não só

residencial, mas também destinada ao comércio e à indústria, serviços sociais, culturais e de saúde (LEAL, 2010: 09).

O Programa de Integração Nacional com sua estratégia de colonização oficial buscava tanto a expansão da fronteira agrícola e disponibilização de mão de obra para consolidação da modernização capitalista quanto desmobilização da luta por reforma agrária em outras regiões do país, se constituindo na mais expressiva intervenção de terras públicas no período recente, sobretudo em território paraense. Com a federalização, as terras que haviam sido transferidas do domínio do estado do Pará para o atendimento dos objetivos do PIN foram progressivamente recebendo menos investimentos e abandonadas pelo governo federal no final dos anos 1970, tendo em vista a crise econômica do período e a falta de recursos para sua continuidade. Caberia ao INCRA a criação de projetos de assentamento em parte destas terras, mas sem a mesma intensidade para promover a ocupação como nos anos iniciais do PIN, até a transferência definitiva de domínio das terras para os estados da região Norte.

Nesse sentido foi promulgado o Decreto-Lei Nº 2.375 de 24 de novembro de 1987 – e este é o terceiro dispositivo legal que pretendemos destacar, posto que deixava de considerar indispensável à segurança nacional as faixas de terras devolutas destinadas aos Projetos Integrados de Colonização. Estavam excluídas dessa reversão de domínio aquelas localizadas nas faixas de fronteira e nos municípios de Humaitá (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Caracará (RR), Porto Velho (RO), Ji-Paraná (RO), Vilhena (RO), Altamira (PA), Itaituba (PA), Marabá (PA) e Imperatriz (MA), tal como anotado nos incisos I e II do Art. 1º do Decreto. A partir de então, as terras devolutas que até aquele momento eram destinadas aos PICs, seriam incorporadas aos bens dos estados e territórios, mantendo-se como públicas aquelas destinadas ao interesse social, projetos de colonização e as afetadas para uso comum e interesse especial. A afetação das terras devolutas e suas formas de discriminação já havia sido definida pela Lei No. 6.383 de 7 de dezembro de 1976, em um claro indício de que o modelo de colonização oficial se esgotava. Caberia ainda ao Decreto-Lei a afetação de uso especial do Exército nas terras públicas dos municípios excluídos do interesse da Segurança Nacional.

Todo esse complexo de dispositivos legais que alterava o regime de terras da Amazônia no período em questão, somou-se àqueles editados pelos Estados a partir da Constituição de 1891. Nesse sentido, por meio do decreto estadual Nº 410 do mesmo ano, o estado do Pará foi o pioneiro (CARDOSO, 2010b) em estabelecer legislação própria para as terras sob sua responsabilidade. O decreto estadual excluía das terras devolutas aquelas cujas posses estivessem sujeitas a legitimação. Contudo, com a federalização de 66,26% do seu território, a prerrogativa de legitimação das posses caberia à União, que tinha como principal objetivo a colonização oficial. O que aconteceu no estado do Pará segundo Torres (2008) foi um verdadeiro confisco de terras devolutas. Como não houve diálogo com os estados para se evitar sobreposição de competências, terras e instrumentos jurídicos, no caso específico do Pará, o resultado, tal como Torres (2008) informa, foi a transformação dos conflitos jurídicos em disputas reais:

O governo estadual não tinha controle do que alienava e os adquirentes, em sua maioria eram do centro-sul e sequer imaginavam onde ficavam essas terras, que só serviam, então, como reserva de capital. Com a abertura das rodovias, essa situação mudou. Ocorre uma valorização das terras e esses compradores foram atrás destas terras. Eis então que se estabelece uma trágica e kafkiana situação: deparam-se frente a frente, os colonos, com títulos federais, e os investidores do centro-sul, com títulos estaduais. A “Lei do cão” é o instrumento para se resolver essa demanda. E pior, muitas vezes com o auxílio da polícia militar, que passa a ser instrumento, a serviço dos grandes proprietários de terra, de opressão contra os posseiros (TORRES, 2008: 228-229).

Como parte das terras devolutas não havia sido arrecadada nos anos 1970 e, portanto, não possuía inscrição no Serviço de Patrimônio da União, a “lei do cão” foi o expediente adotado para

se dirimir os conflitos de terra. Decerto a apropriação ilegal de terras públicas, como buscou evidenciar este capítulo, marcou o histórico do regime de terras do país. Salvo melhor juízo, somente durante o período 1822-1850 tal apropriação não poderia ser considerada ilegal, haja vista a ausência de dispositivos legais para promover tal ordenamento sobre as terras públicas. Ainda que a apropriação ao longo do tempo tenha envolvido conflitos, violência, conivência dos poderes públicos e predomínio dos ocupantes com maior poderio econômico, foi nesse período, iniciado com a federalização de terras devolutas em 1971, que a apropriação ilegal de terras, especialmente no estado do Pará, ganhou o estatuto que ficou comumente conhecido como *grilagem*. Muito embora praticada em diferentes regiões e épocas, na modernização autoritária da Amazônia ela ganha relevância e permite a compreensão dos conflitos da região.

Com a promulgação da Constituição de 1988 com os Art. 184º, 185º e o Art. 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias criaram-se as condições para a incorporação de parte dos pleitos destes novos sujeitos e surgiram outras formas de regulação das terras devolutas sob domínio da União, com vistas ao atendimento da função social da propriedade, conferindo outro sentido a apropriação das terras públicas. Os rebatimentos destas alterações que criaram as condições para, ao menos formalmente, garantir o acesso à terra das comunidades ribeirinhas é o que pretendemos investigar no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE DA UNIÃO E TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

No presente capítulo passamos em revista aspectos constitutivos da trajetória das políticas de regularização fundiária implantadas nas terras ocupadas pelos ribeirinhos de Abaetetuba, seus mecanismos institucionais de funcionamento, impasses que impedem sua plena realização e as percepções dos entrevistados acerca das políticas. Para tanto, fazemos de início uma breve digressão sobre as principais alterações promovidas desde a redemocratização em 1985, no tocante à gestão de terras públicas, de modo a localizar as políticas em face de seus principais marcos jurídicos. Nos primeiros anos após o fim da ditadura civil-militar, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) de 1985 e a promulgação da Constituição Federal em 1988 deram os contornos gerais das políticas que seriam implantadas para as populações ribeirinhas, muito embora, ainda neste momento, o grupo social ainda não se autodefinisse deste modo. Estes dois documentos subsidiaram a edição de portarias específicas do INCRA destinadas à implantação dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), modalidade de assentamento voltado às populações tradicionais e extrativistas.

Posteriormente se somaria a estas a mudança de missão institucional da SPU, passando da função meramente arrecadatória, em 2003, para a função social dos bens da União, em que habitação e regularização fundiária constituíam os principais objetivos. Tal mudança criou, juntamente com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, as condições jurídicas e políticas para que as comunidades residentes nas áreas de várzea pudessem ser incluídas nas ações de regularização fundiária instituídas pela SPU, especialmente o Programa Nossa Várzea, cujos principais instrumentos legais são aqui mencionados. Ao mesmo tempo em que acionamos tais normas, descrevemos os mecanismos gerais de aplicação das duas políticas fundiárias, e, tanto quanto possível, o fazemos por meio de excertos das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Assim, cotejamos as percepções de técnicos do INCRA e da SPU, das lideranças ribeirinhas do MORIVA e de demais moradores das ilhas e várzeas, com os aspectos normativos das políticas de modo a esboçar uma compreensão geral de como estas incidiram sobre o público alvo.

Os impasses processualísticos das duas políticas fundiárias destinadas à população pesquisada, relacionados ao quadro fundiário no Estado do Pará, e as informações obtidas nas entrevistas com gestores do INCRA e da SPU que são aqui coligidas, nos permitem formular duas ordens de questões: institucional e legal. A primeira delas é que o grau de articulação entre os órgãos envolvidos e a mobilização do grupo social modularam a abrangência e a eficácia das políticas em questão e, em grande medida, refletem o quadro analítico elaborado por Delgado e Leite (2011) ao se debruçarem sobre as experiências de desenvolvimento territorial rural sob o comando da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento

Agrário (MDA). Na análise empreendida pelos autores sobre três Territórios da Cidadania²⁸ (Baixo Amazonas, Paraíba e Rio Grande do Sul), dois atributos, ainda que apareçam de modo rudimentar, no caso de Abaetetuba, são acionados pelos autores e são considerados centrais para a normatização da política e para a lógica da ação pública.

O primeiro atributo refere-se à descentralização das políticas públicas e que têm na formação de arenas específicas para alcance de objetivos, por meio da implantação de espaços em nível territorial, uma importante estratégia para a gestão social e governança. O segundo atributo refere-se ao protagonismo dos atores que visavam eliminar “interferências político-partidárias e das oligarquias locais no processo decisório” (DELGADO e LEITE, 2011). Nesse sentido, a representatividade dos atores locais no monitoramento e execução da política se dá por meio de incentivos à participação nas arenas decisórias, entendendo, inclusive os conflitos entre os atores como “uma etapa constituinte e intransferível do processo participativo” (idem, p. 441). Mesmo guardadas as devidas proporções entre as políticas que analisamos e a dos autores em questão, é possível perceber que esses dois processos (descentralização e protagonismo dos atores) estão presentes, especialmente na implantação dos PAEs pelo INCRA.

Para Nelson Delgado e Sergio Leite, a noção de território passa a ter centralidade na implantação da política, posto que pode ser caracterizado a partir de critérios multidimensionais (DELGADO & LEITE, 2011), tais como geografia, ambiente, cultura, política e instituições. Em que pese não acionarmos diretamente a noção de território, a multidimensionalidade se manifesta de modo semelhante em nossa região de pesquisa, com vistas não só a garantir o direito a terra, mas conciliar desenvolvimento sustentável com participação ampliada dos atores. Portanto, a construção de novas institucionalidades²⁹ se constituiu em consequência desejada no bojo da implantação da política de modo democrático e participativo, considerando as múltiplas dimensões do território em questão. E, no caso de Abaetetuba, como pretendemos demonstrar, as políticas fundiárias destinadas aos ribeirinhos em certa medida exigiram um arranjo entre diferentes órgãos estatais e os atores locais.

A segunda questão é que os impasses processualísticos que as políticas fundiárias aqui analisadas ensejaram, relacionam-se em grande medida com as ambivalências dos dispositivos legais que mobilizam direitos gerais e específicos com rebatimentos nas duas políticas de regularização fundiária que examinamos. Nesse sentido, acabaram por refletir uma tensão entre políticas de igualdade e de diferença, naquelas destinadas ao grupo e que aqui descrevemos. Muito embora, como exporemos no Capítulo IV, a pauta de reivindicações do grupo extrapole o acesso à terra nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, com a luta por políticas públicas mais abrangentes, o componente identitário, construído politicamente com a autodefinição do grupo como ribeirinho é mobilizado para reivindicar o acesso a direitos. Tanto o direito à terra tratado de modo mais universal quanto a valorização dos diversos grupos sociais constitutivos da sociedade brasileira anotada na legislação infraconstitucional e na própria Carta Magna, evidenciam o reconhecimento

²⁸ Criado em 2008, o programa atua com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. Tratava-se de uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania.

²⁹ Por novas institucionalidades estamos entendendo o conjunto de instituições (regras de funcionamento, normas existentes – explícitas e implícitas – e organizações colegiadas) criadas pelos programas federais para conduzir a gestão social, a governança e a escolha dos projetos estratégicos da política territorial, com a participação de representantes do Estado e da sociedade civil. Esta nova institucionalidade territorial é, então, uma aproximação ao que foi chamado, na literatura recente, de “espaços públicos de participação”, nos quais as decisões sobre a abrangência do conceito de público e sobre as políticas públicas – em geral setoriais, mas não apenas – não se restringem exclusivamente ao âmbito dos atores ou agentes estatais, mas são efetivadas através de sua inter-relação com atores da sociedade civil representados nesses espaços (DELGADO & LEITE, 2011: 444-445).

como um dos objetivos das políticas em questão. Essa impressão se confirma quando a reivindicação por reconhecimento e valorização identitária é acionada pelos entrevistados para exigir a implantação dos PAEs e execução do Programa Nossa Várzea.

2.1 - O I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e a Constituição Federal de 1988

O I Plano Nacional de Reforma Agrária foi aprovado por meio do Decreto Nº 91.766 de 10 de Outubro de 1985 e pretendia, a partir de um viés desapropriacionista, atingir os objetivos estabelecidos pelo Estatuto da Terra, potencializando, por outro lado, temas nele contidos. O documento divide-se em duas partes. Na primeira são apresentados os seus pressupostos e, na segunda, o Plano propriamente dito. A primeira parte do documento ressalta a necessidade “de incentivar a exploração racional da terra” cujos instrumentos haviam sido formulados pela Emenda Constitucional Nº 10 de 9 de novembro de 1964, como expusemos no capítulo anterior.

Dentre os princípios anotados no I PNRA, o cumprimento da função social da propriedade e o atendimento dos objetivos e metas definidas pelo Estatuto da Terra se revelam centrais nesta parte do documento. Chama atenção a ênfase dada aos critérios de desapropriação, mediante pagamento de indenização em dinheiro ou em Títulos da Dívida Agrária (TDA), que excluíram, com base no Estatuto da Terra as empresas rurais e as terras produtivas. No tocante às terras devolutas dos três níveis da federação, estavam destinadas à reforma agrária; e aquelas sem destinação específica deveriam, conforme o I PNRA, ser utilizadas para fins de assentamento. As atividades de discriminação, regularização e arrecadação das terras foram os instrumentos definidos como indispensáveis para o assentamento de beneficiários. Este tema abordado pelo documento se revela importante, sobretudo no que diz respeito às terras do Pará, tal como se viu no capítulo anterior. Durante a instalação dos Projetos de Integração e Colonização (PIC) na Amazônia Legal a partir de 1971, no contexto de modernização autoritária da região amazônica, o confisco de terras no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN) levou à indefinição - com o abandono dos PICs a partir de meados de 1970, ocasionada pela crise da dívida e falta de recursos - de quais terras seriam devolutas e as que pertenceriam ao Estado e municípios, ou ainda tinham sido arrecadadas para colonização e instalação de empreendimentos agropecuários. O que a reforma agrária prevista pelo Plano continha em seus princípios, além da desapropriação, era a utilização das terras públicas, mediante discriminação para que se tornassem recursos fundiários disponíveis. Como exporemos mais adiante, esse princípio contido no I PNRA estruturou as políticas fundiárias destinadas aos ribeirinhos de Abaetetuba.

Na segunda parte do documento foram apresentados os objetivos e metas propriamente ditos que expressavam a “consonância com as diretrizes gerais de ação do Governo da Nova República” (I PNRA, p. 16). O seu objetivo geral tratava da promoção da melhor distribuição de terras, por meio de modificações do regime de posse com a progressiva eliminação do latifúndio e do minifúndio. Dentre os objetivos específicos, destacavam-se a diminuição do êxodo e a promoção da paz social no meio rural, mediante a erradicação dos focos de tensão. Estes objetivos nos permitem estabelecer nexos com a nossa região de pesquisa, sobretudo quando se considera a dinâmica de conflitos no estado do Pará que se agravaram com a consolidação da apropriação ilegal de terras públicas para a instalação de empreendimentos agropecuários e expulsão da população remanescente dos ciclos econômicos anteriores. Os beneficiários da reforma agrária eram trabalhadores sem terra, posseiros, arrendatários, parceiros, assalariados rurais. As estimativas contidas no documento tratavam de um contingente entre seis e sete milhões de famílias a serem atendidas. Portanto, as metas estabelecidas visavam não só se adequar a um período de tempo exequível para serem atingidas, como também “à situação econômica e política do país”, como se vê a seguir:

PERÍODO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS (mil)
1985 - 1986	150
1987	300
1988	450
1989	500
TOTAL	1.400

NOTA: (*) Adotou-se em todos os períodos o ano civil em lugar do ano agrícola pela facilidade de enquadramento no orçamento.

Fonte: I PNRA, 1985

Figura 2 - Metas de Famílias Beneficiárias do I PNRA no Brasil para o quadriênio 1985-1989

As metas indicavam uma gradação que correspondia às capacidades operacionais do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD), cuja criação se deu no mesmo decreto de aprovação do I PNRA e teria o INCRA como órgão responsável pela sua execução. A estratégia de implantação do Plano foi centrada na articulação de três tipos de programas com naturezas e níveis hierárquicos distintos, mas complementares. O primeiro tipo e principal programa do Plano era o de assentamento de trabalhadores rurais e se baseava nas ações de desapropriação por interesse social para permitir o acesso desse grupo à propriedade rural. O segundo tipo de programas eram os complementares e deste grupo merece destaque o de Regularização Fundiária, posto que criou as condições para as políticas implantadas nas ilhas e várzeas de Abaetetuba por meio de portarias específicas emitidas pelo INCRA que aprovam a metodologia de instalação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)³⁰, como se verá adiante. Este programa deveria levar em consideração por meio de suas Diretrizes Operacionais os seguintes aspectos:

1ª - Dar prioridade às áreas em conflito e mais habitadas para a execução de ações discriminatórias, sem prejuízo daquelas que fazem parte dos programas sob a responsabilidade dos Governos Estaduais.

2ª - Levar em consideração, na regularização fundiária, além da propriedade familiar, as formas de exploração condominial da terra, dos recursos hídricos e florestais, de maneira que os trabalhadores rurais tenham acesso a bens fundamentais efetivamente incorporados a sua economia.

3ª - **Reconhecimento de posse e titulação** capazes de respeitar áreas de usufruto comum. A orientação a ser adotada refere-se à demarcação dessas áreas, que não pertencem individualmente a nenhum grupo familiar, **e que lhes são essenciais, como áreas de extrativismo vegetal, fontes d'água, pastagens naturais, igarapés e reservas de mata.**

4ª - Utilizar, sempre que necessário, o instrumento previsto na Lei nº 6.739, de 05 de dezembro de 1979, como meio passível de cancelamento de registros imobiliários eivados de nulidade (I PNRA, 1985: 28, grifos nossos).

³⁰ A Portaria Nº 627 do INCRA editada em 30 de julho de 1987 determinou, como um dos primeiros desdobramentos do I PNRA, “Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas.”. Com referência direta ao plano, a portaria considerava “que a preservação do meio-ambiente e o respeito às populações rurais das diferentes regiões compõem, plenamente, a “função social da propriedade”, permitindo a perfeita integração do trinômio homem-propriedade-uso da terra, previsto no Estatuto da Terra”. Como se vê, a portaria aludia ao ambiente e tipo de grupo social ocupante de tais áreas, embora as categorias, ribeirinho, quilombola e outros povos tradicionais não fossem nomeados como passariam a ser posteriormente.

Ainda que o I PNRA não fizesse, no Programa de Regularização Fundiária nenhuma menção aos ribeirinhos ou outras populações tradicionais e/ou extrativistas, posto que elas não haviam sido construídas politicamente ainda, fez alusão ao ambiente natural e aos recursos florestais que são compartilhados por grupos que se encontram presentes na nossa região de pesquisa. Outro dado importante que o documento ressalta é a adoção da concessão de uso das terras após a legitimação da posse e discriminação das áreas. Por não envolver desapropriação mediante indenização, como no caso das ilhas e várzeas de Abaetetuba, caberia ao MIRAD e INCRA corrigir e superar as distorções de transferências indevidas de terras, passando a ser tarefa desses órgãos a titulação por meio de instrumento que declarasse os direitos de propriedade sobre uma área “perfeitamente definida”. Faziam parte ainda do grupo de programas complementares, os de Colonização e Tributação da Terra que também não faziam menção ao grupo social de nossa pesquisa. O terceiro grupo de programas previstos pelo I PNRA eram os destinados às ações de apoio e possuíam natureza acessória, enquanto que os dois primeiros eram voltados para ações diretas e substantivas de assentamento. Neste grupo estavam os programas de Cadastro Rural, Estudos e Pesquisas, Apoio Jurídico e o de Desenvolvimento de Recursos Humanos. O Plano contava ainda com uma seção destinada às políticas de apoio à produção e comercialização por meio da oferta de crédito rural, assistência técnica e dotação de infraestrutura necessária aos assentamentos e da ação integrada de órgãos federais para a implantação de vias de transporte, comunicação, eletrificação rural e saneamento.

O I Plano Nacional de Reforma Agrária, ainda que tivesse buscado, no contexto de redemocratização política do país, o atendimento das demandas dos trabalhadores rurais, não logrou êxito por diversas razões. As metas estabelecidas não foram cumpridas no período 1985-89. Segundo Fleury (2015), parte do insucesso do I PNRA se explica pela enorme resistência dos grandes latifundiários aos mecanismos de reforma agrária, aos critérios imprecisos do Estatuto da Terra e do próprio Plano para a desapropriação que não se deu de modo abrangente em todas as regiões do país, seguindo ritmo de ação moroso e limitado por uma quantidade reduzida de propriedades envolvidas. A exigência de indenização antecipada combinou-se com a concentração dos projetos de assentamento nas regiões de maior conflito, onde os movimentos sociais de luta por terra eram mais organizados.

Ainda que o I PNRA tenha representado uma mudança da lógica centrada na colonização de períodos anteriores, sobretudo na Amazônia Legal, em Heredia e outros (2002), encontramos uma oportuna avaliação do Plano no âmbito da análise empreendida dos assentamentos implantados pelo INCRA. Os autores apontam que a concentração dos “pacotes” de desapropriações e por consequência de assentamentos, refletia a maior ou menor capacidade de organização dos movimentos sociais, conformando “manchas” com elevado número de assentamentos que não obedeciam a uma delimitação geográfica coincidente com recortes de outros tipos. Ainda que não seja o intuito realizar uma análise detida do I PNRA, importa reter que a presença de movimentos sociais com maior grau de organização, como demonstram os autores, acabou por influenciar a mobilização de novos sujeitos coletivos e formas de luta pela terra. Nesse sentido, a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de mediadores como a CPT e sindicatos, tanto pressionando na formulação do I PNRA quanto na sua execução, ajudam a compreender, como se verá mais adiante, a luta pela regularização fundiária em Abaetetuba. Foi nesse contexto que se organizou politicamente, com auxílio da CPT, o grupo residente nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, até redundar na formação do Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), cujos principais aspectos de sua trajetória política exporemos no Capítulo IV.

O I Plano Nacional de Reforma Agrária e a Constituição Federal de 1988 têm em comum não só a proximidade temporal, como também o fato de terem incorporado demandas e reivindicações dos movimentos de luta pela terra anteriores. Nos dois casos buscamos destacar as

alterações que se revelam centrais para a compreensão da trajetória institucional que subsidiou a implantação das políticas fundiárias destinadas os ribeirinhos de Abaetetuba. A observância da função social da propriedade e particularmente a sob domínio da União, representada pela destinação das terras públicas à ocupação, e o reconhecimento da diversidade de grupos e modos de vidas particulares característicos da sociedade nacional e que foram historicamente marginalizados, se constituem nos principais aspectos que foram acionados pelo movimento ribeirinho de Abaetetuba e viriam a orientar as ações do INCRA e da SPU.

No tocante à Constituição Federal de 1988 em seu Art. 3º anota-se como objetivo fundamental da República, no Inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Nesse mesmo artigo, no inciso XXIII, anota-se a inovação em relação às Constituições anteriores ao estabelecer que “a propriedade atenderá a sua função social”, correspondendo, portanto à confirmação do que fora pelo Estatuto da Terra e posteriormente previsto no I PNRA e criando a justificação para a desapropriação mediante justa indenização. Em Cardoso (2010b) encontra-se uma análise de como o tema foi tratado em relação às demais Constituições:

Em relação às Constituições anteriores, a Constituição Cidadã apresenta considerável avanço em relação às anteriores, ao transportá-la para o capítulo dos direitos individuais e assevera: “a propriedade atenderá a sua função social” (art. 5º, XXIII). A função social é também mantida como um dos princípios da ordem econômica (art. 170, III), inserida desde 1967. **Optou, então, o constituinte, por associar, de forma definitiva, estes dois conceitos (propriedade e função social), de modo a evidenciar sua ligação intrínseca.** Este é o principal aspecto no qual reside a inovação da Constituição de 1988 sobre a matéria (CARDOSO, 2010b: 54, grifos da autora).

O Art. 20 da CF/88 é outro que merece destaque, posto que ele trata dos “bens da União” e representa um importante avanço em relação às Constituições anteriores na medida que amplia a possibilidade de utilização pela União das terras que estão sob seu domínio, tal como se vê:

- I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- III– os lagos, **rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio**, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
- IV– **as ilhas fluviais e lacustres** nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (BRASIL, 1988: 25-26, grifos nossos).

De modo distinto das demais Constituições, como apresentamos sucintamente no capítulo anterior, vê-se que o Art. 20 em seu Inciso II incluiu as terras devolutas como indispensáveis à preservação ambiental. Essa inovação permitiria a utilização de tais terras para a formação de unidades de conservação, em especial as Reservas Extrativistas (RESEX), inspirada na delimitação de território destinadas aos povos indígenas e posteriormente as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) destinadas às populações tradicionais, como estabeleceu em 2000 a lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³¹. O capítulo da Constituição destinado

³¹ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi criado por meio da Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que visava regulamentar o Art. 225 da Constituição Federal de 1988 que trata do meio ambiente. Nele as terras devolutas

às políticas agrícolas, fundiárias e de reforma agrária se constituem em decisiva fundamentação, no tocante às terras públicas, para a compreensão das políticas fundiárias de Abaetetuba. É o caso dos artigos 186, 188 e 189, em que no primeiro são apontadas as exigências para que a função social da propriedade seja cumprida. Dele destaca-se o inciso II que exige a “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”.

O Art. 188 da CF/88 trata da compatibilização de terras públicas e devolutas com a política agrícola e de reforma agrária. De modo distinto do apresentado no capítulo anterior da presente dissertação, em que a Lei de Terras de 1850 estabelecia que a ocupação de terras públicas se daria somente por meio da compra, com a Constituição Federal de 1988 estas podem ser utilizadas, ainda que com condições diferenciadas de pagamento pelo assentados, para o cumprimento da função social da propriedade, através da reforma agrária, fazendo parte dos planos nacionais a serem elaborados posteriormente. Por fim, o Art. 189 estabelece a cessão de títulos de domínio e de concessão de uso inegociáveis por dez anos, sendo conferidos para homens e mulheres, independentemente do estado civil. Neste artigo são estabelecidos os mecanismos de concessão de uso para os beneficiários de imóveis rurais distribuídos para a reforma agrária e que se constituem nas principais formas de transmissão de domínio de terras públicas e devolutas das duas políticas implantadas em Abaetetuba.

Enquanto os artigos acima citados modulam um caráter mais abrangente e universal em seus princípios, o Art. 215 da CF/88 prevê a garantia do pleno exercício dos direitos culturais, por meio da proteção das manifestações “das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos grupos participantes do processo civilizatório nacional”. O mesmo artigo em seu §3º, Inciso V, determina que o Plano Nacional de Cultura deve conduzir a “valorização da identidade étnica e regional”. Isto sugere, a nosso ver, a possibilidade de mobilizar o direito de acesso à terra desses grupos como uma das formas de sua valorização. É o caso do Art. 225 que trata do Meio Ambiente e dele podem ser pinçados elementos que serão regulamentados no ano 2000 com a criação da lei que estabelece o SNUC, instituindo as possibilidades de inclusão das populações ribeirinhas, ainda que não sejam nomeadas como tal.

É o que prevê o seu *caput* ao afirmar o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Para que este direito seja assegurado, o parágrafo 1º no seu inciso III estabelece que compete ao poder público a definição em todas as unidades da federação de “espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos” e mais adiante no § 4º define que a floresta amazônica brasileira, juntamente com outros biomas, se constituem em patrimônio nacional e que a sua utilização deve se dar na forma da lei, assegurando a preservação e o uso racional dos recursos naturais. Por fim, o § 5º desse artigo faz outra menção às terras devolutas que, juntamente com as arrecadadas pelos Estados, são indisponíveis, uma vez que necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. Este artigo combinado com o Art. 20 permite o uso das terras devolutas e arrecadadas para a concessão de direito de uso para as populações que serão nomeadas como tradicionais com a criação da lei do SNUC em 2000, no âmbito da RESEX e RDS.

Por sua vez, os povos indígenas são contemplados nos Art. 231 e 232, que tratam, respectivamente, do reconhecimento da organização social, costumes, línguas, direito inalienável às terras “tradicionalmente” ocupadas pelos grupos, sendo vedada a sua remoção e reafirmam o papel de suas comunidades e organizações como partes legítimas para acionar a justiça em defesa de seus direitos e interesses. As comunidades remanescentes de quilombo, além de implicitamente terem parte de seus direitos protegidos no Art. 215, são mencionadas diretamente no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). No referido artigo é reconhecida a propriedade definitiva das terras, cabendo ao Estado a respectiva titulação.

são consideradas indispensáveis para que, por meio de ação discriminatória, seja arrecadadas para a proteção dos ecossistemas naturais.

Sobre este grupo social, é importante destacar a presença de 18 comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no município de Abaetetuba. Segundo o sítio eletrônico da instituição³², desse total, três têm parte de suas terras localizadas no município de Moju. A certificação concedida pelo órgão reconhece as comunidades do ponto de vista simbólico e identitário, cabendo ao INCRA ou institutos estaduais de terra a titulação e demarcação de seus territórios. Em nossa região de pesquisa são quatro os territórios estaduais titulados, segundo dados do Instituto de Terras do Estado do Pará (Iterpa)³³, que abarcam onze das comunidades remanescentes certificadas pela Palmares. De acordo com as informações obtidas em campo e pela pesquisa de Nahum (2011), dois destes territórios (Quilombo Bom Remédio e Quilombo das Ilhas de Abaetetuba) são integrantes de PAEs e têm famílias atendidas pelo Programa Nossa Várzea.

Tanto o I Plano Nacional de Reforma Agrária quanto os artigos aqui mencionados da Constituição Federal de 1988 criaram, ainda que de modo incipiente e difuso, as condições para que nos anos seguintes se avançasse nos mecanismos de assentamento e de garantia de acesso à terra, por meio de políticas específicas dos grupos sociais que a viriam ser categorizados como Povos e Comunidades Tradicionais, dos quais ribeirinhos e quilombolas fazem parte. Por outro lado, os dois documentos evidenciam tensões entre direitos gerais e reconhecimento das particularidades de grupos que serão em certa medida substantivadas nas estratégias de lutas por acesso à terra. É o que se pretende destacar das duas principais políticas implantadas na nossa região de pesquisa, como expomos nas seções seguintes.

2.2 - A Formação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) e o Papel do INCRA: Quando os Moradores das Ilhas se tornam “Assentados”.

O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento rural constituído por meio da obtenção de terras pela União e implantado pelo INCRA. Esta se constituiu na principal política de acesso à terra que atende à população ribeirinha e quilombola do município de Abaetetuba. Segundo dados da CPT local, são 7.584 famílias, distribuídas nos 24 PAEs instalados no município. Os documentos que fundamentam essa modalidade são o Estatuto da Terra, o I Plano Nacional de Reforma Agrária e a Portaria Nº 627/1987 do INCRA, e com base neles foram editadas três outras portarias do INCRA que ofereceram as condições para a instalação desta modalidade de assentamento na região das ilhas. A primeira é a Nº 268 editada em 23 de outubro de 1996, que considera que a atividade agroextrativista na Amazônia “afirma-se como alternativa aos projetos de assentamento executados pelo INCRA”. O seu preâmbulo ressalta que a necessidade de preservação do meio ambiente e o “respeito às populações rurais” das diferentes regiões se constituem em elementos que satisfazem a função social da propriedade e que permitem, tal como previsto pelo Estatuto da Terra, “a perfeita integração do trinômio homem-propriedade-uso da terra” (INCRA, 1996), copiando literalmente o anotado na Portaria Nº 627/1987 que criou a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista e que foi revogada no mesmo ato, adicionando o prefixo “Agro” na nesta modalidade de assentamento.

Ao mesmo tempo, reconhece que as especificidades ecológicas de regiões do país permitem o desenvolvimento de atividades agroextrativistas e propiciam para as populações que delas dependem, uma base econômica autossustentável que não interfere nos ecossistemas em questão,

³² <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-23-02-2015.pdf>, acessado em 10/03/2016.

³³ <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas> acessado em 10/03/2016

assegurando a manutenção de suas condições naturais. Nesse sentido, tal como exposto em seus quatro parágrafos, a portaria assinada pelo ministro Raul Jungmann resolve:

I - Criar em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as mencionadas áreas;

II - Estabelecer que a destinação das áreas para tais projetos dar-se-á mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias – associativista, condominial ou cooperativista;

III - Constituir o **Grupo Executivo do Projeto de Assentamento Agro-Extrativista**, composto por um representante das Diretorias de Assentamentos, de Recursos Fundiários, Cadastro e Procuradoria Jurídica, para, sob a coordenação do primeiro, conduzir as atividades operativas dos Projetos dessa modalidade, ficando o Grupo autorizado a solicitar das demais instâncias administrativas da Autarquia, eventual colaboração na execução de suas atividades.

IV - Incumbir a Diretoria de Assentamento de orçar, provisionar e controlar os recursos destinados ao atendimento dos Projetos de Assentamento Agro-Extrativista.

V – Revogar a Portaria/P/nº 627, de 30/07/87. (INCRA, 1996, grifos nossos)

Alguns aspectos da portaria relacionam-se com a exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas. E na região de pesquisa desta dissertação o açaí e o miriti são os principais produtos florestais que ocorrem nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, ambos importantes fontes de renda da população ribeirinha, desde finais dos anos 1990 quando se intensifica a produção. O segundo aspecto que merece destaque é a forma de destinação das áreas para os PAEs, que deveria ser mediante concessão de uso, mecanismo de transferência de domínio de terras públicas previsto tanto pelo I PNRA quanto pela CF/88.

O terceiro aspecto da portaria que chama atenção é a constituição do Grupo Executivo do Projeto de Assentamento Agroextrativista que ficou com a tarefa de conduzir as atividades operativas, com autorização para solicitar às demais instâncias do INCRA a colaboração para a execução das suas atividades. Nesse sentido, por meio da portaria INCRA Nº 41/96, é instituído pelo Grupo Trabalho responsável pela elaboração da metodologia de implantação dos PAEs que foi aprovada para ser aplicada aos assentamentos com a portaria INCRA/Nº 269 de 23 de outubro de 1996. O Grupo de Trabalho foi composto por funcionários do instituto e contou com a participação de representantes de prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, universidades e membros do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) que era, à época, a mais expressiva entidade de representação das populações extrativistas da Amazônia Legal. Vê-se nesse GT a tentativa de construção de “novas institucionalidades” que concorressem para que gestores públicos e atores construíssem de modo participativo a política e sua real aplicação. Entre seus principais objetivos estava o de respeitar a forma de ocupação tradicional e a biodiversidade, conjugando o manejo florestal e a recuperação de áreas degradadas pela ação humana.

A metodologia de implantação dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas foi composta de várias etapas e a definição contida na apresentação do documento permitiu a compreensão de como aspectos da legislação acionados neste capítulo foram acomodados para a efetiva instalação desta modalidade de assentamento:

Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento destinado a populações tradicionais, para a exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas. Tais áreas de domínio público, serão administradas pelas populações assentadas através de sua forma organizativa, que receberá a concessão de direito real de uso (INCRA, 1996b: 05).

Podemos ver, na definição do PAE, que se buscava conjugar diversos aspectos tratados até aqui, quais sejam, a exploração racional da terra e a regularização fundiária com formas de exploração coletiva da terra e uso dos recursos naturais, como previsto pelo I PNRA. Ao mesmo tempo conjugava o princípio da função social da propriedade consagrado na CF/88, que reconhecia como bens da União as terras devolutas, como anotado Art. 20. Por seu turno, articulava o direito previsto no Art. 215 da proteção dos grupos participantes do processo civilizatório brasileiro, tais como, povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, extrativistas entre outros grupos. Cabe ressaltar ainda que se tratou do primeiro documento que fazia menção explícita às populações tradicionais³⁴ no âmbito dos dispositivos legais relacionados com políticas fundiárias do Estado.

O primeiro procedimento previsto pela metodologia de criação dos PAEs consistia na seleção da área, devendo priorizar aquelas em que houvesse população organizada, tradição extrativista e interesse no desenvolvimento sustentado. Quando se dava a indicação de tal área partir do INCRA, o seu contorno deveria ser submetido à comunidade para aprovação. Uma vez aprovada pela comunidade, a área seria adquirida por meio de desapropriação, arrecadação, compra e outras formas de aquisição, para que então fosse elaborado o “Ato de Criação” do Projeto de Assentamento Agroextrativista por meio de portaria assinada pelo Superintendente do INCRA. No caso específico da nossa pesquisa, nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, a obtenção das áreas exigiu um arranjo institucional com a SPU. Por se tratarem de terras da União em sua maioria, mas que não haviam sido arrecadadas pelo INCRA e tampouco estavam em posse comprovada de particulares, os primeiros PAEs criados em Abaetetuba foram, de acordo com entrevista realizada em campo com um técnico do INCRA que participou de parte do processo de instalação, resultantes da ação conjunta de dois ministérios:

Então foi feito um termo de cooperação técnica entre a SPU e o INCRA, onde a SPU ela autorizava o INCRA a criar esses projetos, nesse tipo de ambiente, nas ilhas, na parte insular, considerado áreas federais, então o INCRA chegou lá e criou o projeto. No primeiro momento, não foi assim, porque existia três áreas aqui no Estado do Pará que estavam nesse processo de regularização para passar do Ministério do Planejamento para o INCRA, pro INCRA titular.

(...) **Duas em Abaetetuba, que é a Ilha Campompema e a Ilha Jarumã, que são os projetos agroextrativistas São João Batista e Nossa Senhora do Livramento que foram os dois primeiros projetos agroextrativistas do Brasil, o ineditismo foi nesses dois projetos.** E um foi no município de Gurupá, outro município aqui do Estado. Então eram três áreas que foram transferidas do Ministério do Planejamento para o INCRA. Então nessa condição o INCRA tituló essas áreas, porque ele teria como titular essas áreas, porque a maior parte dessas áreas, a partir de 2004, com a criação desse projeto, isso abriu uma porta. **Então todos os movimentos sociais passaram a reivindicar esse direito.** Sindicatos de todos os municípios do Baixo Tocantins e depois do Marajó. Se você pegar os projetos de assentamento do INCRA você vai verificar uma alteração na forma de criação de projeto. Porque deslocou da margem das estradas, para um ambiente de ilhas, ele

³⁴ O primeiro documento, até onde as fontes consultadas permitem afirmar e que se refere explicitamente às populações tradicionais é a Portaria IBAMA Nº 22 de 10/02/92 que criou o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT. Esse centro tinha a missão de produzir conhecimento científico sobre a biodiversidade e as populações residentes em Unidades de Conservação, em especial as que viriam ser nomeadas como RESEX e RDS. Com a reformulação administrativa do IBAMA e a criação do ICMBio, o CNPT foi transferido para a estrutura deste último, por meio da Portaria ICMBio Nº 78 de 03/09/2009, quando foram criadas outras unidades do Centro e ampliado seu escopo de pesquisas para além das realizadas no interior das unidades de conservação.

representou 70% dos projetos de assentamento do INCRA só nessa Superintendência aqui, na SR-01. Porque tem projeto agroextrativista também em Santarém, que é outra superintendência. (Técnico do INCRA em entrevista ao autor. Setembro de 2015, grifos nossos)

O “ineditismo” que o entrevistado ressalta refere-se à ausência de dispositivos legais e administrativos para o assentamento de populações ribeirinhas até a edição das portarias 268 e 269. Some-se a esse fator o já avançado grau de organização dos ribeirinhos de Abaetetuba no sentido de reivindicar a regularização de terras ocupadas, mobilizando estratégias de ação coletiva que serão melhor descritas do Capítulo IV. Ainda que, como mencionado na seção anterior, o I PNRA permitisse a inclusão em suas políticas do grupo social que viria a ser nomeado como ribeirinho, faltava, não só o reconhecimento mais explícito na legislação, bem como experiências anteriores de assentamento que servissem de referência para movimento social ribeirinho de Abaetetuba:

...então foi a SPU que ficou responsável, que assumiu o seu papel de ser aquela organização que tratava dessa questão de ilha na forma de regularização. Só que eles não tinham os projetos, quem tinha os projetos, que trabalhava com agricultura familiar, esse tipo de público, um público novo, ribeirinho, que muito se falava, mas que ele não tinha aquele apoio efetivo. Então o que aconteceu é que foram buscar na política de reforma agrária a questão dos projetos para o desenvolvimento de comunidade e foi aliada com a questão da regularização fundiária (Técnico do INCRA em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

A cooperação técnica entre o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) por meio da SPU e INCRA permitiu a instalação dos dois primeiros projetos em Abaetetuba com a aplicação da metodologia formulada pelo Grupo de Trabalho e contida na portaria Nº 41/96. Após a definição da área e a criação do projeto de assentamento, para a sua implantação deveria ser realizado o levantamento socioeconômico dos futuros beneficiários com a área obtida. Em seguida, o cadastro com a identificação e quantificação dos ocupantes permitiria o avanço à etapa posterior que consistia no assentamento dos candidatos cadastrados e selecionados. No caso de Abaetetuba todas as etapas anteriores foram cumpridas permitindo a liberação de recursos sem, no entanto, a titulação ser confirmada, ainda que o perímetro do PAE fosse demarcado:

Então esses projetos eles foram sendo criados, só que essas áreas elas não estavam, como não estão na competência do INCRA pra ser titulada, **porque como você deve saber, pro INCRA titular uma área, essa área tem que estar matriculada. Tem que estar no acervo fundiário do INCRA e até o ponto de quando esse projeto foi criado, em nenhum momento se falou que o INCRA ia titular.** Porque o discurso sempre foi esse, a parte do INCRA é uma parceria, o INCRA cria um projeto e entra com as políticas públicas de crédito instalação, na modalidade apoio, construção de casa, assistência técnica, PRONAF, questão de infraestrutura física. Porque esses projetos, quando eles foram criados, não existe (sic) uma legislação específica, então como ele era um projeto diferenciado e a legislação ela é nacional, a coisa foi se amoldando (Técnico do INCRA em entrevista ao autor. Setembro de 2015, grifos nossos).

A partir do resultado obtido nas duas primeiras ilhas (Campompema³⁵ e Jarumã), com os PAEs nelas instalados, a luta do movimento social ribeirinho ganhou força e assumiu como principal bandeira, a extensão da política às demais comunidades localizadas nas ilhas, conforme relato da entrevista realizada com liderança comunitária da Ilha do Xingu:

O que estava posto é que em 2002, provavelmente em 2005 foi aprovado o projeto de lei extrativista aqui do Pará, no qual as ilhas de Abaetetuba foi o projeto pioneiro no Brasil

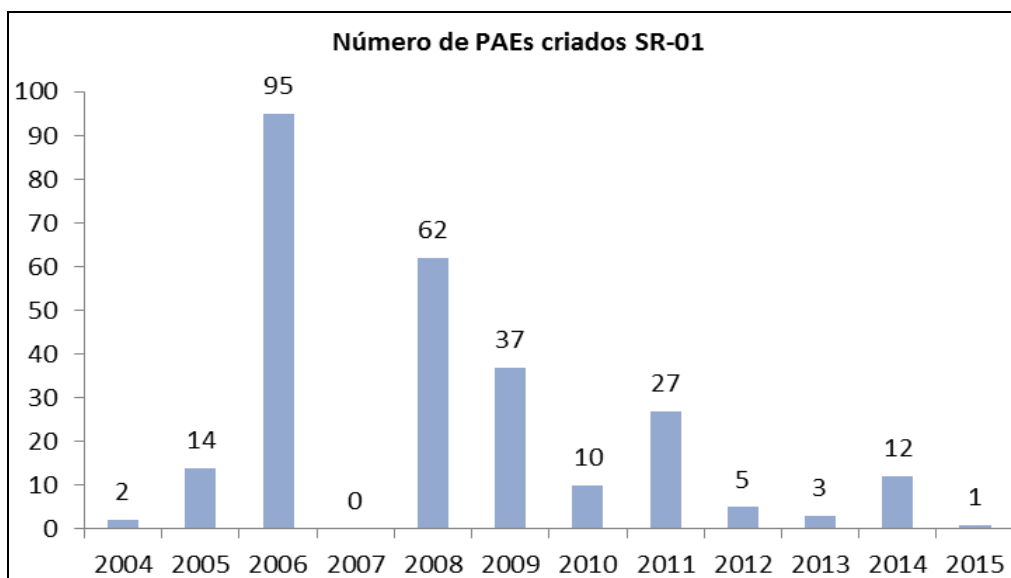
³⁵ A ilha Campompema é uma das comunidades quilombolas certificadas e tituladas pelo Iterpa e que foram assentadas no interior do PAE.

inteiro, aonde nós começamos essa luta com várias lideranças, de vários lugares do Pará que somaram força para ir até Brasília. A partir daí, nós criamos a MORIVA, porque nós passamos a ter alguma coisa legal para lutar e para conseguir alguma coisa do Governo Federal a gente precisa ter alguma coisa legal para fazer a luta e é o que está acontecendo até hoje. A partir daí a CPT que sempre foi a parceira mãe nessa situação, juntamente com o MORIVA, encampou a luta de formar as associações em cada ilha para que ela pudesse encampar a luta de captar as políticas públicas e acessar elas para nossas localidades. Porque a SPU passou pro INCRA as terras da União, para que o INCRA pudesse trabalhar o projeto de assentamento aqui, fomento, casa, enfim... (Liderança do Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Antônio II, Ilha do Xingu em entrevista ao autor em Setembro de 2015)

Essa mobilização permitiu que nos demais 22 PAEs instalados em Abaetetuba fosse aplicada a metodologia prevista pela portaria 41/96 e que estabelecia além das etapas até aqui descritas, a necessidade de “Organização Social do Assentamento” devendo contemplar a melhoria do nível de organização dos assentados, dos processos de produção e a obtenção da concessão de uso. Cumpre ressaltar que a “lei” ou a tomada de conhecimento da existência das portarias que estabelecem a criação dos PAEs, por parte do MORIVA, representou a oportunidade para o grupo orientar a sua luta no sentido de garantir o direito às terras ocupadas. Não por acaso, durante as entrevistas de campo, parte de nossos entrevistados exibiram cópias das portarias como evidência concreta de que tinham à disposição um importante instrumento de ação política. A luta do grupo passava a ser então a efetiva aplicação da “lei” em favor dos ribeirinhos. No caso específico do nosso objeto a organização social e política do grupo era anterior à instalação dos assentamentos e o que viria se constituir em reivindicação tratava da aplicação integral da metodologia. Nela, a última etapa prevista é a emancipação dos assentamentos e a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), em que o domínio das terras é transferido para os beneficiários, mediante contratos de duração de 10 anos renováveis por mais 10 até o limite de 30 anos. Após esse período, a transferência de domínio da União para os assentados ocorre definitivamente com o registro das terras em cartório de imóveis, fazendo com que estas áreas retornem para o mercado de terras.

Durante a vigência dos contratos de concessão de uso estava prevista pela metodologia, a atividade de supervisão e fiscalização com o acompanhamento por parte do INCRA ou do “fiscal colaborador”, integrante do grupo de assentados, das ações desenvolvidas nos PAEs. Na etapa de supervisão seria observado o pleno cumprimento do estabelecido pelo Plano de Uso (PU), e que consistia na elaboração de regulamento elaborado pelos moradores e aprovado pelo INCRA. Conforme dados extraídos do sítio eletrônico do órgão³⁶, somente em uma das Superintendências Regionais do INCRA no Estado do Pará (SR-01), localizada em Belém e que abrange o município de Abaetetuba, foram criados 407 Projetos de Assentamento (PA) entre os anos de 2004 e 2015. Deste total, 268 são da modalidade Projeto de Assentamento Agroextrativista, o que corresponde a 65,8% do total de assentamentos criados no período, aproximando-se do percentual de PAEs criados, tal como indicado por um dos entrevistados. O que chama atenção são dois dados que contribuem para situar Abaetetuba no contexto de implantação da política desde a criação das portarias 268 e 269. O primeiro dado é que todos os PAEs foram criados pela SR-01 no período 2004-2015, como se vê no gráfico:

³⁶ Dados obtidos em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> e acessados em 20/12/2015.



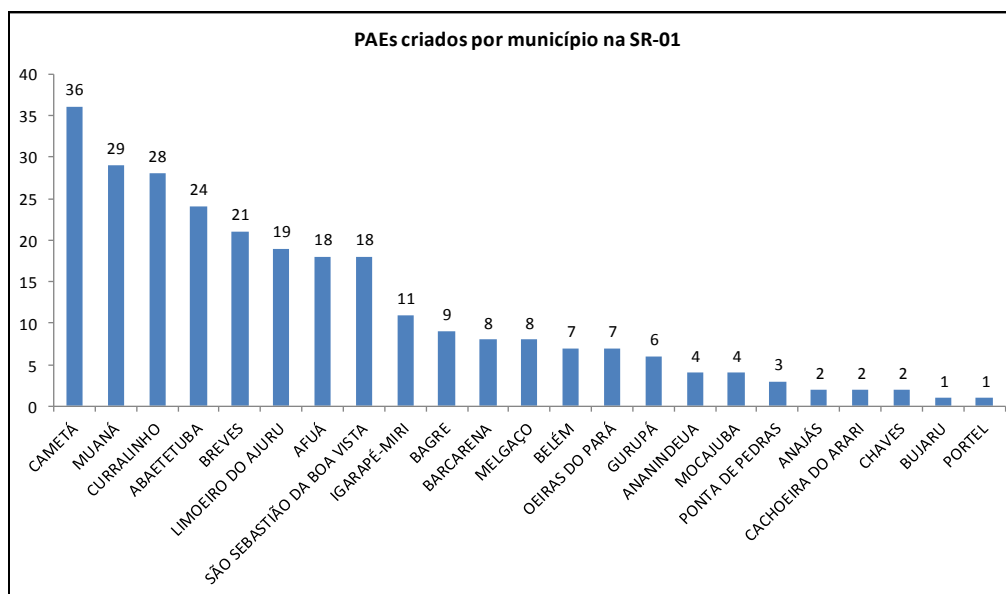
Fonte: INCRA, 2015 Elaboração própria.

Gráfico 1 - Numero de PAEs criados pela SR-01 (2004-2015)

Nota-se que dos 268 PAEs, 95 foram instalados no ano de 2006, correspondendo a 35,4% do total. O ano em questão pode ser caracterizado como o de pico de implantação desta política fundiária na SR-01, sendo seguido pelo ano de 2008 em que foram criados 62. A partir de então se observa diminuição na quantidade de assentamentos criados. No ano de 2007 nenhum PAE foi criado na SR-01, o que chama atenção pelo fato de que o ano em questão localiza-se no quadriênio em que o número de PAEs criados supera a média anual do período analisado. De acordo com informações obtidas com um técnico do INCRA lotado na Superintendência Regional de Belém, a principal razão para que nenhum PAE fosse criado no ano de 2007 relacionava-se com a necessidade atingir a capacidade de famílias atendidas para cada um deles e equipar os 111 PAEs criados nos anos anteriores. Isso incluía avançar na liberação de crédito para os já instalados, bem como executar as demais etapas previstas pelas portarias 268 e 269. Por outro lado, a demanda do movimento social de Abaetetuba por mais assentamentos, havia diminuído, considerando o total de PAEs criados no município, atendendo quase que a totalidade das famílias ribeirinhas.

A partir de 2009 a criação de PAEs é reduzida, indicando a retração da política, com uma retomada em 2011, ligeiramente superior à média anual do período, até o ano de 2015 com a criação de um único assentamento desta modalidade. Considerando os limites da nossa pesquisa, asseveramos que concentramos a extração de dados do INCRA naqueles relativos à modalidade de assentamento que beneficiou o grupo pesquisado³⁷. O segundo dado que chama a atenção é que dos 268 Projetos de Assentamento Agroextrativistas criados pela SR-01, 24 localizam-se no município de Abaetetuba, correspondendo a 8,9% dos PAEs desta Superintendência, tratando-se, deste modo, do quarto município com o maior número de assentamentos desta modalidade:

³⁷ Nesse sentido, volume de dados a ser analisado de outras modalidades de assentamento e demais superintendências do órgão no Estado do Pará extrapolaria em muito o nosso intuito de ilustrar como a política incidiu sobre os ribeirinhos.



Fonte: INCRA, 2015. Elaboração própria.

Gráfico 2 - Projetos de Assentamento Agroextrativistas criados por município (2004-2015)

Contudo, o que nos importa destacar é que, ao se ordenar os 268 PAEs criados pela SR-01 por ano, nota-se que no primeiro de execução da política nesta superintendência entre 2004 e 2005, o município de Abaetetuba foi atendido com oito PAEs criados como se vê a seguir:

Tabela 1 - Projetos de Assentamento Agroextrativistas criados por município na SR-01 (2004 e 2005)

Nome do PAE	Município	Capacidade de Famílias	Famílias Atendidas	Data de Criação	
São João Batista	Abaetetuba	296	281	27/07/2004	
Nossa Senhora Do Livramento	Abaetetuba	130	129	27/07/2004	
Santo Afonso	Abaetetuba	188	162	28/11/2005	
Nossa Senhora De Nazaré	Abaetetuba	359	359	28/11/2005	
Nossa Senhora Das Graças	Abaetetuba	432	421	28/11/2005	
Santa Maria	Abaetetuba	302	293	28/11/2005	
Nossa Senhora Do Perpetuo Socorro	Abaetetuba	728	728	28/11/2005	
SR 01 – Pará/Belém	Santo Antônio	Abaetetuba	200	188	28/11/2005
	Ilha Viçosa	Ananindeua	20	18	28/11/2005
	Ilha Santa Rosa	Ananindeua	25	25	28/11/2005
	João Pilatos	Ananindeua	200	199	28/11/2005
	Ilha Das Onças	Barcarena	1000	822	28/11/2005
	Ilha Arapiranga	Barcarena	355	354	28/11/2005
	São Francisco De Assis	Abaetetuba	157	140	16/12/2005
	São Raimundo	Abaetetuba	756	756	16/12/2005
	Santo Antônio II	Abaetetuba	127	108	16/12/2005

Fonte: INCRA, 2016. Elaboração própria.

Dos 16 PAEs criados no período, 11 foram no município onde se realizou a presente pesquisa, confirmando, deste modo, ao menos no âmbito da SR 01, as informações obtidas durante as entrevistas realizadas em campo, que apontavam Abaetetuba como o município do Estado do Pará onde a política fundiária de instalação desta modalidade de assentamento se iniciou, refletindo o engajamento pessoal dos gestores públicos em adaptar ao ambiente das ilhas e várzeas de Abaetetuba essa modalidade de assentamento, combinada com a luta do MORIVA para a efetiva aplicação das portarias para promover a regularização fundiária. O período 2004-05 se encerra com três PAEs criados no município que, somados aos demais, correspondem a 45,8% do total de assentamentos em Abaetetuba até o ano de 2015. Os demais PAEs foram criados ao longo dos anos seguintes, com um total de 24 instalados entre 2004 e 2014. Esse número corresponde ao informado durante as entrevistas e indicam a força do movimento social ribeirinho para pressionar por políticas fundiárias para o grupo social, contribuindo indiretamente com a sua expansão para os demais municípios atendidos pela SR-01.

No Capítulo IV desta dissertação apresentamos com mais detalhes as estratégias de organização política do grupo. No entanto, para os fins desta seção, cumpre destacar que dos 24 PAEs onde estão assentadas as comunidades ribeirinhas de Abaetetuba, 20 foram criados entre 2004 e 2006, com os quatro últimos no ano de 2014. Observa-se um intervalo de oito anos sem que nenhum assentamento fosse criado, o que pode ser compreendido a partir das entrevistas, como resultante da quantidade de famílias atendidas do período 2004-2006 que correspondia quase por completo à população da região insular. Ao mesmo tempo, a reorientação dos esforços do grupo para a obtenção de crédito e a execução das demais etapas necessárias para a instalação dos PAEs ajuda a compreender o período sem criação desta modalidade de assentamento no município. Ao analisarmos os dados apresentados na tabela a seguir, em que estão anotadas informações sobre todos os PAEs do município de Abaetetuba, nota-se que a capacidade total dos PAEs instalados nas ilhas de Abaetetuba é 7.960 famílias ribeirinhas.

Tabela 2 - Total de PAEs instalados no município de Abaetetuba por data de criação

Nome do PAE	Data de Criação	Capacidade	Famílias Assentadas	Área (ha)	
São João Batista	27/07/2004	296	281	471,97	
Nossa Senhora Do Livramento	27/07/2004	130	129	223,00	
Santo Afonso	28/11/2005	188	162	2705,63	
Nossa Senhora De Nazaré	28/11/2005	359	359	1061,72	
Nossa Senhora Das Graças	28/11/2005	432	421	1954,62	
Santa Maria	28/11/2005	302	293	695,00	
Nossa Senhora Do Perpetuo Socorro	28/11/2005	728	728	2810,90	
Santo Antônio	28/11/2005	200	188	1394,97	
São Francisco De Assis	16/12/2005	157	140	495,16	
São Raimundo	16/12/2005	756	756	2644,62	
SR 01 - Pará/Belé m	Santo Antônio II	16/12/2005	127	108	1253,37
	São João Batista II	15/09/2006	534	513	3250,01
	Nossa Senhora Da Paz	15/09/2006	538	482	2210,70
	Ilha Paruru	28/09/2006	861	856	3886,00
	Ilha Caripetuba	28/09/2006	589	560	3806,00
	Ilha Uruá I	19/10/2006	294	290	1655,95
	Ilha Piquiarana	19/10/2006	212	212	816,12
	Ilha Bacuri	19/10/2006	352	352	2151,00
	Ilha Piquiarana Mirim	19/10/2006	160	160	580,75
	Ilha Do Furo Grande	27/12/2006	380	363	1367,73
	Ilha Guajara De Beja	23/10/2014	130	121	655,38
	Ilha Abaete	23/10/2014	110	102	345,04
	Ilha Tauera	23/10/2014	60	48	171,27
	Ilha Pirocaba	23/10/2014	65	63	337,82
	Total	7960	7687	36944,72	

Fonte: INCRA, 2015. Elaboração própria.

Contudo, até dezembro de 2015 haviam sido assentadas 7.687 famílias ribeirinhas, o que correspondia a 96,5% da capacidade dos PAEs criados. Tomando por base os resultados do último censo de IBGE para o município de Abaetetuba tem-se a média de 4,6 pessoas em cada domicílio³⁸, o que permite estimar que a população ribeirinha atendida por essa política fundiária seja de 35.360 pessoas. Considerando a população total de Abaetetuba em 2010, equivale dizer que 25% dos residentes no município eram atendidos pelos assentamentos dessa modalidade. Com relação ao tamanho dos PAEs, a área total ocupada é de 36.944 hectares com uma área média de 1.539 hectares, considerando os 24 assentamentos instalados. A área do município ocupada pelos PAEs corresponde a 23,1% do total, tendo em vista que Abaetetuba possui um território cuja área é de 160.100 hectares³⁹.

Os números concernentes à população e área de abrangência desta política fundiária ajudam a compreender a importância desta em relação aos ribeirinhos, em particular, e à população do município como um todo. Outro dado que merece destaque, e que mantém relação com os usos do solo permitidos nos assentamentos, relacionam-se com a densidade demográfica destes. Em Abaetetuba existem 87,6 hab/km², enquanto que nos 24 PAEs esse número supera os 95 hab/km² e tende a aumentar na medida em que a área dos assentamentos não deve ser ampliada para atender o crescimento dos residentes no seu interior. Ao mesmo tempo, a capacidade total dos assentamentos ainda não foi atingida e, nesse sentido, a elaboração do Plano de Utilização dos assentamentos busca manejar essas variáveis, impondo limitações ao uso do solo de modo a manter as características ambientais do território.

No caso dos PAEs instalados nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, a criação de bubalinos e bovinos foi proibida nos seus Planos de Utilização, tendo em vista as características do ambiente e do solo, que tenderia a ser compactado com o constante pisoteio dos animais, comprometendo a rebrota das espécies nativas e aumentando a susceptibilidade de erosão nas ilhas e várzeas. Ao mesmo tempo, ainda de acordo com as entrevistas, passou a ser realizado o manejo ambiental dos açaiçais para que eles fossem cultivados de modo consorciado com outras espécies florestais, buscando que em áreas desmatadas para o plantio de cana nas décadas anteriores, a vegetação suprimida se regenerasse. A compreensão de que se tratava de um ambiente com especificidades que deveriam orientar a elaboração dos PUs, contou com a parceria do INCRA e outras instituições, sobretudo para assistência técnica aos ribeirinhos:

A nossa parte, que depois eu passei a trabalhar, na parte dos planos de uso dos projetos, isso foi uma parceria nossa com a EMBRAPA. Porque esses planos de uso, logo quando começaram a ser feitos, as pessoas ouviam falar de plano e pensavam em algo mirabolante, então a coisa não andava, passava seis meses pra você fazer plano de uso, pra fazer pesquisa e chegar em resultado óbvio. Nós chamamos a EMBRAPA e elaboramos mais de 300 projetos, plano de uso. Porque o plano de uso ele é um acordo de convivência entre a comunidade, o governo, a parceria toda e não é nada além disso. Aqui você vê num ambiente de fragilidade e diz: olha, vocês não podem fazer isso. Por exemplo, criação de porco, porque ali não é ambiente pra isso. Para não desmatar, com relação às áreas de preservação permanente, essas coisas, não pescar com bomba. Então aquilo começou a rodar, gente nas comunidades debatendo e isso é publicado na página oficial do diário da União e isso depois se tornou o único documento da responsabilidade do INCRA que ele tinha para se resguardar. Porque se o INCRA ele fosse empregado de uma forma equivocada, qual o documento que o INCRA teria para provar que esse investimento não foi um equívoco? Que ao invés de contribuir para conservar a biodiversidade, ele levou

³⁸ Essa média é resultante da razão entre a população residente no município (141.100 pessoas) e o número de domicílios particulares permanentes (30.917).

³⁹ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150010&search=para|abaetetuba>, acessado em 20/12/2015. A área de Abaetetuba é anotada em quilômetros quadrados e foi feita a conversão para hectare de modo a permitir a comparação na mesma unidade adotada pelo INCRA.

recurso e destruiu o ambiente que eles viviam. E esse documento é um compromisso da comunidade (Técnico do INCRA em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

A proibição do uso de agrotóxicos nas ilhas e várzeas de Abaetetuba contida nos Planos de Utilização dos PAEs, juntamente com o incentivo às atividades de silvicultura e de agricultura de subsistência, difundiu entre os ribeirinhos e incorporou em seu vocabulário as noções de *sustentabilidade* e *agroecologia*, como sugerem as entrevistas que abordaram essa etapa da metodologia:

Nas essências alimentícias, na área de hortaliça, hoje nós estamos distribuindo, que é para cada família poder ter a sua horta, aonde você pode comer um tomate, com adubo orgânico, uma couve, uma cenoura, um cheiro verde, sem usar química. E a potencialidade que nós temos muito é a questão do arroz e do milho, que na nossa região de várzea é apropriado para isso. Com a plantação do milho e do arroz, você tem uma produção que vai gerar muito alimento para a questão do projeto da criação da galinha, do pato, do porco, aí você passa a ter uma outra potencialidade de atividade. Essa agroecologia que estamos trabalhando, nós estamos adaptando, por exemplo, hoje nós estamos vivendo uma escassez do peixe, do camarão, então estamos adaptando tanto a piscicultura super intensiva, que é a criação de peixe em tanques no rio, quanto a piscicultura extensiva. Nós trabalhamos com pequenos lagos, nessa linha de criar peixe para o nosso consumo e nós estamos tentando trabalhar agora com um “pesque e pague” para facilitar mais a economia da gente. Além do consumo, a gente vende para chamar a atenção da clientela do nosso projeto aqui. Na minha concepção de agroecologia, ela parte desse princípio de que estamos nos ajudando a organizar uma coisa a mais, nós vivemos num ambiente ecológico aqui, infelizmente ainda tem muitos desafios que acabam nos tirando essa situação de viver uma verdadeira ecologia. Mas nós temos leis que estão aqui ao nosso redor, por exemplo nós temos o Plano de Utilização dos Recursos Naturais que nos dá essa condição de viver essa agroecologia (Assessor da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A compreensão que os entrevistados demonstraram sobre o respeito ao que preconizam os Planos de Utilização e a adoção dos valores da agroecologia nos termos em que ele é correntemente mobilizado nos dias atuais pelas lideranças entrevistadas e demais ribeirinhos, tem como pano de fundo alguns aspectos que consideramos centrais: o primeiro deles relaciona-se diretamente com as etapas da metodologia de instalação dos PAEs em que a liberação de crédito para as famílias nas mais diversas modalidades (Implantação, Fomento e Habitação) e do Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX) criou as condições para que os ribeirinhos pudessem confirmar sua ocupação tradicional por meio dos assentamentos. Ao mesmo tempo, as etapas de dotação dos PAEs de infraestrutura física (estrada, escola, posto de saúde, sedes de associações) e os recursos destinados a essa atividade, bem como as etapas de assistência técnica, extensão rural e capacitação, em que as associações e seus membros tinham contato com técnicas de manejo florestal, implantação de sistemas agroflorestais, reflorestamento e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), permitiu o amadurecimento das questões relativas à exploração sustentável dos recursos disponíveis e a incorporação destas práticas aos Planos de Utilização.

De modo semelhante à impossibilidade de aplicação direta, sem adaptações, das portarias e da metodologia que permitiram a instalação dos PAEs em Abaetetuba às particularidades dos ribeirinhos, o mesmo se deu no tocante à instalação de infraestrutura física nas ilhas e várzeas do município. Como parte do que estava previsto tanto na metodologia quanto nas modalidades de crédito não correspondia às especificidades do ambiente das ilhas e várzeas, coube à equipe técnica do INCRA a adequação da política às necessidades substantivas dos ribeirinhos e que foram orientadas pela reivindicação organizada do grupo:

(...) o INCRA cria um projeto e entra com as políticas públicas de crédito instalação, na modalidade apoio, construção de casa, assistência técnica, PRONAF, questão de infraestrutura física. Porque esses projetos, quando eles foram criados (sic), não existe uma

legislação específica, então como ele era um projeto diferenciado e a legislação ela é nacional, a coisa foi se amoldando. Você já deve ter escutado essa expressão aqui “esse rio em minha rua”, isso tem uma música, ela reflete muito bem isso, como é a relação das pessoas com o rio, com as águas. Então você não pode construir uma estrada, mas você pode construir uma ponte, um trapiche. Então o INCRA ele passou assim a se adaptar. Você deve ter verificado que tem umas casas diferentes lá, se você andou em Abaetetuba nas ilhas, todas, principalmente Abaetetuba porque ela é emblemática, porque foi lá onde tudo começou (Técnico do INCRA em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

Uma vez elaborados os Planos de Utilização e aprovadas as formas de ordenamento das atividades do interior dos PAEs criaram-se as condições, de acordo com a metodologia contida nas portarias, para a elaboração do contrato de CDRU e posterior emancipação do assentamento. Foi nessa etapa que se evidenciou o imbróglgio jurídico e fundiário para que os ribeirinhos assentados nos 22 PAEs - exceto os das ilhas Campompena e Tabatinga (no rio Jarumã) que já possuíam - vissem concluída a instalação dos assentamentos. Tal imbróglgio, como as entrevistas realizadas indicam, foi resultante da indefinição sobre a arrecadação das terras que integram os PAEs:

Quem é o responsável por essas áreas, que seriam terras devolutas da União, que é até hoje que existe questão jurídica a respeito disso. O que tá na Constituição é que diz que são terras da União, né o que diz o governo do Estado do Pará, porque o Estado do Pará desde a época do regime militar, o que era apregoado, era que o Estado do Pará foi espoliado, que a maior parte das áreas aqui do Estado são áreas federais, são áreas do INCRA, são áreas da FUNAI, são áreas de Unidade de Conservação e as terras do Pará ficou (sic) com um território diminuto. Então existe essa contradição, tanto é que os ribeirinhos antes dessa intervenção não tinham apoio do governo do Estado (Técnico do INCRA em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

Coube ao INCRA, como estabelecido pela portaria que institui os PAEs, a delimitação das áreas dos assentamentos por meio da elaboração dos memoriais descritivos de cada um deles e o respectivo georreferenciamento dos polígonos. No entanto, ainda que essa etapa fosse fundamental para os contratos de CDRU, se fazia necessária a destinação das terras ao órgão, de modo a permitir a transmissão de domínio das terras aos ribeirinhos, posto que a posse, com a instalação dos PAEs, estava minimamente assegurada. Considerando a localização das ilhas e várzeas em terras federais, como anotado na legislação acionada nas seções anteriores, na celebração do termo de cooperação técnica entre o INCRA e a SPU, caberia ao segundo a transferência das terras sob sua responsabilidade para o INCRA de modo a permitir a conclusão da etapa final dos assentamentos. Contudo, conforme relato do técnico da SPU envolvido com a questão, trata-se de processo longo e que envolve recursos humanos e financeiros:

Para funcionar o PAE a gente precisa destacar a área, fazer todos os trâmites, até chegar a discriminatória. Vou dar o exemplo de uma ilha que o INCRA foi lá, fez o trabalho de geo⁴⁰ e solicitou para a gente, aí se dá tudo certo, de acordo, a gente faz a entrega da ilha, para o INCRA fazer o PAE. Aí na ilha tem 200 famílias, mesmo já tendo sido criado o PAE, as famílias podem se cadastrar no Nossa Várzea. Agora se a gente não autorizou para fazer o PAE, na ilha só vai ter o Nossa Várzea. A orientação é para a gente autorizar todas, o que demora é o procedimento da discriminatória, porque nesse procedimento, isso requer recurso para fazer. Digamos que tu identifica na ilha, na discriminatória, particulares com direito, do seu título legítimo ou não. Aí vai ter que ter indenização da família, vai ter que ter exclusão de áreas. Tem um trabalho topográfico que leva tempo, pode levar 30 dias, com mais ou menos 3 servidores, aí são diárias para 3 servidores, isso demanda custo. Nós somos autorizados a utilizar apenas 40 diárias por ano. Esse ano não usamos quase nada, então se o servidor já cumpriu as 40 diárias dele, não pode viajar, por isso que o processo as

⁴⁰ Atividade de georreferenciamento da área do PAE para a elaboração do memorial descritivo e dos mapas com coordenadas.

vezes trava, além de fazer a discriminatória, tem as outras ações. Não é má vontade de fazer, é porque trava nisso para finalizar o procedimento e entregar a ilha (Técnico da SPU em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

Se, por um lado, para a instalação dos PAEs o INCRA ficou responsável pela aplicação da metodologia, couberam à SPU não só a transferência das terras para o acervo fundiário do primeiro, como também as atividades de campo necessárias para a discriminação das ilhas e várzeas que se constituem em bens da União. A morosidade do trabalho de campo, por falta de recursos financeiros para as atividades que envolvem os técnicos da SPU, se revelou durante as entrevistas como um dos principais obstáculos para a efetiva transmissão das terras dos PAEs de Abaetetuba para o domínio do INCRA. Em certa medida, o número reduzido de servidores, a falta de articulação entre os dois órgãos (IPEA, 2015) e o fato da Superintendência da SPU estar localizada somente na capital do estado dificulta a efetiva conclusão da instalação dos PAEs nos dias atuais. Enquanto o INCRA dispõe de três superintendências localizadas em Marabá, Santarém e Belém, mais a unidade avançada de Altamira, a Superintendência de Patrimônio da União do Estado do Pará, está localizada em Belém e não dispõe de unidades em outros municípios.

A principal luta dos ribeirinhos de Abaetetuba, organizados em torno do MORIVA é a emancipação dos PAEs e a celebração do CDRU com a União. As estratégias de luta, como se verá mais adiante, envolvem a reivindicação permanente ao INCRA e à SPU sobre o andamento desta última etapa. O que podemos afirmar, a partir das entrevistas realizadas tanto com os técnicos dos dois órgãos quanto com os ribeirinhos, é que as terras em que estão instalados os PAEs encontram-se em um “meio do caminho” entre terras passíveis de arrecadação pelo INCRA ou SPU e a real discriminação destas. A realização desta etapa requer a investigação sobre se se trata de terras devolutas, e portanto, públicas, que estão em posse de particulares ou se são terras particulares, devidamente tituladas e que exigem desapropriação. No entanto, considerando o histórico de ocupação dos ribeirinhos em Abaetetuba, a situação dominial dos dois primeiros PAEs instalados e a inexpressiva resistência encontrada pelo INCRA para a instalação dos assentamentos, afirmamos que se trata de terras devolutas em que a arrecadação para um dos dois órgãos dependeria da destinação pela a Advocacia Geral da União (AGU) para o INCRA ou SPU, permitindo a formalização da CDRU e o atendimento do pleito dos ribeirinhos.

Este é o busfils da questão fundiária que impede a definitiva transferência de domínio das terras da União para os ribeirinhos, por meio dos projetos de assentamento agroextrativista e do Programa Nossa Várzea. As terras públicas que foram concedidas pelo instituto da sesmaria, mas que não foram registradas ou demarcadas, tal como exigido pela Lei de Terras de 1850, eram consideradas “vagas”, mesmo que estivessem sendo utilizadas por particulares, posto que, sem o devido registro, não havia como o Estado delimitar sua extensão. Ao mesmo tempo, a definição de quais porções de terra seriam consideradas públicas, foi construída historicamente, redundando na atual conformação estabelecida pelos artigos da CF/88. Se por um lado, a ausência de registro e demarcação se fez conveniente durante diversos ciclos econômicos que exigiam a formação do latifúndio, por outro, o aparato estatal não instituiu mecanismos eficazes de identificação e apropriação das terras devolutas de modo que estas, uma vez identificadas, tivessem a sua função estabelecida.

Tal problema persiste se consideramos, por exemplo, as dificuldades orçamentárias da SPU do Estado do Pará para “discriminar”, como relatado nas entrevistas, as terras que em tese são públicas, mas que não foram incorporadas ao patrimônio da União. Ainda que a Constituição Federal defina a localização e o ambiente das terras que pertencem à União, estas precisam estar devidamente matriculadas na SPU para que sua destinação garanta que a função socioambiental da propriedade seja exercida.

A questão é essa, porque não se pode titular se não for matriculada, não tem jeito. Eu não posso entregar aquilo que não me pertence. A terra é competência da União, mas é

devoluta. A União não registrou, não matriculou aquela terra (Técnico do INCRA em entrevista ao autor em setembro de 2015).

As terras que integram os 22 PAEs em Abaetetuba são devolutas, porque o Estado brasileiro, por meio da SPU, não as discriminou para que posteriormente lhes desse destinação, excetuando, quando pertinente, aquelas sob domínio privado havidas com título legal. As formas de destinação das terras devolutas, que uma vez discriminadas e incorporadas ao patrimônio público, se convertem em bens da União estão previstas no Art. 20 (destinadas a defesa de fronteiras), Art. 188 (destinadas a política fundiária e agrícola) e Art. 225 (destinadas à preservação ambiental) da Constituição Federal.

2.3 - O II Plano Nacional de Reforma Agrária e a Secretaria de Patrimônio da União:

Quando os “Assentados” se tornam “Ribeirinhos” e a Função Social da Propriedade.

Antes de iniciar a descrição da segunda política fundiária implantada em Abaetetuba e que concorre com a instalação dos PAEs por meio do INCRA, cumpre ressaltar que as inovações na política e dispositivos legais que comentamos neste capítulo influenciaram de modo decisivo, tanto ações do Estado, em especial as duas políticas fundiárias, quanto a organização social e política do grupo social pesquisado. Deste modo, se faz necessário chamar a atenção para novembro de 2003 em que foi apresentado, durante a Conferência da Terra, realizada em Brasília, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Na introdução do documento os valores da segurança alimentar, geração de emprego e renda e desenvolvimento com justiça social prenunciam a meta de realizar “o maior plano de reforma agrária do Brasil” com os seguintes quantitativos:

Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e **outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária**. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados. Mas o II PNRA vai além da garantia do acesso à terra. Prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento (BRASIL, 2003: 05, grifos nossos).

Destacamos o fato de que as metas então previstas para a regularização fundiária praticamente se igualam às estabelecidas para novos assentamentos e crédito fundiário. Por outro lado, ressaltamos que o documento pretende traduzir “uma visão ampliada de reforma agrária”, ao reconhecer a diversidade de segmentos do meio rural, por meio da promoção de igualdade de gênero e garantia dos direitos de comunidades tradicionais, com ações para população ribeirinhas e as atingidas por barragens. O reconhecimento da diversidade do meio rural foi, em grande medida, orientada pelas formas de luta e organização política na reivindicação por terra de grupos sociais marginalizados, do qual os ribeirinhos de Abaetetuba fazem parte, como descreveremos nos capítulos III e IV. A relevância do documento para as políticas fundiárias destinadas ao grupo social pesquisado dispensa maior detalhamento, posto que os ribeirinhos são mencionados diretamente, ao reconhecer as especificidades da população rural e os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais:

Este público é formado por: trabalhadores rurais sem terra, público potencial de novos assentamentos; atuais assentados, que necessitam de infra-estrutura e apoio à produção; um imenso setor da agricultura familiar que ainda não acessa os mecanismos do Plano Safra; posseiros, marcados pela insegurança jurídica em relação ao domínio da terra que lhes restringe o acesso às políticas agrícolas e os expõe a ameaças de despejo; populações ribeirinhas; comunidades quilombolas, que demandam o reconhecimento e a titulação de suas áreas; agricultores que ocupam terras indígenas, que precisam ser reassentados; extrativistas, que lutam pela criação e reconhecimento de reservas extrativistas; agricultores atingidos por barragens; juventude rural; mulheres trabalhadoras rurais; entre outros pobres do campo. Estes setores serão objeto de instrumentos diferenciados e apropriados às suas especificidades e às características de cada região (II PNRA, 2003: 17).

Entre os seus objetivos está o de retomar “a trajetória anunciada pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária”, por meio da democratização do acesso à terra e desconcentração da estrutura fundiária. As várias menções às comunidades tradicionais e a ênfase nos processos de produção e comercialização da produção dos assentados (cadeias produtivas regionais), como formas de gerar emprego e renda, busca a compatibilização destas com a segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade ambiental. Com essa estratégia posta, a dimensão do reconhecimento é reafirmada no documento:

Na formulação e implementação desta estratégia de desenvolvimento o PNRA reconhece a necessidade de abordagens próprias e específicas dirigidas às comunidades rurais tradicionais e à superação da desigualdade imposta às mulheres e aos jovens. Desta forma, os assentamentos e os projetos para estas comunidades e segmentos terão parâmetros regionalizados flexíveis em relação à sua organização espacial e produtiva, integrados a um plano de desenvolvimento territorial, racionalizando e orientando os investimentos, as políticas públicas de fomento, garantia da produção e a instalação de equipamentos e infraestrutura social (II PNRA, 2003: 16).

No caso específico da nossa região de pesquisa, o I PNRA permitiu as condições para, ainda que centrado nas populações tradicionais extrativistas, fosse possível a instalação dos PAEs em Abaetetuba. Por outro lado, com o II PNRA a categoria ribeirinho é substantivamente considerada em suas ações e metas, como se vê no item 5.10 do documento:

As populações ribeirinhas habitam, principalmente, os estados de Amazonas, Rondônia, Acre, Pará, Mato Grosso, Amapá e São Paulo. Vivem na beira de rios e riachos em condições de extrema pobreza. Durante alguns meses cultivam produtos de subsistência e até criam gado às margens dos rios. No restante do ano passam em suas casas de palafita ou no único meio de transporte local – o barco – sem realmente “pisarem o chão”, período no qual cerca de 90% da mata fica inundada e os animais ficam em pequenos cercados suspensos. Estima-se que em toda a região Amazônica sejam mais de 600 mil pessoas, sendo que cerca de 300 mil no estado do Amazonas. O II Plano Nacional de Reforma Agrária reconhece este setor como parte de seu público alvo e prevê a elaboração e implementação de políticas públicas, baseada no reconhecimento e valorização da cultura e tradições desse povo e dirigidas à promoção da melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades produtivas (II PNRA, 2003: 31).

Com o reconhecimento no II PNRA da população ribeirinha como parte de seu público-alvo e com a implantação de políticas públicas que pretendem valorizar sua cultura, apontamos que os “assentados” de Abaetetuba tornam-se ribeirinhos, quando consideramos as estratégias de reforma agrária instituídas no documento e o desenrolar. A instalação de Projetos de Assentamento Agroextrativistas tende a se deparar com impasses que em grande medida referem-se à questão fundiária e limitação das intervenções que os assentados antes da regulamentação praticavam nos territórios. Um exemplo de tal impasse nos apresenta Sodré (2010) no seu estudo de caso de um

PAE que atende 600 famílias ribeirinhas assentadas nas margens do Rio São Francisco, no estado da Bahia:

No que se refere às consequências que ocorreram devido ao processo inacabado de um projeto de regularização fundiária, concretamente, podemos dizer que trouxe dificuldades de sobrevivência às famílias e restrições quanto aos trabalhos tradicionalmente utilizados pelos ribeirinhos. Com isso, não queremos negligenciar a ação, muitas vezes, predatórias destes ribeirinhos. Mas, apenas questionar por que o INCRA não finalizou este projeto. (...) Os conflitos que existem entre assentados e Estado se referem, sobretudo, ao fato de o Estado ter denominado “regularização fundiária” uma figura jurídica, desconhecida dos ribeirinhos (direito real de uso), sem, no entanto, proporcionar-lhes terras disponíveis que estes possam de fato utilizar, fazendo jus à concessão de uso da terra. O INCRA, como sabemos, não tinha sequer terras suficientes disponíveis para atender as aspirações dos assentados. Dessa forma, uma relação direta com a terra, com o ambiente e a possibilidade de reprodução social dos assentados encontram-se comprometida no PAE-SF, causando consequências à sua reprodução no lote, enquanto boa parte das terras se mantiver nas mãos dos irregulares e enquanto o INCRA não concluir o projeto a que se propôs, o que diretamente necessita é que se resolva a saída dos irregulares e a conclusão do Projeto (SODRÉ, 2010: 10).

Como ilustra a autora, independente do bioma em que sejam instalados os PAEs, a emancipação que consiste na transferência de domínio definitiva de terras públicas para os assentamentos por meio da emissão da CDRU se coloca como principal desafio dessa modalidade de regularização fundiária. No caso por ela estudado, a relação tradicional dos ribeirinhos com os recursos naturais e o uso coletivo da terra são elementos constitutivos dos modos de vida historicamente construídos pelo grupo no oeste baiano. Nos dois casos, as populações assentadas experimentam restrições de utilização dos recursos naturais, pela necessidade de cumprimento dos Planos de Utilização formulados para cada um deles. A principal restrição imposta aos ribeirinhos do PAE São Francisco (PAE-SF) trata da limitação de plantio nas áreas inundáveis e extração de lenha na margem do rio, posto que parte do assentamento localiza-se em Área de Preservação Permanente (APP) e com isso a vegetação não pode ser suprimida.

A importância desta política fundiária para a população ribeirinha em particular e para a compreensão dos mecanismos de desigualdade no acesso à terra que ela busca enfrentar de modo mais geral, gerou uma produção bibliográfica recente com estudos de casos sobre a instalação de PAEs no Estado do Pará. Um trabalho que merece destaque no contexto da discussão dos aspectos legais e ambientais da ocupação das áreas de várzea é o estudo intitulado “Aspectos Jurídicos e Fundiários da Utilização Social, Econômica e Ambiental da Várzea: Análise para a Elaboração de Modelos de Gestão”, publicado em 2005 em que apresentou os resultados das análises das questões fundiárias da várzea amazônica no âmbito do “Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea/MMA/Ibama”. Neste documento técnico e de intervenção pública são apresentados, em quatro artigos, os dados relativos ao objetivo de “fornecer subsídios à formulação de políticas públicas para a regularização fundiária e a gestão dos recursos naturais, na várzea” (PROVARZEA, 2005: 11). Para tanto, a pesquisa se debruça sobre três aspectos, a cadeia de domínio da terra ou da várzea, as possíveis estratégias de regularização fundiária e a gestão dos recursos naturais.

No primeiro texto do documento, Surgik (2005) chama a atenção para, ao empreender uma interpretação jurídica da área de várzea, aspectos científicos que envolvem a caracterização do ambiente, os de natureza jurídica em que o Código de Águas e o Código Florestal conflitam com artigos constitucionais que tratam dos bens da União, de dominialidade federal, estadual ou particular e de qual órgão deve ser o responsável pela discriminação da várzea e de suas possíveis formas de utilização. O segundo texto é fruto da pesquisa de Mc Grath e Gama (2005) sobre a situação fundiária da área de várzea nos Estados do Pará e do Amazonas em que os autores destacam a situação fundiária contraditória deste ambiente. De modo semelhante ao que ocorre na região das ilhas, onde é vedada a propriedade privada bens públicos têm sido apropriados por gerações de ocupantes que movimentam um mercado de terras de várzea sem títulos legais e a população ribeirinha que nela também reside enfrenta um cenário de conflitos dada a insegurança jurídica da situação fundiária.

O terceiro texto nos chama atenção por apresentar os resultados da análise de três experiências de regularização fundiária no município de Gurupá que, segundo o autor, apontavam caminhos, à época da pesquisa, de garantia de maior segurança jurídica no uso das ilhas e várzeas pelas populações tradicionais. A primeira experiência analisada por Treccani (2005) foi o estabelecimento de contrato de cessão de uso entre a União e trabalhadores rurais, a expedição pelo governo estadual de dois títulos de reconhecimento de domínio da terra para duas comunidades quilombolas e a criação de Projeto de Assentamento Agroextrativista estadual em ilhas e várzeas do município de Gurupá ocupadas tradicionalmente por ribeirinhos. O que ressaltamos da pesquisa de Treccani e que mantém relação direta com nossa região de pesquisa foi o estabelecimento de parceria entre SPU e INCRA, criando as condições para ações conjuntas de regularização fundiária em terras sob domínio da União. Tal parceria, embora anotada em 2002 e, portanto, antes da instalação do primeiro PAE em Abaetetuba, acabou por indicar a ampliação da regularização fundiária em outras regiões do Pará com o uso de terras da União:

O trabalho em conjunto com o INCRA abre novas possibilidades de ação pela disponibilidade de recursos humanos, financeiros, maior capilaridade do órgão (o Incra tem unidades avançadas em várias cidades do interior) e maior parque técnico disponível (computadores, mapas, imagens de satélite, ploter etc.). **Com base nessa nova realidade, os movimentos sociais do Pará apresentaram outros pedidos, sugerindo a realização de um trabalho em conjunto do SPU/INCRA. Esse trabalho deu origem aos processos do Complexo Campompema (município de Abaetetuba), Urutai e ilha das Cinzas (Gurupá).**

Em 19 de março de 2004, a Portaria nº 44 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou a cessão gratuita da ilha das Cinzas, ao Incra, para que ela fosse destinada: “à regularização e à implantação de programas de reforma agrária, por meio de Projetos de Assentamentos Extrativistas” (artigo 2º) 41. No mesmo dia, foi também assinada a Portaria nº 46 cedendo gratuitamente uma área de várzea, de 888,1799 ha, para a Associação dos Comunitários de Piracoeira Santarém (TRECCANI, 2005: 69, grifos nossos).

A cooperação técnica entre SPU e INCRA e o estabelecimento de contratos de cessão de uso com os atendidos são características das experiências analisadas pelo autor e que mantém semelhança com a nossa pesquisa. Ainda que Treccani não faça menção às portarias 268 e 269 de 1996 que permitem a criação dos PAEs no atendimento da população ribeirinha de Abaetetuba, o arranjo institucional promovido no caso descrito pelo autor contribuiu para estas experiências, tal como a metodologia de implantação do PAE havia previsto. As recomendações⁴¹ do autor

⁴¹ “Os passos necessários para a regularização fundiária das famílias das ilhas deveriam seguir o exemplo da ilha de Santa Bárbara e da ilha das Cinzas, com os seguintes aperfeiçoamentos:

a) O Poder Público, em conjunto com os representantes dos trabalhadores rurais (Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), deverá discutir os processos de regularização fundiária, em

redundam no que foi estabelecido pelas portarias do INCRA, indicando não só a necessidade de simplificação dos procedimentos de regularização fundiária.

Por fim, no quarto texto do documento, Benatti (2005) apresenta uma análise integrada dos três textos anteriores com o objetivo de “estabelecer uma base técnica e científica para a formulação de políticas públicas, no âmbito da conservação e gerenciamento dos recursos naturais da várzea, na região central da bacia amazônica” (BENATTI, 2005: 78). Para tanto, realiza uma síntese das pesquisas anteriores sobre a dominialidade, natureza jurídica da várzea e das experiências de regularização apresentadas no documento. De modo semelhante às demais recomendações feitas pelos autores, Benatti adiciona a importância do manejo dos recursos naturais da bacia hidrográfica, extrapolando desta maneira os limites das comunidades e assentamentos, tais como os demais autores sugerem. Ao mesmo tempo, indica que o IBAMA diretamente ou transferindo essa competência para os órgãos ambientais estaduais, deveria aprovar o plano de manejo dos recursos naturais das várzeas. Esta discussão promovida pelos autores pode ser localizada como desdobramento possível das diversas formas de luta pela terra na região amazônica e necessidade de reconhecimento da regularização fundiária dos grupos sociais, como o II PNRA aponta.

seminários regionais e locais, que possibilitarão às famílias envolvidas efetiva participação em todas as fases posteriores do processo.

b) As discussões deverão ser orientadas para a constituição de associações de moradores, que irão pleitear do Governo federal a celebração de contratos de uso das terras tradicionalmente ocupadas pelos seus associados.

c) Em cada localidade a ser regularizada será realizado um diagnóstico socioeconômico simplificado e um seminário para a discussão do plano de uso – instrumento que normatizará as relações entre os moradores e o uso dos recursos naturais. Esse plano de uso será de responsabilidade da associação, que contará com a assessoria de entidades de apoio, ou dos próprios funcionários do Poder Público. Além disso, também seria viável o treinamento de agentes ambientais comunitários para acompanhar a implantação desses planos.

d) O pedido de abertura do processo será protocolado num escritório da administração pública municipal (Secretaria Municipal de Agricultura), que assumirá a responsabilidade de remetê-lo à unidade avançada do Incra mais próxima. O pedido poderá vir acompanhado de um mapa georreferenciado da área pretendida ou, caso isso não seja possível, de um croqui que permita a sua identificação sumária.

e) O Incra realizará a vistoria preliminar na qual serão confirmadas as informações que constam no levantamento socioeconômico, no memorial descritivo da área, com o auxílio de um GPS. Na mesma ocasião, serão discutidos com a comunidade os limites de respeito da área a ser documentada em favor de cada família.

f) A procuradoria do Incra procederá ao levantamento cartorial identificando os eventuais registros imobiliários existentes e, em conjunto com a Advocacia Geral da União, apresentará ao Corregedor-Geral de Justiça os requerimentos de cancelamento desses registros, conforme dispõem a Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, e a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.⁴³ Sugere-se a adoção desse instrumento por acreditar-se que seja muito mais rápido e eficaz do que as ações de Nulidade e Cancelamento da Matrícula, Transcrições e Averbações no Registro de Imóveis, que têm rito ordinário.

g) A celebração do contrato dar-se-á por decisão do Comitê Regional do Incra, que criará um Projeto de Assentamento Agroextrativista, que possibilite o acesso ao crédito e à infra-estrutura (a garantia da terra, por meio de um documento, por si só não é suficiente para garantir o desenvolvimento sustentável). O contrato deverá ser gratuito e com o prazo de trinta anos.

h) Celebrado o Contrato, a associação repassará a cada família uma autorização de uso intransferível, inter vivos, sem o prévio consentimento da associação. Na autorização, além do memorial descritivo e do mapa georreferenciado do imóvel, no qual se evidenciam os limites de respeito, serão resumidos os principais direitos e as obrigações dos moradores.

i) Onde as comunidades escolherem este caminho poderão ser criadas Unidades de Conservação de uso direto, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000), tais como Resex e RDS.” (TRECCANI, 2005: 70-71)

2.4 - O Programa Nossa Várzea e o Papel da Secretaria de Patrimônio da União

Outra inovação importante ocorrida no ano de 2003 e que tem rebatimento na nossa região de pesquisa foi a mudança de missão institucional da SPU. A função arrecadatória do patrimônio da União é substituída neste ano pelo princípio da função socioambiental, como informa Cardoso:

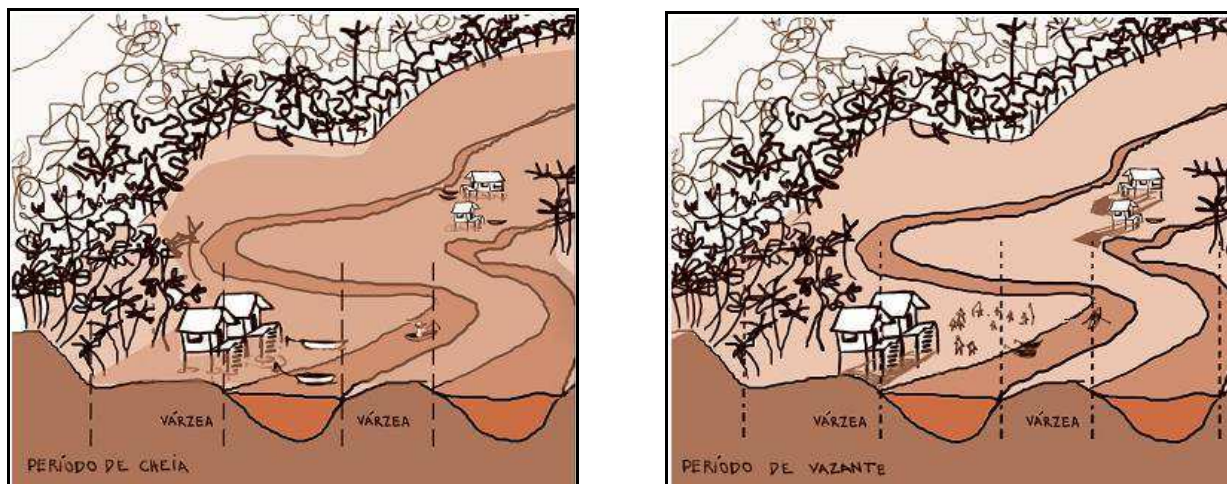
O princípio constitucional da função social fundamentou a redefinição da missão institucional da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), responsável pela gestão dos imóveis públicos federais, ligada ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Cabe, portanto, à SPU “conhecer, zelar e garantir que cada imóvel cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos da Nação” (Art. 1º, I, Portaria nº 232 de 03/08/2005, Regimento Interno da Secretaria de Patrimônio da União). Tal missão expressa com clareza que a promoção do cumprimento da função social do patrimônio da União envolve a harmonização e a conjugação de interesses diversos (CARDOSO, 2010b: 89).

No mesmo ano, por meio da Portaria s/n de 11 de setembro, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), formado por representantes dos Ministérios do Planejamento, Cidades, Fazenda, além da Advocacia Geral da União e Casa Civil com a missão de reorientar a gestão do patrimônio imobiliário e fundiário da União. O GTI definiu como diretrizes de gestão da SPU, entre outras, a prioridade para as políticas de inclusão socioterritorial, a regularização fundiária das áreas ocupadas por população de baixa renda e a cessão de uso como instituto jurídico preferencial para o atendimento das finalidades socioambientais. Essa redefinição na missão institucional da SPU, além de compatibilizar as atividades do órgão com o Art. 20 da CF/88, subsidiou a criação do aparato legal que permitiu a criação do programa que será descrito na seção seguinte deste capítulo.

O *Programa Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia Brasileira*, criado em 2005 pela SPU, visa ao ordenamento fundiário conjugando o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, especialmente o açaí, em favor das populações ribeirinhas da Amazônia Legal, por meio da emissão do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), instituto jurídico do direito administrativo. Com a fiscalização e permissão de uso das áreas da União, já que o programa não previa a transferência de domínio das áreas de várzea para particulares, a SPU concede direito à ocupação e à exploração sustentável dos recursos naturais às comunidades ribeirinhas que utilizam essas áreas para o desbaste de açaiçais, colheita de frutos ou manejo de outras espécies florestais. Esta é outra contradição que surgiu no âmbito das duas políticas de regularização fundiária executadas em nas ilhas e várzeas: enquanto a instalação dos PAEs previa a emissão do CDRU para associações dos assentamentos, o mesmo contrato não poderia ser estabelecido individualmente entre SPU e cada família ribeirinha atendida com o TAUS. Nesse sentido, a luta do movimento ribeirinho pela emancipação dos PAEs se tornou mais urgente do que a reivindicação de regularização de sua ocupação com o Programa Nossa Várzea.

A partir da redefinição da missão institucional da SPU foi editada em 14 de outubro de 2005 a Portaria Nº 284 que autorizava do desbaste de açaiçais, a colheita e manejo de frutos e outras espécies extrativas. Essa inovação permitia o manejo ambiental dos açaiçais localizados nas áreas de várzeas e sob domínio da União, o que, de acordo com as entrevistas realizadas em campo, permitiu, juntamente com a assistência técnica e os Planos de Utilização elaborados para os PAEs de Abaetetuba, que a produção de açaí se consolidasse como importante fonte de renda e de segurança alimentar dos ribeirinhos. Ao mesmo tempo, a portaria estabeleceu a autorização de uso para uma área de 500 metros, a partir de um ponto geodésico no local de morada do requerente. Para fazer jus à autorização de uso, o ribeirinho deveria respeitar os limites da tradição do vizinho,

comprovar a ocupação tradicional⁴² e obter parecer do IBAMA atestando a não degradação da área com a extração do fruto. Essa portaria permitiu a formulação do Programa Nossa Várzea e determinou que a Autorização de Uso representasse o início da regularização fundiária especificamente nas áreas de várzea da Amazônia, excluindo, portanto, a ocupação no interior das ilhas, como no caso de Abaetetuba.



Fonte: SPU, 2006, p. 24-25.

Figura 3 - Área de Várzea nos períodos de cheia e vazante

A execução do Programa iniciou-se no ano de 2005 a partir de Abaetetuba, em grande medida pelo grau de organização política anterior do movimento social ribeirinho do município. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de acesso à terra pelas populações ribeirinhas anotadas no II PNRA e previsão de políticas de regularização fundiária para o grupo, levou à mobilização dos movimentos sociais na Amazônia Legal, culminando em um seminário no ano de 2005, que deu os contornos da atuação da SPU na execução do programa:

Eram lideranças ribeirinhas, sindicatos da região do Amapá, do Pará, que pertencem as áreas de várzea, e como instituição estava lá a ITERPA, INCRA, a Gerência Regional de Patrimônio da União e veio a secretária do Patrimônio da União, Alexandra, aí o debate foi bastante interessante, porque como é que a gente não consegue encontrar uma forma de ter documento para que a gente possa ter acesso ao crédito. Se não dá para criar projeto de assentamento, se não dá para criar outro tipo de projeto, então qual o outro documento que nós vamos ter? E foi aí que lançamos o desafio do Projeto Nossa Várzea. Em 14 de outubro de 2005, foi criada a Portaria 284 e saiu a publicação. Daí a gente começou a discutir e chegou aqui em Abaetetuba, a primeira experiência do Brasil, começou aqui (Assessor da CPT em entrevista realizada em setembro de 2015).

O entrevistado confirma a agência e organização anteriores do movimento social ribeirinho, permitindo que Abaetetuba fosse o primeiro município atendido na Amazônia Legal:

Porque nós já tínhamos alavancado o processo da regularização fundiária com os quilombolas, nosso grupo aqui estava mais organizado e isso conta muito. Então o grupo quilombola estava organizado, porque tinha essa ação da CPT, juntamente com os ribeirinhos, depois o processo das ilhas já estava em andamento, pois já tinham sido criados

⁴² Na prática essa comprovação se dava por meio de documentos como, notas fiscais de compra, declaração de escola dos filhos e de posto de saúde e que indicassem a que o requerente residisse no local desde um período mínimo de cinco anos.

dois projetos aqui, que foi inédito no Brasil, e a organização forte dos ribeirinhos e a CPT na frente do processo (idem).

De acordo com as entrevistas realizadas na pesquisa de campo, o principal problema que o Programa Nossa Várzea buscava enfrentar, sobretudo envolvendo terras que ainda não haviam sido incorporadas aos PAEs, é o “sistema de meia”, prática comum nas ilhas e várzeas do município e que mantinha os ribeirinhos em condições de trabalho que se baseavam na tradição e ausência de remuneração. O sistema de meia consistia na entrega da metade da produção (açai, camarão, mandioca, milho e aves) dos ribeirinhos residentes nas ilhas e várzeas aos pretensos donos das terras. Em geral, estes “patrões” residiam na área urbana do município ou em outras cidades do Nordeste Paraense e eventualmente possuíam títulos de propriedade da terra, emitidos pelo Estado do Pará e registrados em cartório de imóveis. Não obstante grande parte deles fossem títulos “quentes” ou autênticos, por conta da localização das propriedades em terras da União, tinham o domínio da terra cancelado pela SPU, o que motivava o ingresso na justiça de reclamantes que reivindicam o reconhecimento dos títulos, quando estes eram anulados no âmbito da execução do Programa Nossa Várzea:

Geralmente a gente não reconhece, porque muitos deles são em cima das áreas de uso comum, das várzeas, aí a gente pede para eles fazerem o geo excluindo a área da União e tem uns que não voltam. Aí continua na justiça, tentando inclusive oprimir na justiça comum, na justiça do Estado. Eles conseguem mais quando passa pelo Estado, porque quando passa na justiça federal a gente tem êxito porque eles conhecem melhor a realidade da política pública federal. Por isso eles preferem entrar na justiça comum do Estado, para ganhar e expulsar os ribeirinhos, mas a gente tem revertido muitos casos, em Muaná, Ponta de Pedras, em Abaetetuba, em muitos casos a gente ainda não foi julgado, mas a gente consegue tramitar na justiça federal e o caso ficar sub-júdice e não haver despejos (Técnico da SPU em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

Chama atenção que quando a disputa pelas terras chega ao Judiciário, em alguns casos relatados pelas entrevistas, os pleitos dos pretensos proprietários aludem ao costume e falta de regularização originados no regime de sesmarias. O tamanho atribuído às áreas “muitas vezes ia até onde der, vai das margens do rio tal até onde der” e “não tinha marcação”. Como exposto no capítulo anterior, a demarcação dos limites da sesmaria era imprecisa e na maioria das vezes o registro das terras com a extensão da propriedade não era realizado. Nesse sentido, as contestações judiciais dos TAUS emitidos em favor dos ribeirinhos se baseavam em títulos cuja cadeia de domínio não era comprovada. Para garantir maior segurança jurídica para a execução do Programa Nossa Várzea, evitando assim contestação sobre as autorização de uso foi aprovada em 31 de maio de 2007 a Lei Nº 11.481, que em seu Art. 1º autoriza a SPU a executar:

(...) ações de identificação, demarcação, cadastramento, registro e fiscalização dos bens imóveis da União, bem como a regularização das ocupações nesses imóveis, inclusive de assentamentos informais de baixa renda, podendo, para tanto, firmar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada (BRASIL, 2007).

De modo distinto das portarias e instruções normativas que são editadas pelos ministérios, a lei de 2007 conferiu maior segurança por ser hierarquicamente superior à Portaria 284/2005. Grosso modo, alçou ao status de lei os princípios estabelecidos pelo II PNRA e disciplinou os procedimentos previstos para a política de regularização de terras da União, em consonância com a redefinição da missão institucional da SPU. Os meandros da regularização fundiária das populações ribeirinhas por meio da legislação citada tem início quando motivada pelas associações de ribeirinhos que solicitam diretamente ao órgão a inclusão no programa ou com as ações de busca ativa⁴³ da equipe de técnicos da SPU de comunidades e famílias mais isoladas que atendam as condições mínimas que a Lei Nº 11.481 exige, quais sejam, a morada desde no mínimo cinco anos no local, ocupação tradicional e mão de obra familiar. A inclusão dos ribeirinhos pelo programa pode ser realizada diretamente no órgão, apesar das distâncias a serem percorridas até Belém ou se dá, em sua maioria, pelas ações de campo dos técnicos da SPU, quando, a partir delas, tem início o processo de regularização individual da ocupação:

Se ele não tiver documento, mesmo assim nós vamos pedir para ele preencher o requerimento, solicitando a regularização. Aí nós vamos pedir para ele aguardar a visita de um servidor, para saber se ele está mesmo lá. Esse é o primeiro passo da regularização fundiária, a gente deslocar um servidor para fazer a vistoria, os principais requisitos são que ele tem que estar ocupando a área da União, a ocupação dele tem que ser uma ocupação sem conflito, tem que ser mansa e pacífica, tem que respeitar os limites da tradição do vizinho. Ele não pode vir aqui sem regularizar porque brigou, por isso que a ocupação tem que ser mansa e pacífica. Aí depois disso a gente diz que vai mandar um servidor para comprovar as coisas que eles estão reivindicando, isso no caso do ribeirinho que vem individualmente aqui. Geralmente a gente faz um plano de trabalho anual, com deslocamento para fazer ações longas, de dez dias, então a gente vai para uma ilha, passa dez dias lá e vai cadastrar todo mundo que tiver nas áreas da União. Esses que forem cadastrados, não precisam vir mais aqui, eles vão assinar o requerimento lá e o servidor vai dar continuidade do trabalho aqui. Esse que vem especificamente sozinho vai precisar analisar o documento dele e mandar o servidor in loco lá (Técnico da SPU em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

Uma vez comprovadas as condições exigidas, são anotadas as coordenadas geográficas da casa e o registro fotográfico da residência e da família. Em seguida é realizado o cadastro socioeconômico, com o levantamento das informações relativas às condições de vida da família, tais como perfil dos integrantes, fontes de renda e infraestrutura do domicílio. De posse dessas informações, tem início a segunda fase do programa que consiste no tratamento dos dados de campo para a emissão do TAUS para cada atendido:

Aí tem a segunda fase, o trabalho de escritório, de sistema, joga os dados no programa SEI, um programa do Ministério Público, é um sistema integrado. Joga nisso e joga no SIAPA⁴⁴ para gerar matrícula do imóvel. Aí dá um bom trabalho ainda, dá uma semana, dependendo de quantos cadastros são. Anteriormente a TAUS vinha com o nome só de uma pessoa, agora vem como nome de dois, marido e esposa, porque hoje em dia com o reconhecimento das políticas públicas voltadas para as mulheres, é prioritário colocar no nome delas. Aí gera o TAUS, imprime e entrega para cada um (idem).

Com a emissão dos TAUS para cada atendido, passa a ser possível acessar outros programas sociais do Governo Federal, uma vez que junto com o cadastramento do domicílio pela SPU se

⁴³ As ações de busca ativa realizadas pela equipe de SPU para localizar potenciais beneficiários do Programa Nossa Várzea e conta com a parceria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios e organizações sociais das regiões onde a atividade é desenvolvida.

⁴⁴ O Sistema Integrado de Administração Patrimonial mantém os dados relativos aos beneficiários do programa e dos TAUS emitidos.

realiza simultaneamente a inscrição no Cadastro Único, permitindo o acesso aos programas sociais destinados à população de baixa renda. No caso de Abaetetuba, permitiu às famílias ribeirinhas a inclusão no Programa Bolsa Verde⁴⁵ além dos demais programas sociais, tais como Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada e emissão de documentos pessoais.

Cumpramos ressaltar que a concorrência de duas políticas fundiárias no mesmo ambiente e destinadas ao mesmo público em Abaetetuba criou impasses de duas ordens principais. O primeiro refere-se ao fato de que tanto as ilhas quanto as várzeas, embora sejam patrimônio da União, acabam por serem acionadas de modos distintos. Quando perguntado sobre o porque da ausência de uma única política fundiária integrada para os ribeirinhos tivemos como resposta a seguinte informação:

Na verdade está dentro, agora nem todos que o Nossa Várzea atende tem PAEs, agora quase todos que tem PAEs, tem o Nossa Várzea. Todas as ilhas que tem PAE tem o projeto Nossa Várzea, agora nem todos que tem só o Nossa Várzea tem PAE. Tem ilha que só tem ação do Nossa Várzea, agora quase todas as ilhas que tem PAE, tem o Nossa Várzea (Técnico da SPU em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

Grosso modo, pode-se afirmar que a principal diferença entre as ilhas e as várzeas, tal como revelam as entrevistas de campo é a relação com o continente. “Em ilha não tem várzea” essa foi a afirmação ouvida reiteradas vezes quando solicitávamos ao entrevistado que explicasse a diferença entre ambos. As ilhas fluviais e as áreas de várzeas de rios federais são terras públicas, mas o que define se um local ocupado por ribeirinhos é ou não várzea é a relação com a “terra-firme” ou com “continente”. Pois é o sistema várzea/terra firme, como se verá com mais detalhes no capítulo seguinte que regula a relação do grupo social com os rios. Em Abaetetuba os moradores das ilhas e várzeas são ribeirinhos, posto que têm em comum a moradia na “beira” dos rios, mudando somente a relação com a terra firme, o que não ocorre com os moradores das ilhas. Isto significa que a Secretaria de Patrimônio da União é inicialmente o órgão gestor das terras de ilhas e das várzeas, executa um programa destinado em princípio aos moradores das várzeas ou das porções das beiras de rios localizadas no continente:

A SPU vem especificamente no projeto Nossa Várzea, que era pra trabalhar somente com a área de Várzea, **mas trabalha na ilha também por questões políticas.**

(...) A Várzea além de receber este documento, ela recebe um outro documento anexo que dá direito ao varzeiro a vender os produtos retirados do seu terreno sem a intervenção do IBAMA até o raio de 500m. Tem legalidade para você vender esses produtos, o que a SPU não entregou para os moradores das ilhas, dos PAEs, ela entregou só um título. Ele recebe esse título de certidão que eles usaram um lobby, que essa certidão dá direito a eles à terra, mas não dá. Porque pela metragem que eles tiraram num raio de 9m², eles colocaram lá no primeiro documento... tem morador que tem só 1 hectare de terra, mas eles dividiram por igual, o que gerou um certo conflito fundiário, porque uns dizem: no meu documento diz que eu tenho 9, mas onde é que está esses 9 hectares de terra que você tem? (Liderança do MORIVA em entrevista ao autor em Setembro de 2015, grifos nossos).

O imbróglio sobre qual a mais eficiente estratégia de regularização fundiária para os ribeirinhos de Abaetetuba pende em favor, segundo as entrevistas, da executada pelo INCRA, por

⁴⁵ O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde foi instituído pela Lei Nº 12.512 de 14 de outubro de 2011 e concede um benefício de R\$ 300,00 por trimestre para famílias abaixo da linha da pobreza e que residam em áreas consideradas prioritárias para a conservação ambiental. O programa é gerido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Programa Brasil Sem Miséria. De acordo com o site eletrônico do ministério o Programa concentra-se nos “Assentamentos Ambientalmente Diferenciados de Reforma Agrária”, o que inclui as ilhas e várzeas de Abaetetuba e a população ribeirinha que nelas residem.

meio da instalação dos PAEs, por dois motivos principais: a maior oferta de crédito rural associada ao assentamento e a posse comunal da terra com a celebração do CDRU:

É um ponto que eu defendo com muita tranquilidade com relação a isso. De certa forma teve outra vertente, essa questão do Programa Nossa Várzea, porque o primeiro ponto seria você fazer a discriminatória dessas áreas, matricular em nome da União para depois destinar, isso é muito claro e isso não foi feito. Porque era muito mais cômodo, na minha avaliação, e fizeram coisas totalmente que ao invés de solucionar, você criou um problema. Porque se você pega aquela TAUS, ela fala em 500m de raio, numa área onde você não tem título quando esse documento cai na mão de uma pessoa mal intencionada, a pessoa vai ocupar a terra do outro, quem tem mais força. Porque pra ele, ele não compreende que aquilo é um documento precário, aquilo não tem valor jurídico de nada, se a pessoa for pra justiça, ele não é um título, ele é um documento precário. (...) porque eles passaram a entregar esses documentos nos assentamentos, porque o INCRA não tem competência pra isso, pra entregar qualquer tipo de documento de regularização da área (Técnico do INCRA em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O caráter precário do TAUS enquanto garantidor da posse é reconhecido de modo geral pelos entrevistados e tanto o Programa Nossa Várzea quanto os PAEs instalados em Abaetetuba tem como obstáculo a emissão do CDRU. Este se constitui no segundo impasse da regularização fundiária envolvendo INCRA e SPU, tal como se vê:

Cada TAUS dessa tem uma coordenada, ela vai gerar um trecho e a partir desse trecho nós vamos fazer uma demarcação do limite da área, aí a gente liga para a CDRU, faz a ligação do interesse público da área e começa os procedimentos da CDRU. Sai em nome da associação, com o nome de todos os ribeirinhos da área. Deixa eu dar um exemplo aqui do rio Muaná, lá 200 famílias tem a TAUS, tem todas as coordenadas, o material descritivo, o mapa dessa área, faz uma portaria de interesse público e começa o procedimento para fazer a CDRU. (...) para garantir a manutenção e a segurança das famílias, nós vamos começar por lá, mas de fato a gente precisava mais para conseguir as CDRU onde já tem TAUS. Atualmente isso não aconteceu por falta mesmo de recursos, não tinha o material, financeiro, o orçamento ali como recursos de serviço para fazer o trabalho de campo e transformar os TAUS em CDRU. Você tem que voltar com dinheiro, com o topógrafo das áreas (Técnico da SPU em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

A viabilidade de celebração de contrato, só poderia se dar via a formação de associações, tendo em vista que o CDRU não podia ser celebrado com particulares. Para contornar esse impedimento legal foi editada a Portaria Nº 89 de 15 de abril de 2010, permitindo a emissão de TAUS coletivos para um dado conjunto de famílias, para que, após a formação de um único polígono, a transferência de domínio se realize para uma organização coletiva. Este é o caso das associações Várzea I e II constituídas pelos ribeirinhos de Abaetetuba e que foram a base do MORIVA por estarem sobrepostas aos PAEs. Na Portaria Nº 89/2010 destacamos três aspectos importantes que evidenciam a articulação do aparato estatal com as reivindicações de diversos grupos sociais. O primeiro deles encontra-se no Art. 1º que busca disciplinar o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, reconhecendo ao mesmo tempo o caráter “precário e transitório” dos TAUS emitidos. O segundo aspecto trata da nulidade de qualquer título privado nestas áreas, se aproximando, portanto, de uma maior atuação junto de áreas que constitucionalmente pertencem à União.

Apesar das exceções praticadas na execução do programa, podemos afirmar, reiterando o que expusemos na seção anterior, que as ilhas e várzeas de Abaetetuba são terras devolutas, cabendo ao órgão, portanto, a sua discriminação e incorporação ao patrimônio público. A ausência de matrícula das terras devolutas também impede a conclusão do Programa Nossa Várzea pela mesma razão que impede a emancipação dos PAEs:

Tem projeto aí tramitando lá pela Advocacia Geral da União que está tratando disso. Se o governo entender que essas áreas sejam passadas pro INCRA titular. Desde que esse processo se consolide. Não é a SPU, porque eu não sei se a SPU vai transferir isso pro INCRA, porque eles iam querer titular. Porque qual era o correto? Era fazer a discriminação e passar a área pro INCRA, pro INCRA titular, só que a Constituição não fala no INCRA, ela fala na competência que cai na SPU... De competência, porque ela não fala de titulação. Pra você fazer isso a área tem que estar matriculada e essas áreas não são matriculadas. O INCRA fez todo esse trabalho e passou pro SPU pra isso tramitar lá, porque isso era atribuição do Ministério do Planejamento pra depois essas áreas serem matriculadas. Agora não se sabe se elas vão ser matriculadas em nome da União, porque isso pode acontecer e a União delegar pro INCRA ou pra SPU fazer isso.

(...) Aí é que está, porque como não existe usucapião para terra pública, ele não pode ser regularizado, porque se essa terra de terceiros, eles podiam ser o dono por usucapião, mas nem isso eles podem ser. Aí eles pegam o TAUS, mas aquilo não tem validade. A grande vantagem de você ter esse documento é porque ele confirma a sua posição naquela morada, ele tem um ponto, um GPS que diz que você mora ali, então sua casa é ali, sua posse é ali. (Técnico do INCRA em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Tal operação deveria ser conduzida pela AGU na cessão de terras devolutas para SPU ou para o INCRA. No relatório de pesquisa produzido pelo IPEA, no âmbito das ações do “Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia” são apresentados os dados relativos à implementação do Programa Nossa Várzea no município de Abaetetuba que auxiliam na compreensão de alguns aspectos. O primeiro deles refere-se à multiplicidade de “situações jurídicas” que dificultam o pleno reconhecimento dos direitos territoriais dos ribeirinhos. Estas se relacionam com diferentes formas de ordenamento do território brasileiro e amazônico, em particular, e que buscamos evidenciar no Capítulo I.

À “confusão fundiária” historicamente construída no Estado do Pará adiciona-se, no presente, o segundo aspecto que chama a atenção no relatório e que se relaciona com a desarticulação dos entes federativos na implantação das políticas. Essa percepção foi captada nas entrevistas que realizamos com os gestores e lideranças ribeirinhas e se refletem tanto na identificação da cadeia dominial das ilhas e várzeas quanto na formulação de acordos e convênios entre os órgãos envolvidos no sentido de implantar de modo cooperado os mecanismos de garantia de direito à terra dos ribeirinhos:

Eu acho que o gargalo maior é a gente ter mais agilidade, ter condições materiais para concluir os procedimentos, ter mais destacamento orçamentário para o programa funcionar, mais ação, mais condições para os servidores, porque as vezes eles saem para o trabalho de campo e nem o equipamento deles está garantido, como colete, capa de chuva, GPS, escolta, as diárias. Acho que um concurso público seria fundamental também, para colocar mais gente na equipe e a gente ter um instrumento, uma conexão de diálogo mais forte com os outros órgãos. Nós temos esse poder, mas a gente ter uma ação integrada, acho um desafio integrar as ações, entre INCRA, SPU, ICMBIO, MMA, prefeitura, governo, somar esforços porque a partir disso a gente consolidaria e finalizaria os procedimentos. Faria a identificação, demarcação, emitiria as TAUS e finalizaria com a CDRU, acho que isso seria o central para a gente (Técnico da SPU em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Nesse sentido, a sobreposição de políticas nas ilhas e várzeas de Abaetetuba impede a efetiva regularização das terras, em que a CDRU emitida em favor das associações é o principal

pleito do grupo e se aproximaria mais fortemente do cumprimento da função social da propriedade da União. Os PAEs, instituindo territórios coletivos e vinculados às organizações comunitárias dos ribeirinhos, e os TAUS individuais em uma área circular, com 500 metros de raio criam as condições para tensionar a relação entre vizinhos.

2.5 - Política Distributiva ou Política da Diferença: Possibilidades de Compreensão da Regularização Fundiária para os Ribeirinhos de Abaetetuba

A partir das entrevistas realizadas e dos aspectos gerais que constituem a trajetória das políticas de regularização fundiária implantadas nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, podemos vislumbrar caminhos teóricos para a compreensão do contexto em elas foram executadas. Num quadro mais geral, tais políticas públicas podem ser entendidas à luz do debate entre teóricos do liberalismo e do multiculturalismo no tocante a constituição do *self* e a neutralidade do Estado (COSTA e WERLE, 1997).

Decerto que tal controvérsia é reiterada quando voltamos a atenção para os dispositivos legais que subsidiam a execução das políticas que descrevemos neste capítulo. Enquanto os princípios de caráter universal e igualitários estão nos Arts. 4º e 5º da CF/1988, o Art. 215 se contrapõe aos anteriores garantindo o pleno exercício dos direitos culturais dos grupos participantes do processo civilizatório nacional. Aos povos indígenas são dedicados, na seção destinada à “Cultura”, os Art. 231 e 232, que tratam do reconhecimento da organização social e do direito inalienável às terras tradicionalmente ocupadas. As comunidades remanescentes de quilombo são mencionadas diretamente no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), cujo teor, por não fazer parte do texto principal, carrega transitoriedade, se constituindo, portanto, em conjunto de direitos que implicam uma finitude intrínseca à sua finalidade.

A articulação entre direitos universais e específicos também é encontrada na legislação infraconstitucional que deu os contornos das políticas fundiárias em questão. Nos seus pressupostos, o I PNRA revela tal ambiguidade:

Deve-se assinalar, aqui, uma outra dimensão que está colocada na proposta de democratização do acesso à propriedade da terra. Trata-se de integrar à comunidade política, como cidadãos plenos, uma parcela significativa da população brasileira, submetida a relações sociais atrasadas ou completamente marginalizada, exatamente pela impossibilidade do acesso à terra.

(...) Para tanto, é fundamental respeitar as identidades específicas, o direito à autonomia e a representação direta dos interesses e reivindicações dos segmentos sociais que o constituem, bem como a legitimidade de suas formas de manifestações, de organização, de ação e participação social. O Estado manterá informada a sociedade sobre o processo de Reforma Agrária a fim de que ela possa exercer o necessário acompanhamento e avaliação sobre sua implementação (I PNRA, 1985, grifos nossos).

Com o I PNRA foram criadas as condições institucionais para a edição das portarias que disciplinaram a implantação dos PAEs em Abaetetuba, tendo como justificativa o assentamento das populações tradicionais em “áreas de domínio público”. De modo semelhante, o II PNRA traz, logo em sua apresentação, a articulação de direitos mais gerais associados ao desenvolvimento rural como um todo:

A reforma agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano (II PNRA, 2004: 5).

Ao mesmo tempo em que coloca a reforma agrária como elemento importante para a transformação da sociedade brasileira, alçando-a à condição de “estratégica” para um projeto de nação moderno, o II PNRA, mais adiante, assinala o objetivo de valorização e reconhecimento da diversidade de sujeitos historicamente marginalizados do meio rural:

O PNRA reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento (idem: 8).

Tendo como justificativas para a sua execução questões mais gerais como a democratização do acesso a terra, desconcentração da estrutura fundiária e “promoção da igualdade”, ato contínuo, o documento se refere de modo mais explícito aos grupos sociais que representam a diversidade social e cultural da população rural a ser atendida:

O público do PNRA inclui, além dos beneficiários diretos da reforma agrária, os agricultores familiares, as comunidades rurais tradicionais, as populações ribeirinhas, os atingidos por barragens e outras grandes obras de infraestrutura, os ocupantes não índios das áreas indígenas, as mulheres trabalhadoras rurais e a juventude rural, e outros segmentos da população que habita os municípios rurais que não se dedicam às atividades não agrícolas, porém a elas diretamente ligados, num universo que chega a cerca de 50 milhões de pessoas (idem:10).

A redistribuição de terras, regularização da posse e reordenamento agrário são tratados como instrumentos para a consecução dos objetivos do Plano no tocante à garantia do acesso a terra aos diversos grupos sociais. No caso específico da regularização fundiária, ela se faz necessária por conta, tal como apontado no Plano, da falta de instrumentos para superar a situação de “fragilidade jurídica” no qual a ocupação tradicional destes grupos se encontra:

O estatuto jurídico em relação à posse da terra é também um sério obstáculo ao desenvolvimento de uma agricultura familiar capaz de obter sustentabilidade econômica e social. A situação de fragilidade jurídica decorre de um conjunto diversificado de situações que remontam ao padrão de ocupação ancestral da terra (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas), à ação do Estado (ocupantes de áreas públicas e devolutas), à falta de acesso dos instrumentos jurídicos de regularização (ocupantes da sua própria terra não regularizados, ocupantes de terras particulares portadores de direito de usucapião). (...) Por meio de uma integração do INCRA com os órgãos estaduais será executado um amplo processo de regularização fundiária visando regularizar as pequenas posses de boa fé e a arrecadação e incorporação de terras devolutas ao patrimônio público, seguida de sua destinação para o assentamento de trabalhadores rurais, e também promover ações anulatórias sobre ocupações de terras com registros irregulares (II PNRA, 2004: 23).

A fragilidade jurídica coloca como consequências o obstáculo de acesso ao crédito, conflitos associados à posse e falta de indenização no caso de desapropriação para o interesse público. Para o enfrentamento deste quadro, o documento aponta a integração do INCRA com os órgãos estaduais com vistas à regularização fundiária e incorporação das terras devolutas ao patrimônio público, seguida da sua destinação para o assentamento do público-alvo do Plano. É nesta última que se encontra, como expusemos nas seções anteriores, o nó ou entrave ao pleno atendimento dos objetivos do Plano. Tanto a instalação dos PAEs quanto o Programa Nossa Várzea, carecem da efetiva destinação das terras devolutas, após sua arrecadação pela União, para regularização fundiária ribeirinha, que é referida em seção específica do Plano.

Como buscamos evidenciar, tanto a legislação citada quanto as entrevistas colocam a questão do reconhecimento das particularidades do grupo como dimensão das políticas de regularização fundiária em Abaetetuba. O trecho a seguir ilustra com propriedade a associação que os entrevistados fizeram entre o reconhecimento identitário por meio do II PNRA e o primeiro ano de governo Lula:

Eu vejo a expressão ribeirinho a partir de que nós passamos a ser um grupo étnico. Porque Lula em 2003 cria, reconhece vários grupos étnicos e entre esses ele reconheceu os ribeirinhos como um grupo étnico. Daí nós passamos a ter uma identidade própria que vem a partir desse reconhecimento do Governo Federal, nos tratando de ribeirinhos. É reconhecido pelo discurso e pelo vínculo, ele reconhece os grupos étnicos e dá segmento para isso, as políticas. Por exemplo, como nós temos os seringueiros, os assentados, então ele reconhece esses grupos étnicos e dá condições para que esses grupos possam se desenvolver (Assessor da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O II PNRA foi o primeiro documento que tinha como um de seus objetivos a regularização fundiária voltada para a população ribeirinha. Isso não significa dizer, como é o caso da instalação dos PAEs, que não houvesse mecanismos no interior do aparato estatal que permitissem tal feito. No entanto, foi com a criação do Plano e a menção expressa do grupo, com o reconhecimento de suas especificidades relativas à ocupação tradicional, que vincula-se a necessidade de regularização fundiária desta população e sua identidade. Como exporemos no Capítulo IV, foi no mesmo ano que o movimento social de Abaetetuba foi para Brasília, com o objetivo de pressionar o INCRA e a SPU para reivindicar o acesso à terra. Ao mesmo tempo, no caso do Programa Nossa Várzea, os gestores o avaliam como articulador de direitos gerais e específicos:

Eu acho que ele é as duas coisas, ele [Programa Nossa Várzea] é de identidade porque reconhece uma população que vive de forma tradicional na várzea, em uma área indubitavelmente da União, que não pode ter título, ela é de uso comum. Ele é igualdade porque tenta reconhecer uma população invisível, que busca no mínimo que a pessoa transcenda socialmente. A partir da TAUS a pessoa consegue ser reconhecida como trabalhador rural, consegue ter seus direitos previdenciários reconhecidos, consegue ter acesso ao Bolsa Família, Bolsa Verde e consegue ter uma certa ascensão social, consegue fazer financiamentos (Técnico da SPU em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Eu acho que ele trabalha com essas duas dimensões. Existe uma população que vive há muito tempo nessas regiões, o foco principal que nós fizemos do trabalho maior foi no Marajó e no Baixo Tocantins que são regiões que tem algum grau de semelhança, mas se você pega o Oeste do Pará, são cidades e regiões ribeirinhas bem antigas, então você tem o reconhecimento dessa população e também de reconhecer historicamente e ter uma população que vive, que mora, que trabalha, que constrói sua vida através do rio. A quantidade e a imensidão de água que nós temos aqui na Amazônia é fora do comum e a gente mantém a garantia de direitos para essas populações. Hoje você sobrevoa a Amazônia brasileira e você vai ver focos de luz nas beiras dos rios, que é o Luz Para Todos e isso tudo agrega o reconhecimento de direitos (Superintendente da SPU/PA, em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Os trechos acima e o próprio II PNRA reproduzem a articulação de direitos mais gerais para a superação da desigualdade material com a valorização e reconhecimento da diversidade constitutiva da sociedade brasileira anotadas na legislação que subsidia a execução das políticas. Essa ambivalência alude ao dilema, objeto de tensões e embates, entre duas importantes correntes teóricas da justiça. Tal controvérsia é problematizada por Fraser (2007), articulando conceitos da filosofia moral, aos quais os argumentos da autora estão ligados:

É hoje uma prática comum na filosofia moral distinguir questões de justiça de questões da boa vida. Interpretando as primeiras como um problema do que é o “correto” e as segundas

como um problema do que é o “bem”, a maioria dos filósofos alinha a justiça distributiva com a *Moralität* (moralidade) kantiana e o reconhecimento com a *Sittlichkeit* (ética) hegeliana. Esse contraste é, em parte, uma questão de perspectiva. Normas de justiça são pensadas como universalmente vinculatórias; elas sustentam-se independentemente do compromisso dos atores com valores específicos. Reivindicações pelo reconhecimento da diferença, ao contrário, são mais restritas. Por envolverem avaliações qualitativas acerca do valor relativo de práticas culturais, características e identidades variadas, elas dependem de horizontes de valor historicamente específicos que não podem ser universalizados. Grande parte da filosofia moral recente concentra-se em disputas acerca da posição relativa dessas duas diferentes ordens de normatividade. Teóricos políticos liberais e filósofos morais deontológicos insistem em que o correto tem prioridade sobre o bem. Para eles, as demandas por justiça estão acima das reivindicações éticas. Comunitaristas e teleologistas retrucam que a noção de uma moralidade universalmente vinculante, independentemente de qualquer ideia do bem, é conceitualmente incoerente. Por preferirem abordagens fundamentadas da experiência moral a abordagens superficiais, eles colocam as reivindicações substantivas de valores comunitários culturalmente específicos acima dos apelos abstratos à Razão ou à Humanidade (FRASER, 2007: 104).

O modelo proposto por Fraser visa compatibilizar o problema da distribuição de bens primários orientada pela neutralidade do Estado, com o das diversas concepções de “boa vida” e, portanto, de reconhecimento, resultante da valoração de práticas e identidades variadas. Para tanto, a autora defende uma “noção ampla de justiça”, sem vincular diretamente o reconhecimento à uma questão de *ética*. Pelo contrário busca tratar o reconhecimento como um pleito por justiça, localizando-o no campo da *moralidade*, rompendo com o modelo padrão baseado na identidade, que ela define nos seguintes termos:

Nesse modelo, o que exige reconhecimento é a identidade cultural específica de um grupo. O não reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade pela cultura dominante e o conseqüente dano à subjetividade dos membros do grupo. Reparar esse dano significa reivindicar “reconhecimento”. Isso, por sua vez, requer que os membros do grupo se unam a fim de remodelar sua identidade coletiva, por meio da criação de uma cultura própria autoafirmativa. Desse modo, no modelo de reconhecimento da identidade, a política de reconhecimento significa “política de identidade”. (FRASER, 2007: 104)

Dentre os problemas apontados no modelo baseado exclusivamente na identidade e reconhecimento está a “imposição de uma identidade singular” que solapa a complexidade das vidas dos indivíduos, leva à tendência de isolamento e separação dos grupos, e oblitera as disputas no seu interior pela autoridade de representá-los. Como veremos no Capítulo IV, os embates entre quilombolas e ribeirinhos pela participação na política eleitoral de Abaetetuba e na organização do movimento social parecem se aproximar da tendência apontada por Fraser dos modelos de políticas fundados exclusivamente na identidade e no reconhecimento.

Fraser trata o reconhecimento como uma questão de *status social*, o que não implicaria em reconhecer as particularidades de uma identidade específica, e sim garantir a participação igualitária na vida social. Reparar a injustiça, segundo Fraser, requer reconhecimento, mas ele, contudo, não poderia ser fundado em uma política de identidade. O papel da política seria o de superar a subordinação de sujeitos falsamente reconhecidos como membros plenos da sociedade. O reconhecimento consideraria, nos seus termos, os padrões de valoração cultural em relação à posição dos demais atores e o “não reconhecimento” seria resultado de interações baseadas em normas culturais que impedem a paridade de participação. Os exemplos de não reconhecimento acionados pela autora, tratam do impedimento de casamento entre pessoas do mesmo sexo pelas leis matrimoniais, políticas que estigmatizam mães solteiras e práticas de policiamento que associam raça com criminalidade.

Ao tratar o reconhecimento como uma questão de justiça e não de ética, Fraser busca integrar distribuição com reconhecimento, com a noção de “paridade de participação”. Tal noção significa igualdade de condições entre os atores, tendo como imperativo moral a garantia da “possibilidade” de paridade, quando se escolhe participar de uma dada atividade ou interação, sustentando seu argumento nos seguintes termos:

A minha concepção trata distribuição e reconhecimento como distintas perspectivas sobre, e dimensões da justiça. Sem reduzir uma perspectiva à outra, ela encampa ambas as dimensões dentro de um modelo mais abrangente e inclusivo. Como já foi dito, o centro normativo da minha concepção é a noção de paridade de participação. De acordo com essa norma, a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir uns com os outros como parceiros. Para que a paridade de participação seja possível, eu afirmo que, pelo menos, duas condições devem ser satisfeitas. Primeiro, a distribuição dos recursos materiais deve dar-se de modo que assegure a independência e voz dos participantes. Essa eu denomino a condição objetiva da paridade participativa. Ela exclui formas e níveis de desigualdade material e dependência econômica que impedem a paridade de participação. Desse modo, são excluídos os arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as grandes disparidades de riqueza, renda e tempo livre, negando, assim, a algumas pessoas os meios e as oportunidades de interagir com outros como parceiros.

Ao contrário, a segunda condição requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidade para alcançar estima social. Essa eu denomino condição intersubjetiva de paridade participativa. Ela exclui normas institucionalizadas que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características associadas a elas (FRASER, 2007: 118-119).

Nas condições “objetivas” o que está em questão são as preocupações associadas à teoria da justiça distributiva e de viés econômico, enquanto que as “intersubjetivas” dizem respeito à filosofia do reconhecimento e às posições dos atores da vida social definidas culturalmente. O atendimento de ambas as condições reside na construção democrática e discursivamente da paridade participativa. Não é nosso intuito enclausurar analiticamente as políticas fundiárias que atendem os ribeirinhos no modelo formulado por Fraser. Antes, intentamos localizar os dispositivos legais e as reivindicações por reconhecimento identitário do grupo como dimensões que podem ser compreendidas a partir de uma concepção mais abrangente de justiça e direitos e que abarque demandas mais gerais com aquelas associadas às invisibilidades de grupos e suas particularidades históricas e culturais. Esse é o caso das normas que permitem a instalação dos PAEs em Abaetetuba, posto que elas não reconhecem explicitamente as particularidades dos grupos a serem atendidos nesta modalidade de assentamento. Elas objetivam conciliar principalmente a exploração racional dos recursos naturais e com a conservação do ambiente e ocupação tradicional de tais áreas. Somente com o II PNRA e no Programa Nossa Várzea a valorização da identidade foi acionada.

Outro caminho para a compreensão do desenrolar das políticas de regularização fundiária aqui descritas, pode ser trilhado a partir da pesquisa de Dagnino (2002) sobre a participação da sociedade civil em espaços públicos com vistas à uma relação mais direta com o Estado por parte das organizações, como exporemos de forma mais detida no Capítulo IV. Durante os anos 1990, segundo a autora, a possibilidade de atuação conjunta entre sociedade civil e Estado, é uma característica que surge no período como consequência do esforço de criação de espaços públicos. As experiências sobre as quais a autora se detém são as do Orçamento Participativo em Porto Alegre e em Belo Horizonte, conselhos gestores de políticas públicas, o MST e organizações governamentais, em que busca escapar ao reducionismo que tende a enxergar a sociedade civil como o “polo de virtude” o Estado como “encarnação do mal”. Essas visões surgem no bojo dos

conflitos e tensões que permeiam a relação entre ambos e que desconsideram o caráter histórico de construção destas relações, que são objetos da política e transformáveis por meio da ação.

Nesse sentido, a noção de “projeto político” como o que orienta a ação passa a ter um peso explicativo relevante, o que não significa dizer, contudo, que sociedade civil e Estado sejam forças políticas equivalentes ou que as distintas determinações que lhes são estruturantes possam ser abstraídas e ignoradas. Das características acionadas por Dagnino no tocante à construção de espaços públicos na relação entre sociedade civil e Estado, destacamos os limites e possibilidades da partilha do poder como possibilidade de compreensão das políticas fundiárias em nossa região de pesquisa. Dentre os mecanismos apontados pela autora, o predomínio de uma “razão tecnoburocrática”, o excesso de “papelada”, a falta de recursos, operam, pelo lado do Estado, como bloqueio à democratização dos processos de tomada de decisão. Enquanto que pelo lado da sociedade civil, “a exigência de qualificação – técnica e política” dificulta a participação mais igualitária nos espaços públicos.

Tomando como referência as entrevistas realizadas com os gestores públicos e com os ribeirinhos entrevistados, a presença de indivíduos comprometidos com projeto político pode ser ligada às políticas implantadas em Abaetetuba. Com os técnicos envolvidos com a instalação dos PAEs essa característica se manifestou principalmente por meio da adaptação dos equipamentos destinados às famílias ribeirinhas com as modalidades de crédito do PRONAF. Coube aos gestores do INCRA a compatibilização do que poderia ser objeto de crédito com as necessidades dos residentes das ilhas e várzeas de Abaetetuba. Isso significou a construção de trapiches, pontes suspensas no interior das ilhas, que permitem o deslocamento no período chuvoso, a aquisição de madeira para a construção das casas e aquisição de motores e embarcações para os ribeirinhos. Apesar das portarias 268 e 269/1996 preverem a regularização fundiária em ambientes específicos, como o amazônico, restava, via PRONAF, a oferta de crédito para os assentados. No Programa Nossa Várzea, além da mudança da função socioambiental da propriedade da União, soma-se a mudança de quadros na superintendência da SPU no Pará:

Esta convivência é que fez a capacidade de articular esses setores e que fez gerar e produzir esses instrumentos, isso só foi possível também, a partir do ciclo político que se abriu começando com o presidente Lula, que abriu essa possibilidade e no caso da SPU das movimentações que foram feitas a partir da gestão da secretária Alexandra. Ele teve essa capacidade política de diálogo, de entendimento, de costura política. O Neuton [Miranda] era uma pessoa de forte convicção política, era uma pessoa que tinha forte compromisso com a transformação radical da sociedade, ele tinha lado definido nessa disputa e na construção de um caminho, mas mesmo tendo isso muito claro na vida dele, sempre foi uma pessoa de relações amplas, de pouca atitude preconceituosa. Essa capacidade dele ajudou muito nessa construção, ele tem um papel grande, inclusive é um desafio grande a gente dar continuidade a esse legado que ele deixou (Superintendente da SPU do Estado do Pará em entrevista ao autor em setembro de 2015).

No primeiro ano de governo Lula, assume a Gerência Regional de Patrimônio da União do Pará, Neuton Miranda, militante histórico do PCdoB do estado. Em articulação com o movimento social ribeirinho de Abaetetuba, contribuiu para os contornos que o Programa Nossa Várzea adquiriu e para a maneira como foi implantado. Os dispositivos legais que permitiram a execução do programa e que descrevemos neste capítulo evidenciam a possibilidade de compartilhamento participativo e democrático de projeto político. As alterações que a base legal de execução do Programa sofreu, estão referidas na participação e influência do movimento sobre a política e na presença de gestores públicos individualmente “sensíveis à causa ribeirinha”, engajados no mesmo projeto político para contornar obstáculos e impasses postos pelo próprio aparato estatal no tocante à gestão das terras públicas. A identidade ribeirinha, cujos contornos foram construídos historicamente, tal como apresentamos no capítulo a seguir, evidenciam os lastros históricos do grupo com as terras que foram objeto das duas políticas de regularização fundiária descritas aqui.

CAPÍTULO III

CABOCLO DAS ILHAS E RIBEIRINHOS: TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS E MODOS DE VIDA

Tomando por base a literatura aqui mobilizada e as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, não se pode postular uma unidade ou forma única de definir a identidade ribeirinha em Abaetetuba. A sua plasticidade funda-se em, grande medida, nas transformações das práticas e deslocamentos de outros sujeitos históricos para a nossa região de pesquisa. Muito embora lastros históricos gerais possam ser partilhados, considerando-se o processo de ocupação da Amazônia Legal e a ligação deste grupo social com os cursos d'água da região, buscamos indicar que as formas de vida possíveis dos ribeirinhos são resultantes das contingências com as quais se depararam em sua reprodução social. A primeira seção do presente capítulo esboça uma démarche histórica, considerando deslocamentos e eventos que permitem localizar a trajetória de formação do grupo no contexto dos diversos ciclos econômicos e interação com outros atores.

Podemos afirmar que, assim como o II PNRA (2003), tratado no capítulo anterior, reconheceu a direito à terra e a necessidade de regularização fundiária para os ribeirinhos e quilombolas, a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, estabeleceu o ambiente para a assunção da identidade ribeirinha entre os residentes das ilhas e várzeas de Abaetetuba. Isto não significa dizer que tais políticas são isoladas e que por mera coincidência reconhecem direitos do mesmo grupo. A nosso ver, é a cumulatividade das políticas que reitera a diversidade histórica de sujeitos do meio rural brasileiro encetando a garantia de direitos, a identidade sendo um deles, tal como anotado no texto do Decreto. Ao mesmo tempo, esse reconhecimento revela o caráter político e plástico das identidades.

O principal dispositivo jurídico supranacional relativo à categoria “Povos e Comunidades Tradicionais” e que adequa, por meio da PNPCT, a legislação brasileira ao tema é a Convenção Nº 169⁴⁶ da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais e que foi ratificada pelo Brasil em 2004. A inovação contida na Convenção diz respeito à distinção entre os termos “populações” e “povos”. O primeiro termo denotaria “transitoriedade e contingencialidade, enquanto que o termo ‘povos’ caracterizaria segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam” (OIT, 2011: 09).

Em agosto de 2004 foi realizado o I Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, cujo tema foi “Pautas para as Políticas Públicas”. Como o próprio tema indica, o principal objetivo era subsidiar a formulação do que se tornaria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesta ocasião foram apresentadas as demandas entre as quais, conforme o relato do encontro, se priorizou o acesso às terras tradicionalmente ocupadas. Os debates se seguiram com a problematização de vários temas e

⁴⁶ A Convenção foi adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho e tinha como objetivo observar as normas enunciadas na “Recomendação sobre populações indígenas e tribais” de 1957.

reflexão sobre as concepções identitárias que os grupos acionavam para se autodefinir, e nesse sentido:

Chegou-se à conclusão de que “comunidades” seria um termo que abrange a maioria. Em seguida, deve-se definir o que significa ser tradicional, pois diferentes perspectivas sociais geram conceitos distintos, não existindo uma definição correta. **A definição e delimitação do conceito é uma questão política e técnica.** Foram apresentados possíveis critérios para definição de comunidades tradicionais: uso sustentável da terra, destino da produção, vínculo territorial, situação fundiária, organização social, expressões culturais, inter-relações com outros grupos da região e auto identificação. (Relato do I Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, 2004: 5, grifos nossos)

Entre 2004 e 2006 foram realizados cinco encontros regionais que subsidiaram o Decreto de 13 de julho de 2006⁴⁷ que mudava o nome para Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). Essa alteração, além de representar a efetiva participação dos grupos na sua elaboração, incluiu o termo “povos” buscando uma aproximação com a legislação internacional, sobretudo com a Convenção N° 169 da OIT:

Pode-se asseverar que o termo “comunidade”, em sintonia com a ideia de “povos tradicionais”, deslocou o termo “populações” – reproduzindo uma discussão que ocorreu no âmbito da OIT em 1988-89, e que encontrou eco na Amazônia através da mobilização dos chamados “povos da floresta”, no mesmo período. O “tradicional” como operativo e como reivindicação do presente ganhou força no discurso oficial, enquanto o termo “populações”, denotando certo agastamento, tem sido substituído por “comunidades”, as quais aparecem revestidas de uma dinâmica de mobilização, aproximando-se por este viés da categoria “povos” (ALMEIDA, 2007: 14).

Na 2ª. Reunião Ordinária da CNPCT, em setembro de 2006, foi aprovado o texto base da Política Nacional que seria apreciado pelos representantes em cinco oficinas regionais. Em 7 de fevereiro de 2007 foi sancionado o Decreto N° 6.040 que instituiu a PNCT definindo no seu Art. 3º a categoria nos seguintes termos:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Em que pese o Decreto enquadrar a categoria de modo mais abrangente, o seu Anexo I que apresenta a Política Nacional propriamente tem anotado no Art. 1º, Inciso I:

- o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade (BRASIL, 2007).

Ainda que a instituição da PNCT representasse o reconhecimento da pluralidade de sujeitos históricos do meio rural, a categoria “povos e comunidades tradicionais” acabou por

⁴⁷ Em 27 de dezembro de 2004 foi instituída por meio de decreto a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais que seria revogado em 2006.

reproduzir a sub-representação dos grupos no seu interior, em especial os ribeirinhos. Paul Little (2002) mobiliza a categoria, contudo, sem negligenciar o grupo, ao relacionar a pluralidade de grupos com a questão fundiária e de acesso ao território:

Os povos tradicionais dedicados à extração de recursos pesqueiros – os ribeirinhos e os pescadores – confrontam outro conjunto de obstáculos para o reconhecimento formal de suas áreas de ocupação e uso, uma vez que, em muitos casos, não são ‘terras’ que estão em questão, mas seções de um rio, de um lago ou do mar, gerando assim ‘terras aquáticas ou marinhas’ que não contam com uma legislação adequada que reconheça as particularidades dessa apropriação. (LITTLE, 2002: 18/19).

Ao mesmo tempo, a ênfase no território ou nas “terras tradicionalmente ocupadas” é reiterada por Almeida (2010) ao apontar que os sistemas de uso comum da terra entram em conflito com a legislação vigente, dada a incapacidade desta em reconhecer plenamente os direitos das populações tradicionais. O que sustentamos no presente capítulo é que a trajetória social e histórica do grupo é anterior à afirmação da identidade ribeirinha em Abaetetuba. As práticas sociais que se transformaram e que constituem essa identidade são anteriores à sua autodefinição. Estas somam-se ao viés político que orienta reivindicações por direitos no nosso *locus* empírico desde a atuação da Igreja Católica na região. O conteúdo político das autodefinições ribeirinha e quilombola nas ilhas de Abaetetuba foi indicado pela pesquisa realizada pelo IPEA (2015) no âmbito do Programa Nossa Várzea e resume oportunamente a relação entre políticas públicas e identidade:

Outro aspecto importante é a multiplicidade de identidades inerentes à realidade ribeirinha. Ao mesmo tempo que alguém é ribeirinho, pode ser também pescador, agricultor, quilombola, indígena, extrativista etc. Sua autoidentificação, a escolha de sua identidade se dará no momento em que for reivindicar seus direitos ou o acesso a políticas públicas. Assim, irá se identificar como pescador ao se filiar a uma colônia de pescadores para pleitear o seguro-defeso, por exemplo. Ou se apresentará como trabalhador rural ao se filiar a um sindicato e solicitar um benefício previdenciário. Assumirá sua condição quilombola, se for o caso, ao reivindicar o reconhecimento de seu território. Da mesma maneira, pode assumir-se como ribeirinho ao requerer a posse da terra que usa em uma ilha ou área de várzea junto à SPU. A princípio, a assunção de uma identidade não ocorrerá em detrimento de outra, a menos que as condições jurídicas emanadas pelo Estado restrinjam essas possibilidades (IPEA, 2015: 10).

Nós éramos do sítio, mas de 2005 pra cá que criou essa nomenclatura ribeirinha, assim como criaram quebradeiras de coco e aqui foi criado ribeirinho, porque nós somos povos tradicionais e para criar o assentamento, chamar de assentamento, foi uma nomenclatura do INCRA. Senão, não tinha como criar um projeto agroextrativista somente para ribeirinho, para quem não conhece diz que todos aqueles que foram agraciados pelo projeto agroextrativista, eles fizeram o êxodo urbano pro rural, mas na verdade esses povos já nasceram lá, são povos tradicionais da Amazônia. Mas, para ser agraciado pelo grande projeto da habitação, da assistência técnica tinha que ser assentamento agroextrativista. Foi uma categoria formulada no âmbito de acesso de política pública. (Presidente do MORIVA em entrevista ao autor em setembro de 2015)

A diversidade de identidades e de como elas podem ser acionadas no contexto de reivindicação de direitos por meio de políticas públicas é destacada por Almeida (2004) ao salientar a importância dos movimentos sociais para o reconhecimento jurídico dos povos e comunidades tradicionais e sua tendência de desnaturalizar “sujeitos biologizados”, sendo substituídos por grupos com capacidade de agência. Igualmente, vale mencionar um episódio significativo ocorrido durante o trabalho de campo: no meu primeiro encontro com uma das lideranças do movimento social de Abaetetuba, depois de meses de contato telefônico para o planejamento da pesquisa, quando nos encontramos em sua residência, ele se apresentou como “ribeirinho e quilombola” e ato contínuo

discorreu brevemente sobre suas origens étnicas e os deslocamentos que seus antepassados e posteriormente ele próprio, realizara ao longo da vida até fixar residência nas ilhas e várzeas.

Se por um lado, essa forma de se apresentar, acionando duas identidades, revela plasticidade, por outro, impõe um desafio classificatório para a sociologia - tal como indica Medeiros (2004). Se revela premente a superação tanto da tendência de invisibilidade de sujeitos históricos diversos quanto da “ideologia da mestiçagem”, que segundo Costa (2002) foi instituída desde o Estado Novo, de modo a obliterar no bojo do nacionalismo modernizante varguista, as desigualdades sociais fundadas em raça, etnia e origem:

O mito que persistiu desde os anos 30 e que parece ir se desconstruindo a partir dos finais dos anos 70 é o da brasilidade inclusiva e aberta, capaz de integrar em seu interior harmonicamente as diferenças. De fato, fenômenos como a rearticulação do Movimento Negro, o surgimento de um movimento feminista, a tematização pública do homossexualismo, o crescimento das igrejas não católicas, o fortalecimento do movimento indígena, a reconstrução de uma etnia quilombola e a recuperação de uma etnicidade híbrida por parte de descendentes de imigrantes conformam um contexto de pluralismo cultural que contrasta com a imagem, que se estrutura desde Vargas, da nacionalidade unitária capaz de retraduzir todas as reivindicações de reconhecimento da diferença sob a chave da brasilidade. Trata-se, portanto, não da afirmação do caráter multirracial do Brasil, como sugerem os estudos raciais, e da decomposição decorrente dos elementos raciais que teriam composto a nação – branco, negro, índio –, mas de uma desconstrução étnico-cultural e da afirmação do caráter multicultural em oposição à ideologia da mestiçagem que fundira – e ao fazê-lo apagara – as diferenças. (COSTA, 2002: 45/46).

Ainda que a literatura não mobilize exclusivamente o viés racial e étnico, o reconhecimento desta diversidade faz parte da agenda de pesquisa da sociologia rural desde os anos 1990⁴⁸. É o que Medeiros et al. (2014) indicam ao analisar Planos Diretores e outros dispositivos legais de três municípios e como estes percebem o rural como “um espaço de produção”:

Em virtude das reflexões sobre o mundo rural nos anos 1990 e das pressões sociais das organizações de trabalhadores do campo, a concepção sobre esse espaço reclama uma nova leitura, que valorize suas múltiplas faces nas sociedades contemporâneas, relacionadas à preservação de comunidades e do patrimônio natural e cultural, da biodiversidade etc., o que coloca a questão fundiária no centro da pauta. (MEDEIROS; QUINTANS; ZIMMERMANN, 2014: 139)

A literatura produzida sobre o grupo social pesquisado na presente dissertação tem como referência primeira outro sujeito histórico que dele deriva: o caboclo. Ainda que, considerando os limites da nossa pesquisa, não seja possível abarcar com propriedade a complexidade analítica que envolve esse sujeito, cumpre ressaltar a sua importância para a compreensão da trajetória histórica e identitária do ribeirinho. Lima (1999a) formula uma síntese da literatura sobre o caboclo em sua pesquisa na região do médio Solimões.⁴⁹ Não se trata, nos termos da autora, de uma identidade

⁴⁸ Ver, por exemplo, os dois volumes da coleção “Diversidade do campesinato: expressões e categorias”, organizada por Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin, disponíveis em <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Diversidade-do-campesinato-vol1.pdf> e http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Diversidade_do_campesinato_vol2.pdf acessados em 15/10/2015.

⁴⁹ Na região amazônica, o termo caboclo é também empregado como categoria relacional. Nessa utilização, o termo identifica uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior em relação àquela com que o locutor ou a locutora se identifica. Os parâmetros utilizados nessa classificação coloquial incluem as qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada” (ou seja, analfabeta e rústica), que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada. Como categoria relacional, não há um grupo fixo identificado como caboclos. O termo pode ser aplicado a qualquer grupo social ou pessoa considerada mais rural, indígena ou rústica em relação ao locutor ou à

utilizada para autodesignação pelos grupos, dada a conotação pejorativa do termo e por estar associada ao “índio domesticado” e não à mera mistura de branco com índio. Quando o termo é utilizado por certos ameríndios para definir a identidade, isso se faz, segundo a autora, com a subordinação do índio ao branco. A segunda razão pela qual a autodesignação não é assumida pelo grupo liga-se ao fato do termo ser despolitizado e despolitizante daqueles que o acionam:

A palavra caboclo, é uma palavra pesada, era uma discriminação para a gente caboclo do sítio. Até mesmo hoje em dia quem mora em Abaetetuba tem uma diferença de quem mora aqui no sítio, a diferença é que lá eu estaria com os pés num sapato, uma calça comprida, uma camisa lá; e nós aqui mete uma sandália no pé, uma bermuda, faz nossas compras e vem embora. A gente só coloca uma calça comprida quando vai no banco, na prefeitura, na defensoria, mas e quando tu vai para a feira, eu vou de short, camisa e sandália, aí eles dizem assim: esse caboclo é lá do sítio, já conheceu pelo teu traje. **A gente se sentia ofendido e é pesada essa palavra, agora ribeirinho não, sabe que tu mora na beira do rio. O tratamento é diferente. Aí tu tem como bater no peito e dizer: eu sou ribeirinho.** Eu sou MORIVA no caso. (Morador do rio da Prata em entrevista ao autor em setembro de 2015, grifos nossos)

No caso dos ribeirinhos de Abaetetuba, os termos “caboclo das ilhas” ou “do sítio” foram tratados nas entrevistas como designação extrínseca ao grupo, em especial, um “outro” branco e urbano, enfatizando seu caráter pejorativo e estigmatizante. Nos anos 1990, a autodefinição como “morador das ilhas” foi, uma identidade política intermediária, na direção da eliminação dos estigmas, com a adoção posterior da identidade ribeirinha.

Na literatura clássica sobre a ressignificação do caboclo é o trabalho no seringal que elimina o estigma desse sujeito histórico que passa a ter capacidade de agência e conteúdo político. Ou ainda, nos termos de Martins (1981 *apud* Torres, 2006, p. 60), não por acaso se dá a relação entre a substituição do termo, impregnado de preconceito e que alude à preguiça, ignorância e atraso, por “camponês”, quando se intensifica a organização política e intensificação das lutas no campo. Nas ilhas de Abaetetuba, até onde os dados obtidos permitem afirmar, as identidades de seringueiro e de camponês não foram acionadas pelo grupo, mas sim as práticas que minimamente lhes são constitutivas, como foi em outros tempos no ciclo da borracha e desde sempre na agricultura.

Cruz (2011) e Fraxe (2011) adotam os termos “caboclo-ribeirinho” e “campesinato ribeirinho”, respectivamente, para superar os estigmas que estes sujeitos históricos carregam. Para Cruz, o que se coloca como questão é a necessidade de romper com uma visão idealizada do “bom selvagem que ainda não cometeu os pecados da modernidade” (CRUZ, 2011: 134). Fraxe, por sua vez, enfatiza o sistema produtivo do grupo nas várzeas do Estado do Amazonas, em que os modos de vida camponês, pescador e extrativista se fundem. Witkoski (2007) mobilizou a dimensão dos usos dos recursos naturais pelo grupo, a partir da categoria “Florestas de Trabalho”, que articulou o extrativismo, pesca e caça nos ambientes de várzea e terra firme.

O objetivo deste capítulo é descrever as principais transformações das práticas sociais dos que se autodefinem como ribeirinhos em Abaetetuba e que são decisivas para a trajetória de formação do grupo. As informações que apresentamos são resultado das entrevistas realizadas com lideranças do Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), membros de associações de ribeirinhos, técnicos do INCRA e da SPU e outros moradores das ilhas e várzeas. Expomos neste capítulo alguns aspectos gerais dos modos de vida, tomando como fio condutor quatro elementos, que, segundo o próprio grupo, constituem a identidade ribeirinha, quais sejam, o histórico de ocupação da região insular, a relação com os cursos d’água, uso do solo e vegetação das ilhas e as práticas sociais e culturais. Estes elementos foram reunidos nos documentos *Memória e Revitalização Identitária: Ribeirinhos e Ribeirinhas das*

locutora. Nesse sentido, a utilização do termo é também um meio de o locutor ou a locutora afirmar sua identidade? Não cabocla ou branca. (LIMA, 1999: 7)

Ilhas e Várzeas de Abaetetuba, publicados nos anos de 2006 e 2009 e fruto de parceria entre Comissão Pastoral da Terra, regional de Guajarina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, Colônia de Pesca Z-14 de Abaetetuba e os ribeirinhos⁵⁰.

Estas fontes primárias reúnem no formato de cartilha as informações sobre os quatro elementos da identidade ribeirinha que foram colhidas por meio de oficinas realizadas nas comunidades. Cumpre ressaltar que tratamos as fontes em questão como registros dos sentidos que o grupo deu para suas práticas, buscando ordenar o mundo e se inserir nele. Importa-nos reter destes documentos as narrativas construídas e as práticas efetivamente desenvolvidas que contribuíram para sua formação, ainda que, como buscamos indicar ao longo do capítulo, mantenham correspondência com episódios históricos fartamente documentados sobre a ocupação do Estado do Pará. Os dados aqui apresentados formam a base simbólica e material para compreensão da formação destes sujeitos históricos e ora reiteram, ora adicionam informações colhidas em campo como se vê a seguir.

3.1 - A Ocupação das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba: Trajetórias de um mesmo Sujeito

Histórico

A dificuldade em reconstituir o histórico de ocupação e formação do grupo se deve em grande medida a dois fatores: a escassez de estudos de caso que mobilizem o tema sem negligenciar os aspectos históricos de sua composição; e, por outro lado, pelo caráter difuso das informações colhidas em campo e o limite temporal imposto pela memória oral. No geral, as respostas dos entrevistados aludem às memórias familiares e transmitidas pelos relatos dos antepassados e que são compartilhadas por membros do grupo.

Este indício de que haveria um passado comum fruto de deslocamentos na região e do contato com diversos sujeitos históricos é o que, nos termos de Furtado (2006), configura-se como “origens pluriétnicas” das sociedades amazônicas e que teriam em comum a ancestralidade indígena. Ou ainda, nos termos de Gomes (2015), este passado pode ser entendido como resultante de “misturas étnicas” que o autor aciona na sua pesquisa historiográfica ao informar as diversas formas de aquilombamento que contribuíram para a formação do campesinato negro. Embora a pesquisa de Lourdes Furtado esteja centrada na região localizada entre o Médio Amazonas até o arquipélago de Marajó, desde 1980, seu objetivo é, a partir da análise dos indícios pré-históricos do povoamento da Amazônia e da formação de sociedades pesqueiras, encontrar traços comuns com a ocupação ribeirinha. Por sua vez, em Gomes (2015), a mistura entre brancos, negros e índios com proximidades e afastamentos táticos da resistência dos negros a escravidão, se difundiram, como mostra o autor, em todas as regiões do país, chamando a atenção, contudo, para as regiões Centro-Oeste e Norte.

As origens pluriétnicas apontadas na pesquisa de Lourdes Furtado e os relatos das missões da Companhia de Jesus no interior da Amazônia nos permitem compreender tanto o histórico de ocupação da região quanto a presença pretérita indígena. Azevedo (1901) seguiu esse caminho, ao comentar a interação entre jesuítas e a população indígena no esforço da metrópole em consolidar a colonização do Grão Pará nas cercanias do que atualmente é o município de Belém.

Foi como uma sesmaria que se iniciou a ocupação das terras que formam atualmente o município de Abaetetuba, cuja área já era explorada por missionários sediados em Belém. No

⁵⁰ Cumpre ressaltar que foi criado na época de elaboração da cartilha o grupo chamado “Arquivo Vivo”, composto por aproximadamente que 14 pessoas que se encarregaram de salvaguardar a memória coletiva. Por meio da circulação e mobilização das comunidades da região das ilhas coube ao grupo a tarefa de identificar os moradores que pudessem contribuir para atividade de organização da história oral.

século XVII a Vila de Beja era ocupada, segundo a cartilha elaborada pela CPT Guajarina em 2009, por índios nômades da etnia Mortiguar (ou Mortiguara dependendo da fonte) vindos do Marajó para a região. O documento informa ainda que Francisco de Azevedo Monteiro ganhara uma sesmaria à sua escolha no Baixo Tocantins, porém, pela dificuldade de navegação para chegar ao local desejado para tomar posse, acabou, em 1745, construindo nas margens do rio Maratauirá uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Até onde as fontes permitem afirmar, nessa ocasião teve início ocupação colonial dessas terras. Somamos ao esforço de percorrer aspectos gerais formação da população de Abaetetuba e do Vale Amazônico alguns aspectos que pinçamos da criação da Lei do Diretório dos Índios, em 1755⁵¹, cuja menção se revela central para o nosso intuito. A Lei previa a liberdade civil e política para os índios, com direito à prática de comércio, agricultura, além da participação política do grupo nas instâncias de poder existentes na colônia.

A edição da Lei por Dom José I previa o ensino da língua portuguesa, o incentivo ao casamento com brancos, tornando os índios vassallos do Rei, com vistas a inserção do grupo na sociedade colonial, especialmente na Amazônia. Do ponto de vista político, foi instituída a figura do “Principal” que substituíra a chefia indígena⁵² e se tornava a autoridade reconhecida na estrutura colonial das demandas indígenas e que seriam incorporadas à sociedade por meio do envolvimento deste nas decisões públicas, ao mesmo tempo que estabelecia a participação de indígenas nas eleições para a câmara das vilas. Segundo Coelho (2006) a Lei em questão representava uma mudança no Império Colonial Português motivada pela assinatura do Tratado de Madri em 1750 que estabelecia os limites das possessões espanhola e portuguesa. Com a perda de terras na região sul do país para a Espanha e o aumento destas no norte, como previsto pelo Tratado, a coroa portuguesa orientava o aumento da exploração da grande área florestada na Amazônia, tornando-se urgente a manutenção da possessão. É nesse contexto de reordenamento da ocupação e de necessidade de fortificação da Amazônia que a Lei do Diretório dos Índios é formulada. Somava-se a este fato, a efetivação do real controle da autoridade colonial sobre as populações indígenas, em face da influência das ordens religiosas. Essa era a principal tarefa da reforma pombalina: incorporar os índios à sociedade colonial, eliminar o poder das missões religiosas sobre o território amazônico, transferindo para o domínio da coroa as terras que se encontravam em posse dos jesuítas⁵³.

Em 1773 a Vila de Beja recebeu famílias do arquipélago do Marajó que deram início a outra etapa do povoamento da região. Nos anos seguintes, segundo conta a cartilha da CPT, um morador do povoado chamado Manoel da Silva Raposo recebeu a posse da sesmaria que havia sido

⁵¹ Lei elaborada pelo rei de Portugal Dom José I em 06/06/1755 e sucedeu o Alvará Régio de 04 de Abril do mesmo ano que previa o incentivo do casamento entre brancos, índios e seus descendentes. Contudo, a Lei só foi publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, no livro da Companhia Geral do Grão Pará, e Maranhão em Belém no dia 18 de Agosto de 1758, ocasião em que passou a vigorar.

⁵² A literatura acadêmica relacionada ao tema enfatiza, já há algumas décadas, o papel da hierarquia nas relações sociais, endógenas e exógenas. Florestan Fernandes destacou o quanto o universo político Tupinambá era permeado por protocolos que enfatizavam a posição ocupada pelas chefias – os caciques e os velhos (Fernandes 1981:261-94). Antonio Porro afirma que as populações indígenas habitantes do Vale Amazônico eram organizadas por meio de chefias regionais e locais – estas submetidas àquelas (Porro 1992:175-96). É o trabalho de Pierre Clastres (1978), no entanto, que me serve de sustentação para uma reflexão circunstanciada sobre as alterações ocorridas na base do poder das chefias indígenas, no âmbito do Diretório dos Índios (COELHO, 2006: 122).

⁵³ As missões religiosas representavam um entrave para as pretensões metropolitanas. Por um lado, elas detinham o controle virtual das populações indígenas, por concessão de Sua Majestade. Por outro, e em função desse mesmo controle, elas haviam se tornado as grandes forças econômicas da região, uma vez que o índio era a força motriz da economia extrativa praticada. Isentas do pagamento de tributos, acabavam por se constituir em concorrentes imbatíveis no comércio e em inibidoras de qualquer iniciativa privada. Não por outra razão, a tutela exercida pelos missionários, em relação às populações indígenas, foi abolida.

Assim, tornou-se necessário, diante da nova configuração, regular a liberdade concedida aos índios e encaminhá-los para os fins almejados – torná-los habitantes estáveis das diversas povoações coloniais e agentes produtores das riquezas esperadas. O Diretório dos Índios constituiu, então, a estratégia adotada. (COELHO, 2006: 118)

concedida para Francisco de Azevedo Monteiro em 1745. Depois de doada a sesmaria para a Mitra Diocesana por Manoel da Silva Raposo ao final de sua vida, o povoado experimentou por décadas uma série de transferências, anexações e fusões de seu território com municípios da região, especialmente os de Belém e Igarapé-Mirim até a obtenção da autonomia definitiva e elevação da já Vila de Abaeté à categoria de município por meio da Lei Nº 334 de 06 de julho de 1895 pelo Governador Lauro Sodré.

Cumpramos ressaltar que o nosso objetivo é menos refazer ou descrever o histórico do município de Abaetetuba e mais evidenciar, na medida do possível, as vicissitudes históricas que contribuíram para a formação do grupo social pesquisado. O intuito aqui é avançar, até onde as fontes e relatos permitem, na compreensão de que a ocupação das ilhas e várzeas de Abaetetuba, em perspectiva histórica, possui origens nos deslocamentos populacionais durante o período colonial, nas diversas estratégias da Coroa para a exploração econômica da região e que contribuíram para a composição étnica do grupo. Portanto, resta destacar a presença quilombola e os laços históricos desta ocupação, como também informado em campo:

A partir da colonização, por exemplo, nós não temos indígenas nas nossas ilhas, temos descendentes de indígenas. Devido a esta mestiçagem de portugueses com holandeses, com indígenas, com negros, então é uma mistura da diversidade étnica dentro desse território abaetetubense (Liderança do MORIVA em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A presença quilombola na região das ilhas de Abaetetuba se manifesta nos dias atuais com nove comunidades remanescentes de quilombo dentre os 24 PAEs instalados no município. A representação do grupo se dá por meio da Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), pessoa jurídica criada em 2001, o que permitiu o acesso a crédito após a titulação das comunidades.

A dispersão da população negra no Estado do Pará está associada, de acordo com Castro (2004), com a construção da sociedade colonial e aumento da exploração econômica. O negro não trabalhava somente nas fazendas de cana, algodão e de gado. A mão de obra escrava foi, segundo a autora, utilizada nas obras públicas e serviços essenciais para a construção civil, tais como olarias, pedreiras e serrarias, onde Abaetetuba também foi referência. Na carpintaria naval que fez do município um importante polo regional, a mão de obra escrava também foi utilizada, dada a habilidade para a construção e reparo de embarcações que trafegavam nos cursos d'água. Na nossa região de pesquisa, o trabalho escravo começou por ser requisitado principalmente nos engenhos próximos de Belém,

Com a vigência da reforma pombalina na segunda metade do séc. XVIII em que foi concedida a liberdade para os índios, se intensificou o tráfico negreiro para a Amazônia de modo a repor a mão de obra perdida com a Lei de Diretório dos Índios. Não obstante a escravização indígena e negra fosse praticada desde o século XVI (GOMES, 2015; TRECCANI, 2006), o trabalho nos engenhos e na agricultura da região passou a demandar mais mão de obra escrava, em especial em Belém e arredores. Soma-se ainda o papel decisivo que o Movimento Cabano ou conhecido também como Cabanagem teve na ocupação das margens dos rios e igarapés do território paraense e da região das ilhas de Abaetetuba em particular:

Eu arrisco dizer que eles se organizam ali desde a década de 80, os ribeirinhos. Da forma deles, participando da ação da pastoral, e eu acho que depois de 2000 eles começaram a se organizar mais, porque eu lembro que na época do presidente Lula chegou a visitar o Cametá, que são áreas que foram áreas de resistência da Cabanagem, que é um elemento que a gente tem referência de luta aqui no Pará, então guerreiros da Cabanagem foram oriundos dessa região aí. E lá em Abaetetuba tem muitas áreas de remanescentes de quilombos, essa luta de Zumbi dos Palmares eles são referência também. Então muitas comunidades ribeirinhas são ribeirinhas e quilombolas, que tem essa referência na luta histórica. Inclusive seria interessante estudar mais a fundo essa relação com a cabanagem,

com a luta quilombola que as comunidades de lá têm (Técnico da SPU em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A hipótese que o entrevistado formula sobre o vínculo entre a Cabanagem e a presença negra na região insular de Abaetetuba reitera importante evidência, considerando que, como nos informa Vicente Salles (*apud* Pinto 2000), a fuga de escravos para aquilombamento ou de cabanos derrotados de Belém para a região do Baixo Tocantins em busca de abrigo contribuiu para a ocupação dos rios, igarapés e ilhas da região. A capital do estado e o arquipélago do Marajó se constituíam em localidades de origem da população negra de Abaetetuba, tal como as entrevistas de campo informam:

O meu avô era negro, descendente de escravo, ele trabalhava como um dos escravos no engenho na região do Marajó e lá tinham várias famílias negras que moravam lá. Nessa época, eles se sentiram tão humilhados que fugiram numa noite, atravessando o rio Pará num batelão, vieram várias famílias que se localizaram num quilombo no rio Assacu, é uma ilha e outras famílias se localizaram na ilha do Xingu. Minha mãe era filha desse meu avô quilombola, por essas origens eu tenho a origem negra, sou descendente das comunidades de remanescente quilombo. Eu só fui descobrir isso, a partir de um estudo que eu fiz em 99 que eu descobri que minha origem é negra (Assessor da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015).

E aí para mim tem um lapso, pelo que eu levantei tem a cabanagem que dispersou uma ocupação por Baixo Tocantins e uma das explicações pra ocupação quilombola das ilhas é exatamente essa fuga da cabanagem, com a derrota do movimento. Por outro lado, você tem vindo do Marajó, escravos que fugiam das fazendas e pararam na região. Tem outra parte também da história que é a portuguesa, a sesmaria, que Abaetetuba era. (Técnico do INCRA em entrevista ao autor em setembro de 2015)

Esse relato sobre a história de ocupação da Ilha do Xingu, onde se localiza o Quilombo Bom Retiro, titulado pelo Iterpa, pode ser estendido, como verificado em campo, para outras comunidades localizadas no rio Assacu e demais comunidades quilombolas assentadas nos PAEs. Ao mesmo tempo, a história oral do grupo sobre a Cabanagem foi registrada pela CPT nos seguintes termos:

Contavam os mais velhos que os cabanos eram homens sérios, rudes que vinham prontos para tudo. A Cabanagem era um movimento do povo simples que se encontrava na miséria contra aqueles que se enriqueciam à custa da maioria. Ao chegarem a uma casa eles a cercavam rapidamente dominando assim as pessoas que lá moravam, onde os homens fortes eram obrigados a ir com eles. O dono da casa só tinha duas opções: ou ir com eles ou morrer. Muitos senhores abastados ao pressentirem a presença dos cabanos fugiam mata adentro abandonando as casas e enterrando joias, dinheiro, ouro. Por aí dá para ver que a luta era contra os exploradores, pois só eles tinham dinheiro, joias e ouro. (...) Contam os antigos de Urubuéua Cabaceira que no período da Cabanagem algumas pessoas se refugiavam, buscavam proteção em Urubuéua em virtude da caçada àqueles que se rebelavam. Esses rebeldes se inseriram na comunidade e a partir daí construíram uma nova forma de vida, mas sempre fazendo memória da história da Cabanagem (CPT, 2009: 39).

Não pareceu ser por acaso ter observado que o termo “cabano” seja usado como forma jovial de tratamento e de cumprimento entre os mais velhos. Pode ser tanto uma alusão à típica habitação dos moradores das beiras dos rios à época da Cabanagem quanto ao próprio integrante do movimento do século XIX. Segundo Gomes (2015), a formação de quilombos na Amazônia se deu de modo geral nas áreas de difícil acesso e diferentemente do que parte dos estudos sobre o tema sugere, tinham como base econômica não só a agricultura, mas a comercialização de excedentes com outros mocambos, com indígenas e com os brancos. A formação de um campesinato negro

diversificado em uma “rede mercantil articulada” (GOMES, 2015: 31) que extrapolava as relações locais, retirava o grupo do isolamento e contou com a participação de escravos e libertos. Na mesma direção, Gomes (2006 *apud* Pereira 2014, p. 89) cita a formação no séc. XIX de “microcomunidades camponesas” no vale do Tocantins formadas por quilombolas em interação com índios e que integravam à paisagem local práticas econômicas.

É o que demonstram Acevedo Marin e Castro (1998) ao pesquisar o histórico de ocupação negra da porção setentrional do município de Oriximiná, localizado no Baixo Amazonas. Muito embora distante da nossa região de pesquisa, as autoras informam como a cabanagem irradiou um “espectro de liberdade” por todo o território paraense. Uma vez sufocado o movimento, as redes de comércio foram reestruturadas e acabaram por criar as condições para que os quilombolas do rio Trombetas vendessem seus produtos, em especial gêneros da floresta como breu e urucum, e se aproximassem da sede paroquial onde realizavam excepcionalmente atos de batismos e outras formas de integração⁵⁴. A distância entre o estuário e o Baixo Amazonas, não impediu a afirmação da identidade quilombola na região insular de Abaetetuba tendo como influência a luta das comunidades remanescentes do rio Trombetas:

O trabalho era um subsidio do Baixo Amazonas, Oriximiná. Eu peguei o material deles, como um resgate cultural e a gente começou a estudar isso e adaptou para nossa região aqui para a gente começar a trabalhar isso. Foi com esse material que começamos o resgate cultural do povo quilombola **e foi aí que em 99 eu fui me identificar, e fui saber que eu era negro e não sabia**. Com o trabalho da CPT que eu fui descobrir isso lá. Conseguimos a documentação para regularizar essas áreas, lá tem um título de reconhecimento de domínio coletivo de 588 hectares de terra que estão regularizados e conseguimos um outro título aqui do Genipaúba até o Itacuruçá, de sete comunidades, mas é só um título, que tem 11.230 hectares de terra (Assessor da CPT em entrevista ao autor em Setembro de 2015, grifos nossos).

Com base nas informações coligidas, sustentamos que sucessivos deslocamentos e migrações de diversos grupos sociais, motivados pelos episódios históricos que destacamos concorreram para a formação das comunidades ribeirinhas na região insular de Abaetetuba. Acreditamos que refazer com maior detalhamento os deslocamentos que formaram as comunidades ribeirinhas do município exigiria um esforço de pesquisa histórica que extrapola o presente propósito. Nosso intuito, a despeito das lacunas que essa opção deixa, é indicar que os processos de exploração e ocupação da Amazônia Legal têm sujeitos como protagonistas. Ao mesmo tempo, acionando elementos históricos, pretendemos nos afastar do argumento de que a identidade seja um pressuposto e que aprioristicamente a existência do grupo fosse anterior às suas práticas e experiências. Esses mesmos sujeitos que escravizaram e que foram escravizados, exterminados, que resistiram, estabeleceram alianças políticas e que migraram no interior da Amazônia, contribuíram para a formação de novos sujeitos históricos com dilemas, formas de ação e ocupação da região que são tributárias das que apontamos. No caso de Abaetetuba esses processos históricos contribuíram para a formação das comunidades que seriam nos anos 2000 agrupadas nos 24 projetos de assentamento agroextrativistas do município:

Meu avô dizia que no Assacu vieram sete famílias, cinco ficaram no Assacu e duas lá no Vilar, daí começa a população na região do Assacu, do Vilar e Curupuacá. Aí vem a

⁵⁴ “O movimento dos negros no rio Trombetas significou criar elementos articuladores de uma existência social estável, com regras de organização econômica e política que lhes permitiu enfrentar-se como coletividade diferente e até necessária para a sociedade escravista regional, como observa-se nas relações comerciais travadas regularmente em Óbidos. Nesse caminhar construíram sua identidade étnica, definida e continuamente recriada, baseada em um conjunto de práticas, de padrões regulares de comportamento transmitidos na socialização, de concepções, valores éticos e de princípios comuns que continuam, no presente, na vida dos grupos do rio Trombetas, Erepecuru e Cuminá constituindo-se como elemento unificador e articulador” (ACEVEDO MARIN e CASTRO, 1998: 81).

geração de famílias, vai se formando assim a comunidade, os povoados, vilarejos, essa história aí foram de varias pessoas que foram se juntando e ampliando. (Assessor da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015)

Os antigos moradores do rio da Prata contavam que este nome originou-se com a chegada de exploradores que vieram à procura de minérios e encontraram muita prata. Por esse motivo essa localidade passou a se chamar rio da Prata. (CPT, 2009: 38).

A dificuldade para refazer em perspectiva histórica a trajetória de formação das comunidades das ilhas e várzeas de Abaetetuba não se dá somente pela escassez de fontes. Sustentamos que se trata de múltiplas causas no tempo e no espaço que, entrelaçadas, contribuíram para a sociogênese do grupo social que se autodefine como ribeirinho. Essas causas mantêm, decerto, vínculos com os processos históricos mais gerais da região amazônica e com o Estado do Pará em particular, que, no entanto, se desenrolaram de modo difuso, com o deslocamento de grupos, famílias e indivíduos para a região insular, redundando no desenvolvimento das comunidades nela localizadas:

Aí meu avô, sonhou em criar essa comunidade aqui no Rio da Prata, para começar a criar essa comunidade, eu já era motorista de uma canoinha, aí a gente saia pedindo uma contribuição dos moradores vizinhos para construir a igreja. Aí fazia bingo, de lá, a gente foi alavancando, eu era moleque e já comecei a engrenar e ir vendo como eles faziam. Foi engradecendo e foi sendo criado dentro daquele ritmo de trabalho dos velhos. O que ainda está vivo é o senhor que se chamava Pedro Dias, ele era canavialista⁵⁵ na época, mas ele era muito incrédulo, para ele era só o roçado e a casa dele. Aí foi que a filha do Martinho que se interessava pela reza, aí foram convidando ele, aí ele pegou gosto e só ele teve quase uns 30 anos de mandato na comunidade (Tesoureiro do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

A natureza das comunidades e seus tipos possíveis já era uma preocupação de Max Weber, sobretudo porque cada uma delas engendra formas distintas de ação comunitária e de relação entre os membros. Nesse sentido, o tipo de comunidade que o autor considera como de relação primordial é a “comunidade sexual duradoura” (WEBER, 2000: 243) que é formada por pais, mães e filhos. Neste tipo de comunidade unem-se as relações de base puramente sexual (pai e mãe) e as de base puramente fisiológica (entre os filhos) e na ausência das relações de pais e/ou mãe tem-se a “comunidade doméstica” (idem: 245) que se constitui por derivação da primeira, quando da ausência do homem na casa durante serviço militar, por exemplo. Embora a “comunidade doméstica” não tenha universalmente a mesma abrangência que a primeira, mantém uma ação comunitária mais contínua e intensa, dado que filhos e filhas gerados na comunidade sexual duradoura acabam na vida adulta construindo seus próprios rumos. O desenvolvimento das duas primeiras para a “comunidade de vizinhos” se dá pela incapacidade da associação doméstica de atender as necessidades extraordinárias, situações de perigo e de emergência que extrapolam as que são supridas pelos bens e trabalho cotidiano nos dois primeiros tipos.

⁵⁵ De maneira geral a economia aguardenteira no Baixo-Tocantins, especialmente no município de Abaetetuba, envolveu basicamente dois setores produtivos: o setor agrícola, responsável pelo abastecimento da cana; e o setor industrial, que beneficiava a cana-de-açúcar em aguardente através de maquinários movidos à vapor. A união destes dois setores mais o setor de comercialização da aguardente formava, em largos traços, a sociedade aguardenteira que podia ser representada pelos seguintes personagens: o engenheiro, ou seja, o proprietário do engenho; o canavialista, agente que negociava diretamente com o engenheiro, sendo responsável por todas as etapas do cultivo da cana; os diaristas, ou braçais, que prestavam serviços aos canavialistas e aos engenheiros, tanto nos roçados de cana quanto na fabricação de aguardente; os proprietários de terras, que cediam suas terras para plantação de roçados em troca do recebimento de “terços”; e, finalmente, os comerciantes que vendiam a aguardente através do sistema de transporte dos regatões que subiam o Amazonas trocando a cachaça com diversos produtos, especialmente gêneros alimentícios, que eram negociados na volta com os proprietários dos engenhos através do sistema de aviamento. (PEREIRA, 2014: 76)

No caso dos ribeirinhos de Abaetetuba, a existência de interesses comuns compartilhados pelas comunidades de vizinhança se revelaram centrais para engendrar formas de ação comunitária eminentemente políticas e que tiveram na atuação da Igreja Católica, mormente a CPT o indutor, tal como expomos no Capítulo IV. A comunidade de vizinhança seria, segundo o autor, o fundamento para a formação da comuna que só atingiria o seu sentido pleno se a ação comunitária política alcançasse a pluralidade de comunidades vizinhas.

Weber nos informa da tendência do camponês individual em relutar quanto à interferência de “terceiros” em seus assuntos. Portanto, a ação comunitária, em que a aldeia da economia agrária autárquica de tempos primitivos se constitui em tipo ideal, seria uma exceção. Nesse tipo de comunidade, a relação está baseada na ajuda mútua em caso de insuficiência de meios da própria comunidade doméstica, por meio do trabalho de favor não remunerado e empréstimo de bens de uso e de consumo. Contudo, o autor reconhece que a vizinhança pode atuar além dos limites rígidos de outras “formações” como, por exemplo, as políticas (WEBER, 2009: 247). De modo semelhante ao período estudado por Antônio Candido (1964), o desafio passava por manter a unidade social, a partir das formas de solidariedade, a organização e ocupação do território, de modo a evitar o isolamento dos grupos, a anomia e os problemas de mão-de-obra. A “obrigação bilateral” instituída pelo “mutirão” é para autor um elemento integrante da solidariedade caipira, que, a partir desta, adquire unidade e funcionamento. O mutirão descrito por Cândido se assemelha à relação típica ideal de fraternidade da comunidade de vizinhança. No entanto, Weber adverte que a relação entre vizinhos pode não ser regida por esse princípio quando inimizades pessoais, conflitos de interesses e rivalidades se sobrepõem a conduta exigida pela “ética popular” (WEBER, 2009: 248).

Se por um lado a ação na comunidade doméstica é fechada, na de vizinhança a perspectiva da ajuda mútua a torna permeável às interações. Weber retoma a análise das comunidades domésticas e as relações sexuais para apontar o desenvolvimento de outro tipo ideal: o clã. Ao contrário, a fidelidade e as relações de sangue artificiais estão no fundamento da ação comunitária do clã, que seriam, nos termos de Weber, “comunidades protetoras”, substituindo a polícia e onde se desenvolve uma herança não-doméstica, como resultado da saída de membros dos outros dois tipos de comunidades. Para desempenhar tal ação, se pressupõe a existência de outros clãs. A solidariedade deste tipo de comunidade tende a ser acionada para vinganças, defesa do próprio clã contra outros e para garantir a segurança e o direito dos indivíduos.

Por fim, outro tipo ideal de comunidade que pretendemos destacar é das comunidades étnicas, que são definidas nos seguintes termos por Weber:

Como não se trata de clãs, chamaremos grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. A “comunhão étnica” distingue-se da “comunidade de clã” pelo fato de aquela ser apenas produto de um “sentimento de comunidade” e não uma comunidade verdadeira como o clã, a cuja essência pertence uma efetiva ação comunitária (WEBER, 2009; 270).

No caso das comunidades étnicas, nas quais o costume e as lembranças de um passado comum de colonização e migração são constitutivos de uma crença subjetiva compartilhada, podem ser ligadas, sem incorrerem em reificações, aos ribeirinhos de Abaetetuba. Somamos às formulações de Weber, as “origens pluriétnicas” das quais trata Lourdes Furtado e as “misturas étnicas” de Flavio Gomes que indicam episódios de aliança e enfrentamento entre indígenas e quilombolas. Tais relações são evidenciadas tanto nas entrevistas quanto nos autores aqui acionados.

3.2 - Das Águas e Mobilidades

A principal dificuldade para se contabilizar o número total de 73 ilhas que compõem nosso *locus* empírico referiu-se à largura e profundidade dos cursos d'água nelas localizados. Foi necessário o trabalho extenso de topografia realizado por técnicos do INCRA para que, na ocasião de criação dos primeiros PAEs, se certificasse que as porções de terra localizadas na região eram cercadas de água, tratando-se, portanto, de várias ilhas. Essa informação se mostrava fundamental para a delimitação das áreas dos 24 PAEs no município, bem como para a formação das associações em torno das quais acabaram por se incorporar arbitrariamente as diversas comunidades e pequenos povoados distribuídos na região. Isto não significa dizer que famílias e suas casas foram deslocadas ou removidas, e sim que a referência espacial ou o “endereço” de cada uma delas deixava de ser associado somente à uma comunidade ou à hidrografia (ilha, igarapé, furo ou rio) e passavam a ter como parte da descrição da sua localização o pertencimento a um PAE ou comunidade, tal como se vê:

A comunidade já existia, aí por esse motivo, de ser o padroeiro, foi que eles fizeram o nome do PAE sendo o padroeiro da comunidade. Aí nós colocamos aqui São Francisco de Assis, porque ele era o padroeiro do Rio da Prata. Já tinha o PAE ilha Caripetuba lá, aí nós não podíamos colocar o nome PAE Nossa Senhora de Fátima. O PAE São Raimundo, ilha Sapucajuba, ele tem o PAE São Raimundo, que é a comunidade São Raimundo, tem a igreja São Francisco de Assis lá dentro, tem a comunidade São João Batista lá dentro, tem a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e igreja evangélica tem não sei quantas lá dentro. Tem várias comunidades dentro da ilha Sapucajuba, porque ela se compõe com 700 e poucas famílias assentadas, dentro do PAE (Tesoureiro da Associação Agroextrativista do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

A referência aos cursos d'água, ao menos entre os entrevistados, obedece a uma classificação associada em grande medida às variações de largura e à possibilidade de acesso à outras localidades. O rio surge no topo desta classificação funcionando como principal referência de localização, sendo seguido dos furos, que em geral ligam dois outros rios. Por fim, os igarapés são os cursos d'água mais estreitos e rasos e que são acessados a partir dos rios ou furos. Em comum, todos eles banham as várzeas que são conectadas à terra firme ou às ilhas localizadas na região insular. Existem ainda as “bocas”, onde os rios e furos se conectam com outros, funcionando como “esquinas” ou “cruzamentos” e evidenciam a complexidade hidrográfica da região.

No caso da nossa região de pesquisa, o período de cheia é regulado pela entrada da maré oceânica e pelo ciclo lunar com movimentos de cheia e vazante determinados por esses dois fatores. Isto significa que na região das ilhas tem-se dois ciclos de cheia e vazantes diários na estação seca (verão), influenciado pelo fenômeno das marés. Na estação chuvosa (inverno) ocorrem os fenômenos hidrológicos conhecidos localmente como “maré lançante” e “maré morta”. Na maré lançante ocorre o movimento de cheia três dias antes da lua nova/cheia na estação chuvosa com a inundação que se estende até as várzeas mais altas entre janeiro e junho⁵⁶, através do transbordamento das águas para além dos leitos dos rios. Segundo as entrevistas de campo, o ciclo da maré lançante dura de seis a oito dias sendo resultante do volume de água oriundo dos trechos mais elevados da Amazônia que a maré oceânica ajuda a regular.

A “maré morta” corresponde ao fenômeno de vazante das águas que inundaram as ilhas e várzeas. A duração é semelhante ao da maré lançante e no intervalo entre as duas ocorre a “repona” quando uma maré para de vazar e recomeça a cheia. Assevera-se que o fenômeno de marés lançante e morta são exclusivos da estação chuvosa. No restante do ano ocorre a variação com duas marés de

⁵⁶ As marés mais altas do inverno ocorrem quando as luas nova/cheia coincidem com o equinócio de outono em março. Nela as várzeas altas que não foram inundadas no restante do inverno acabam por ter suas terras alagadas.

cheia diárias, quando ao final de seis horas, tem o nível máximo com a maré alta ou preamar; e duas vazantes de maré diárias com a mesma duração, quando ao final de seis horas chega-se na maré baixa ou baixamar. A peculiaridade desse regime hidrológico na nossa região pesquisa se revela fundamental, posto que nas marés lançante e morta são depositados nos solos das ilhas e várzeas os nutrientes e sedimentos transportados das porções mais elevadas da bacia amazônica para o estuário:

Uma consequência desse regime de inundação é a deposição de sedimentos na superfície do solo, que servem para manter a sua fertilidade. Além disso, o fluxo da maré, mesmo quando não chega a cobrir a superfície, penetra na várzea através de rios e igarapés, mantendo a umidade do solo mesmo nas épocas mais secas. Em contrapartida, estes mesmos rios e igarapés facilitam a drenagem do solo, evitando o seu encharcamento. Assim, os solos destas várzeas, quimicamente entre os mais férteis da Amazônia, beneficiam-se de um regime natural de adubação, irrigação e drenagem (ANDERSON, 1991: 106).

As cheias e vazantes garantem a fertilidade do solo e a recomposição da vegetação nas margens dos cursos d'água, o que se constitui em componente indispensável para a produção de açaí, composição florística e de outros produtos florestais. Ao mesmo tempo, a mobilidade dos ribeirinhos é condicionada pelas marés e por outros fatores que a elas se somam, como a correnteza e intensidade dos ventos. Portanto, as características ambientais da nossa região de pesquisa influenciam não somente as condições do solo que favorecem o plantio de espécies que ao longo dos tempos foram exploradas economicamente, mas também interfere na mobilidade e interação dos grupos entre si e com outras porções do município de Abaetetuba. No tocante à mobilidade, ela é regulada pelos fatores ambientais e climáticos (condições do tempo e vento) e pelos meios de transporte utilizados. Como os cursos d'água são as únicas vias disponíveis para deslocamento entre as ilhas, várzeas e outras porções do município, o tempo e o planejamento das atividades dos ribeirinhos precisa levar em conta esses dois fatores:

Eu lembro que fui vestir uma calça comprida quando eu tinha 15 anos. eu ia no comércio trocar sernambi (o leite do látex) e a gente ia trocar o ucuba, o azeite da andiroba que a gente extraia, a troco de farinha, a troco de comida, do açúcar, do café. A gente vivia essa dificuldade, quando adoecia tinha que vir no remo de Assacu pra Abaetetuba, com 3, 4 horas de remo, isso dificultava muito a vida dos ribeirinhos da época. Eu lembro que eu viajava com meu avô no tempo do reboque que era outra embarcação que tinha uma tolda de palha de miriti, eram duas pessoas e faziam o revezamento de remar. Esses eram os meios de transporte da época, depois disso começaram a chegar os motores lá (Morador da Ilha Campompema em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A canoa era, até a implantação dos PAEs na segunda metade da década de 2000, o principal meio de transporte dos ribeirinhos de Abaetetuba. Além de exigir esforço físico e depender das condições de maré e vento para o deslocamento, a duração das viagens era maior⁵⁷. Com a instalação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas foi possível o acesso aos recursos do PRONAF na modalidade Crédito de Apoio Inicial, chamado localmente de “primeiro fomento”, o que permitiu a aquisição dos primeiros itens de necessidade mais imediata das famílias na instalação nos assentamentos. Recebendo valores à época de até R\$ 2.400,00 por família, cada uma delas comprava em geral fogão, geladeira, utensílios de cozinha e o motor do “rabudinho” ou “rabudo” que substituiu o remo.

O rabudo é a canoa de madeira adaptada para que o motor de popa, movido a gasolina ou diesel, seja nela acoplado e se constitui na principal embarcação utilizada pelos ribeirinhos. Com o

⁵⁷ Tomando por base a pesquisa de campo, serve como exemplo a viagem que realizei até a ilha do Xingu que durou aproximadamente 90 minutos desde o cais localizado na sede do município. De acordo com os nossos informantes, o mesmo trajeto realizado de barco a remo e na maré baixa poderia durar de cinco a seis horas.

casco mais fino do que o de outras embarcações, trata-se de meio de transporte rápido e econômico, com capacidade de até quatro pessoas, incluindo o condutor, mais um pequeno volume de carga. A introdução do rabudo como principal meio de transporte entre os ribeirinhos transformou a canoa a remo em embarcação utilizada somente para curtas distâncias e pesca de subsistência nas imediações da residência.



Foto 3 e Foto 4 - Ribeirinhos conduzindo o rabudinho



Foto 5 – Rabudinhos e rabetas atracadas no cais da sede urbana de Abaetetuba.



Foto 6 – Motor do rabudinho desacoplado da embarcação para evitar furto

A segunda embarcação mais utilizada é a rabeta que possui maior autonomia, capacidade de pessoas (até seis, incluindo o condutor) e de carga. A principal diferença em relação ao “rabudo” é de que nela o motor é acoplado no interior do casco e possui maior potência permitindo percorrer maiores distâncias. Com o casco feito em madeira e mais espesso que o primeiro, garante maior estabilidade para enfrentar as variações de vento e maré ao longo do dia. Os rabudos, por exemplo, a depender das condições do tempo não atravessam trechos dos rios mais agitados pelo fenômeno conhecido localmente como “maresia” quando a maré começa a encher e a intensidade dos ventos aumenta.

A terceira embarcação mais utilizada, embora em menor quantidade do que as duas primeiras é a “voadeira”. Com o casco confeccionado em alumínio essa embarcação é a mais veloz a circular nos cursos d’água do município. A voadeira tem o seu custo de aquisição e manutenção maior sendo utilizada portanto, pelos moradores de maior poder aquisitivo. A voadeira por sua velocidade é a embarcação em que seus passageiros dificilmente são atacados pelos “piratas” que atuam na região para a prática de roubo de cargas e dinheiro. A “pirataria” é o nome dado pelos

ribeirinhos para a constante ocorrência de assaltos e se constitui no principal problema público na região das ilhas:

Antes o senhor tinha sua casa na beira do rio, se tinha uma festa em Abaetetuba, o senhor ia antes da festa, deixava sua casa até aberta, passava três dias lá, quando voltava encontrava a casa assim como deixou. Agora você não pode deixar sua casa e ir passar uma festa de dois ou três dias, porque de longe você vê que sua casa ficou aberta e eles levam tudo. Acho que faz uns cinco anos já que está assim. A gente vai na cidade com medo, se eu for tenho que conversar com meu marido mais baixo porque as paredes escutam. Se a gente vai levar dinheiro tem que estar calado. Eu vou com o dinheiro que vai fazer a compra, eu coloco o dinheiro embaixo da tábua do barco e fica lá. Porque a gente já vai na cidade com aquele medo. O que mudou para nós foi isso (Moradora do rio Pirocaba (A) em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O roubo das casas e os ataques às embarcações nos cursos d'água na região das ilhas são as principais formas de ação dos “piratas”, que segundo os entrevistados são oriundos de municípios vizinhos ou de Abaetetuba. As abordagens costumam se intensificar nos dias do mês programados para o recebimento e saques dos benefícios sociais, tais como, Bolsa Família, Bolsa Verde e aposentadorias. É quando aumenta a circulação de pessoas e de dinheiro em espécie somado à aquisição de eletrodomésticos que são comprados na sede do município. Não por acaso, segundo as entrevistas realizadas, o aumento dos casos de pirataria coincidiu com maior acesso por parte do grupo à bens de consumo duráveis, propiciado pela oferta de crédito com a instalação dos PAEs e com o incremento da renda pela produção de açai. Os ataques são realizados por grupos armados que se deslocam com rabetas e rabudinhos, abordando embarcações semelhantes ou os barcos de passageiros que retornam da cidade. É nas bocas dos rios e na bacia do rio Capim, porção norte da região das ilhas, que os piratas costumam atacar.

Além das três embarcações, circulam na região os “barcos de linha” que realizam o transporte de passageiros inter e intraestadual com capacidade média de 100 passageiros e os batelões usados primordialmente para o transporte de cargas. Não por acaso, dado o aumento do tráfego na região, passou a ser frequente nos últimos anos as colisões entre embarcações dos mais variados tipos nos cursos d'água do município. O aumento da circulação de embarcações motorizadas na região também fez aumentar a poluição dos cursos d'água. O lançamento de óleo e de combustível na água compromete, não só a potabilidade e balneabilidade como também a pesca que juntamente destes fatores tem diminuído ao longo dos últimos anos.



Foto 7 – Rabeta com o motor no interior do casco



Foto 8 – Voadeira no rio Pirocaba

Cabe assinalar que na nossa observação *in loco* foi possível perceber que alguns usos das margens estão relacionados à intensidade do trânsito e à largura e profundidade dos rios e furos que, por serem mais largos e com maior circulação de embarcações, são os cursos d'água preferenciais para a divulgação e instalação de edificações comerciais e públicas. Neles é possível encontrar faixas estendidas que anunciam bailes, festas e demais eventos do tipo em clubes e galpões. Essas faixas são afixadas nas margens dos rios e furos para que sejam visualizadas facilmente pelos que trafegam e assim informam uma constante agenda das atividades festivas das ilhas. Foram visualizados também cartazes e faixas de candidatos remanescentes da eleição de 2014. Os equipamentos públicos e comerciais também são preferencialmente instalados nestes cursos d'água de onde podem ser facilmente acessados e sua localização atende não somente às necessidades dos residentes na região das ilhas como também dos que circulam por ela.



Foto 9 e Foto 10 – Faixas de divulgação de bailes nos rios Paramajó e Urubuêua respectivamente



Foto 11 – Serraria na margem do rio da Prata



Foto 12 – Escola Municipal de Educação Infantil Mariuadir Santos na margem do rio Paramajó

De acordo com o que informa Pereira (2014), o desenvolvimento da navegação a vapor durante o primeiro ciclo da cana contribuiu para a instalação dos primeiros estabelecimentos comerciais. Com os ciclos da cana e da borracha uma nova fase de expansão do comércio se iniciava. O ponto em comum dos dois ciclos é a presença das casas aviadoras, onde os seringueiros e os que trabalhavam nas roças de cana das ilhas entregavam o produto do trabalho e adquiriam

alimentos e os meios de produção necessários para prosseguir na atividade de extração seringa e corte da cana.

Outras edificações, tais como escolas, igrejas, olarias também estão localizadas nos rios e furos que funcionam como as “avenidas” da região, por concentrarem variados estabelecimentos para múltiplos fins. Nos rios estreitos e igarapés a presença destes estabelecimentos é mais esparsamente distribuída e os pequenos estabelecimentos comerciais onde a venda de combustível é praticada informalmente abastecem as embarcações dos residentes nas mais afastadas.

Não por acaso os ribeirinhos acionam os cursos d’água como segundo elemento constitutivo da identidade do grupo. Seja tal como registrado nas cartilhas, ou nas entrevistas que realizamos, as beiras das ilhas e várzeas e as formas de uso que os ribeirinhos fazem delas, desempenham importante papel na sua produção material e simbólica:

É na relação com os ecossistemas da várzea, o rio e a floresta (habitat) que as populações ribeirinhas constroem todo o seu modo de vida (habitus) ou, numa linguagem geográfica, seu gênero de vida. Essa intensa relação com a natureza pressupõe um conhecimento aprofundado da sua dinâmica, de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse imenso acervo de conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração, através do senso prático que compõe um ethos ribeirinho que, junto com um conjunto de simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas, compõe uma matriz de racionalidade ambiental muito particular de uso significado da natureza (CRUZ, 2011: 07).

A pesca foi em outros tempos uma importante atividade econômica e recurso essencial para a dieta do grupo. Muito embora ela ainda seja praticada amplamente, não experimenta a pujança de outros tempos, sobretudo pela redução do estoque pesqueiro na região das ilhas. Das entrevistas com ribeirinhos que vivem da pesca fica a lembrança dos tempos que essa a principal atividade do grupo, quando cada saída para os rios resultava em abundante produção.

Os fatores que contribuíram para a diminuição do estoque pesqueiro dizem respeito ao aumento da população nas ilhas, à poluição dos cursos d’água pela falta de saneamento e pelo lançamento de combustível, rejeitos da mineradora Alunorte e a não observância do período de defeso por parte dos pescadores. A Colônia de Pescadores Z-14 é uma das mais antigas do vale do Tocantins e foi fundada em 1923 e, segundo Ferreira (2013), conta com aproximadamente 3.200 sócios que recebem seguro-defeso entre dezembro e março, meses em que a pesca é proibida para viabilizar a reprodução das espécies. Com a redução do estoque de peixe, os pescadores são obrigados a se deslocar para regiões cada vez mais afastadas das ilhas, utilizando barcos geleiros. Por outro lado, a criação de peixe e camarão em tanques tem se tornado presente entre os ribeirinhos, ainda que dependam de assistência técnica e financiamento para o desenvolvimento desta prática.

3.3 - Recursos Naturais e Uso do Solo

O terceiro elemento constitutivo da identidade ribeirinha, segundo os próprios anotaram na cartilha produzida em parceria com a CPT, trata das bases materiais de sua existência para além do ambiente natural onde o grupo vive. Decerto que não é possível apartar o ambiente e os seus recursos, no entanto, nesta seção buscamos destacar as relações de trabalho historicamente desenvolvidas na região das ilhas e como estas mantêm laços com a questão fundiária que foi alterada com as duas políticas públicas desenvolvidas a partir dos anos 2000. Numa escala mais ampla de análise que empreendemos até esta seção, o regime de terras desde o período colonial operou a exclusão dos mais pobres com relações de trabalho baseadas na escravidão e outras formas de submissão. Em grande medida, essas transformações tem como base a mudança de domínio das

terras ocupadas, ainda que inconclusa, como indicamos no Capítulo II, mas que garantiu a posse irrestrita do grupo às terras das ilhas e várzeas de Abaetetuba:

Eu levava minha vida assim, meu açaizal eu limpava, que era um pedacinho. Aí ele chegava, mandava o peixe para mim lá de cima. Eu dizia assim: é meus filhos, eu vou levar o peixe ali pro seu Raimundo que era para diminuir nossa conta, quando teu pai chegar, nós não temos nossa conta grande. Aí tá, pegava o peixe, levava para lá e dizia para ele abater na minha conta e quando o Diquinho chegar ele vem acertar com o senhor. Eu criava galinha, eu criava porco, até hoje a gente cria. Aí quando faltava alguma coisa pra nós, eu pegava um frango e nós comíamos, mas nunca deixei meus filhos dormirem com fome. Mesmo que não arrumasse de nada, mas mesmo mingau de farinha, de arroz aguado com açai eu fazia eles tomarem (Tesoureira do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

No tocante ao acesso à terra, era limitado pelos pretensos proprietários e se constituía em elemento de dominação do grupo. A reivindicação da propriedade era baseada na posse de títulos sem autenticidade e que foram cancelados por ocasião da instalação dos PAEs ou fundava-se no costume, colocando os ribeirinhos na condição de “inquilinos” ou “parceiros” das terras ocupadas. Thompson (1998) localiza o costume na “interface da lei com a prática agrária”, considerando-o como práxis e lei ao mesmo tempo. Nesse sentido, a relação com a terra praticada pelos ribeirinhos e proprietários, muito embora seja encontrada em outras regiões do vale do Tocantins, pode ser classificada, nos termos de Thompson como *lex loci*, ou “costumes do domínio senhorial” posto que tem como fontes a práxis, o uso em comum e remete a uma duração de longo tempo do qual não se tem como indicar o seu início:

O costume é local, *lex loci*, e pode eximir uma localidade do império do direito consuetudinário, como acontece, por exemplo, com o “Borough-English”, que permite que o filho mais moço tenha direito à herança. “Não é alegado em relação à pessoas, mas em relação ao domínio senhorial” (Fischer): “Assim o costume está vinculado à terra” (Carter). A terra a que o costume estava vinculado poderia ser uma herdade, uma paróquia, o trecho de um rio, bancos de ostra num estuário, um parque, pastos nas encostas das montanhas, ou uma unidade administrativa maior como uma floresta. Em casos extremos, o costume era nitidamente definido, tinha força de lei, e (como nos cercamentos) era uma propriedade: é o tema do registro dos tribunais, dos tribunais senhoriais, das compilações dos costumes, dos levantamentos e dos regulamentos da vila. (THOMPSON, 1998: 86-87)

Na identificação da cadeia de domínio das ilhas e várzeas durante a regularização fundiária, gestores do INCRA e da SPU confirmavam que se tratava de terras devolutas, como também de títulos que não comprovavam a autêntica compra das terras por antecessores, o que permitia a restituição destas ao patrimônio da União e destinação para a formação dos PAEs e utilização no Programa Nossa Várzea. No outra forma de submissão do grupo, estava a alienação do produto do trabalho por meio do sistema de “meia” e do aviamento durante os ciclos da cana e da borracha e sua superação completa em finais dos anos 2000 quando o açai passa a ser explorado integralmente pelos ribeirinhos, tem na criação dos PAEs e na emissão dos TAUS no âmbito do Programa Nossa Várzea o principal ponto de inflexão.

Ou seja, a mobilização coletiva do grupo, por meio do MORIVA, contribuiu para a alteração do regime de posse da terra e teve como consequência a transformação das relações de trabalho nas ilhas e várzeas. Estas relações passam do predomínio do meeiro/agregado alienado da terra e do produto de seu trabalho, em condições de superexploração, para o do agroextrativista em que o ribeirinho detém os meios de produção e extrai da terra de modo integral a renda para a sua reprodução econômica e social. A permanência do sistema de “meia” e do aviamento desde os ciclos da cana e da borracha em Abaetetuba pode ser compreendida como “resultante da abdicação do Estado, da tarefa de ordenar o mundo agrário” (CARDOSO, 2010^a: 18) e que perdurou até a

implantação das duas políticas fundiárias. Ou ainda, tal relação de trabalho pode ser interpretada como resultante do descompasso, segundo Martins (2012) entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção:

As forças produtivas se desenvolvem mais depressa que as relações sociais; no capitalismo, a produção é *social*, mas a apropriação dos resultados é *privada*. Essa contradição fundamental anuncia o descompasso histórico entre o progresso material e o progresso social. A desigualdade do desenvolvimento se expressa nos desencontros que nos revelam diversidades, e não uniformidades de mesma realidade econômica e social.

(...) Meus dados acumulados até 1995 indicavam que, na Amazônia, 72,7% dos peões eram empregados no desmatamento da floresta virgem para posterior formação de pastagem de gado. Fora da Amazônia, apenas 26,2% dos peões eram ocupados em desmatamento ou reflorestamento. Essas características ainda se mantêm. Ambas as atividades dizem respeito à formação da fazenda, isto é, à transformação da natureza bruta em base de um empreendimento econômico lucrativo, processo que na indústria nem é tão dramático, nem tão demorado, nem tão extenso. (MARTINS, 2012: 80-81).

O desenvolvimento das forças produtivas no interior do capitalismo carrega o descompasso entre progresso material e social. A permanência de relações não capitalistas no interior do capitalismo, do qual falamos no Capítulo I em referência à Martins, se manifestam na região das ilhas de Abaetetuba durante os ciclos de exploração:

Na época era a escravidão, mas a gente se sujeitava porque era um ganha pão, podia até não ganhar nada, mas pelo menos comia, porque trabalhava. Não tinha salário, não tinha nada. Se desse produção estava ganhando. Às vezes tinha canavieira que não cobria a conta dele, aí já ia ficar pendurado para outro roçado, era assim nessa época. (Morador do Igarapé Sarapuquara em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O estudo de José de Souza Martins sobre a peonagem na Amazônia e de como essa relação de trabalho foi baseada na superexploração para a formação das fazendas de gado, contribui para a compreensão do sistema de meia, tal como o entrevistado reitera. Isto significa que os incentivos para a modernização na Amazônia por meio do Banco da Amazônia S.A. e SUDAM para a agroindústria, por um lado, e as estratégias de colonização da terra e integração da região à economia capitalista, previstas pelo Estatuto da Terra e Projetos de Integração e Colonização (PIC), por outro, como expusemos no Capítulo I, não representou transformações nas relações de produção na região como um todo. Ao contrário, a modernização foi fundada em superexploração do trabalho, expropriação de terras públicas e conflitos que persistem até os dias atuais. É o que o sistema de meia e o aviamento praticado na região das ilhas e várzeas evidenciam com a cana, borracha e no início da exploração econômica do açaí em larga escala.

Para se compreender a natureza dinâmica da modernidade e suas fontes, Giddens (1991) sugere que a perspectiva analítica deve romper com as três concepções de sociologia apontadas, para que seja possível dar conta do dinamismo e da tendência globalizante das instituições modernas. Na formulação da pergunta que compreenda a natureza das instituições, a reflexão se desenvolve nos seguintes termos:

O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o "zoneamento" tempo-espacial preciso da vida social; do desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espço); e da ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos. Devo analisar isto mais detalhadamente (incluindo um exame inicial da natureza da confiança), a começar pela ordenação do tempo e do espaço (GIDDENS, 1991: 21).

Nesse sentido, a partir da resposta formulada por ele chamamos atenção para três conceitos centrais que pretendemos destacar ao final do presente capítulo, quais sejam o de desencaixe, reflexividade e reencaixe. Defendemos que estes conceitos se revelam oportunos para uma interpretação possível de como se deu a ressignificação do grupo e de suas práticas ao longo do tempo. Mais precisamente, foi com o fim do ciclo da cana e da seringa que parte dos nossos entrevistados experimentou o desenraizamento das relações locais confinadas em um espaço-tempo limitado, vinculadas diretamente com a economia destes dois produtos. Parte dos entrevistados fixou residências em outros municípios de região para trabalhar ou estudar, passaram a atuar como atravessadores na região e não por acaso, trabalhar como de agentes de pastoral nas 57 comunidades eclesiais de base do nosso *locus* empírico. A nosso ver, foram essas atividades que intensificaram as condições para o desencaixe do grupo por meio do mercado e pela atividade na Igreja que deslocam os ribeirinhos das relações meramente locais.

No mesmo vale do rio Tocantins, os incentivos públicos somados à superexploração do trabalho na economia da castanha, ajudaram a conformar, segundo Emmi (1996), a oligarquia cuja hegemonia política na região de Marabá só começaria a perder força em meados dos anos 1970, quando os conflitos entre os donos dos castanhais e posseiros se intensificou. Por outro lado o declínio do ciclo da cana em Abaetetuba só se confirmaria, após lenta desintegração, nos anos 1980, sobretudo pela dificuldade de competição no mercado de aguardente, uma vez que os engenheiros locais não acessaram os recursos disponibilizados via SUDAM e BASA para a modernização da indústria.

Uma terceira interpretação para a persistência da superexploração do trabalho nos ciclos da cana, da borracha e do açaí entre os ribeirinhos de Abaetetuba pode ser encontrada em Pereira (2014) como resultado de sua pesquisa no município de Cametá, em que examina as transformações do território ribeirinho:

O sistema de aviamento, nesse sentido, relacionado à exploração da borracha e da castanha, produz e integra uma rede territorial de relações sociais (conexões e intercâmbios comerciais, políticos e religiosos) e formas de apropriação dos recursos e das terras das várzeas e das ilhas, bem como da terra-firme. Os “seringais caboclos” (PORTO-GONÇALVES, 2001; 2003), a forma territorial da exploração da borracha na região Tocantina, também estavam relacionados ao sistema de aviamento, mas este se integra a outras relações sociais constituídas de modo complexo e ambíguo em articulação com o clientelismo político, o parentesco, o regime de trabalho coletivo do convidado e as Irmandades de Santo (SOUSA, 2002). As comunidades ribeirinhas se constituem e consolidam a partir desse complexo sistema de relações territoriais de escala diversas, o qual em escala mais ampliada era o aviamento.

(...) O inquilinato e a meia, ainda assim, eram formas de relações de produção ainda baseadas no parentesco. O ribeirinho compreendia a sua relação com a terra, a mata, a água e seus recursos, propriedade de um “parente” seu, como uma relação de “zelo” – algo que permanece muito forte nas relações atuais dos ribeirinhos com seus espaços de uso e que caracteriza sua territorialidade e regime de sociabilidade pelo “cuidado”, e não simplesmente pela “posse” do território e seus recursos. O pertencimento a uma localidade e comunidade específica do ribeirinho está relacionado não necessariamente à posse (propriedade territorial), mas ao cuidado da “terra” (zelo), o qual inclui o cuidado com a mata, os rios, lagos, igarapés e os animais (PEREIRA, 2014: 94-95).

A pesquisa de Pereira no município de Cametá sugere uma “naturalização” da relação de dominação e superexploração entre os ribeirinhos e os pretensos proprietários, por meio do sistema de meia, como justificativa para subordinação do grupo com bases no costume. Ainda que não pretendamos reiterar a ênfase dessa leitura sobre a relação de produção, uma vez que sustentamos que se tratava mais de estratégias de sobrevivência do que de meramente apego pessoal, ela foi acionada durante as entrevistas de campo:

Primeiro era o engenheiro, aí saiu, faleceu o engenheiro, aí ficou os filhos. Hoje mesmo tava esse conflito, de uma família que há mais de 5 anos se retirou de lá, mas ainda estão dizendo: ei, aqui era do meu pai, aqui é nosso, nós vamos dividir essa terra aqui. Esses cidadãos que viviam isso aqui até 2012 são sargentos reformados da marinha e donos de engenho, ex-engenheiros. Eram esses que mantinham isso. Quando a gente começou com o projeto em 2005, foi que começou a abolir isso aqui, mas antes todo mundo tinha que levar açaí, pato, porco para o Hernandes de Carvalho, um empresário aqui de Abaetetuba, porque eles tinham na cabeça que foi o Hernandes que botou eles aí na área e eles tinham que prestar essa troca com eles. Então na hora que Hernandes mandasse eles sair, eles tinham que sair. Hoje ainda tem gente que diz a mesma coisa: só saio daqui se o Hernandes me mandar, a terra é do Hernandes. Tem uma senhora aí que tem quase cem anos e ela vai te dizer isso. Por isso que eles viviam nessa questão da troca, o cara apanhava R\$ 100,00 de açaí tinha que mandar R\$ 50,00 para o cidadão e ainda reclamava quando chegava pouco dinheiro.

(...) Isso já funcionava aí, quando nós criamos o projeto, a gente começou a saber, a ter informação de que tinha gente que continuava lá com a chamada meia. Até porque essas famílias que a gente está falando, mesmo se dizendo que essa pequena propriedade aqui, que nós tratamos de limite de respeito, não tem mais nada que ver com quem passou por aqui, agora é sua, porque você tem um projeto de assentamento e que muitos de vocês que não se cadastrou, tem que se cadastrar para que tenha o chamado TAUS na mão. Porque é esse documento que identifica e que lhe dá uma condição de assentado e de estabilidade pela União, que você é um morador na beira do rio e que nessa área aqui. Para quem está lá, por mais que ele queira acreditar na gente, ele ainda tem lá no subconsciente que isso aqui era do fulano e que eles tinham que respeitar ele, manter os laços, a responsabilidade. Isso era um negócio muito forte da palavra, o compadre engenheiro, não é mais nem ele, já é o filho dele, então o cara entra nessa lógica. Por isso funcionava essa relação aqui, porque era de pai para filho, a coisa seguia. Como era antes, a coisa continua, mesmo a gente dizendo que não é verdade, mas o cara acaba fazendo (Assessor da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015).

No caso específico da permanência, ainda que residual da prática de meia, verificada em Abaetetuba pela CPT e pelo MORIVA no município, esta parecia indicar mais uma prática baseada na tradição, em algo que era feito desde muito tempo por seus antepassados nas terras por eles ocupadas, do que propriamente em uma relação orientada pela honra e compromisso com o “patrão”. Até porque, o suposto proprietário exigia regularmente, por sua vez, a metade da produção no caso em questão. A aparente contradição entre relações baseadas na tradição e aquelas orientadas pela honra e compromisso, ambas tem em comum, no caso de Abaetetuba, a precariedade do acesso à terra dos ribeirinhos. De todo modo, somente em 2012 foi extinto o sistema de meia nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, enquanto que o aviamento foi superado juntamente com o declínio da cana e da borracha. A partir de então com a formação dos PAEs, o açaí passa a ser explorado integralmente pelos ribeirinhos, e juntamente com a agricultura, pesca de camarão e a extração de produtos florestais, em especial o fruto e a palha do miriti para artesanato, se constituem nos principais recursos naturais que formam a base material de reprodução do grupo.

3.3.1 - Os ciclos da cana e da seringa

A opção pela descrição dos usos da terra nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, inicialmente pelo ciclo da cana e de como se desenvolveu, relaciona-se com o fato deste ser o mais antigo e longo desenvolvido em nosso *locus* empírico e no Estado do Pará em geral. Ao mesmo tempo estão presentes nos relatos dos moradores mais velhos que sucederam seus antepassados na exploração, as memórias do trabalho na roça de cana durante a infância dos entrevistados. A prática do “roçado” é atividade presente não só no cultivo da cana e do açaí, mas na agricultura consorciada de outras lavouras, como mandioca, milho, feijão, arroz principalmente:

Quando veio os roçados na época, aí começaram a desmatar essas áreas, o açaí não tinha valor comercial, então derruba tudo e toda aquela vegetação vai pra baixo, só fica a cana. Aí com o roçado entra a cana, o milho, o arroz, as hortaliças, uma série de alimentos, porém o povo começou a aumentar as famílias, vieram grupos de famílias. Meu avô dizia que no Assacu vieram sete famílias, cinco ficaram no Assacu e duas lá no Vilar, daí começa a população na região do Assacu, do Vilar e Curupuacá. Aí vem a geração de famílias, vai se formando assim a comunidade, os povoados, vilarejos, essa história aí foram de varias pessoas que foram se juntando e ampliando (Assessor da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O ciclo da cana cujo início no Estado do Pará remonta ao início do século XVII era em grande medida consorciado com a agricultura de subsistência e de troca dos eventuais excedentes e extração de drogas do sertão. É o que Acevedo Marin (2000) nos informa em sua análise sobre a instalação de engenhos a partir do município de Belém, mais especificamente a partir da região do Baixo Acará, e de como ela contribuiu para a formação de um “campesinato regional”, e que a partir dele se desenvolve uma complexa sociedade agrária com pequenos e grandes engenhos produtores de açúcar e aguardente, combinada com uma agricultura diversificada que supria as necessidades do mercado colonial do vale do Tocantins. Os escravos, sitiantes, meeiros, parceiros e agregados e os índios, até a metade do séc. XVIII forneciam a mão-de-obra para este primeiro expressivo ciclo de exploração da região.

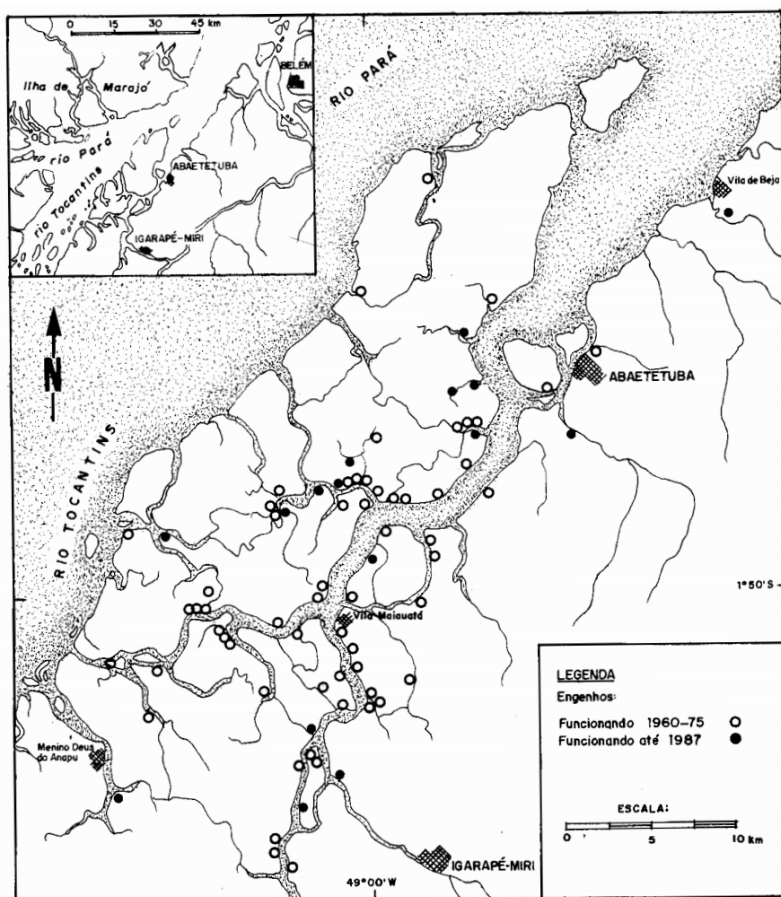
Uma das fontes utilizadas pela autora é a análise das Cartas de Sesmarias concedidas entre o período 1707-1824 na região do vale do Tocantins. No período em questão foram concedidas 245 sesmarias (ACEVEDO MARIN, 2000: 10) cujos tamanhos dificilmente ultrapassavam até duas léguas de terras devolutas. O Baixo Acará alcançou a condição de importante centro canavieiro do Estado do Grão-Pará e a partir disso a economia de cana exerceu influência em toda a região, alcançando os atuais municípios de Abaetetuba e Igarapé-Mirim. Esse complexo econômico e social contava ainda com uma miríade de pequenos sítios e engenhos que se instalaram nos igarapés e furos da região insular do vale do Tocantins. Ao mesmo tempo em que os canaviais se instalavam, o corte de madeira⁵⁸ para o abastecimento dos engenhos e posteriormente das embarcações a vapor e formação de lavouras para produção de alimentos se constituía. Foi nesse contexto que se instalaram olarias no atual município de Abaetetuba e algumas delas permanecem em funcionamento nos dias atuais. Não por acaso, uma das maiores comunidades quilombolas de Abaetetuba, localiza-se na região do município onde ainda se encontram olarias em funcionamento, uma vez que o trabalho escravo era utilizado na atividade e de constitui em fonte de renda para famílias quilombolas, tal como a pesquisa de Nahum (2011) aponta:

Em pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2011 perguntávamos aos moradores do território da ARQUIA sobre as mudanças no seu modo de vida a partir do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombos. Eles nos responderam que a conquista da terra foi a principal mudança, a titulação definitiva há tempos almejada. Mas as lideranças desta associação têm claro que a posse jurídica e definitiva da terra ainda é insuficiente para assegurá-la da influência que os agentes atravessadores tem sobre as olarias, bem como dos processos de expansão da dendeicultura na região. Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a atividade oleira se caracteriza pelo emprego de tecnologia rudimentar, com predominância de processo manual e organização produtiva de base familiar. No total

⁵⁸ Segundo Marin (2000) uma das Fábricas Reais de Madeira criadas pela administração colonial para abastecimento e exportação das madeiras de lei extraídas (piquiá, angelim e pau d’arco principalmente) foi instalada em Abaetetuba. Ela fornecia madeira para o Arsenal Real, responsável pela construção de navios. A atividade das fábricas se tornou inviável, segundo a autora em 1796, quando as distâncias a serem percorridas para extração de madeira tornara o empreendimento pouco rentável. Outra explicação para o seu declínio tratava da impossibilidade de se continuar usando mão-de-obra indígena para a derrubada e arraste da madeira até as fábricas, após a criação de Lei de Diretório dos Índios.

são 35 olarias, sendo que em 12 encontramos até 8 famílias produzindo em cada olaria, e o restante com 4, 3 e 2 famílias trabalhando diretamente na olaria. (NAHUM, 2011: 94)

Os engenhos movidos a vapor e a diesel na região entraram em declínio, segundo Anderson (1991), por dois fatores: o primeiro pelo crescimento da economia da borracha que durou desde a segunda metade do séc. XIX até a Segunda Guerra Mundial; e em segundo com os incentivos para a modernização agrícola da Amazônia durante a ditadura militar. Ainda que os dois fatores informados por Anderson tenham se manifestado de formas distintas na região, no caso específico de Abaetetuba, outras explicações possíveis são reveladas pelas entrevistas realizadas durante nossa pesquisa de campo, tal como apresentamos mais adiante. A pesquisa de Scott Douglas Anderson, umas das poucas que nosso levantamento bibliográfico encontrou sobre a produção de cana em Abaetetuba foi baseada em dados estatísticos sobre a “Agroindústria Aguardenteira” (ANDERSON, 1991: 105) e entrevistas de campo realizadas entre 1985-1988. A **Figura 4** elaborada pelo autor apresenta os engenhos remanescentes nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Mirim para os quais os antepassados e moradores trabalharam no roçado da cana que abastecia tais engenhos:



Fonte: ANDERSON, 1991, p. 104.

Figura 4 - Engenhos de Aguardente nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Mirim.

O autor divide o ciclo da cana em dois grandes períodos: o primeiro deles (1920-1950) tem como característica que a produção agroindustrial se baseava na especialização e dependência mútua entre os seus componentes. E o segundo período é quando a agroindústria experimenta a expansão (1950-1960) e posteriormente (1960-1987) entra em declínio e se extingue. Nos dois períodos ocorre o predomínio do que o autor chama de “sistema tradicional” em que de modo relativamente fechado as “relações paternalistas” (ANDERSON, 1991: 109) se combinavam com a

superexploração da força de trabalho composta pelos moradores das ilhas e várzeas que não possuíam o domínio da terra e tinham a posse regulada pelos pretensos proprietários. A agroindústria era composta dos seguintes tipos:

Os canavialistas dependiam dos engenheiros para aviamento, dos proprietários para o acesso à terra, e concorriam entre si para os serviços de diaristas, que tinham ainda as opções de trabalhar nos engenhos, de cuidar de pequenos roçados, ou de explorar produtos extrativos locais. Por outro lado, os engenheiros, não produzindo a cana por conta própria, dependiam dos canavialistas para matéria-prima e, vendendo no porto, dependiam também dos regatões para comercialização. O papel do engenheiro no sistema era fundamental, apesar de não dominá-lo, por integração vertical ou horizontal, devido a sua posição de intermediário entre os dois ciclos de troca que moviam o sistema. No ciclo externo, o engenheiro trocava aguardente com os regatões por produtos agrícolas, peixe, gado e manufaturados. No ciclo interno, o engenheiro aviava os canavialistas e seus diaristas com estes produtos e, em troca, recebia cana-de-açúcar para produzir aguardente. (ANDERSON, 1991: 109)

Como se pode notar, os moradores das ilhas estão na base da agroindústria onde trabalham por diárias e com superexploração do trabalho. Ou seja, aos ribeirinhos, não restava outra posição na produção de cana que não fosse a de ser explorado por uma das duas pontas do sistema⁵⁹. Ao mesmo tempo, conjugavam a atividade de canavial no roçado com o cultivo consorciado da cana com outras lavouras de subsistência que também eram objeto do sistema de meia ou aviamento:

A cana era assim, o Deca Viana fazia assim, eu tinha minha propriedade aqui e dava para fazer um roçado para tantas frasqueiras de cachaça. Nesse tempo, eles não diziam assim, de tarefa, porque a roça era tarefa e a cana não, era canavial para tantas frasqueiras de cachaça. Aí eles arrendavam aquilo lá e aquele próprio dono do terreno, fazia o roçado, ele ia buscar o rancho no Deca Viana, roçava, derrubava, queimava e depois eles iam fazer a limpeza para poder meter o olho da cana lá dentro.

(...) A gente ia no balcão dele no final de semana, o canavialista ia lá e levava o vale, fulano trabalhou tantos dias de serviço e deu tanto. Aí ele dizia assim: agora tu vai lá com fulano e vê o que tu quer, aí na época tu comprava o que precisasse, na época era o arroz, feijão, o café, o açúcar, o peixe liso que não tem escama. Aí era assim, ele chapava um barco grande que ele tinha, não sei para quantas toneladas, ele chapava de cachaça e levava para o Amazonas, quando ele vinha do Amazonas, ele já trazia a carga do barco em peixe. (Morador do Igarapé Sarapuquara em entrevista ao autor em Setembro de 2015)

O cultivo da cana também era realizado por meio do arrendamento das terras dos sítios que eram ocupados tradicionalmente pelos então “caboclos de sítio”, combinado com o aviamento junto ao canavialista dos insumos necessários para o roçado do canavial. As diárias de trabalho dos ribeirinhos eram pagas com gêneros alimentícios vendidos nas casas aviadoras, que calculavam o valor a ser recebido pelo trabalhador de acordo com o tamanho da área roçada ou com os feixes de cana cortados e que eram medidos por “frasqueiras”:

Você entrava com a terra, aonde o engenheiro não tinha terra, ele arrendava. Ele comprava uma área de terra, aí colocava o pessoal para morar lá pra preservar o açaí, criar o pato na meia, o porco na meia, tudo na meia e o engenho, ele vendia a cana do engenho. Então o cidadão fazia um investimento na área e quando o cidadão ia extrair toda a cana, aí tinha

⁵⁹ Aí ele financiava a roçagem, a coivara, a planta e a limpeza. Dessa limpeza para frente, deixava lá a cana. Financiava a plantação de arroz, do milho, aí quando era na época da colheita da cana, era que entravam os cortadores machos. A cana era um comprimento de 1 metro em cada pedaço e 90 pedaços em cada feixe. Aí isso valia uma diária nossa na corteção de cana. Aí cada um cortador, se cortasse 50 feixes, estava feita uma diária. Eu sei que quem cortava uns 50 feixes de cana estava fazendo uma diária boa. (Morador do Igarapé Sarapuquara em entrevista ao autor em setembro de 2015)

um grande roubo das chamadas frasqueiras, aí era um negócio pesado. O batelão que pegava 50 frasqueiras, o engenheiro pagava 30 frasqueiras, aí 20 já era perda pro dono do roçado. Um batelão, por exemplo, tinha capacidade para pegar 50 frasqueiras de cachaça, isso em cana, produto que vai ser moído e se transformar em cachaça, mas o dono do engenho ele não pagava as 50, ele pagava 30, porque você não controlava quantas frasqueiras deu a sua cana. A família entrava com a terra e o engenheiro entrava com o capital inicial para fazer abertura do desmatamento, fazer o plantio do arroz, do milho, aí o engenheiro bancava tudo isso, mas quando era pra pagar aquela conta, toda aquela cana o dono do roçado não podia vender para outro, tinha que vender só pra ele que investiu o capital (Morador da Ilha Campompema em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A “frasqueira” era a unidade de medida da relação comercial entre o diarista, o canavialista e o engenheiro e correspondia a um feixe formado de até 100 pedaços de cana com 80 cm de comprimento cada. A frasqueira de cana produzia aproximadamente 24 litros de aguardente e metade desta produção era destinada ao canavialista que havia entregado a cana bruta ao engenheiro, que junto com os proprietários das terras e os diaristas ficavam com a metade da participação da produção, descontados os gastos com aviamento que o primeiro tinha. Ao engenheiro cabia a moagem e distribuição da aguardente para venda na região. Os batelões eram as embarcações responsáveis por recolher as frasqueiras de cana cortadas nos rios e várzeas de Abaetetuba e como um mesmo batelão transportava a cana de diversos sítios e propriedades, a dificuldade em calcular o valor devido pelo aviador/canavialista ao diarista, aumentou o grau de exploração deste:

Só que quando vinha os batelões para pegar a cana dele lá, tinha capacidade para levar cana para 50 frasqueiras, aí tinha uma marca no batelão, aí quando enchia, eles diziam, essa capacidade aqui é tantas frasqueiras. Só que você como dono da cana não pode controlar uma cana que chega lá, num amontoado de cana, você joga pra um lado, joga pra outro, você não controla a cana que levou. Aquela cana daria 50 frasqueiras de cachaça, mas o dono do engenho diz que o batelão só tem capacidade para 30. Então 20 frasqueiras foram de graça, além disso ele ainda desconta o capital, ele regula o preço também, se a cana vale R\$ 100,00, ele paga R\$ 70,00, o cara ganha na quantidade de cana que veio e ganha no preço que ele investiu. Ele sempre ganhava, o dono do roçado, era só para trabalhar e se manter como escravo moderno do engenho. Eu tô entrando com minha área de mata, desmatei tudo, para potencializar cana para o engenheiro enricar. Isso funcionou durante uns 30 anos. E na infância eu vivenciei isso (Morador da Ilha Campompema em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A distribuição da aguardente produzida nos engenhos das ilhas ficava a cargo dos regatões, comerciantes que utilizavam embarcações movidas à vela ou óleo que comercializavam de modo itinerante outros produtos, tais como peixe salgado, farinha e tabacos produzidos na terra firme ou na área de várzea. A aguardente era vendida em garrafões de 24 até 48 litros e em muitos casos, segundo Anderson (1991), os engenheiros aviavam os regatões com aguardente ou com produtos manufaturados de Belém. A superexploração do trabalho e a escravidão mediante dívida estava na base da agroindústria da cana em Abaetetuba. Somava-se a aplicação do sistema de meia sobre os ribeirinhos cuja posse da terra estivesse condicionada à permissão do patrão ou do proprietário, para que esse permanecesse ocupando a região das ilhas. O período de expansão do ciclo (1950-1960) se deu em grande medida pela substituição das embarcações movidas a vapor pelas de óleo diesel, pois aumentava a distância das atividades dos batelões e regatões, ampliando o volume de frasqueiras transportadas e de venda de garrafões de aguardente. A expansão da produção de aguardente em Abaetetuba se dera mais pelo aumento de engenhos, chegando até 60 instalados nas ilhas do que propriamente pelo desenvolvimento tecnológico da produção.

O declínio do ciclo é analisado por Anderson a partir de múltiplas origens, contudo as principais delas tratam do aumento da concorrência com produtores de outras regiões do país, em que o custo de produção menor em relação ao de Abaetetuba, fez o preço da aguardente despencar. Essa concorrência levou ao rompimento do sistema canavialista-engenheiro, com a desvinculação do preço da frascadeira de cana e do garrafão de aguardente. Por sua vez, a abertura de estradas no Estado do Pará no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN) durante a ditadura civil-militar, cujos detalhes mencionamos no Capítulo I, permitiu que comerciantes das cidades do interior tivessem acesso a outros produtores, por meio de caminhões, o que redundou na menor intermediação dos regatões para distribuição e venda de aguardente.

Além dos fatores de ordem econômica, atrelados diretamente ao custo de produção da aguardente, o grau de informalização da agroindústria, que comprometia, tanto o controle de qualidade e higiene quanto a manutenção das condições de superexploração do trabalho, sem a observância das relações trabalhistas levaram ao declínio do sistema.

Atividades de pesca, cultivo de gêneros alimentícios, fabricação de telhas e tijolos, extração de açaí e de frutas, criação de animais domésticos gravitavam em torno da produção dos engenhos. Mas os engenhos funcionavam em situação precária, com estrutura física degradada, produção artesanal vinda dos tempos provinciais e cada vez mais decadente, com muita sujeira e maquinário obsoleto. O maquinário dos muitos engenhos era importado, especialmente da Inglaterra, país que dominava a produção industrial do fim do século XIX e início do XX. A reposição das peças em ferro, aço e cobre era difícil e demorada, como também a substituição dos grandes tonéis de carvalho. O meio geográfico do engenho compôs paisagens marcadas por plantações de cana-de-açúcar devoradoras de mata de várzea e de terra firme. A cultura de cana-de-açúcar era realizada em terreno de várzeas, ao longo das margens dos rios e igarapés, obtendo-se uma cana não muito produtiva, por falta de preparo adequado do solo. Quem plantava a cana eram os proprietários de engenhos ou lavradores ribeirinhos (NAHUM, 2011: 85).

Esses fatores foram em grande medida confirmados durante a pesquisa de campo quando interrogávamos sobre as causas do declínio da agroindústria da aguardente. No entanto, outras razões que se somam a estas foram apresentadas pelos ribeirinhos, para o fim de um dos últimos engenhos que ainda funcionavam na região em finais dos anos 1980:

Esse lá da boca de Paramajó explodiu devidamente porque ele blasfemou contra a imagem de São Benedito numa procissão, aí na época que o santo passou lá, quando deu uma distância, o engenho explodiu. Isso é conto dos antepassados, porque eu não vi. Aí ficaram os dois, aí eles foram até que abriram falência (Morador do igarapé Sarapuquara em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Uma das maiores dificuldades que eles alegavam, era a questão trabalhista. Tem um cidadão aqui chamado de Cobra, ele trabalhou uma vida, está com 64 anos, ele disse que tinha a carteira assinada, aí eu peguei a carteira dele e só tava a assinatura dele lá e fizeram um cadastro do PIS, mas não tinha um carimbo da previdência, de nada, então não foi recolhido. Eles poderiam até descontar o dinheiro dele, mas não depositavam, ele não teve indenização e a carteira dele está lá, em branco. Era o Engenho da família Viana, ficava no Rio da Prata, próximo do Jacaré. Mas hoje em dia não tem mais nenhum engenho, até 2006 ainda tinha, mas depois de 2006 acabaram todos. (Assessor da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A superexploração do trabalho dentro e fora do engenho se tornou incompatível com o que, segundo Anderson, era a maior presença do governo federal que tardiamente chegou na região para regular as relações de trabalho na agroindústria. A instalação de uma Junta da Justiça do Trabalho no município de Abaetetuba em 1974, permitiu o ingresso na justiça pelos trabalhadores, levando engenhos a serem vendidos ou passando para o controle de ex-empregados por conta das dívidas trabalhistas. O fim do ciclo da cana nas ilhas e várzeas de Abaetetuba enfraqueceu o sistema de

meia e o domínio que engenheiros⁶⁰ e canavialistas exerciam sobre a posse das terras ocupadas pelos ribeirinhos. A perda do poder econômico e o abandono das instalações pelos engenheiros e seus herdeiros, não rompeu por completo, a relação de subordinação imposta ao grupo. Por se tratar de terras públicas que constavam em Cartas de Sesmarias ou por posses sem o domínio registrado em cartório, a tradição e o poder econômico acabavam por enredar os moradores das ilhas e várzeas em condições de trabalho e de permanência na terra subordinada aos engenheiros. Mesmo com estes morando nas cidades, o controle do espaço, por meio do sistema de meia, prosseguiria mesmo com o fim do ciclo da cana.

Os ciclos da cana e da borracha, por meio da extração da resina ou seringa das seringueiras (*Hevea brasiliensis*) coexistiram em Abaetetuba durante um período que não foi possível precisar, a partir das entrevistas realizadas em campo. Decerto que ele foi relativamente curto em relação ao restante da Amazônia e outras regiões do Estado do Pará. Em comparação ao ciclo da cana, o ciclo da borracha muito embora tenha se desenvolvido na Amazônia desde o séc. XIX, no município de Abaetetuba não experimentou, segundo Ferreira (2013), a mesma pujança de outras regiões:

Gonçalves (2005) mostra que a exploração do látex era mais concentrada ao longo do rio Amazonas e afluentes, principalmente na Amazônia Ocidental (Amazonas e Acre). Já na área de influência do rio Tocantins, onde se localiza Abaetetuba, a exploração era mais pautada na busca da castanha, cristal de rocha e madeira, até a área de Marabá e Conceição do Araguaia. Entretanto, Leitão (2008) afirma que, em épocas passadas, a região das ilhas de Abaetetuba teve papel de destaque na exploração da seringueira e de algumas espécies madeireiras usadas como lenha que abastecia indústrias termoeletricas de Belém. Com o fim do boom da borracha a Amazônia entrou em uma profunda crise econômica. Todavia, a vida dos seringueiros e tapuios parece ter melhorado, pois segundo Gonçalves (2005), os seringueiros abandonados tiveram mais autonomia sobre suas próprias vidas. **Isso fez com que a qualidade de vida melhorasse, pois os seringueiros tornaram-se caboclos e ribeirinhos e passaram a se auto sustentar com os recursos da várzea, da floresta e de uma agricultura nascente** (FERREIRA, 2013: 67, grifos nossos).

A exploração de madeira juntamente com outros produtos florestais, como a própria borracha, era atividade comum aos dois ciclos. Juntamente com a pesca fornecia a base material para a reprodução do grupo. A ambiguidade da posse da terra pelos ribeirinhos fica mais evidente se voltamos o olhar para a exploração da borracha. Nas entrevistas de campo não ficou claro qual o regime de posse predominava na exploração dos seringais. Inclusive em uma mesma entrevista se revelava a dificuldade em distinguir se os seringais de onde se extraía a seringa estavam localizados nas “estradas” pertencentes às próprias famílias ou se no terreno de terceiros. Os relatos faziam menção tanto à venda direta do látex para os aviadores quanto ao sistema de meia. As “estradas”, termo usado no local para se referir à quantidade de seringueiras que cada ribeirinho tinha à disposição para extração da seringa, podiam estar localizadas tanto nos sítios quanto nas terras de terceiros onde a exploração se dava por meio do aviamento ou do sistema de meia:

O extrativismo cada um tinha a sua estrutura, então nós tínhamos a nossa estrada no seringal. Eu acompanhava minha mãe, ela cortava lá e eu já dava conta de carregar alguns kg na hora de extrair a seringa e eu ajudava ela a carregar. Então era nosso, esse seringal, cada família tinha um pouquinho desse lado aí, porque sempre a relação de trabalho lá do ribeirinho foi baseado na pesca, na lenha, os frutos e a seringa (Morador da Ilha Campompema em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Além de criar uma infraestrutura portuária e de comércio nas ilhas e várzeas que possibilitaram aos ribeirinhos não dependerem diretamente da cidade e se dispersar por todas as margens de rios, igarapés e furos da Amazônia Tocantina, a economia da borracha e o sistema de aviamento, possibilitaram o surgimento de grandes comerciantes nas regiões

⁶⁰ Donos dos engenhos onde é processada a cana.

ribeirinhas que se apropriaram da maioria das terras ricas em recursos florestais de valor comercial, mas mantinham relações de inquilinato e meia com famílias de ribeirinhos assentados em pequenas propriedades. Estes comerciantes das regiões ribeirinhas mantinham relações comerciais e de amizade com os comerciantes e a oligarquia política da cidade de Cameté, Mocajuba, Baião e, particularmente, Belém. E suas relações com os ribeirinhos, através do aviamento, estavam baseadas na lógica de “lealdade, reciprocidade e compromisso” marcada fortemente pelas relações de parentesco estendido e compadrio (PEREIRA, 2014: 102).

A extração do látex era consorciada com o roçado de cana, mandioca, venda de madeira e exploração de outros produtos florestais, tais como as sementes de virola, andiroba, pracaxi, copaíba, que se constituíam em tempos distintos, em importante fonte de renda do grupo. Os relatos da história oral dos entrevistados sobre o ciclo da borracha em Abaetetuba, remontam à uma infância com pouco tempo para o lazer e estudo, pois a atividade ocupava todos os membros das famílias com a atividade ao longo do ano:

Além da seringa, a seringa era no verão e o roçado era feito no verão, o canavial, aí que queimava já ia dar para plantar quase no inverno e no inverno não cortava seringa por causa da chuva. Aí ia para o roçado, aqui os roçadistas tinham uma equipe de mulheres que trabalhavam só para fazer a limpeza do roçado de cana. A cana ia para o engenho que ficava bem aqui próximo, era um engenho do Deca Viana (Coordenador do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

O machado utilizado para a realização de cortes na seringueira é o principal instrumento de trabalho e o látex extraído era primeiro armazenado em pequenas tigelas e posteriormente eram formadas bolas maiores que abasteciam os regatões para o transporte até o destino final. O aviamento era principal forma de organização do trabalho na exploração da borracha, conforme indica também Aramburu (2003):

O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica. Depois do ciclo da borracha, o aviamento passou a ser reformulado em termos menos policiais, mas continuou sendo igualmente dominante em todas as esferas da produção (ARAMBURU, 2003: 1).

A aquisição de insumos para a atividade de subsistência do seringueiro era realizada nos barracões onde se trocava a produção diária por gêneros alimentícios. A continuidade da superexploração do trabalho baseava-se na dívida que os seringueiros tinham com o aviador, pois o produto da sua diária no seringal, não cobria os custos dos itens adquiridos nos barracões, permanecendo a dívida que deveria ser paga com mais trabalho. No vale do Tocantins a exploração da borracha remonta, segundo Pereira (2014), à primeira metade do séc. XIX, no entanto a qualidade da seringa produzida era de baixa qualidade, se comparada com a de outras regiões no estado e da própria Amazônia. Além da baixa qualidade da seringa extraída e que é nomeada localmente como “sernambi”, outro fator contribuiu para que, ao menos no nosso *locus* empírico, a borracha não experimentasse a mesma pujança da cana e de outros produtos florestais. Juntamente com a seringa de baixa qualidade, outro fator contou com participação direta dos seringueiros das ilhas operando para a curta duração do ciclo e o declínio do seu aproveitamento econômico:

Eu tinha uns 14 para 15 anos. Quando nós começamos aqui, foi na ocasião que a seringa, deram um basta nela, aí entrou aquele projeto aqui mais de longe que tinham seringais, aí o povo daqui também sacaneou a borracha, por causa que os seringais ficaram todos secos, aí eles queriam mais produção, aí eles começaram a colocar areia na borracha para pesar mais. A gente encostava a tigela lá, aí já salpicava areia e aquele leite vinha e cobria de novo.

Tinham uns que arranhavam a seringueira para aquela lixaria cair dentro da tigela. Outros jogavam barro dentro e com aquilo foram desclassificando a nossa borracha e as fábricas não queriam comprar mais, aí começaram a comprar do Amazonas, do Afuá, porque já era o látex, a borracha defumada que fazia bola (Coordenador do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

A recusa das fábricas pela seringa adulterada com areia para aumentar o peso das bolas e implicar em maior preço em cada uma delas, foi resultado da estratégia do grupo, a nosso ver, para alcançar maiores ganhos diários e enfrentar silenciosamente a relação desigual de troca no aviamento. Ainda que o roçado, a pesca e extração de outros produtos florestais fossem combinadas com a exploração da borracha, tais atividades não garantiam o pleno sustento das famílias, ainda que os filhos trabalhassem desde muito cedo. Por outro lado, a técnica predatória de extração da seringa com o machado, acabou por comprometer a produtividade de cada seringueira (PEREIRA, 2014) até o esgotamento da capacidade de produção de resina.

3.3.2 - A exploração do açaí e miriti no interior dos projetos de assentamento agroextrativista

Foi o que tornou viável o cultivo da cana, da seringueira, do açaí e miriti, sendo os dois últimos endêmicos das ilhas e várzeas, adaptados às inundações regulares do estuário amazônico e importantes fontes de renda gerada pelo extrativismo. Até meados dos anos de 1990, a produção do açaí, segundo as entrevistas de campo, exigia um manejo tradicional para consumo diário das famílias, com residual venda do excedente e em grande medida integrado com o plantio de espécies arbóreas também naturais do ambiente das ilhas.

Quando a borracha saiu de cena, o pessoal começou a querer fazer os canaviais, aí quando acabou a borracha, o povo começou a querer fazer canaviais, como tinha uma madeira muito antiga dentro do terreno, eles começaram a vender a madeira e aí começou a ficar praticamente só a terra. Eles começaram a fazer canaviais, aí existia uma epidemia grande do açaí, ficou só a terra e a capoeira, não tinha açaí. Eles chegaram a vender açaí em quilo aqui, não tinha açaí nem pro consumo, porque entrou uma fábrica de palmito, comprando palmito, aí todo mundo se dedicou. Acabou a borracha e se dedicaram a vender palmito. O açaí não tinha tanto valor antigamente. Meu pai e meu avô levavam nos paneiros antigamente para vender na cidade, mas era muito difícil. Quando eles tinham a sorte de vender, traziam um bucho de salgado, uma farinha, era assim. Aí foi começando o negócio do açaí e hoje está nessa posição, que é um ganha pão nosso aqui (Coordenador da Associação de Agroextrativistas São Francisco de Assis em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

Com o aumento da demanda e valorização comercial do fruto, dado o aumento do consumo nacional, a produção em toneladas no município cresceu. A formação dos PAEs e a posse dos TAUS emitidos pelo programa Nossa Várzea, transformou o regime de posse da terra e o controle do grupo sobre a produção, contribuindo para o aumento do volume produzido. A produção do açaí que representa maior contribuição econômica e ocupa maior parte do ano do grupo, deve ser somada a outras espécies florestais exploradas e que ajudam a compor a renda dos ribeirinhos, diversificando, portanto suas fontes de trabalho ao longo do ano.

Os produtos florestais de maior importância comercial em Abaetetuba são apresentados na Tabela 3 e indicam uma mudança na exploração dos recursos naturais. A contínua queda na produção de açaí no período 2008-2014 chama atenção pelo fato de ser esse o principal produto explorado economicamente pelo grupo, desde que foi garantida a posse das ilhas e várzeas. Começamos por 2008 por se tratar do primeiro ano imediatamente após a criação dos 20 PAEs no

município, o que permite analisar a produção com a grande parte dos ribeirinhos controlando o processo de cultivo, manejo, colheita e comercialização do fruto.

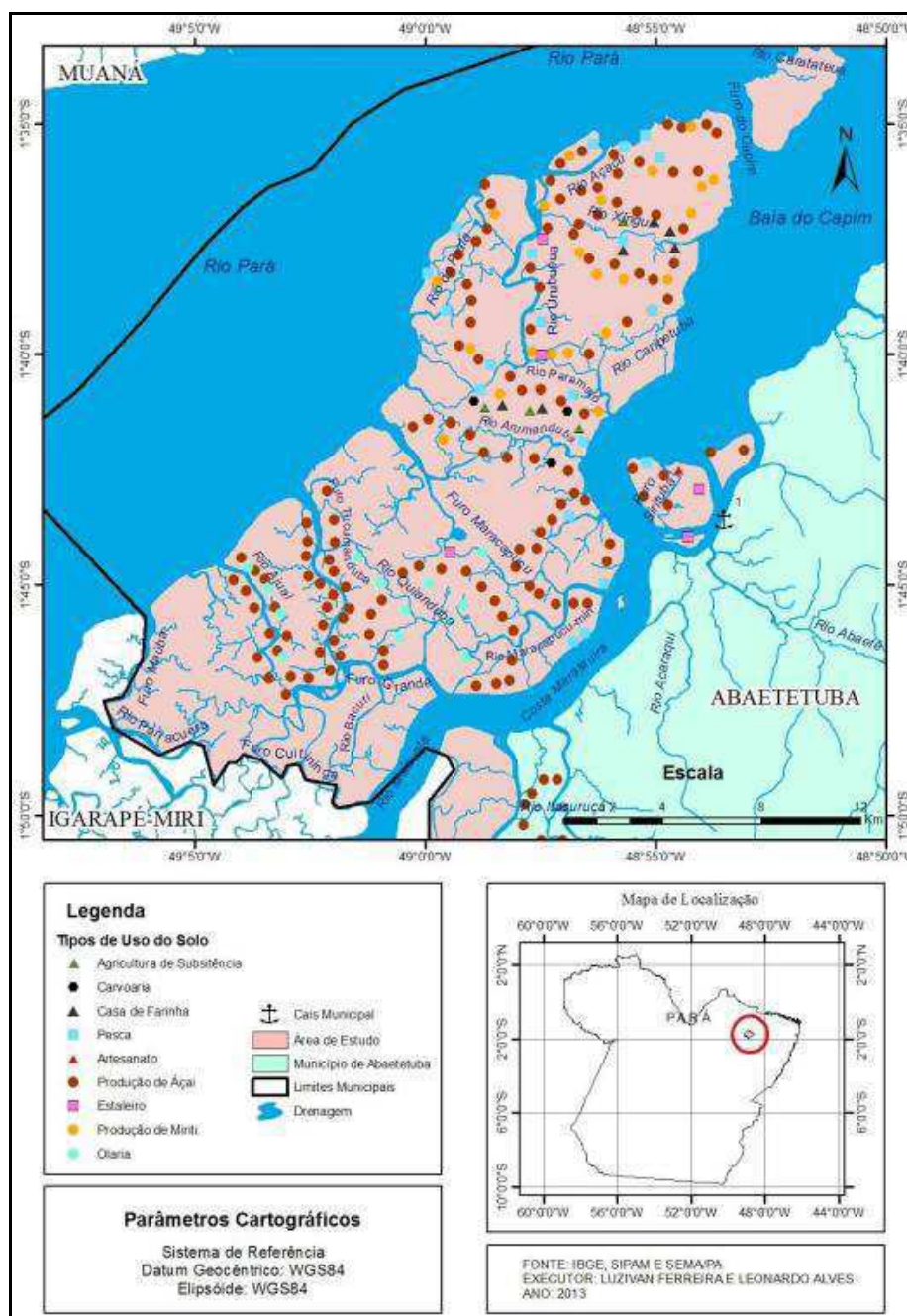
Tabela 3 - Extrativismo Vegetal em Abaetetuba por produto e quantidade (2008-2014)

Produto/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Açaí fruto (ton)	770	730	680	650	500	350	285
Lenha (m ³)	32.000	31.600	30.000	27.500	25.000	23.500	23.000
Carvão Vegetal (ton)	1.290	1.290	1.300	1.400	1.500	1.480	1.470
Palmito (ton)	28	30	30	32	33	25	26
Castanha do Pará (ton)	12	13	13	15	17	20	22

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2008 - 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

No período em questão houve um decréscimo de 63% na produção do fruto, o que equivale a uma redução em 485 toneladas de açaí no município. As razões atribuídas a essa expressiva diminuição da produção se relacionam com a redução das áreas de cultivo, dado o aumento da população das ilhas, a diminuição de crédito para produção e a irregular assistência técnica, via EMATER, para capacitar os ribeirinhos no manejo dos açaiçais.

Por outro lado, o corte de lenha para o atendimento da carpintaria naval do município diminuiu no período pesquisado, enquanto que a produção de carvão destinada ao abastecimento das olarias do município aumentou 14% entre 2008 e 2012 e segue uma leve tendência de queda nos dois anos seguintes. Com relação à lenha, a redução no período foi 28% o que reflete tanto o esgotamento da madeira, fato verificado durante as entrevistas quanto à proibição do corte indiscriminado, por ocasião da criação dos PAEs nas ilhas. Vale ressaltar que o crescimento da produção de castanha-do-pará no período foi de 88% passando 12 para 22 toneladas em 2014. Muito embora os dados apresentados se refiram ao município como um todo, a região das ilhas contribui de modo decisivo com a produção do extrativismo nas ilhas. Como se vê no mapa elaborado por Ferreira (2013), apesar do predomínio da produção do açaí, a madeira e a exploração do miriti, especialmente da sua palha para a produção de artesanato ocorre de modo amplamente distribuído na região das ilhas.



Fonte: Ferreira, 2013: 98

Mapa 2 - Usos do solo na região insular de Abaetetuba.

Para uma sucinta descrição da cadeia produtiva do açaí se faz oportuno iniciar pela necessidade de financiamento para o plantio e manejo do fruto. Segundo dados da EMATER (apud IPEA, 2015) que fornece assistência técnica aos ribeirinhos no manejo do açaí, o crédito obtido via PRONAF no valor de R\$2.500,00 para uma área mínima de três hectares permitiria a produção de até 400 rasas⁶¹ de açaí por hectare. O valor do crédito, obtido à taxa média de 1% ano, seria o suficiente para financiar a produção por safra sem inviabilizar a economia doméstica dos ribeirinhos ao longo do ano. Com a obtenção do microcrédito é possível preparar o terreno, adquirir

⁶¹ Cada rasa, unidade de medida para a venda do açaí in natura, equivale a 14 quilos do fruto colhido e seu preço varia de acordo com a qualidade deste na época da safra e quanto o atravessador paga por cada uma delas.

equipamentos necessários para o manejo do açaí e garantir a dedicação integral da família à atividade:

Hoje estamos trabalhando na lógica do açaí, o açaí passou a ser uma potencialidade, o açaí comercial deve estar com uns 20 anos, foi desse tempo pra cá que ele começou a ter uma ação econômica muito potente, que é a questão da exportação do açaí. Então ele saiu do município, para ser expandido para outros lugares e hoje virou um produto comercial de grande valor e também de valor econômico. Hoje o açaí pra nós aqui, economicamente e culturalmente ainda é dele, né?! Agora para quem mora nas grandes capitais hoje, o açaí já não é mais culturalmente do povo paraense, ele é economicamente do cara que tem o dinheiro. Ainda é nosso culturalmente, do povo paraense, mas economicamente não é mais (Morador da Ilha do Campompema em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

Essa fala dos entrevistados evidencia o que aflige os ribeirinhos que cultivam o açaí e o exploram economicamente. Não obstante o processo de produção esteja sobre controle do grupo, na hora da venda, a figura do atravessador regula o preço que cada produtor ganha pelas rasas. Como cada família ribeirinha recebe do atravessador o pagamento à vista pela produção, a urgência para ter o dinheiro, acaba, no processo de formação do preço dando vantagem ao segundo.

O plantio do açaí pode se dar nas margens dos cursos d'água e várzeas, no interior das ilhas e no entorno mais imediato das residências onde a produção é destinada ao consumo diário. O ciclo produtivo pode ser resumido no esquema: plantio, roçado, desbaste das palmeiras adultas, coleta, retirada do palmito, produção do “vinho” e venda do fruto para o atravessador (marreteiro). Dependendo do tamanho da família residente no sítio e do tamanho do açaizal, podem ser contratados outros moradores para a realização das tarefas que não podem ser realizadas pelos membros das famílias. Nesse sentido, o microcrédito é importante, pois ele financia o pagamento destas tarefas até que a safra gere renda.



Foto 13 e Foto 14 - Açaizais e Miritizeiros localizados nas margens do rio Urubueua

A formação do açazal, quando o produtor aplica os conhecimentos adquiridos na assistência técnica da EMATER, é feita com formação de linhas de açazeiros no terreno com distância de cinco a dez metros entre as “túcias” ou touceiras (BRABO, 1979) que consiste em agrupamentos com até 06 estirpes de açáí.



Foto 15 - Túcias com 5 estirpes de açazeiro, com 03 indivíduos adultos no centro e dois brotos nas extremidades



Foto 16 - Túcias com 04 estirpes, com uma mais jovem na extrema esquerda da imagem. É possível ver ao centro da foto dois açazeiros desbastados.

O manejo do açazal corrente nas ilhas e várzeas de Abaetetuba consiste no desbaste dos indivíduos mais velhos que com cinco anos de vida são retirados das “túcias” com auxílio de facão. Essa técnica permite a extração do palmito dos indivíduos eliminados, estimulando o nascimento de plantas novas, com vistas ao melhoramento genético e aumento da produtividade dos açazeiros que no terceiro ano de vida começam a dar frutos. Além do manejo, o roçado é atividade importante no cultivo do açáí, pois por meio dele são eliminadas do terreno as espécies arbóreas e arbustos de baixo valor comercial que concorrem com as “túcias” por nutrientes do solo, água e luz. Nesse sentido, é uma tarefa que exige cálculo e atenção dos produtores, uma vez que o roçado deve eliminar outras espécies, sem, contudo comprometer a fertilidade do solo e sua capacidade de absorção de nutrientes. Ao mesmo tempo, o roçado deve ser realizado de modo a garantir um sistema agroflorestal equilibrado que permita, por exemplo, o desenvolvimento da agricultura e o plantio de mandioca para produção de farinha. Nem sempre os ribeirinhos observam esse princípio:

Esse é o desafio, a outra situação difícil é a relação do nosso trabalho hoje, com a potencialidade do açáí, é que tem gente que acaba desmatando a área de produção do açáí dele, tirando a biodiversidade, aí acaba deixando só o açáí. Então se ele deixa só o açazal, ele está tirando a biodiversidade daquela área dele lá. Porque ele está tirando lá, uma série de vegetais que são a potencialidade da adubação orgânica do açáí. Ele não se dá conta que quanto mais ele tiver uma vegetação lá, que ganha folha, que aquilo serve para a adubação orgânica, se não tem aquilo lá, o açáí dele procura alimento e não tem, então ela acaba

enfraquecendo sua potencialidade, porque ela não tem adubação e não se pode adubar com adubo químico nas ilhas (Assessor da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A partir dos meses de setembro tem início o período da colheita do açaí ou “apanha” como é chamada localmente essa atividade. Durante essa etapa da cadeia assume centralidade a figura do “peconheiro” que é o indivíduo que sobe nos açazeiros para a “apanha” dos cachos do fruto. Os principais instrumentos de trabalho são a peconha, cinta feita de fibra que uma vez amarrada aos pés, permite a subida nos açazeiros e a faca para cortar os cachos. Nas ilhas de Abaetetuba, podem ser encontrados, tanto membros das famílias que realizam a subida para a apanha do açaí quanto peconheiros que são contratados para a tarefa. Quanto mais jovem, maior a habilidade e destreza para a realização da atividade. O peconheiro é aquele que atua exclusivamente na cadeia produtiva do açaí realizando a subida nos açazeiros de diversos produtores. O pagamento é realizado em espécie e corresponde a uma parte do valor da rasa praticado naquela safra. Isto significa que se o peconheiro apanha dez rasas por sítio e o preço de mercado de cada uma delas for de 25 reais, por exemplo, o valor recebido por cada uma delas pode ser de até 10 reais por rasa. Durante a pesquisa de campo ouvimos reclamações do preço cobrado pelos peconheiros da região para a coleta da safra do ano anterior. Quando o produtor dispõe na família de algum membro com habilidade para subir nos açazeiros e coletar o fruto esse custo é eliminado da produção.



Foto 17 - Apanha do açaí com uso da peconha



Foto 18 - Paneiro utilizado na apanha

Uma vez concluído o trabalho do peconheiro, a tarefa seguinte consiste em debulhar o açaí, extraíndo o fruto dos cachos e armazenando-os no paneiro, que é o cesto feito de fibra de miriti utilizado para armazenamento e transporte no açazeiro. Os paneiros são levados para a beira dos rios, à espera dos atravessadores ou são transportados diretamente pelo produtor para ser vendido para as fábricas de beneficiamento que atendem à demanda de Abaetetuba. Ou ainda, o fruto pode ser beneficiado em Belém, principal consumidor da produção do município. O preço da rasa na entressafra tende a alcançar maiores valores, sobretudo beneficiando os ribeirinhos que manejam o fruto de modo a atender a demanda. Ou ainda, diminuindo a cota de consumo diário:

Por ser uma produção de baixo custo e de certa rentabilidade, praticamente todas as famílias ribeirinhas possuem uma renda associada de alguma forma ao açaí, inclusive (e

principalmente) aquelas que desenvolvem outras atividades já vistas aqui. Este fato é comprovado quando se observa a orla da cidade no início do dia, dezenas de embarcações chegam trazendo várias rasas de açaí para vender na cidade a preços que variam em torno de R\$13,00 na época da safra indo até R\$140,00 na época da entressafra por rasa. Porém, praticamente 80% da produção é vendida para fora da cidade principalmente para a capital Belém, por onde é exportado para o mundo, chegando ao Estados Unidos, Europa e Ásia (FERREIRA, 2013: 95).

A principal reclamação dos entrevistados foi sobre os baixos preços obtidos com a rasa do açaí e o papel dos atravessadores em derrubar o valor em pesadas negociações. Alguns ribeirinhos conseguem escapar e vendem diretamente, em associação com outros produtores, a sua produção para as fábricas ou diretamente na orla do município.

O preço atualmente pago para o fornecedor é de cerca de R\$ 15 a lata, enquanto o “peconheiro”, que faz a colheita do fruto, recebe em média R\$ 5 por lata colhida: “hoje, quem mais ganha não é nem o ribeirinho, nem a fábrica é o atravessador, ou seja, quem fornece o açaí. Os ribeirinhos que apanham o açaí vivem em uma situação precária, eu venho trabalhar de ônibus todos os dias e o atravessador vem aqui negociar comigo de Honda Civic” (IPEA, 2015: 28).

Decerto que embora seja a principal fonte de renda dos ribeirinhos de Abaetetuba, o cultivo do açaí não atende todas as necessidades do grupo que precisam ser complementadas com outras atividades e fontes. Nesse sentido, o palmito, o carvão, a venda de madeira, a pesca e plantio de mandioca para produção de farinha se somam, ainda que não ao mesmo tempo e de modo uniforme, ao cultivo do fruto. É o caso miriti que também produz “vinho” semelhante ao açaí e cuja palmeira tem diversos usos. Estes podem ser o artesanato produzido com as fibras e madeira, utensílios, tais como, tipiti, rasas, paneiros, cestos e matapis para a pesca de camarão, além do fruto in natura que é base de receitas de bolos e doces. Outro problema associado ao cultivo do açaí é da falta de manejo adequado da produção e a derrubada de outras espécies arbóreas importantes para o equilíbrio ambiental e do solo das ilhas. A falta de plantio consorciado com outras culturas preocupa as lideranças do MORIVA, tendo em vista que o estabelecimento da “monocultura” do açaí diminui a diversidade da vegetação do ambiente e tende a aumentar o “açaizamento” (IPEA, 2015) da paisagem e do solo das ilhas. Nas atividades regulares do movimento social e na cada vez mais rara presença da EMATER para assessorar os produtores, busca-se incutir a importância de se estabelecer sistemas agroflorestais e agroecológicos para que o grupo mantenha a capacidade dos solos para a agricultura e extrativismo.

3.4 - Práticas Cotidianas, Serviços e Religiosidade

Com base na teoria da modernidade de Giddens pretendemos orientar nosso olhar para compreender a identidade ribeirinha: enxergando-a de uma perspectiva descontínua de sua história e, portanto, das práticas que ajudam a moldar a identidade, considerando eventos específicos que nos permitam empreender generalizações. Tomando como referências episódios precisos na transição histórica de alguns entrevistados é que pretendemos generalizar tais mudanças. Por seu turno, uma interpretação “descontinuista” da história que Giddens propõe, se coaduna com a impossibilidade de reconstituição dos meandros da formação do grupo e de sua ocupação nas ilhas e várzeas de Abaetetuba de modo linear e ordenado, dadas suas múltiplas origens e formas de ordem tradicional que coexistiram. São as práticas que descrevemos nesta seção e como elas mudaram de modo mais célere nas últimas décadas como as trajetórias individuais dos entrevistados revelam.

Os ritmos das mudanças dos quais Giddens nos fala são alterados, por exemplo, com a chegada das embarcações a vapor na região de Abaetetuba, com a maior presença do governo federal regulando as relações de trabalho nos engenhos de cana e ainda com a mobilização coletiva do grupo por acesso à terra que orientou o processo de acomodação dos ribeirinhos nos PAEs. Decerto que a proibição da escravização indígena, a abolição da escravidão negra, os sucessivos regimes de terra desde a sesmaria, até o estabelecimento da função socioambiental do patrimônio da União refletem mudanças institucionais ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano. Os cursos d'água e recursos florestais condicionam o uso e ocupação das ilhas e várzeas pelos ribeirinhos de Abaetetuba e, quando coligimos as informações de campo com a literatura até aqui mobilizada, evidenciam-se as transformações que tais usos sofreram no tempo.

Cumprido comentar previamente dois componentes importantes sobre os modos de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba, quais sejam, o “sítio” e a “casa”. O primeiro refere-se ao terreno que é tradicionalmente ocupado por uma ou mais famílias, cujos limites foram estabelecidos ao longo do tempo e relacionam-se em grande medida com as áreas cedidas pelos “proprietários” em troca do trabalho no corte da cana ou extração de borracha. O sítio funciona como unidade familiar por excelência dos ribeirinhos se constituindo em um importante espaço de reprodução material, social e simbólica do grupo. É dele que são extraídos os meios para acolhida dos filhos que se casam e permanecem trabalhando na terra e por meio da qual são realizadas as trocas de trabalho, produtos e são mantidos os laços de solidariedade entre vizinhos, segundo Pereira (2014) em sua pesquisa no município limítrofe de Igarapé-Mirim:

O sítio acolhe, recolhe, abriga, convida, interpela, envolve. Não há um sítio igual ao outro. Pode ser que na paisagem, as casas se pareçam: palafitas de madeira, simples e humildes, com pontes ou escadas fronteiras, às vezes apenas um tronco de buritizeiro é que serve de ponte entre a casa e o casco (a canoa), ou o barco. Mas cada sítio é único. É a categoria espacial de reprodução ribeirinha onde a família inscreve sua história, imprime suas marcas, cultiva sua memória, vive seus dramas, dores e alegrias. O sítio é o espaço mais direta e cotidianamente vivido da comunidade ribeirinha. Muitas vezes os vizinhos residem longe, encontros e contatos são intermitentes entre eles, pelas distâncias e dificuldades de acesso. Em geral, a “comunidade” é vivida apenas em encontros esporádicos, celebrações religiosas, ritos, festas, acontecimentos, jogos de futebol, pesca ocasional, abertura de roçado, eventos públicos etc. **A comunidade é o “espaço público” que congrega várias famílias de sítios vizinhos, em geral com algum laço de parentesco. O sítio é o “espaço privado” da família, mas também relativamente aberto, podendo congrega o público, quando se constrói neste uma escolar ou campo de futebol, por exemplo.** No sítio é uma outra temporalidade que se vive, repleta de ritmos e nuances de ritmos espaço-temporais. (PEREIRA, 2014: 132-133, grifos nossos).

É nos sítios que estão localizadas as casas onde os ribeirinhos residem e são criados animais, produzido o açá e o miriti. A criação de galináceos e de animais de estimação é feita livremente no interior dos sítios observando as limitações que os Planos de Utilização dos assentamentos estabelecem para criação de búfalos. Como expomos mais adiante, o “caboclo de sítio”, nomenclatura considerada ofensiva pelos entrevistados, e que é atribuída aos ribeirinhos de modo pejorativo destituindo-os de cultura, mobiliza a forma de apropriação do espaço pelo grupo.

As casas localizadas nos PAEs foram em larga medida construídas com os recursos disponibilizados ao grupo após a instalação dos assentamentos nas ilhas. À medida que os PAEs eram aprovados com a devida emissão de licença ambiental para cada um deles e após o pagamento do primeiro fomento, era realizada a liberação de recursos para que as famílias iniciassem a construção das casas. Se o beneficiário já tivesse casa, ampliava ou reformava a existente, desde que a madeira pudesse ser reaproveitada. No caso de beneficiários que não dispusessem de casa no interior do PAE, se permanecia na residência de origem ou na casa de familiares até que a sua ficasse pronta, deixando, portanto de “morar na chuva” o que significava a presença de goteiras na

casa. Tal como informa uma das entrevistadas, durante um comentário sobre a conjuntura política, acabou por definir melhor o sentido do termo:

(...) mas como eu tava dizendo, daqui para a frente está sendo isso, tanta burocracia, tanta conversa, tanta coisa em cima da Dilma, do Lula, aí a gente fica até meio entristecido, como é que vai ser? Como é que vai ficar? Porque foi a única chance que nós tivemos foi quando o Lula entrou. Isso eu digo! Aí vários ribeirinhos que moravam bem dizer na chuva, hoje tem uma casinha.

(...) É uma casinha muito acabada, o senhor vai andando a tábua às vezes vai quebrando, tem muito buraco. (Moradora do PAE Ilha São Francisco de Assis, em entrevista ao autor em setembro de 2015)

Durante as entrevistas não ficou claro se a etapa de construção ou expansão das casas foi conduzida por empresa contratada pelo INCRA de modo geral ou se cada assentado, ao receber o recurso, realizava individualmente a aquisição do material e custeava a construção das mesmas. Na medida em que os PAEs eram instalados, progressivamente os recursos para construção foram disponibilizados:

Aí quando nós adquirimos o licenciamento, nós começamos a construir de novo. Aí eles já reverteram, dessas sessenta e três habitações que tinham dinheiro no banco, eles fizeram um remanejamento do mesmo recurso que estava lá para passar as casas para os R\$15.000,00, mas não depositaram o dinheiro na nossa conta. Eles fizeram um remanejamento, eles diziam que sessenta e três habitações no valor de R\$ 7.000,00, para fazer de R\$ 15.000,00 aí diminuiu, só deu para fazer 39 habitações. Aí o resto do povo que estava inscrito para receber habitação estão na espera, aí na época a habitação do INCRA sai de cena e passa para a Caixa Econômica e Banco do Brasil. (Moradora do PAE Ilha São Francisco de Assis, em entrevista ao autor em setembro de 2015)

Os impasses burocráticos para liberação dos recursos para construção das casas, uma vez instalados os assentamentos, são justificados pela lentidão do INCRA em informar ao Banco do Brasil o atendimento das exigências impostas aos assentados para que pudessem acessar o crédito para habitação. Como foram encontradas casas de vários tipos, por conta da liberação dos recursos ter ocorrido em diferentes tempos, não foi possível identificar um padrão na construção na moradia dos ribeirinhos de Abaetetuba. A variedade de tamanhos e, portanto, de quantidade de cômodos refletem em grande medida o aproveitamento das casas mais antigas, das que foram construídas no padrão limitado pelos recursos recebidos via INCRA, preferências pessoais ou ainda daquelas que receberam maior acabamento e número de cômodos pelo fato da família complementar com recursos próprios o valor recebido para a habitação. Foi possível observar aspectos comuns, a despeito do variado padrão, nas formas de construção das casas. O primeiro deles trata de duas diferenças claras na escolha da localização das casas no interior dos sítios. Uma opção é a construção ou melhoria da casa antiga localizada nas margens entre os açaçais e miritizeiros, o que ajuda a formar a paisagem mais conhecida da habitação ribeirinha. Outro local escolhido para a construção das casas é o ponto mais elevado do terreno do sítio, mas as duas opções guardam em comum a diversidade nos aspectos construtivos e que refletem a variedade de escolhas e de recursos. Em comum nas duas opções, as casas são construídas em uma base suspensa formada de esteios de madeira, para que na estação chuvosa a maré lançante não inunde as casas:

Os ribeirinhos constroem suas residências quase sempre com uma ponte fronteira (trapiche) – as mais pobres utilizam um tronco de miritizeiro –, observando algumas condições do ambiente favoráveis como: proximidades de igarapés, terreno mais consistente, plano e favorável ao embarque e desembarque conforme a maré, sombreamento à tarde, direção do vento etc. E cada residência, apesar do mesmo estilo palafita, varia de acordo com o gosto, os materiais, as condições e a criatividade do construtor, sua perícia e técnica de construção ou soluções improvisadas. As modalidades de arquitetura das residências ribeirinhas são

muito variadas e demonstram não apenas senso prático como também estético e ecológico, seu *habitus*, seu imaginário e regime de sociabilidade (PEREIRA, 2014: 182).

A presença do trapiche, píer de madeira que permite o embarque e desembarque, obriga o ribeirinho a caminhar mais até a casa, quando esta foi construída nas terras mais altas do terreno. Essa localização não impede, no entanto, que a maré lançante inunde essa área mais elevada, exigindo que a casa seja construída sobre uma estrutura de madeira, ficando, assim, acima do solo. No interior do terreno são ainda construídas pontes e passarelas de madeira sem corrimãos que se ligam aos diversos cômodos do sítio, tais como banheiros, casa de farinha ou outras casas de modo a permitir o deslocamento entre eles durante a estação chuvosa.



Foto 19 e Foto 20 - Localização das casas em suas posições mais usuais: à esquerda nas margens dos cursos d'água com o trapiche em frente e à direita mais afastada nas margens em porções mais elevadas das ilhas

São dois os tipos principais de madeiras utilizadas e que são identificadas por cores e não propriamente pelo nome da árvore, muito embora os ribeirinhos saibam os nomes das principais espécies que produzem cada um dos dois tipos. Na construção das casas são usadas as “madeiras vermelhas” por serem resistentes à água e com maior densidade compõem a estrutura de sustentação e as “madeiras brancas”. As do primeiro tipo são utilizadas para as estacas (fundações) onde é construído e as estruturas que receberão as telhas. As madeiras brancas são usadas no acabamento e em peças podem ser substituídas regulamente, como portas, molduras de janelas e prateleiras.

A cobertura das casas que era de palha da folha do açáí passou a ser de telha, quando o recurso do INCRA destinado à construção das casas foi entregue aos ribeirinhos assentados. O “morar na chuva” dizia respeito à cobertura nas casas que não impedia a entrada de água no interior das mesmas durante a estação chuvosa, ainda que não obedeça a um padrão específico, pois cada família ribeirinha coloca a cobertura de acordo com seus gostos e hábitos que se revelam nas diferentes beiras e tipos de telhas utilizadas. No entanto, o elemento comum em grande parte das coberturas das casas são as antenas parabólicas para captação de sinal de televisão. Mesmo sem a eletrificação na maioria dos domicílios avistamos nos sucessivos deslocamentos durante o trabalho de campo, a presença das antenas nos telhados das casas, indicando que a televisão é o eletrodoméstico presente nos domicílios e que é alimentada por geradores. Outro item que é instalado ao lado das casas é a antena para celular. Com ela, apesar do sinal das diversas operadoras de telefonia ser irregular, é possível a realização de ligações e envio de mensagens para os que estão na sede do município ou em outras porções da região das ilhas.

Os banheiros podem, dependendo do tamanho da casa, estar localizados dentro ou fora dela. A falta de saneamento nas ilhas foi apontada como um dos principais problemas ambientais da região, especialmente na estação chuvosa quando com a maré lançante as fossas secas são inundadas. O uso de fossas secas que coletam os efluentes domésticos de modo rudimentar ou o lançamento destes diretamente nos cursos d'água acaba por comprometer a potabilidade e balneabilidade nas ilhas e várzeas. Em alguns PAEs, ainda que não tenha sido possível estimar quantos, foram instaladas por meio de recursos do INCRA sistemas de captação e tratamento de água, mas que são insuficientes para impedir a transmissão das doenças de veiculação hídrica tais como diarreias e hepatite. A presença da empresa de mineração Albrás-Alunorte⁶² no município vizinho de Barcarena representa forte ameaça aos modos de vida do grupo, por meio da tentativa de ampliação de suas instalações, sobretudo na Ilha do Xingu. Segundo os relatos de campo, a pressão sobre famílias ribeirinhas para a aquisição de terras tem motivado conflitos no interior do grupo, que redundaram em ameaças de morte de membros do MORIVA que denunciam a presença de emissários da empresa na região para oferta de dinheiro para as famílias e uso da violência aos que se opõem. Além da violência e dos conflitos que ocorrem na região das ilhas, a atividade da Albrás-Alunorte causa, segundo IPEA (2015) contaminação dos cursos d'água que somados aos problemas de saneamento, comprometem a qualidade da água para consumo, com implicações para a pesca:

Queixam-se da ausência do serviço de coleta de lixo e da falta de saneamento para o esgoto das casas. Problemas comuns enfrentados pela população ribeirinha, a falta de saneamento básico e o despejo de resíduos sólidos resultam por contaminar a água, recurso natural tão caro para atividades econômicas como a pesca, além de dessedentação e asseio. Segundo relatos locais, a atividade de mineração no município vizinho de Barcarena tem afetado negativamente seu território. A contaminação das águas dos rios é frequente entre a população ribeirinha de Abaetetuba. No caso específico da Várzea II, foi mostrado o amarelecimento de folhas de árvores como o cupuaçu, situação atribuída por eles à acidificação das chuvas em virtude da mineração na região. A contaminação das águas de rios e igarapés estaria afetando a saúde de ribeirinhos, que vêm apresentando aumento da incidência de doenças de pele (IPEA, 2015: 55)

No tocante à educação, cumpre mencionar que os ribeirinhos de Abaetetuba formaram o corpo discente do projeto “Pedagogia das Águas” no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)⁶³ que teve início em 2005 quando selecionou cinquenta alunos para a graduação em Pedagogia, em parceria com Universidade Federal do Pará (UFPA) onde as aulas são ministradas no campus universitário de Abaetetuba. Essa modalidade de curso foi concebida originalmente para os ribeirinhos do município se constituindo na primeira experiência do tipo na Amazônia Legal. O processo de seleção da primeira turma do curso foi assim relatado pelo presidente do MORIVA:

⁶² (...) a Alunorte é a maior refinaria de alumínio do mundo com uma capacidade total para mais de 6 milhões de toneladas por ano. Parte da alumina vai diretamente para a empresa Albrás, a segunda maior fábrica de metal de alumínio do Brasil. A Norsk Hydro, empresa de capital norueguês, é proprietária de 51% da Alunorte e os 49% restantes pertencem à japonesa Nippon Amazon Aluminium Company. A Albrás produz alumínio desde 1985 e possui uma capacidade de produção anual de aproximadamente 460 mil toneladas métricas. A empresa é resultado de uma associação da Norsk Hydro ASA e da Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd. (Naac), consórcio de dezessete empresas japonesas, entre trading companies, bancos, consumidoras e produtoras de alumínio, e o Japan Bank for International Cooperation, organismo do governo japonês, sendo este o maior participante do consórcio. Atualmente a energia elétrica da empresa é obtida da usina hidroelétrica de Tucuruí, instalada no rio Tocantins. (IPEA, 2015: 55)

⁶³ O PRONERA foi instituído em 1998 pela Portaria N° 10/98 de 16/04/1998. A Portaria INCRA N° 282/2004 aprovou o Projeto Político-Pedagógico do Curso Pedagogia das Águas o que permitiu a formação das turmas com os ribeirinhos de Abaetetuba.

Para a seleção dos alunos da pedagogia das águas, que foi o primeiro curso, era quem estava na relação de beneficiários do INCRA. A priori, tinham de duas ilhas: a São João Batista no Campompema e a Nossa Senhora do Livramento em Tabatinga, a maioria dos alunos foram dessas duas ilhas. E como as outras estavam em processo, aí entraram um, dois, três de cada ilha para completar a demanda e passar por um processo seletivo, dissertar um tema e partir daí uma entrevista, esses foram os critérios de avaliação. Foi uma disputa bem forte, mas não teve uma prova, foi só a redação e a entrevista. Os outros cursos já vem com uma prova objetiva dos conhecimentos da linguagem, das ciências humanas e de exatas, mas com uma redação e entrevista. Mas continua os critérios com declaração de renda, daquele aluno que pertence à zona rural. Hoje nós temos um curso de geografia, que foi da parceria com o MST e a Via Campesina, onde esta de Abaetetuba, aproximadamente 30 alunos, os demais foram duas turmas, foram 100 alunos aprovados. (...) Aí eles regressam, no regressar deles, esses alunos vão fazer tempo na comunidade, eles trazem disciplinas pra fazer onde tem comunidades e levar relatórios quando retornarem as atividades. A vivência desses alunos é só numa casa, eles não ficam dispersos, porque lá tem a mística da terra, tem a mística da água, a questão da espiritualidade, da convivência em grupo. Porque esse é um dos objetivos do programa e trabalhar a questão da conscientização política para que eles voltem de lá com uma mentalidade de valorizar o movimento social. Mas, alguns nós perdemos, pois apesar das formações, uns acham que o movimento social não foi um caminho para eles ingressarem na universidade, e depois que eles entram lá, deixam de lado o movimento social. Isso que é uma das decepções nossa, com esses jovens, mas hoje a gente já estando pegando mais fortemente nesse sentido, fazendo com que as coordenações da UFPA trabalhem mais direcionadas nessa formação política, nessa inserção dos jovens no movimento social, a valorização do movimento social, que não trabalhe somente tecnicismo. (Coordenador do MORIVA em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O afastamento de parte dos graduandos dos aspectos políticos da formação no âmbito da Pedagogia das Águas é uma das questões investigadas por Souza (2011) e se relaciona, a nosso ver, com o grau de inovação da política de educação no campo e de seu currículo ajustado ao objetivo de formar docentes para atuar junto dos ribeirinhos e do movimento social e não para uma atuação mais ampla. A partir da articulação para a criação da Pedagogia das Águas, o MORIVA conseguiu encaminhar a criação de outras licenciaturas, tais como de Matemática, Letras e Ciências da Natureza, em parceria com a UFPA e IFPA⁶⁴, além da graduação em direito agrário. Já a educação de ensino fundamental, de onde saem os futuros alunos do PRONERA, é oferecida nas escolas municipais localizadas na região das ilhas. Feitos os comentários gerais sobre o sítio e a casa e infraestrutura de serviços disponíveis aos ribeirinhos, passamos para a descrição do cotidiano do grupo.

Um dia típico dos ribeirinhos das ilhas começa entre cinco e meia e seis horas da manhã. A depender da estação do ano, especialmente no verão, o dia tende a começar mais cedo quando os dias são mais longos que as noites. Como o nosso trabalho de campo foi realizado em setembro (no final do inverno e início da primavera) o sol nascia por volta deste horário. Em geral, o rádio é o primeiro eletrodoméstico a ser ligado. Como a eletrificação da região das ilhas é estimada em 5% dos domicílios, segundo informações do MORIVA, a iluminação natural e o uso de pilha para eletrodomésticos que são alimentados com essa fonte de energia é prática comum nos primeiros instantes do dia. Quando aumenta a luz do sol no interior da casa, as redes de dormir são enroladas e tem início o preparo do café da manhã.

As crianças em idade escolar tomam banho na beira do rio ou no chuveiro, quando a residência possui, e se arrumam para ir à escola. Elas são levadas pelos responsáveis com o rabudinho ou precisam estar prontas para embarcar no transporte oferecido pela prefeitura que transporta os alunos das escolas da região. Em geral o barco escolar transporta os alunos residentes

⁶⁴ Instituto Federal de Educação do Pará

nos principais rios e furos, cabendo o transporte individual daqueles que residem nos igarapés e demais cursos d'água que não se encontram na rota da embarcação.

Como grande parte dos domicílios não possui energia elétrica, a refrigeração de alimentos pode ser compartilhada por mais de uma família ou residência por meio de geladeira que é alimentada por bateria ou gerador movido a óleo diesel. Em geral os filhos quando casam, podem permanecer no mesmo sítio dos pais, construindo suas casas próximas daquelas onde vivem seus pais, compartilhando não só refrigeração de produtos perecíveis, com também equipamentos para o roçado do açazal. Na ausência de recursos financeiros ou espaço para a construção de uma casa, os filhos e sua família podem continuar residindo com os pais. No entanto, a depender da quantidade de cômodos da casa, cada família pode ocupar um ou mais cômodos e isso inclui a separação dos móveis e eletrodomésticos em cada uma delas.

Após o café da manhã tem início as atividades cotidianas de cuidados com a casa e com a família. A execução das tarefas domésticas começa quando os adultos não precisam se deslocar para a área urbana, seja para trabalhar, ir ao banco sacar Bolsa Família, Bolsa Verde, seja para fazer compras de gêneros alimentícios, ir ao médico ou resolver questões burocráticas. Nessa atividade de “cuidar da casa” fica evidente a divisão sexual do trabalho nas tarefas domésticas. Às mulheres cabem a limpeza, varrição da casa e seu entorno, cuidado com as roupas, com as crianças fora da idade escolar e o preparo do almoço. Em casas com mais de uma família, a mulher mais velha, em geral, mãe ou avó, supervisiona o trabalho das demais e orienta as prioridades das tarefas, enquanto que o preparo do almoço fica sob responsabilidade da que comanda as demais. A depender do poder aquisitivo da família, mais definida fica a divisão no interior do sítio entre a vida profissional e a pessoal por meio da distribuição dos cômodos e edificações. Ao mesmo tempo:

Agora nessa época que tem bem açáí, a gente fazia aquele açáí bem grosso para aguar com o mingau da farinha. Hoje nós temos assim, meus filhos arrumaram família, a mais velha é até agente de saúde, o meu filho é pescador, não para. Essa minha filha arrumou também um marido que é pescador. Aí hoje o Diquinho inventou de fazer esse barracão tão imenso, eu já sou aposentada, aí ajudo ele. Eu tenho essa vendinha, uma mercearia aí, nós ganhamos a casa do projeto, tenho minha casa e graças a Deus hoje nós estamos melhor. (Tesoureira do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

As atividades de roçado, comércio, pesca e cuidado da casa, que inclui reparos e consertos, pode ser tão compartilhada quanto maior for o número de filhos solteiros residindo no sítio. Elas acabam por reiterar, salvo no comércio e nos reparos da casa, a divisão sexual do trabalho das outras atividades. Os filhos do sexo masculino tendem a acompanhar e aprender com os pais a pesca, o roçado, o manejo do açáí e a conduzir as embarcações da família. As mães de crianças de colo são dispensadas das tarefas mais extenuantes, por conta da exigência de maiores cuidados com os filhos. O preparo do açáí para as refeições do dia também cabe às mulheres. Após a apanha dos os cachos na palmeira, os frutos são debulhados e colocados nos paneiros, onde as mulheres colocam o fruto de molho em água morna para depois “bater” o açáí na máquina que extrai sua polpa. Um paneiro de açáí batido pode durar até dois dias, se refrigerado e para uma família de sete pessoas. Quem bate o açáí controla a espessura do líquido que pode ser fino ou grosso e quando servido no dia seguinte do seu preparo é comumente chamado de açáí “azedo”.



Foto 21 e Foto 22 - Duas etapas do preparo do açaí para as refeições: colocar o fruto de molho em água morna para depois “bater” o açaí na máquina para extrair a polpa.

O açaí é servido gelado em tigelas e acompanhado obrigatoriamente de farinha de mandioca, arroz, feijão, macarrão e uma fonte de proteína que pode ser carne, frango, peixe (em geral pirarucu salgado) ou camarão salgado. Enquanto o almoço é preparado pelas mulheres, os homens são os responsáveis pelo manejo do açaí e demais tarefas de cuidado do sítio e de roçado. A depender do tamanho do terreno, a roça e o açaizal ficam a alguns minutos de distância da casa o que os obriga a levar água e um pouco de farinha para ser consumido até o intervalo para o almoço, quando retorna para casa. As palmeiras de açaí localizadas no entorno mais imediato da casa são destinadas ao consumo diário. A pesca de subsistência é realizada pelos homens e a linha, anzol e a rede são os principais apetrechos utilizados pelos ribeirinhos.

Por conta do elevado custo do combustível, o racionamento do óleo é feito para que a energia elétrica dure o suficiente para o preparo do jantar e para que a televisão seja ligada no começo da noite. Deste modo, é possível assistir atentamente ao telejornal noturno e à novela preferida. Por volta das dez, onze horas da noite, acaba o combustível e as lâmpadas acesas dos cômodos da casa começam a apagar. É a partir deste momento que as redes são estendidas, a televisão é desligada e a família se prepara para dormir.

Nas tardes de sábado os cursos d'água das ilhas e várzeas ganham uma sonoridade que nos demais dias da semana não é perceptível. Trata-se, de por meio da música, demarcar as horas que são destinadas ao lazer, indicando para quem passa que, naquele sítio ou casa, os residentes estão em horas de folga. É nestes dias da semana que se intensifica a circulação de rabudinhos nos cursos d'água e as colisões ocorrem com maior frequência. O consumo de bebidas alcoólicas e drogadição especialmente entre os jovens, aumentam os episódios de brigas, agressões com armas de fogo e brancas no interior ou nas saídas dos bailes e clubes. Esse cenário violento se intensifica, pois policiais militares em seus períodos de folga são contratados para fazer a segurança nos eventos. As madrugadas de sábado para domingo são o período em que aumenta a incidência de homicídios e agressões na região das ilhas.

O domingo também é reservado para as práticas religiosas e para ida aos cultos e missas nas igrejas evangélicas e católicas localizadas nas ilhas. Ainda que a Assembleia de Deus esteja fortemente presente na região desde a primeira igreja instalada nos anos 1950 no rio Sarapuquara (CPT, 2006), a influência da Igreja Católica desde a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) nas ilhas e várzeas acaba por orientar as opções de crença religiosa dos ribeirinhos de Abaetetuba. Essa influência se faz evidente no fato de que os vinte e quatro PAEs instalados nas ilhas e várzeas do município receberam nomes de santos católicos e na realização do círio que coincidentemente foi realizado durante o nosso trabalho de campo.

O círio fluvial é realizado no terceiro domingo do mês de setembro e se constitui em importante festa/celebração do calendário religioso dos ribeirinhos de Abaetetuba. O rito é definido pelo cortejo da imagem da santa por meio de barcos, de uma comunidade para outra, onde permanece durante um ano até o círio seguinte. No ano em que realizamos nossa pesquisa de campo, a imagem da santa foi recebida pela comunidade localizada no rio Pirocaba. O círio foi composto de dois barcos principais: um de apoio com os fiéis e membros da organização que soltavam fogos durante o trajeto e o barco principal que conduziu a imagem da santa com o acompanhamento de banda que executava canções religiosas.



Foto 233 e Foto 24 - Desembarque da imagem da santa e leitura das rezas no rio Pirocaba

O dia do círio é precedido de rezas e novenas na semana anterior nas comunidades de origem e de destino da imagem. Mais do que um rito religioso, o círio envolve disputas, conflitos e reforça laços de aliança e solidariedade durante o processo de decisão da comunidade que cuidará da imagem da santa no próximo ano. Ao mesmo tempo, trata-se, quando da chegada da imagem na comunidade de momento de festejo e de excessos que fora do contexto de manifestação de fé, seriam condenados. Uma das famílias do rio Pirocaba que recebeu a imagem da santa ficou responsável por servir almoço para os integrantes do círio e no centro comunitário que abrigou a imagem da santa que chegou naquele domingo vendia cerveja para os presentes que vieram das comunidades vizinhas. Depois de encerradas as rezas após a chegada da santa, teve início a execução de músicas que são usualmente ouvidas em demais festas e bailes e que estava prevista para terminar na madrugada.

O Círio é uma das manifestações que resulta da forte influência da Igreja Católica entre os ribeirinhos de Abaetetuba. Ao mesmo tempo em que essa influência instituiu outras formas de religiosidade associadas ao cristianismo, operou para silenciar práticas que dialogam com formação histórica e étnica do grupo:

Nas ilhas de Abaetetuba a religiosidade é muito presente e se expressa nas várias formas: festas de santos, folias de santos, folia de Reis, ladainhas em latim, novenas nas casas, igrejas evangélicas, cultos afro-brasileiros, pajelanças, CEBs, engajamento nas lutas em defesa da vida. Antigamente, quando não havia CEBs nas ilhas, toda a religiosidade do povo centrava-se nas Festas de Santos, com muita animação.

(...) O culto afro-brasileiro e a pajelança indígena, mesmo discriminado pela Igreja, sempre sobreviveram e sobrevivem até hoje através dos pajés, dos curadores, das mães ou pais-de-santo. Com a chegada das CEBs a religiosidade se enriqueceu e avançou no conhecimento da Bíblia, na junção de Fé e Vida, na perspectiva de construção do Reino de Deus que começa aqui e agora, no ecumenismo, nas lutas por justiça e por direitos: Direitos Humanos, Políticos e Ambientais. (CPT, 2009: 14, grifos nossos)

Como os próprios ribeirinhos confirmam na cartilha, a Igreja Católica, inicialmente por meio das CEBs por um lado silenciou as manifestações religiosas fortemente atreladas aos componentes étnicos e históricos de sociogênese ribeirinha e por outro, lançou as bases através do trabalho regular e cotidiano de evangelização, da organização política do grupo e sua mobilização para reivindicação de direito à terra. Esse registro escrito da interferência da Igreja nas práticas culturais de matriz africana e indígena se aproxima do quadro delineado por Thompson (1998) sobre a cultura plebeia que não seria nem revolucionária, nem deferente. O documento em questão anota tanto a “sobrevivência” à discriminação por parte da Igreja às festas quanto admite o “enriquecimento” da religiosidade do grupo com a chegada das CEBs.

A presença de outras manifestações religiosas além das inscritas no cristianismo foi registrada no documento produzido pela CPT e nele estão anotadas as principais lendas e mitos construídos pelos ribeirinhos e que foram transmitidos ao longo dos tempos pela oralidade. É o caso, por exemplo, da lenda da “Mãe do Rio” ou “Mãe da Mata” que segundo os relatos mais antigos era uma bota fêmea que assumiu a forma de mulher e atacava os homens por não ter o seu amor correspondido. Outras lendas envolvendo botos na ilha do Palmar e no rio Quianduba que tem a lenda do curupira, também estão anotadas na cartilha. Em geral, as lendas registradas no documento são referenciadas em locais e autores dos primeiros relatos estando intimamente ligadas com a presença pretérita dos índios na região. Esse é o caso da mais importante lenda dos ribeirinhos de Abaetetuba, que conta a história da “cobra grande”:

Contam os antigos do rio Ajuá que quando os indígenas habitavam nossas ilhas, uma índia ficou grávida da boiúna (cobra grande), que morava em uma curva do rio. Era noite quando ela deu a luz duas crianças que ao amanhecer foram se transformando em cobra. Na realidade eles eram encantadas, ou seja, à noite elas eram crianças e à medida que amanhecia elas iam se encantando em cobras. A cobra macho recebeu o nome de Honorato e, a cobra fêmea deram o nome de Maria. Por serem filhos da cobra, a mãe, ao chegar à noite, as soltou dentro do rio.

(...) Honorato, em algumas noites de luar perdia o encanto e adquiria a forma humana, transformando-se em um belo e elegante rapaz. Assim deixava as águas pra levar, por algumas horas, uma vida normal na terra. (CPT, 2009: 22)

A lenda “cobra grande” tem diversas variações, relacionando-se com várias regiões das ilhas como a ilha da Paçoca, rios Maúba e Igarapé-Açu. A riqueza de mitos e lendas ribeirinhas, fortemente influenciadas pela cultura indígena é reconhecida por Maués (2005) em sua etnografia na comunidade pesqueira de Salgado localizada no município paraense de Vigia. O seu propósito inicial de pesquisa era o de investigar a concepção de doenças populares e os seus “médicos”, mas ao longo do trabalho de campo foi percebendo a aversão dos entrevistados ao pentecostalismo da Assembleia de Deus e afirmação da fé católica. No entanto, à medida que os dias de campo avançavam, o autor percebia que religiosidade manifesta no catolicismo popular revelava a incorporação de práticas de curandeirismo e xamanismo e que foram fortemente reprimidas pela Igreja Católica desde o século XVI, mas que foram ressignificadas e adaptadas no interior do próprio catolicismo.

Ao mesmo tempo, acabou por orientar a conformação dos elementos constitutivos da identidade do grupo, mobilizando coletivamente outras formas de ser e estar no mundo que não correspondem necessariamente ao que fora pretendido pela Igreja. Nesse sentido, os padrões de resposta do Estado, por meio da implantação das duas políticas fundiárias comentadas no capítulo anterior, engendraram um repertório de ação coletiva e de autodefinição que escapam aos pressupostos da mera assimilação dos valores difundidos pelos agentes de pastoral e padres que atuaram na região. As formas de sobrevivência e resistência se manifestam na ressignificação e manutenção, via catolicismo popular de elementos míticos e religiosos transmitidos pela oralidade e registrados nas cartilhas produzidas pelo grupo. E como expomos na seção seguinte, o acesso às

tecnologias de comunicação e informação também contribuíram para novas formas de se ver e se posicionar no mundo, com um horizonte mais amplo que aquele vislumbrado pelo grupo nas últimas décadas.

3.5 - Identidade Ribeirinha e Mecanismos de Desencaixe e Reencaixe

Antes de comentarmos questões que a teoria sociológica oferece para a compreensão de como o modo de vida ribeirinho e suas transformações no tempo contribuíram para a afirmação da identidade do grupo em Abaetetuba, vale mencionar um significativo episódio ocorrido durante o trabalho de campo e que serve como um bom mote para o que discutimos nessa seção. Ele se desenrolou em Belém alguns dias antes da minha ida para Abaetetuba.

Durante a estada na capital, em uma das minhas hospedagens me foi perguntado qual era meu objetivo no estado e o que eu estudava. Ao relatar que minha pesquisa era sobre os ribeirinhos de Abaetetuba e que o planejado era passar em torno de quinze dias em campo percorrendo as ilhas para entrevistá-los, uma das anfitriãs comentou: “Acho que você vai sentir bastante diferença em relação à sua vida no Rio de Janeiro, porque eles vivem de um jeito bem primitivo”. Inquietado pela assertiva, tentei obter discretamente mais informações sobre o sentido que ela dava para “primitivo”. E ele se referia às práticas do grupo, tais como, dormir na rede, não ter banheiro e a uma suposta ociosidade cotidiana que indicava certa resistência dos moradores das ilhas em progredir, de modo semelhante aos relatos de Wagley (1977) durante seu estudo de caso em uma comunidade ribeirinha no Pará. Em nenhum momento da conversa eles foram reconhecidos como ribeirinhos pela anfitriã. Respeitosamente disse que estava indo ao campo para investigar como o grupo vivia e como se deu sua organização política. Com esse diálogo estreei o meu caderno de campo, quando fiz as primeiras anotações. A estigmatização do grupo com a qual me deparei previamente ao trabalho de campo, acabou por ser reiterada durante as entrevistas:

Quando eu fui participar do congresso lá em Belém, que teve as caravanas, aí quando eu chego no hotel pra fazer o preenchimento da hospedagem, aí o cara me perguntou de onde eu era, eu falei que era de Abaetetuba, aí ele perguntou a localidade, eu disse que morava no interior em Pirocaba e ele riu de novo. Aí eu perguntei porque ele estava rindo e ele disse: eu creio que pra lá ninguém veste roupa, todo mundo é pelado, porque piroca... Nesse dia eu fiquei muito chateada, porque ninguém tinha me questionado o nome do lugar onde eu moro, mas como é que eu vou inventar outro nome, se é que aqui que eu moro? Aí eu falei que ia fazer um estudo pra investigar de onde veio esse nome, com as pessoas mais velhas, porque eles pensam num sentido, mas Pirocaba deve ter um sentido que eles nem conhecem e quando eu souber vou dar a resposta para eles. Aí ele falou assim para a coordenadora pedagógica: imagina você chegando agora, horário de almoço, aí você dizer, Jeremias eu vim lá de Pirocaba, imagina esse nome. Aí ela ficou pensativa e depois eles começaram a rir. Aí cheguei no hotel e a mesma coisa... foi horrível! (Moradora do rio Pirocaba (A) entrevista ao autor em setembro de 2015).

Os episódios aos quais os excertos se referem, sugerem o confinamento em um espaço-tempo restrito, quando a interlocutora em questão adjetivou o grupo como “primitivo”. E ao considerar as supostas práticas que ela julgava serem de um tempo remoto, em seu discurso estava implícita uma noção do que seria “moderno”, calcada em grande medida nos modos de viver e consumir que não mantêm correspondência imediata com o ambiente das ilhas de Abaetetuba. A suposta “ociosidade” ou resistência em “progredir” sugere a nosso ver, um grupo totalmente “encaixado” em relações locais e à condições materiais de existência que redundam em práticas supostamente “primitivas” ou “não-modernas”. Tais práticas remeteriam ao “caboclo das ilhas” ou “do sítio” de quem falamos nas seções anteriores e que foram valorizadas e positivadas com a autodefinição ribeirinha. Isto quer dizer que, como as práticas e relações sociais se transformaram

ao longo do tempo, a emergência da identidade ribeirinha contribuiu para que os lastros históricos com o ambiente da região das ilhas fossem reencaixados em outros termos. É o que a teoria da modernidade de Giddens (1991), tal como nos apropriamos, permite postular no intuito de compreender a passagem do “caboclo das ilhas” e “primitivo” para os modos de vida que moldam a identidade ribeirinha.

Nesse sentido, o autor propõe desenvolver uma interpretação “descontinuista do desenvolvimento social moderno” (GIDDENS, 1991: 9), o que implicaria ter como premissa que as instituições modernas são únicas e diferentes das formas da ordem tradicional. Capturar a natureza das descontinuidades, sobretudo as do período moderno, é o objetivo do autor, ao apontar que o exame do termo não mantém uma conexão específica com o materialismo histórico, que, muito embora enfatize a dimensão descontinuista da história, tenderia a operar com as grandes narrativas e incorrer em certo evolucionismo. Desconstruí-lo significaria compreender a história não de modo totalizante, mas sim a partir de episódios precisos de transição histórica que permitiriam certas generalizações.

Ao examinar o campo da sociologia e a dificuldade desta em empreender uma análise satisfatória das instituições modernas, Giddens aponta três concepções que são defendidas de forma ampla e que de certo modo resumem a preocupação do autor com o fato desta se constituir em campo diverso e que impede generalizações. A primeira concepção trata do diagnóstico institucional da modernidade em se deter na “única e mais importante dinâmica de transformação” e nessa tradição, apesar das diferenças de abordagem entre Marx, Durkheim e Weber, a natureza da modernidade gira em torno de um único aspecto⁶⁵. Para Marx a modernidade é o capitalismo e seu caráter móvel e inquieto é explicado pelo ciclo “investimento-lucro-investimento”, que se combina com a tendência de queda da taxa de lucro, o que impele, portanto, o sistema a se expandir. Durkheim não vê na competição capitalista, de modo distinto do de Marx, a natureza das instituições modernas. Já em Weber, a “racionalização” que se manifesta na tecnologia e organização das atividades humanas, por meio da burocracia seria a tônica do capitalismo.

A segunda concepção da sociologia relaciona-se com o conceito de “sociedade” e de como ele ocupa posição destacada no discurso sociológico. Trata-se de conceito ambíguo que pode se referir tanto à associação *stricto sensu* quanto a um sistema específico de relações sociais, sendo este último a preocupação central do autor. O que de modo implícito acaba por simplificar o uso do conceito ao estado-nação. Para se explicar a natureza das sociedades modernas se faz necessário, segundo Giddens capturar as especificidades dos estados-nação que contrastam de modo radical com os estados pré-modernos. No caso brasileiro, tais especificidades se referem à instituição de formas de ordenamento territorial após a Independência. Por um lado, buscavam impor racionalidade por meio da formação de aparatos burocráticos para a gestão das terras públicas. Por outro, o Estado-nação constituído após 1822, mesmo sendo influenciado pelo modelo europeu na elaboração da Constituição Imperial, tratava e forma ambígua e confusa a aplicação da Lei de Terras, sobretudo por não levar a termo todas as etapas de medição e registro de terras e orientar sua execução a partir dos interesses do latifúndio e escravismo.

A terceira concepção de sociologia é de que ela se constitui em produção de conhecimento capaz de gerar previsão e controle. Nesse sentido, manteria “uma relação instrumental com o mundo social”, de modo semelhante aos das ciências físicas, podendo ser aplicado de maneira tecnológica para intervir. Para Giddens a relação entre a sociologia e o seu objeto na modernidade deve ser compreendida nos termos de uma “hermenêutica dupla”, posto que o conhecimento

⁶⁵ A ordem vigente não seria capitalista e sim industrial e imporá aceleradas transformações na vida moderna. Weber se mantém mais próximo de Durkheim do que de Marx, segundo Giddens, caracterizando-a como capitalismo racional, contudo chamando a atenção para a transformação do salário em mercadoria como este último aponta. A racionalização se expressaria na tecnologia e na organização da atividade humana por meio da burocracia.

produzido é dependente do conhecimento leigo dos agentes, já que retornam ao universo de ações onde fora inicialmente formulado e descrito, reconstituindo tanto a vida social quanto a si mesmo.

A separação do tempo e do espaço é característica fundamental da modernidade para a compreensão do desencaixe. As culturas pré-modernas dispunham de variadas formas para cálculo do tempo que regiam o cotidiano da maioria da população, sempre vinculando tempo com o lugar, pois a contagem da hora dependia, até a invenção do relógio mecânico no século XVIII, de outras referências e marcadores associados ao lugar onde se vivia. Com o relógio, segundo Giddens, era possível expressar uma dimensão uniforme de tempo “vazio” que permitia a designação de zonas do dia, sobretudo a destinada à jornada de trabalho. Ainda que vinculada ao espaço e lugar, a padronização da contagem de tempo correspondeu também à sua organização social e essa mudança se deu em escala mundial. De todo modo para o autor, com o advento da modernidade, o espaço é arrancado do tempo, estabelecendo, portanto, relações entre “ausentes” localmente distantes de qualquer interação. O lugar na modernidade torna-se cada vez mais “fantasmagórico” na medida em que passa a ser influenciado por relações que não estão presentes de forma visível na cena onde se desenrola a ação.

Nesse sentido, o conceito de desencaixe, central para Giddens, se refere ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e se constitui em elemento decisivo para a natureza da modernidade. O autor chama a atenção para a frequente adoção por parte de sociólogos dos conceitos de “diferenciação” e de “especialização funcional”, apontando os problemas de tais argumentos:

Os sociólogos têm discutido com frequência a transição do mundo tradicional ao mundo moderno em termos de conceitos de "diferenciação" ou "especialização funcional". A mudança de sistemas de pequena escala para civilizações agrárias e, então, para sociedades modernas, de acordo com esta concepção, pode ser vista como um processo de progressiva diferenciação interna. Podem-se fazer várias objeções a esta posição. Ela tende a estar vinculada a uma perspectiva evolucionária, não dando atenção ao "problema da limitação" na análise dos sistemas sociais, e muito frequentemente depende de noções funcionalistas. Mais importante para a presente discussão, contudo, é o fato de que ela não encaminha satisfatoriamente a questão do distanciamento tempo-espaco. As noções de diferenciação ou especialização funcional não são muito adequadas para lidar com o fenômeno da vinculação do tempo e do espaço pelos sistemas sociais. A imagem evocada pelo desencaixe é mais apta a capturar os alinhamentos em mudança de tempo e espaço que são de importância fundamental para a mudança social em geral e para a natureza da modernidade em particular (GIDDENS, 1991; 24/25).

Tal distinção empreendida entre “diferenciação”, “especialização” e “desencaixe” pode ser considerada para o grupo pesquisado, tendo em vista que a mudança social, sobretudo no tocante à separação espaço-tempo, está associada no caso dos ribeirinhos de Abaetetuba, menos a uma progressiva diferenciação interna do grupo e mais aos fatores extrínsecos a ele. Ou dito de outro modo, a Igreja Católica por meio das CEBs, inicialmente, a maior presença do governo federal na regulação das relações de trabalho nas ilhas são fatores importantes na separação espaço-tempo e para o desencaixe do grupo, uma vez que deslocam os sujeitos das relações sociais locais, ampliando assim seus horizontes de ação. São dois os mecanismos de desencaixe intimamente vinculados às instituições modernas. O primeiro deles é o que Giddens chama de fichas simbólicas, que significam meios de intercâmbio que podem circular sem vínculo com características e sujeitos específicos. Dos diversos tipos de fichas simbólicas o autor enfatiza o dinheiro, pois “permite a troca de qualquer coisa por qualquer coisa” (GIDDENS, 1991: 25) e que de Marx ganhou a classificação de “prostituta universal”, posto que ignora o conteúdo dos bens envolvidos e o substitui por um padrão universal.

Nas entrevistas realizadas com o grupo, a “ficha simbólica” dinheiro se constituiu em um importante mecanismo de desencaixe. O acesso a esta ficha simbólica pelos ribeirinhos, se deu com

a troca da mudança de trabalho, escapando ao sistema de meia, passando-se assim à atividade comercial, ou migrando para outros municípios para se trabalhar ou estudar:

Quando eu passei a me entender como gente eu vivenciava muito a dificuldade, porque na época não se tinha dinheiro.

(...) Fui estudar em Belém, por volta dos 14, 15 anos eu volto para o interior e lá já começo a fazer uma atividade de trabalho, junto com meu pai, viajava de canoa a vela. Aí teve um momento que a gente sai, volta de novo para Belém para trabalhar, me empreguei no depósito da RACISA, lá se trabalhava na pintura e marcenaria, daí eu sai da RACISA e fui trabalhar no canal da Tamandaré, aí já fui trabalhar na prefeitura, eu fazia a limpeza, o pessoal joga o lixo dentro do canal e a gente tentava puxar lá com o equipamento, a maioria era jovem, aí quando terminava o serviço a gente saía, ia juntar ferro, alumínio, cobre. A gente tinha o instrumento da prefeitura e fazia a vida. A gente esperava chegar de noite, para voltar para o setor do alimento e fazia hora extra, para fazer limpeza na rua, de 18h tinha janta e depois da janta esperava a hora da saída do carro, quase toda noite eu trabalhava. (Morador da Ilha Campompema em entrevista ao autor em Setembro de 2015)

O ponto em comum entre todos os entrevistados que trabalharam no roçado de cana, seringa e açaí é a memória de que “dinheiro era algo raro” e que “quase nunca se via”. Essa memória baseia-se na subordinação do grupo ao sistema de meia para permanecer nas terras e à prática do aviamento, em que o produto do seu trabalho não era revertido em dinheiro por meio de salário. As diárias ou a produção na porção de terra sob o cuidado de moradores eram a base de troca para outros gêneros alimentícios ou para demais itens essenciais às casas. O dinheiro como ficha simbólica com maior capacidade de difusão foi um mecanismo de desençaixe, nos termos de Giddens, importante para membros do grupo, sobretudo quando sua circulação na região das ilhas aumentou progressivamente. O trabalho fora da região das ilhas em atividades, especialmente em Belém e a ocupação de marreteiro (atravessador) de compra e venda de produtos florestais, camarão, açaí, farinha, peixe e frutas garantiram a membros do grupo maior mobilidade e autonomia, na lida com o dinheiro. Tal impressão é comum com Aramburu (2003) e Pereira (2014), no tocante às transformações do modo de vida ribeirinho que são, em perspectiva histórica, mediadas pelo mercado:

Em primeiro lugar, é importante perceber o quão dependente é a dinâmica social interiorana de processos mais amplos e globais, notadamente dos rumos da economia mundial. Tal dependência ilustra, para tomar emprestado um conceito de Anthony Giddens, mecanismos de "desençaixe" próprios da modernidade, em que o local se torna fantasmagórico porque as estruturas que utiliza para constituir-se não são mais organizadas localmente (1991: 110). Não é apenas o mercado mundial enquanto demanda e preços que aparece estruturando o local, senão, de maneira mais específica, as mudanças no tipo de capitalismo mundial, que terão consequências diretas na vida dos caboclos que habitam o interior de florestas e igarapés aparentemente distantes da "civilização" (ARAMBURU, 2003: 15).

A produção dos “meios de vida” pelos ribeirinhos da Amazônia sempre envolveu uma relação com o mercado regional e mundial, atualmente mais ainda. Compreender suas atividades produtivas como uma economia de subsistência é apagar sua diferença e não atentar para os sentidos que estas atividades possuem para a vida desses agentes; sentidos que não são necessariamente funcionais, não buscam apenas satisfazer necessidades básicas de reprodução biológica e social, pois produzem essas mesmas condições e necessidades que julgamos naturais, bem como outras formas de necessidades sociais (PEREIRA, 2014: 176).

Não por acaso, queremos crer, parte das lideranças comunitárias que passariam a atuar posteriormente na base do movimento social ribeirinho em Abaetetuba, foi “desençaixada” das relações locais confinadas ao espaço-tempo das ilhas, por meio da atividade comercial, via

marretagem⁶⁶. Nesse sentido, chama atenção a coincidência entre os sujeitos deslocados das relações locais como marreteiros e do trabalho fora das ilhas com a atividade da pastoral em meados da década por meio da Comissão Pastoral da Terra:

Depois que nós saímos desse roçado aqui e que nós entramos na pesca, foi uma aventura a pesca. Lá a gente ia pegar no mar, mas também era quase na metade, o canoieiro também, a produção do camarão. Se nós pegássemos 400 kg de camarão, o dono da canoa que nós levávamos para as ilhas, ele vinha e vendia em Belém, num valor de R\$ 5,00, mas ele só ia pagar R\$ 2,00 para nós. Aí eu me desfiz disso, entrei na base da marretagem, do regatão. Aí eu já estava com quase 25 anos, hoje eu estou com 52 anos. Esse regatão, a gente comprava a estiva em Abaetetuba, café, açúcar, farinha, sal, enfim, tudo que precisava de regatear. Aí metia no barco e ia para o Marajó, aí eu ia deixando no beiradão, que quando eu vinha baixando, eu já vinha pegando açaí, banana, aí por exemplo, o camarada tirava ali R\$ 100,00 em mercadoria, aí ele me entregava a mercadoria, se ele tivesse saldo, eu dava o saldo dele e se não desse, ficava devendo e pagava na outra viagem.
(...) Eu trabalhei quase 17 anos nessa vida. Eu cheguei a comprar um terreno no Marajó, porque arrumei família para lá. Aí lá eu continuei a minha vida de agricultor lá (Coordenador da Associação Agroextrativista do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

O “caboclo das ilhas” ou “do sítio” passava a articular a sua inserção em outros termos e com relações locais, via Igreja Católica, não mais confinadas àquelas circunscritas aos familiares e proprietários das terras onde trabalhavam. Isto significa que o distanciamento espaço-tempo, se deu por meio primeiro do acesso à ficha simbólica dinheiro, via comércio e depois por meio da atividade da pastoral, com a circulação constante dos agentes de pastoral no auxílio às atividades dos padres, mobilizando sistemas peritos baseados na confiança que o grupo precisa lhe conferir de que tais técnicas sejam efetivas.

Os sistemas peritos são o segundo mecanismo de desencaixe e referem-se “a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991; 30). Trata-se de mecanismos de desencaixe juntamente com o dinheiro, pois ambos deslocam as relações sociais das imediações do contexto, separando espaço e tempo e influenciando a ação de maneira contínua. Na apropriação que fazemos de Giddens, podemos afirmar que o desenvolvimento das tecnologias de comunicação operou como mecanismo de desencaixe dos ribeirinhos. Num primeiro momento com a introdução de motores movidos à combustível fóssil, foi possível percorrer maiores distâncias com circulação maior dos ribeirinhos de modo mais rápido, ampliando assim, a rede de relações e de informação para além dos limites da região das ilhas. Soma-se à essa a maior circulação de dinheiro, a afirmação de direitos de cidadania por meio da Igreja e sua organização coletiva com vistas à reivindicar serviços públicos e participação política. As redes sociais (facebook) e apps de comunicação (whatsapp), a telefonia celular se constitui em outro importante elemento que intensifica o desenraizamento das relações locais iniciado com a maior inserção no mercado e atividade nas CEBs, pois permitem o contato para além do ambiente das ilhas. No caso dos jovens, somam-se ainda os jogos eletrônicos

⁶⁶ Essas categorias correspondem a posições interdependentes do circuito de comercialização de produtos e de circulação de capital usurário. Os padrões dispõem geralmente de melhores condições de acumulação mercantil e concentram pontos já estabelecidos da comercialização (os barracões e, atualmente, as estivas ou grandes lojas que operam com oferta diversificada de mercadorias). Os regatões correspondem aos agentes da circulação mercantil que atuam nas redes que interligam unidades produtivas, flutuantes, casas aviadoras e feiras urbanas. Os marreteiros são intermediários da circulação de mercadorias, geralmente nos espaços das feiras (NEVES, 2009: 73). Muito embora este último esteja fortemente associado ao tradicional sistema de aviamento praticado, por exemplo, nos ciclos da seringa e da castanha (McGRATH, 1999), não há uma ligação tão direta e subsidiada de sua atividade, como é o caso do regatão, que via de regra, estava vinculado às casas aviadoras desde o século XIX.

que atualizam as suas práticas e os reconectam com a identidade ribeirinha de modo atualizado e positivado:

Eu tenho muito orgulho ser ribeirinha, mesmo sofrendo preconceito na escola. Eu sou igual a eles: uso celular que nem eles, tenho whatsapp e facebook igual a eles e sei jogar Playstation que nem eles. A diferença é que se eu pedir pra eles apanharem açaí, eles não vão conseguir e se eu der uma canoa e um remo pra um deles, eles vão ficar perdidos sem saber o que fazer (Moradora do rio Pirocaba (b) em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Essa fala da entrevistada é um expressivo indício de como os sistemas peritos podem contribuir para o desencaixe e a autodefinição, bem como evidenciar a atualidade e transformação das práticas. Outra articulação possível do desencaixe e os sistemas peritos com a nossa pesquisa liga-se ao trabalho de evangelização da pastoral mobilizando uma importante instituição moderna: o direito. Ele se manifestava na formação religiosa que buscava criar uma “consciência crítica”, estabelecendo a ligação entre “fé e vida”, como informado pela cartilha produzida para o grupo:

Deus o colocou numa comunidade e quer que trabalhe unido a seus irmãos, assumindo tarefas e serviços na comunidade e na sociedade. Indicamos alguns serviços mais comuns: saúde, catequese, promoção de sindicato livre desligado do governo, Comissão Pastoral da Terra (CPT), clube de mães, grupos jovens, educação etc. A terra dos lavradores da nossa Diocese está sendo ameaçada e tomada: **conscientizar os posseiros dos seus direitos, exigir um justo valor pelo produto do seu trabalho, exigir e lutar pela reforma agrária, apoiar e participar da CPT, organizar a defesa da terra, etc.** São tarefas que levam “boas notícias” aos pobres e, portanto fazem parte integrante (sic) da Evangelização (CPT, 2006: 11, grifos nossos).

Esse excerto da cartilha é resultado da transcrição do documento final da “1ª. Assembleia Diocesana do Povo de Deus da Diocese de Abaetetuba” realizada no município no ano de 1982. Em que pese a importância da Igreja Católica, via CPT, na organização coletiva do grupo seja mais bem explorada no Capítulo IV desta dissertação, importa destacar por ora que por meio da “evangelização”, formação de consciência de direito em suas mais diversas dimensões ganha centralidade discursiva e prática. Com a adoção de linguagem familiar e atrelada aos dilemas concretos dos ribeirinhos, o direito perde o caráter de um sistema meramente abstrato, de modo a compatibilizar suas reivindicações concretas e as exigências formais da lei e demais normas acionadas pelo grupo. O compromisso com a evangelização deveria ser acompanhado da opção cristã pelos pobres, denunciando “as coisas erradas que estão acontecendo”, além da participação e apoio aos movimentos populares, sindicatos e associações de classe. Segundo o documento final da assembleia, tais movimentos lutavam para construir um mundo livre da opressão e resumiu nos seguintes termos a tarefa do cristão junto dos pobres:

O cristão não age sozinho. Deus o colocou numa comunidade e quer que trabalhe unido a seus irmãos, assumindo tarefas e serviços na comunidade e na sociedade. Indicamos alguns serviços mais comuns: saúde, catequese, promoção do sindicato livre desligado do governo, Comissão Pastoral da Terra (CPT), clube das mães, grupo de jovens, educação etc. A terra dos lavradores da nossa Diocese está sendo ameaçada e tomada: conscientizar os posseiros dos seus direitos, exigir um justo valor pelo produto do trabalho, exigir e lutar pela reforma agrária, apoiar e participar da CPT, organizar a defesa da terra etc. São tarefas que levam “boas notícias” aos pobres e portanto fazem parte integrante da Evangelização. (CPT, 2006: 11)

O desencaixe, portanto, se dá por meio do distanciamento das atividades sociais de um contexto local específico e ao mesmo tempo, no caso do grupo social pesquisado, operou o reposicionamento do “caboclo das ilhas” para outras formas de estar no mundo cuja referência é

ampla e desvinculada de um espaço-tempo particular. Deste modo, trabalhador, operário, vendedor, marreteiro, comerciante e “cristão” ou “irmão em Cristo” se constituem em reelaborações individuais da identidade que redundaram em práticas sociais distintas daquelas relacionadas ao tradicional modo de vida do grupo:

Os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto. Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam. Um sistema perito desencaixa da mesma forma que uma ficha simbólica, fornecendo "garantias" de expectativas através de tempo-espaço distanciados. Este "alongamento" de sistemas sociais é conseguido por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública (sobre a qual se baseia a produção do conhecimento técnico), usado para controlar sua forma. (GIDDENS, 1991: 31)

Os dois mecanismos de desencaixe dependem de atitudes de confiança e crença⁶⁷ para que funcionem como de fato se espera que eles façam. O primeiro significaria a identificação das alternativas e o engajamento na ação com o cálculo dos riscos, enquanto que a crença atribui ao outro a culpa, reagindo com desapontamento, sem considerar as alternativas. Por outro lado, a crença se baseia no que Giddens chama de “conhecimento indutivo fraco”, que se vincula mais ao desempenho individual do que propriamente à autenticidade do sistema perito.

Na atividade de evangelização na região das ilhas de Abaetetuba, confiança e crença se mostram imbricadas, uma vez que o conjunto de direitos mobilizados na pastoral foi manejado juntamente com o discurso religioso por um único indivíduo. Isso significa dizer que o trabalho da pastoral dos padres adeptos da Teologia da Libertação incutiam no bojo suas pregações e atividade organização comunitária, um conjunto de direitos que deveriam ser conquistados por meio da luta e mobilização política do grupo e a “evangelização”, ligando questões terrenas como é o caso dos direitos de cidadania (confiança) e formação religiosa.

O segundo conceito que destacamos de Giddens é a reflexividade, que na vida social moderna significa a geração sistemática de autoconhecimento. Pode-se perceber em Giddens, a nosso ver, uma ideologia da modernidade, sobretudo porque estabelece uma distinção, entre monitoração da ação e reflexividade. A primeira como sendo, nos seus termos, como característica das culturas tradicionais, sendo mais difusa e ligada ao fluxo da própria ação individual ou coletiva. Essa defesa da modernidade parece se confirmar no seu argumento quando se refere às civilizações pré-modernas:

Nas civilizações pré-modernas, contudo, a reflexividade está ainda em grande parte limitada à reinterpretação e esclarecimento da tradição, de modo que nas balanças do tempo o lado do "passado" está muito mais abaixo, pelo peso, do que o do "futuro". Além disso, na medida em que a capacidade de ler e escrever é monopólio de poucos, a rotinização da vida cotidiana permanece presa à tradição no antigo sentido. Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si. A rotinização da vida cotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca

⁶⁷ (...) quando se trata de confiança, o indivíduo considera conscientemente as alternativas para seguir um curso específico de ação. Alguém que compra um carro usado, ao invés de um novo, arrisca-se a adquirir uma dor de cabeça. Ele ou ela deposita confiança na pessoa do vendedor ou na reputação da firma para tentar evitar que isto ocorra. Deste modo, um indivíduo que não considera alternativas está numa situação de crença, enquanto alguém que reconhece essas alternativas e tenta calcular os riscos assim reconhecidos, engaja-se em confiança. Numa situação de crença, uma pessoa reage ao desapontamento culpando outros; em circunstâncias de confiança ela ou ele deve assumir parcialmente a responsabilidade e pode se arrepender de ter depositado confiança em alguém ou algo. A distinção entre confiança e crença depende da possibilidade de frustração ser influenciada pelo próprio comportamento prévio da pessoa e portanto de uma discriminação correlata entre risco e perigo. (GIDDENS, 1991; 33/34)

com o passado, exceto na medida em que o que "foi feito antes" por acaso coincide com o que pode ser defendido de uma maneira proba à luz do conhecimento renovado. Não se sanciona uma prática por ela ser tradicional; a tradição pode ser justificada, mas apenas à luz do conhecimento, o qual, por sua vez, não é autenticado pela tradição. (GIDDENS, 1991; 39)

Falta em Giddens o liame entre rotinização das práticas das civilizações pré-modernas e a escrita e reflexividade como característicos da modernidade. Se a tradição é integrada à modernidade e isso não depende necessariamente da escrita, admite o autor algum tipo de reflexividade dos sujeitos em outras culturas. A suposição de uma reflexividade indiscriminada na modernidade, ou de uma reflexão sobre a própria natureza da reflexão é uma das apostas de Giddens para resolver esse impasse, mas insuficiente quando afirma que as “reivindicações da razão substituíram as da tradição”. O que o autor apresenta como saída para esse impasse que liga reflexividade como própria da modernidade, é o estatuto que ele confere à sociologia, atribuindo-lhe a posição de “pivô” na reflexividade da modernidade, tendo em vista o seu papel como o mais generalizado tipo de reflexão sobre a vida moderna.

O manejo que a sociologia representada por Durkheim fez nos primórdios da ciência dos dados estatísticos produzidos pelos governos, é um esforço reflexivo que foi apropriado pelas ciências sociais, como por exemplo, na interpretação das causas de mortes e suicídios. O discurso sociológico circula dentro e fora do que trata objetivamente e nesse sentido, reestrutura reflexivamente os seus objetos, que aprendem a pensar sociologicamente. Ao vincular a modernidade à sociologia o autor busca uma saída ainda que não de todo satisfatória para argumentar que a reflexividade é intrínseca à modernidade. Ela estaria ligada a uma contínua geração de autoconhecimento sistemático, que não estabiliza, contudo, a relação entre observadores peritos e leigos da vida social, posto que o papel que coube ao observador foi o de mudar o conhecimento sociológico produzido.

Não obstante ser importante mencionar a distinção que o autor estabelece entre monitoração da ação e reflexividade, o que está em jogo nos dois casos são práticas que são regularmente examinadas e atualizadas pelos indivíduos. E, no caso do grupo social pesquisado nesta dissertação, foi durante as entrevistas, quando cada um deles foi estimulado a falar de suas trajetórias pessoais que a reflexividade se impôs:

Aí a nossa vida era uma vida muito cruel, cruel mesmo, porque nós éramos nove irmãos e a mamãe ficava sempre no fundo da rede com o aborto. Aí o papai vivia assim, ele ia para o mato, tirava um palmito, vinha e vendia para comprar a comida daquele dia nosso. Quando não, ele criava porco, criava muito porco, ele dizia assim: mulher, hoje nós não temos nada, eu vou matar um porco para tirar para nós comer e para comprar o que precisa na cozinha. Ele chamava o porco, pegava o capado, matava e ia embora para o comércio, um comerciante que tinha lá na prainha. Chegava lá, ele vendia, comprava tudo que precisava, o café, o açúcar, a farinha, o remédio para mamãe e nessa vida fomos.

(...) Eu tirei conhecimento, ter mais um conhecimento, me desenvolvi mais um pouco sobre várias coisas. Porque antes, as donas de casa tinham maior vergonha quando chegava uma pessoa na casa, elas ficavam na cozinha, às vezes se escondiam e hoje não, quando chega uma pessoa na casa, ela nem conhece quem é, mas vai na frente, recebe aquela pessoa com o maior amor e antes não, era diferente. Às vezes era só o dono da casa quando estava que ia lá, enquanto ela estava escondida no fogão e hoje não, a mulher não tem mais vergonha de nada! (Moradora do rio Pirocaba (A) em entrevista ao autor em setembro de 2015)

Entre a monitoração reflexiva da ação e a reflexividade sustentamos que no particular dos ribeirinhos trata-se da segunda, se investirmos a formulação de Giddens para a compreensão da identidade do grupo. Dois aspectos contribuem para esse entendimento. O primeiro deles trata do rompimento de tradições que fazem parte da trajetória histórica do grupo, tanto no tocante às práticas e relações sociais quanto à própria maneira pela qual o grupo se via desde o caboclo das

ilhas até a emergência da identidade ribeirinha. O segundo aspecto é o da escrita como inerente à modernidade e elemento que a distingue da monitoração reflexiva da ação, tal como defende o autor. A organização das trajetórias social, identitária e política do grupo estão registradas e anotadas nas duas cartilhas de onde pinçamos os elementos que subsidiam a nossa afirmação. Nelas, pensamento e ação do grupo são estruturados em perspectiva histórica, com vistas à “revitalização” e ressignificação de sua identidade como ribeirinho. Nesse sentido, considerando os termos formulados pelo autor sustentamos que a reflexividade está presente, seja na escrita ou nas entrevistas que realizamos na pesquisa de campo e se insere em todas as dimensões da reprodução social, econômica e simbólica do grupo.

O terceiro e último conceito de Giddens que acionamos para a compreensão das mudanças nos modos de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba é o reencaixe. Ele consiste, segundo Giddens, na remodelação das relações sociais ora desencaixadas, vinculando-as, ainda que parcialmente, a condições locais de tempo e lugar. Para tanto, o autor estabelece, retomando a noção de confiança, a distinção entre “compromissos com rosto e compromissos sem rosto”, onde os primeiros se referem à relações verdadeiras ou conexões sociais estabelecidas por meio da presença e o segundo grupo trata daqueles fundados nas fichas simbólicas e nos sistemas peritos, que em conjunto, são chamados pelo autor de sistemas abstratos. Os mecanismos de confiança ligados às atividades dos que estão no interior dos sistemas abstratos se constituem em um exemplo de reencaixe das relações sociais, uma vez que “representa um meio de fixar confiança na confiabilidade e integridade dos colegas” (GIDDENS, 1991: 80), como é o caso acionado para falar dos códigos de ética e sanções legais que permitem o controle da confiabilidade.

O sujeito desencaixado no florescer da modernidade quando a instituição dos estados-nação e do mercado capitalista o distanciam no espaço-tempo das relações locais, tem no reencaixe o mecanismo que lhe propicia uma segurança ontológica mínima que permite a continuidade de sua “auto-identidade” e constância mínima dos ambientes de ação social e material que o circundam:

Nós ribeirinhos nós não éramos reconhecidos nacionalmente como um ribeirinho. Nosso companheiro fala que nós somos de uma etnia tupi-guarani, vem descendência de índio, de índio era caboclo, era assim, nós éramos reconhecidos como caboclo do sítio, aí como nós criamos esse movimento de ribeirinhos, nós fomos reconhecidos como moradores da beira do rio, sendo ribeirinhos. Tem gente que tem vergonha de dizer assim: fulano tu é de onde? Agora tem como você dizer: eu sou morador do assentamento fulano de tal e sou ribeirinho. Já coloco o que eu sou. (Liderança do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor. Setembro de 2015).

Aí só porque o rio passa aqui, eu sou ribeirinha, então dali eu sou do centro, não entendo isso. Eles entendem assim, mas eu não entendo, para eles ilha é ilha e ramal é ramal, mas eu acho que nós fazemos parte de uma mesma comunidade, então não tem esse negócio de ilha ou de ramal. Eu lembro que quando eu vou daqui pra escola, aí as vezes eu falo: hoje fui ligar o chuveiro e aconteceu tal coisa. Aí minha amiga questionou: tu não mora na beira do rio, como é que tu tem chuveiro em casa? Aí eu falo, sim só porque eu moro na beira do rio, não posso ter chuveiro em casa, não posso ter banheiro com fossa? Eu fico impressionada com isso! Eles acham que a gente toma banho no rio todo tempo, acham que o pessoal não pode melhorar de vida. e eu ainda digo pra eles que quando eles forem na minha casa ainda vão se surpreender. (Moradora do rio Pirocaba (B) em entrevista ao autor em setembro de 2015)

O sujeito abstrato e desencaixado representado pelo cidadão e operário que emerge na modernidade, com o cercamento dos campos na Inglaterra, por exemplo, e com a formação dos estados-nação que fixam fronteiras e possibilidades de desencaixe, faz o reencaixe manejando um sentimento de continuidade das práticas. Nesse sentido, a noção de confiança retorna com força no argumento de Giddens, em especial nos sistemas abstratos que operaram o desencaixe, mas que também se faz presente no reordenamento da vida social para os sujeitos reencaixados. No caso

particular do nosso grupo, os sujeitos abstratos e desencaixados pela prática do comércio, pelo trabalho na capital e posteriormente como “filho de Deus” ou assentado, tem na identidade ribeirinha a segurança ontológica mínima que lhe confere sentido e ordenamento de suas práticas e visões de mundo, reconectando-os aos contextos locais:

Morar aqui, eu não sou tão religioso, mas eu acho que morar nessa região é uma benção em todos os sentidos, porque aqui eu me acho e os estudos que eu fiz na cidade não desculturaram a minha vida, porque quando as pessoas vão na cidade, perdem a suas origens e isso não aconteceu comigo e não aconteceu com minhas irmãs que foram. A gente não teve essa perda, do contrário, nós tivemos ganho. Porque depois que nós estudamos, viemos ajudar quem mais precisa na nossa região e a gente sempre se identificou culturalmente, não perdendo as origens, mas melhorando muitas coisas que deveriam ser melhoradas na cultura da gente. (Morador da Ilha do Xingu em entrevista ao autor em Setembro de 2015)

A noção de cidadania e a concepção de que se trata não de caboclo do sítio, mas de sujeitos de direitos, especialmente à terra, à identidade e de acesso aos recursos naturais foi em grande medida inculcada no grupo pela Igreja Católica, por padres adeptos da Teologia da Libertação e que atuaram nas 73 ilhas. A relação entre esta vertente de Igreja e a organização política do grupo posterior por meio do MORIVA será explorada propriamente no Capítulo IV. No entanto, para o nosso argumento, importa ressaltar que esta relação, juntamente com o II PNRA que comentamos no segundo capítulo e reconhece o direito do grupo, e a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNCPT) que mencionamos no início do presente capítulo, se revelam centrais para a trajetória do grupo na sua autodefinição como ribeirinho, uma vez que, apropriam-se de instituições geradas fora, mas a partir de demandas que não necessariamente construídas pelo grupo.

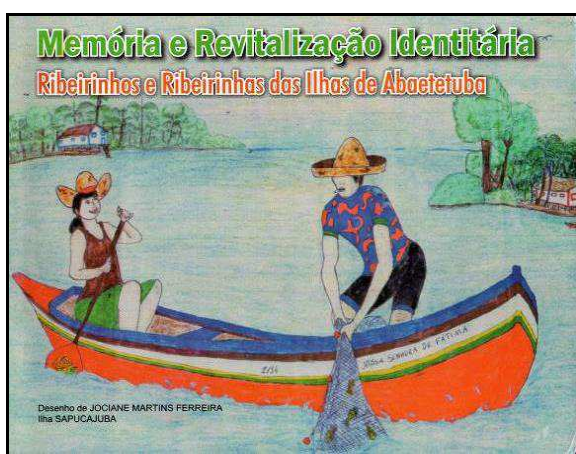


Foto 24 e Foto 25 - Capas das cartilhas “Memória e Revitalização Identitária” elaboradas em parceria com a CPT nos anos de 2006 e 2009 respectivamente.

Cumprе ressaltar que a primeira cartilha, elaborada em 2006 foi organizada no primeiro ano de funcionamento do MORIVA e já sob vigência do II PNRA. A segunda cartilha elaborada em 2009, no âmbito do III Congresso de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba foi elaborada posteriormente ao Decreto Nº 6.040 de 2007 que instituiu a PNCPT. Nesse sentido, os anos 2000, tal como nossa questão de pesquisa propõe, trata-se do período em que convergem as trajetórias que envolvem nosso objeto, evidenciando a cumulatividade das políticas fundiárias, da formação e identidade e de sua organização política. Ou seja, não é possível falar em essencialidade da identidade ribeirinha, posto que na modernidade, nos termos de Giddens, suas feições são resultante de práticas que se transformam no tempo e que estão abertas a reencaixes:

É como a lógica da questão quilombola, eu moro aqui, mas eu não sou quilombola, não tenho os laços ancestrais da minha família com quilombola, mas nós estamos adotando a política, a ancestralidade, os costumes, a questão cultural em geral dos quilombolas, então você passa a ser porque você está concordando que o título do quilombola é coletivo, que o costume deles é de fazer a tradição deles, que o jeito de comer deles é diferente. Se você se adapta a isso, você acaba sendo um remanescente de quilombo, você não vai contar geneticamente pelo sangue, você vai contar a partir da convivência, da cultura, do jeito de ser. A mesma coisa é a questão indígena e a ribeirinha, você a passar a ser mesmo sendo fantasiado, você está adotando aquilo como uma política para você viver. (Morador da ilha Campompema em entrevista ao autor em setembro de 2015)

A apropriação crítica que fazemos dos conceitos de Giddens evita possíveis reificações do grupo e da identidade engendrando relações com o espaço-tempo de modo plástico, sem contudo, ignorar lastros históricos de sua formação:

Assim, as comunidades ribeirinhas não se encontram entre o tradicional e o moderno em razão dos processos de modernização que impactaram a região a partir da década de 1960, mas porque seus territórios são “artefatos” produzidos a partir do processo de colonização portuguesa dessa parte da América. São modernas porque nascem com/da modernidade e a constituem como seu lado subalterno. Os ribeirinhos renovam constantemente o passado no presente como estratégia de territorialização e de resistência/r-existência territorial. Não se trata apenas da formação de um novo grupo social (por miscigenação, migração e integração nacional ou hibridização biológica e cultural), mas trata-se de formações territoriais modernocoloniais e não são simplesmente de reprodução das territorialidades indígenas, nem inteiramente produzidas dentro da lógica dos territórios coloniais, ou totalmente a estas subordinadas (PEREIRA, 2014: 117).

A amizade também é apontada por Giddens como um mecanismo de reencaixe e que só é possível tendo em vista a premissa de descontinuidade da história. Com a força de trabalho convertida em mercadoria, a venda desta é circunscrita às fronteiras dos estados-nação. Mecanismos de desencaixe e de reencaixe mais abrangentes relacionam-se com o aparato estatal e com a instituição da cidadania nos próprios limites dos estados. Nesse quesito, reiteramos a partir da fala dos entrevistados a relação entre políticas públicas, movimento social e afirmação da identidade:

Não, nós não sabíamos que a gente se tratava como ribeirinho, era um morador da beira de rio. Aí depois que surgiu esse negócio desse projeto que veio como ribeirinho e ribeirinho nós somos, tem até o hino. Esse nome veio pelo MORIVA, pela associação, aí hoje nós temos assim (Moradora do Pirocaba em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

Nós éramos do sítio, caboclo de sítio. Internamente nós sabemos que somos ribeirinhos porque moramos na margem do rio e todo aquele que mora na beira do rio é um ribeirinho, que anda de canoa, que rema, que toma banho no rio, que tira da pesca sua alimentação (Morador do rio Abaeté em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

A dupla hermenêutica e os sistemas peritos que em Giddens operam de modo mais autônomo, funcionam como mecanismos de reencaixe. E entre eles o autor menciona a religião que, de modo distinto das civilizações pré-modernas, não teria as condições de ordenar o mundo em constante transformação, em um fluxo contínuo de informação em que as identidades se tornam cada vez mais fluídas e contingentes. Pinçamos do autor a menção à religião com o intuito de localizá-la de modo distinto nas ilhas e várzeas. No caso particular de nossa pesquisa, a religião operou por meio da Igreja um duplo movimento, que foi possível em grande medida, pelo viés progressista de atuação dos adeptos da Teologia da Libertação. Se por um lado, desencaixou os ribeirinhos das relações locais, que eram calcadas na superexploração do trabalho e ausência de direitos, contribuiu, por outro, para o reencaixe, por meio da organização política que redundou na autodefinição do grupo. Nos dois casos a religião garantiu o que Giddens classificou como “um

meio organizador de confiança” (GIDDENS, 1991: 196) que injetou fidedignidade de eventos e ações, permitiu a vinculação espaço-tempo, sem contudo destituir o grupo de capacidade de agência em que as práticas redundam no desencaixe.

Cruz (2011), ao investir a teoria de Giddens no grupo ribeirinho por ele pesquisado, chama a atenção para a importância das práticas dos grupos para assunção da identidade e de como elas são mobilizadas afirmação de direitos:

De outro lado, ocorre uma valorização da identidade ribeirinha operada pelas próprias populações ribeirinhas. Esse processo está ligado diretamente à constituição de novos sujeitos políticos, essas populações mobilizam estratégica e performaticamente novos discursos identitários que apontam para uma valorização e politização das culturas, dos modos de vida cotidianos, das memórias e das territorialidades “tradicionais” que historicamente foram suprimidas, silenciadas e invisibilizadas e que agora ganham força como estratégia de luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de novos direitos fundados na valorização política da diferença e numa ética da outridade (CRUZ, 2011: 18).

A constituição de novos sujeitos político do qual nos fala, reflete em grande medida mecanismos de desencaixe e reencaixe, sobretudo no meio rural, onde as categorias “camponês”, “posseiro” e “agricultor familiar” acabavam por subsumir grupos com formações históricas, modos de vida e relações diversas com o ambiente.

Decerto que se trata de um viés convencional o que estabelecemos ao articular teoria Giddens e identidade ribeirinha. Tal relação foi feita anteriormente por Fraxe (2012), Cruz (2011) na sua pesquisa sobre comunidades ribeirinhas no município de Cametá e por Domingues (1999), de modo mais geral, ao tratar os problemas da transladação da questão do multiculturalismo, como articulada nos Estados Unidos e Canadá para a realidade nacional. Essa dificuldade se revela quando se consideram as particularidades normativas e históricas do Brasil, mas Domingues não deixa de indicar, contudo, o papel da reflexividade constante para o reencaixe das identidades modernas. As políticas fundiárias descritas no Capítulo II e a trajetória de organização política, tal como descreveremos no capítulo seguinte evidenciam a plasticidade da identidade do grupo.

CAPÍTULO IV

DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE AO MORIVA: TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO SOCIAL RIBEIRINHO

No presente capítulo descrevemos a trajetória de mobilização política dos ribeirinhos de Abaetetuba apresentando sumariamente os principais episódios históricos que constituem sua organização coletiva. Nosso propósito é apontar como eles contribuíram para a formação do Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), em finais do ano de 2006, após um acúmulo de organização nas décadas anteriores, a partir da presença da Igreja Católica, via, principalmente, a atuação de padres adeptos da Teologia da Libertação e da presença da Igreja Assembleia de Deus. Os principais episódios da trajetória do “movimento social das ilhas e várzeas de Abaetetuba”, anotados na cartilha (CPT, 2006) produzida pelo grupo, correspondem em parte às seções contidas neste capítulo. Os eventos que expomos não estão dispostos na cartilha com a mesma sequência temporal que aqui tentamos impor e, deste modo, assevera-se que tal opção se revelou oportuna, tendo em vista o modo pelo qual os entrevistados relataram suas trajetórias de vida em relação à participação no movimento do qual fazem parte. Thompson (1981) ao interpelar frontalmente Althusser, reitera a importância da experiência para o ofício de historiador. Seus argumentos revelaram-se úteis para o nosso intuito:

Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, e muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981: 15).

Por outro lado, a despeito das possibilidades explicativas urdidas no espectro da produção teórica sobre movimentos sociais⁶⁸, o propósito é nos aproximar da vertente analítica que se

⁶⁸ O processo histórico de organização política dos ribeirinhos pode ser contextualizado em um quadro mais abrangente, quando se considera parte da literatura sobre movimentos sociais dos últimos quarenta anos (GOHN, 1997; ALONSO, 2009) e de onde poderiam ser pinçadas contribuições teóricas para a análise do fenômeno. Estas se encontram, exemplarmente, na chave do confronto político (TARROW, 2009) em que a noção de movimentos sociais só é acionada pelo autor em situações específicas ou nas formas de resistência cotidiana (SCOTT, 2002) que intentam captar as lutas que escapam ao cenário político com atores e reivindicações mais organizadas. E em outras contribuições, tais como na noção de arena pública (CEFAÏ, 2011), na ênfase da experiência dos atores (CEFAÏ, 2003) e na luta por reconhecimento, em que o direito é uma de suas expressões (HONNETH, 2003). Por seu turno, pode se encontrada no bojo da teoria, a noção de paridade da participação das políticas públicas (FRASER, 2007), em que o reconhecimento se constitui em uma das dimensões da justiça, ou ainda na noção de repertório de ação (GUIGNI; MCADAM; TILLY, 1999). Trata-se de perspectivas teóricas distintas que levariam para questões analíticas diversas, mas a despeito de não articulá-las diretamente na nossa pesquisa, se faz necessária apontá-las de modo a indicar a amplitude da teoria dos movimentos sociais.

contrapõe àquelas de viés classista e da ação racional ou da mobilização de recursos, posto que o conceito de classe tende a invisibilizar as especificidades de outros sujeitos históricos. Para localizar o viés que pretendemos adotar, tomamos como referência a definição de movimento utilizada por Melucci (1989), por oferecer uma oportuna síntese das possibilidades analíticas:

A ação tem que ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidade e limites. É por isso que a organização se torna ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas. Eu penso que nessa direção o legado dos anos 70 pode ser criativamente consolidado na análise do como, sem negligenciar o porquê (MELUCCI, 1989: 52).

A ação do grupo, tal como aponta o autor, pode ser inserida no registro de redefinição dos meios tradicionais de socialização política que extrapolam a mera motivação econômica ou classista. A articulação entre valorização da identidade ribeirinha e acesso a direitos, sobretudo o de permanecer nas terras ocupadas com a posse regularizada, liberando-se assim do domínio dos padrões, permite compreender a trajetória de organização política vis-à-vis as trajetórias de formação da identidade do próprio grupo e das políticas que os atende.

No tocante à literatura produzida no país sobre movimentos sociais, Costa (1994), aponta a ideia de “associações da sociedade civil” como possibilidade de articulação de duas correntes analíticas do conceito. De um lado a leitura dos movimentos sociais europeus como indissociáveis de mudanças sociais profundas de cunho generalizante, tanto do próprio conceito quanto dos sujeitos; e, por outro, a diversidade de lutas e práticas associativas, enquadrada na categoria “novos movimentos sociais”. Isto não quer dizer, segundo Costa, que se pretenda igualar as associações tal como elas se constituem nos Estados Unidos, Europa e Brasil, subsumindo com esta noção, as particularidades e traços distintivos do conjunto de atores da sociedade civil. Ao contrário, a proposta do autor é o “estabelecimento de uma base analítica comum” (COSTA, 2004: 49), em que os diferentes contextos, grupos com papéis sociais e políticos distintos possam ser contrapostos e descritos em face da participação na formação de decisões públicas. Em que pese o surgimento de novas questões, atores e formas de articulação a partir da discussão empreendida por Costa, nos importa reter do autor a articulação entre grupos sociais e contextos diversos e a demanda por participação nas decisões públicas. Por seu turno, somam-se às demandas mobilizadas no meio rural brasileiro nos diversos contextos de enfrentamento e resistência contra a violência no campo, definida nos seguintes termos por Medeiros:

A violência como forma de tratamento dos trabalhadores do campo é parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação na história brasileira. Os massacres indígenas para permitir a apropriação das terras por eles ocupadas, a escravidão negra, a subordinação dos homens “livres e pobres”, as formas de controle frequentemente denunciadas pelos colonos europeus que vinham trabalhar nas lavouras de café e que encontravam nas queixas a seus consulados uma saída alternativa para provocar uma reordenação nas relações de trabalho, foram algumas das expressões da violência no meio rural. Ela fez-se sentir ainda mais fortemente em situações de resistência coletiva, como as de Canudos e do Contestado, nas quais o Exército foi inclusive chamado a intervir. (MEDEIROS, 1996: 5)

O padrão tradicional de dominação na história brasileira apontado pela autora assumiu diversas feições e sujeitos históricos no Brasil desde os anos 1500. O que apontamos nos capítulos anteriores foi a relação da formação destes sujeitos com os regimes de ordenamento territorial instituídos no país e como eles contribuíram para as diversas formas de ocupação e de mobilização política no meio rural, especialmente na região amazônica onde se localiza nosso *locus* empírico. Ao mesmo tempo, as formas de aproveitamento econômico da região amazônica e os incentivos estatais para sua ocupação, criam o cenário para os conflitos entre os tradicionais ocupantes e

aqueles que migraram para a região (VELHO, 1972; ESTERCI, 1979; IANNI, 1979), com vistas à exploração de seus recursos. A organização dos trabalhadores rurais e dos demais atores do meio rural permite a emergência de identidades e de lutas que exigem do Estado respostas aos movimentos reivindicatórios que se formam. Assim, a atuação de sindicatos e outras formas associativas têm nas CEBs e CPT importantes fontes de estímulo e mediação que contribuem para a participação destes grupos no cenário político:

O processo de organização dos trabalhadores, por mais molecular que seja, introduz uma clivagem nas relações de dominação vigentes, produzindo novas identidades, possibilitando o desvendamento de contradições antes encobertas pela fidelidade pessoal, permitindo a construção de interesses e demandas. Os trabalhadores rurais, aparecem, assim, na cena política, dotados de capacidade de se fazer ouvir, tanto maior quanto mais conseguem estender a teia de relações que possa apoiar/sustentar/organizar a insatisfação. Desse ponto de vista, a constituição de uma rede sindical ou de outras formas organizativas, o aparecimento das comunidades eclesiais de base e de agentes e organismos da Igreja que se propuseram a “dar a voz a quem não tem voz”, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra, de organizações não governamentais que funcionam como entidades de assessoria e apoio, potencializam a presença desses segmentos no cenário político, rompem com o tradicional isolamento e, nessa medida, relativizam o domínio dos proprietários da terra (MEDEIROS, 1996: 7).

Tomamos por base os processos e relações apresentadas por Medeiros para orientar a descrição da trajetória de organização política dos ribeirinhos ao longo das seções deste capítulo. A Amazônia Legal e especialmente o Estado do Pará se constituem em espaço privilegiado para deslindarmos a emergência de identidades que são invisibilizadas pelas categorias historicamente construídas e acionadas para a análise das lutas no campo, tais como “camponês”, “trabalhador rural”, “agricultor familiar”, entre outros. Buscamos, portanto, chamar atenção para formas de organização para além dos sindicatos, e estratégias de ação política diversas daquelas centradas nos grandes movimentos do campo⁶⁹, dos quais o MST é a maior expressão. Cabe informar ainda, o papel de militantes do Partido Comunista do Brasil desde finais dos anos 1960 em nossa região de pesquisa, motivado pela organização da Guerrilha do Araguaia no sul do Estado, próximo da divisa com o atual Estado do Tocantins. Mesmo com a prisão e execução de seus integrantes pelo Exército, permaneceram a influência e militância de seus membros pela luta por reforma agrária junto de trabalhadores rurais nos estado do Pará. Tratam-se de atores ligados ao histórico de enfrentamento da ditadura civil-militar e organização política no campo:

A relação da guerrilha do Araguaia com a SPU, é que na época ela lutava para libertar o povo da ditadura, inspirado na revolução chinesa do Mao Tsé-Tung, do campo para a cidade. Os jovens estudantes que foram para o campo para se organizar, conscientizar o povo para tomar poder e libertar o Brasil daquela situação. Então nossa ação do projeto Nossa Várzea com os ribeirinhos, foi uma ação libertadora, porque além de reconhecer os direitos dos ribeirinhos, reconhecer eles como cidadãos e tentar esclarecer para eles dos seus direitos. Lutar para ter os direitos sociais garantidos como prevê a nossa Constituição, de que todo cidadão tem que ter direito à cidadania, educação, trabalho. Então quando a gente atua no Nossa Várzea a gente reconhece os ribeirinhos e ajuda a libertá-los, para eles conseguirem os seus direitos. Na nossa trajetória do movimento, foi do PCdoB, o partido que pegou em armas e organizou a guerrilha do Araguaia. Que é a organização política que dirige a SPU, orientado pela Presidência da República, a gente segue a linha do Governo Federal, a divisão, a superintendência regional é dirigida por diversos quadros que são do Partido Comunista do Brasil, que tem essa visão estratégica de revolução, libertação e é

⁶⁹ Ver Lacerda (2014). A obra reúne artigos que discutem a emergência de formas de luta atreladas aos mecanismos históricos de exploração da região, o papel da Igreja Católica, em especial a Prelazia do Xingu para a organização política de diversos grupos e de outros mediadores, tais como ONGs e partidos políticos.

inspirado no Araguaia para fazer reforma agrária (Técnico da SPU em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Não por acaso, em função da trajetória política do partido no Estado, a Superintendência de Patrimônio da União do Estado passou a ser conduzida por quadros do PCdoB, no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Neuton Miranda, militante histórico do partido, foi o primeiro ocupante deste cargo a partir de 2003 e participou com os ribeirinhos da Amazônia Legal como um todo da concepção do Programa Nossa Várzea. Como expusemos no Capítulo II foi a partir da reivindicação do movimento ribeirinho de Abaetetuba, com a ocupação da sede da SPU como forma de protesto que as linhas gerais do Programa foram discutidas.

4.1 “Fé e Política”: Participação da Igreja na Organização Comunitária

Muito embora o Movimento de Educação de Base (MEB)⁷⁰ e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) estejam nos antecedentes das organizações católicas que fizeram a mediação entre religião e política em comunidades ribeirinhas da Amazônia (NEVES, 2009), somente as segundas foram mencionadas nas entrevistas e fontes como partícipes desta etapa inicial da mobilização política. A formação de cinquenta e sete comunidades eclesiais de base nas ilhas de Abaetetuba constitui a base social da mobilização:

Eu alavanco essa carreira sendo coordenador da comunidade. Eu tive quatro anos de mandato da comunidade São Francisco de Assis e aí entro no movimento pela paróquia. Tendo mais um conhecimento a fundo do que é movimento e do que é CEB, eu alavanquei assim. Aí eu saio de dentro da coordenação da comunidade, aí quando vem surgindo o movimento dos ribeirinhos, a gente é convidado, a gente entrou e até hoje estamos aí dentro.

(...) Quando a gente entrou na coordenação da comunidade, a gente tentou levar um trabalho como um trabalho no começo da humanidade, que a gente tivesse lá e fosse angariar fundo para as famílias mais carentes, remediar as famílias mais carentes. Foi muito diferente de quando a gente se encontrou lá dentro, só que não sobrava recurso para a gente tirar fulano da miséria e a gente sonhava dentro da comunidade para fazer isso (Morador do Igarapé Sarapuquara em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

Foi a partir das CEBs, não obstante a dificuldade em precisar quando as comunidades passam a ter tal conformação, que a população das ilhas e várzeas assume esta forma de organização estimulada pela Igreja. Contudo, a primeira Igreja Assembleia de Deus⁷¹ e seus

⁷⁰ Segundo o sítio eletrônico da organização “O MEB é um organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal”. Foi fundado em 21 de março de 1961. Há mais de 55 anos realiza ações diretas de educação popular em diversas regiões do Norte e Nordeste do país e atualmente está nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, atuando também no Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais, em regime de parceria com o governo estadual.

A opção preferencial por essas regiões está definida em Estatuto, como áreas populacionais do País em que os indicadores socioeconômicos revelam situação de pobreza e, conseqüentemente, índices sociais e econômicos abaixo dos desejados. As ações de mobilização social, de alfabetização de jovens e adultos e de educação de base são responsabilidade de equipes regionais em cada uma das unidades da federação em que atuamos. A coordenação pedagógica, o planejamento, o controle administrativo e a avaliação de resultados das ações são monitoradas a partir da Equipe Nacional, localizada em Brasília.”

⁷¹ As igrejas, seja da Assembleia de Deus com seus diferentes departamentos pastorais, e a Católica, com suas comunidades eclesiais de base – CEBs, muito contribuíram com toda essa evangelização do movimento social das ilhas de Abaetetuba. A palavra de Deus vivida, estudada, celebrada projetou luzes, gerou energias, sugeriu caminhos de organização e luta ao mesmo tempo em que alimentou a mística de ser Povo de Deus.

departamentos pastorais (Escola Dominical, Mocidade, Senhores, Senhoras, Adolescente e Infantil) foi instalada na região das ilhas, mais precisamente no rio Sarapuquara, na década de 1950 onde desenvolvia as atividades de organização comunitária. Juntamente com as CEBs formadas nos anos 1970, contribuiu para o desenvolvimento da mobilização política da população. No entanto, a mediação da Comissão Pastoral da Terra já com a participação de padres desta organização, se daria nos primeiros anos de 1980, passando a Igreja Assembleia de Deus a ter papel secundário, dada a crescente capilaridade e penetração nas comunidades obtida pela CPT.

A história da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975, se confunde com a organização coletiva e a resistência dos trabalhadores rurais e posseiros frente à intensificação dos conflitos e expropriação das terras do Pará durante a ditadura civil-militar e sua criação tem como marco fundamental o “Encontro Pastoral da Amazônia Legal”, realizado em Goiânia em junho de 1975, convocado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). O encontro criou as condições para o reconhecimento da CPT na estrutura da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR)⁷², sendo influenciada pela atuação anterior das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação, na direção de um catolicismo orientado para a justiça social e tendo a reforma agrária como principal bandeira.

Por outro lado, cresceu a organização dos movimentos sociais e de luta pela terra e que tem nos sindicatos e na CPT – cujo marco de criação foi o Encontro Pastoral da Terra realizado em 1975 – os principais articuladores da mobilização no período sobre o qual esta seção se debruça, tal como observa Guerra:

A contestação às ações de expulsão e grilagem obteve apoio de outros segmentos da sociedade. Em 1975, a Comissão Pastoral da Terra foi criada e se constituiu em aliado fundamental dos camponeses nas denúncias contra ações de empresas e fazendeiros. Nela, militavam advogados, religiosos e universitários em confronto aberto contra a ditadura militar e os latifundiários. Em 1978, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, fundada a partir do apoio aos posseiros envolvidos na morte do fazendeiro americano John Davis, passou a editar o jornal Resistência. Nele, eram efetuadas denúncias de violência no campo e debates sobre questões políticas vividas no país, constituindo-se em fonte de registro das organizações políticas de esquerda e da ação da Comissão Pastoral da Terra no Estado do Pará (GUERRA, 2009: 126).

A violência representada pelas ameaças de morte que lideranças do MORIVA receberam ao longo do processo de instalação da RESEX no rio Capim, liga-se diretamente com o quadro de conflitos que envolvem a questão fundiária no Estado do Pará. E no caso específico de Abaetetuba soma-se a presença da mineradora Albrás-Alunorte na região, pois, dada a necessidade de expandir suas instalações, acaba por pressionar o mercado de terras da região, em que as ilhas e várzeas de Abaetetuba passam a ser disputadas:

A minha vida alguns anos atrás era uma vida muito conflituada, porque a gente foi ameaçado de morte por causa da posse da terra, sobretudo porque a gente estava com um trabalho dentro da ilha e por causa dessa Reserva e desse trabalho inicial que nós estávamos fazendo de regularização, regulamentação, de delimitação da reserva a gente foi ameaçado de morte. Foi um momento que eu me senti numa certa insegurança, porque também a família chegou junto e mandou eu ter cuidado, porque eu poderia deixar eles. Eu fui questionado pelos meus filhos...

A primeira Assembleia de Deus nas Ilhas de Abaetetuba foi fundada na década de 1950 na localidade rio Sarapuquara. Hoje a Assembleia de Deus nessa localidade possui nove congregações sob a responsabilidade de Pastor Manoel Couto Vilhena. (CPT, 2006: 10)

⁷² Uma obra fundamental para a compreensão da relação entre política e questão agrária no Brasil, com atenção dada ao papel da Igreja é a coletânea Igreja e Questão Agrária (Paiva, org., 1985), cujos textos foram produzidos a partir de um seminário sobre o tema no Rio de Janeiro em novembro de 1983.

Esse foi o momento que a gente viveu o dia a dia nublado, onde as pessoas ameaçavam, a gente recebia recado e isso foi uma das situações, mas existem outros conflitos que sempre houve pela ilha e que a gente também foi ameaçado, mas em nenhum momento a gente pensou em largar e desistir. A gente pensava que ia ser daquele jeito, mas depois ia melhorar, a gente não pode deixar a luta, porque se a gente deixar o outro pode não fazer a luta, continuar, mas a gente sempre teve essa persistência, até pelo nível de consciência que a gente tem, jamais a gente vai abandonar a luta, o que a gente quer é somar com mais companheiros para fazer essa resistência (Liderança da Ilha do Xingu em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Porque o cara quando mete a cabeça num negócio, ele quer ver o fim do negócio e ele era um cara muito envolvido nessa questão fundiária. E Moju na época era o clima da violência, do assassinato pela reforma agrária, isso na década de 80. Porque era a entrada do agronegócio, o começo da entrada, era a tomada de terra de todo mundo para plantar coco e pecuária. Aí ele assumiu essa causa, aí foi um negócio pesado, teve o assassinato da Noemi e a causa do Virgílio, ele trabalhou muito com ele, que fazia parte da CPT e o Sérgio, era coordenador na época. Os vários sindicatos da região Guajarina era ele que assessorava a conquista. Ele tinha essa visão, essa linha de trabalho (Morador da Ilha Campompema em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Nos dias 15 e 16 de julho de 1982 foi realizada a 1ª Assembleia do Povo de Deus da Diocese de Abaetetuba que estabeleceu as diretrizes da ação local da CPT. O evento contou com a participação de delegados das paróquias de municípios vizinhos e dos centros de evangelização da área urbana (centro) e da região das ilhas. Durante três dias e com a presença de aproximadamente 350 pessoas, se discutiram “os problemas que mais fazem sofrer o nosso povo” (CPT, 2006: 11) e a necessidade de não “ficar de braços cruzados diante da realidade que nos provoca” (idem). Considerando a opção que a Igreja fazia pelos “pequenos” foi necessário, segundo o documento final transcrito na cartilha - cujo título era *Nós Igreja apostamos nos pequenos* – empenho na formação religiosa no sentido da tomada de “consciência crítica” e a ligação entre “fé e vida”. Juntamente com a formação religiosa a assembleia apontou a ênfase no trabalho comunitário e a evangelização como caminho para a resolução dos problemas:

Quando nós entramos, meu papel era de motorista do barco primeiro, e depois eu passei a exercer uma função de agente pastoral, como animadores das CEBs e aqueles que tinham ligação direta com o movimento social. Então a gente chegava nas comunidades, fazia palestras, nós éramos seis agentes e cada um tinha uma função.

(...) Nosso trabalho era vinculado à teologia da libertação e tudo isso facilitava, se hoje você vê a ideologia que pregam hoje no sacramento, para mim era muito mais prático. O sacramento do batismo, era um sinal, compromisso social, como missão, se você não falasse disso, não tinha sentido, porque foi batizado, acabou tudo. Se você recebe o sacramento do batismo, você está recebendo um sinal, agora a eficácia do batismo é transformar o homem velho em homem novo. A missão é de ir ao mundo inteiro e pregar o evangelho. O compromisso social é fazer com que essa sociedade seja organizada (Agente de Pastoral da CPT em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Além da evangelização o documento final reconheceu a importância da comunidade como *locus* principal de ação e solicitou aos agentes de pastoral que priorizassem a mobilização comunitária “mesmo à custa de deixar de lado outras atividades” (CPT, 2006: 12). Ao mesmo tempo, apontou que uma comunidade “autêntica” deveria depositar a confiança nos pequenos, estando engajada nas lutas justas, participando plenamente junto do povo. Caberia aos agentes da pastoral o papel de animadores de comunidade para que esta fosse dirigida por pessoa empenhada. As características da atividade cotidiana na comunidade envolvem diferenças em relação às do movimento social, como informa um dos entrevistados:

Na CEB, muitas vezes essas questões puramente de conflito são menores, já no movimento social, eles são maiores, porque abre um grande leque de atuação diretamente do empreendimento na vida das pessoas. Na CEB são mais aquelas questões de relações, de família com família, não é dizer que não tem conflito de terra, porque também tem, mas são mais superficiais. Já na associação, é muito mais difícil, porque você se depara com a situação na mesa, aonde você tem que dar uma resposta, ou você se acovarda ou vai dentro dos problemas. No Santo Antônio eu tenho enfrentado situações de alguém que quer vender a terra da União, amigo da gente, da família da gente e ele ter que ouvir da minha boca que ele não pode fazer isso, porque a terra é da União e que ele vai ter problemas de ordem judicial e processual, mas que também ele sem ter consciência está se prejudicando, vendendo a terra dele, porque ele é um pequeno agricultor, pequeno pescador (Morador do rio Assacu em entrevista ao autor em setembro de 2015).

As paróquias e dioceses deveriam prestar todo apoio com cursos e atividades que auxiliassem na formação dos dirigentes comunitários. Parte de nossos entrevistados cumpriu essa trajetória, ora após o retorno para Abaetetuba, depois de trabalhar e estudar em outros municípios, ora quando aqueles que atuavam no comércio como marreteiros passavam para o trabalho fixo com agricultura e extrativismo. A formação religiosa era outro caminho apontado para solucionar os problemas que o grupo enfrentava, devendo esta conciliar conhecimento bíblico de modo que criasse no cristão uma consciência crítica com a realidade política do mundo em que vive por meio da permanente ligação entre “fé e vida” e “fé e política”. Por outro lado, o cristão não deveria, se deixar “levar pela ideologia dominante” difundida nas mídias escritas e faladas, informando-se, pelos documentos da Igreja dentro de sua comunidade.

Os meios ou “ferramentas” para a evangelização, formação religiosa e organização comunitária deveriam ser a criação de equipes pela Diocese para a promoção do trabalho de organização das comunidades a partir de diversos temas (direitos humanos, pastoral operária, formação de animadores comunitários, saúde, pastoral da terra, educação, juventude). As equipes responsáveis por cada um destes temas deveriam organizar encontros regulares nas comunidades, auxiliar na formação de bibliotecas e aumentar o conhecimento de religião e dos “problemas da vida”. Das estratégias formuladas para a organização comunitária, merecem destaque as que iriam fazer parte da trajetória do movimento social ribeirinho de Abaetetuba, tal como apresentamos nas seções seguintes deste capítulo. Tratamos especificamente de “fazer denúncias e críticas através de jornais, cartazes, passeatas e abaixo-assinados” (CPT, 2006: 13) que se somariam a outras formas de ação que conformariam as estratégias do grupo.

4.2 O Movimento CENTRILHA e o Movimento dos Pescadores

A mobilização política do grupo mediada pela Igreja Católica foi o primeiro passo no sentido de inculcar a noção de organização comunitária entre os ribeirinhos, que extrapolassem aquela circunscrita à região das ilhas, passando então a reivindicar publicamente o acesso a políticas públicas. Como desdobramento da 1ª Assembleia Diocesana foi organizado, em 1982, o movimento denominado CENTRILHA⁷³, passando a ser, até onde as fontes e entrevistas permitem afirmar, o segundo grande episódio de ação política em que os ribeirinhos ocupam a arena pública, suas reivindicações passam a ser publicizadas.

A ocupação da arena pública teve como embrião a participação dos centros de evangelização do centro e das ilhas de Abaetetuba e foi construída na Assembleia, primeiro evento em que os

⁷³ Apesar de não se tratar de uma sigla e sim silogismo que expressa a aliança entre moradores sede de Abaetetuba e da região das ilhas, optamos pela grafia em caixa alta, reproduzindo a forma apresentada na cartilha elaborada pelo grupo.

ribeirinhos se organizaram para além dos limites das ilhas e várzeas. O contexto era o de retomada de eleições gerais para governadores e deputados no país em 1982 e marcou o fim do bipartidarismo instituído pela ditadura civil-militar. O movimento CENTRILHA tinha esse nome, pois almejava a unificação das campanhas para deputados com candidatos do centro do município e da região das ilhas:

Eu já estava militando na organização da comunidade, aí já me elegeram num movimento chamado CENTRILHA, me elegeram para coordenar essa parte das ilhas, essa organização era a unificação da zona rural para discutir e pleitear um mandato na política. Essa unificação de centro da colônia e ilhas. Daí em 82 eu estava em Brasília, pela primeira vez, eu tinha mais ou menos 25 anos (Assessor da CPT, em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O trabalho como agente de pastoral nas CEBs alçou o entrevistado à condição de representante da região das ilhas na articulação de candidaturas do movimento se constituindo em importante episódio da trajetória do grupo na direção de maior presença política no município para reivindicação de suas demandas. Segundo as entrevistas de campo, o CENTRILHA criou as condições para o desenvolvimento da organização política do grupo, via disputa partidária para além dos limites das ilhas e várzeas. Até então, em grande medida pela atuação das pastorais, o trabalho de mobilização nas comunidades se voltava para o interior das mesmas, sem a participação nas discussões públicas com maior visibilidade, até a realização da Assembleia, onde foram construídas coletivamente as reivindicações por reconhecimento e serviços públicos. O movimento CENTRILHA não conseguiu eleger os seus candidatos, mas no mesmo ano a mobilização dos ribeirinhos assumiu maior densidade:

No mesmo ano começamos uma nova luta pela melhoria de saúde e educação na zona rural e urbana. Para isso foi realizada uma viagem até Brasília com o objetivo de reivindicar nossos direitos. Foram representantes das ilhas e da cidade. Isso resultou na contratação, pelo estado [do Pará], de 18 professores e 4 agentes de saúde para trabalhar nas ilhas... (CPT, 2006: 7).

A construção de pautas de luta em conjunto com o “centro” ou “cidade” desde o CENTRILHA, se consolidava como estratégia de ação política dos ribeirinhos. A articulação de demandas comuns contribuía para que as reivindicações do grupo saíssem do isolamento geográfico e político, criando as condições para que, com a assessoria da CPT, as idas à capital federal para protestar e exigir que o atendimento dos seus pleitos fosse incorporado às estratégias do grupo. Nos anos seguintes se desenvolveriam as atividades de fortalecimento da infraestrutura das comunidades por meio de mutirão, criação de bancos e farmácias comunitárias, os “cantinões” que preparavam refeições em modo solidário nas ilhas e “caixas de saúde”. Apesar de não ter sido possível obter em campo informações mais detalhadas destas iniciativas, elas redundaram no que foi definido como “organizações comunitárias”, posto que cada uma delas passou a ser dotada de capacidade de intervenção direta no cotidiano do grupo.

Em 1985 “nasce”, segundo a cartilha, “uma nova esperança” na organização política do grupo com a criação do “Movimento dos Pescadores” assessorado por Frei Alfredo que integrava do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), organização também vinculada à CNBB. O principal objetivo deste movimento que contou com a participação expressiva dos “caboclos das ilhas” era o de concorrer nas eleições para a direção da Colônia de Pesca Z-14 com a formação de uma chapa alternativa que representava o grupo e defendesse seus interesses. Fundada em 1923, a Colônia de Pesca não realizava eleições desde então e a acusação era a de que empresários e políticos controlavam a entidade:

Em 85 comecei o movimento dos pescadores, em 86 concorri a uma eleição da colônia de pescadores, não conseguimos ganhar por conta da corrupção lá dentro, que era um monopólio total. Quem dominava a colônia na época, eram os chamados pelegos. (...) Eu me lembro da luta dos pescadores aqui, em 87 nós fizemos uma eleição da junta governativa e o bispo estava em cima do caminhão e os nossos padres, aí tu se sente a vontade, porque tu vê que a Igreja está do teu lado, a comunidade está do teu lado. Então foi fácil para a gente retomar a direção da colônia, dos sindicatos, porque a igreja tinha poder na época, isso nos ajudou bastante. A teologia da libertação foi revolucionária na época e ainda é (Morador da Ilha Campompema em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STR) era outra entidade que, segundo as entrevistas de campo, ao longo de sucessivas eleições, acabava por eleger direções que não representavam os interesses dos caboclos das ilhas do município com a compra de votos durante o processo eleitoral:

Nesta eleição nós tínhamos uma chapa de oposição, chamada “Chapa 2”, composta por vários companheiros das ilhas, tendo Ró como candidato a presidente. Não conseguimos ganhar porque os nossos pescadores se venderam por matapis, outros objetos e dinheiro. A eleição foi muito violenta. Na hora da apuração ninguém da oposição pode fiscalizar. (...) Tiraram o filme da máquina fotográfica que seria um documento sobre a corrupção da eleição. Não conseguimos pegar, porém esta eleição chamou a atenção de toda Abaetetuba e do Pará (CPT, 2006: 15).

Com enfrentamento violento (agressão física e bloqueio de acesso ao local de votação) durante o processo eleitoral das duas entidades, os residentes das ilhas e várzeas, juntamente com setores de oposição da sede do município conseguiram eleger outras chapas para a direção da Colônia Z-14 e do STR somente em 1989. A mobilização que levou à vitória dos ribeirinhos e de demais trabalhadores assessorados pela CPT redundou na ampliação dos parceiros com os quais o grupo estabeleceria alianças:

Pela primeira vez pescador administrando para pescadores: a luta pela saúde, pela educação. Conseguimos vários projetos alternativos através da entidade italiana Mani Tese, como barcos, projetos destinados às olarias, artesanato. Com isso, a luta dos projetos alternativos estava no auge da animação. Fazíamos assembleia no Laranjal com 300 sócios! (CPT, 2006: 15).

Pode-se perceber tomando por base as entrevistas e fontes utilizadas, que nas pautas do grupo a regularização fundiária ainda não estava posta, tal como viria a ser nos anos seguintes. O pleito por saúde, educação e geração de emprego orientava a luta desde os seus primeiros passos. O ano de 1989 seria decisivo para a consolidação da direção da Colônia de Pesca pelos “caboclos das ilhas” e dos demais parceiros:

A capacidade de organização social local pode ser atribuída às características que incluem, no dinamismo sociopolítico, a ação de grupos de pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Colônias de Pescadores (Z-14), associações locais (que foram se formando durante o processo) e movimentos ambientalistas. Salienta-se que um dos precursores deste tipo de ação foi o Movimento Ecológico Cultural Abaetetubense (Meca), criado em 1989 por um grupo de pessoas que circulava nos meios estudantis e populares desenvolvendo atividades de educação ambiental, discussão sobre políticas urbanas e ecológicas (IPEA, 2015: 49).

Nos anos a seguir, a luta dos pescadores e unificação do movimento social continuou com sempre mais fervor. Disso nasceram várias associações e o fortalecimento do movimento sindical, graças ao grande apoio da CPP, da FASE [Federação de Órgãos para Assistência

Social e Educacional], do Partido dos Trabalhadores (PT), das comunidades do centro e das ilhas, da diocese, do nosso bispo Dom Ângelo Frosi e do SINTEPP [Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Pará] (CPT, 2006: 8).

A curta influência da CPP no município e que tendeu a diminuir nos anos seguintes após eleição em que os ribeirinhos passaram a fazer parte da direção da Colônia, relaciona-se com a capacidade dos pescadores de Abaetetuba, segundo representante do Conselho, de “andarem com as próprias pernas” (POTIGUAR JUNIOR; 2007: 55) no tocante ao trabalho de conscientização de direitos e deveres. Cumpre destacar que alguns atores que se constituíram como lideranças do movimento ribeirinho eram egressos da atividade de pastoral desde os anos 1980. Essa trajetória de alguns atores ajuda a compreender inclusive a crescente ascendência da CPT sobre a orientação da ação política do grupo desde os primeiros episódios, bem como explica a longevidade da articulação entre a entidade e o movimento. Em 1993, como resultado da experiência acumulada com a gestão da Colônia Z-14 foi criada a Estação de Piscicultura do Baixo Tocantins que consistia, até onde as fontes permitem afirmar, na primeira experiência da atividade com a criação de espécies nos lagos formados na região das ilhas, em especial nos rios Genipauba, Campompema e Urubueua.

Além da assistência técnica oferecida pela EMATER para a construção dos viveiros e demais estruturas da Estação, esta acabou por receber aporte da prefeitura para sua instalação. Com o apoio da CPT, por conta das dificuldades financeiras, somente em 1997 a estação começou a produção pesqueira. No entanto, em virtude de divergências sobre a administração do equipamento ela deixou em 2000 de ser utilizada coletivamente pelo grupo. De todo modo, a mobilização do grupo na formação do CENTRILHA e na disputa do processo eleitoral da Colônia Z-14 e STR com as vitórias e derrotas que lhes são constitutivas, criou as condições para que a trajetória de organização política alcançasse outro estágio em seu desenvolvimento.

4.3 Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA): Ampliação de Parcerias e Ressignificação Identitária.

Tanto a Colônia Z-14 quanto o Sindicato de Trabalhadores Rurais eram as únicas entidades disponíveis para representação nas quais os ribeirinhos poderiam se filiar em Abaetetuba quando o grupo passou a ocupar a arena pública. Segundo O’Dwyer (2005), a existência destas duas entidades (colônias de pesca e sindicatos) acabam por induzir a divisão dos ribeirinhos entre agricultores e pescadores. Tal divisão não se aplica em termos práticos e identitários, quando se considera o grupo como *policultor* (NEVES, 2009) em que a pesca, extrativismo e agricultura formam a tríade fundamental sua reprodução social e econômica. Isto significa que as duas entidades atendem parcialmente às demandas e mediam a execução de duas importantes políticas públicas para o grupo, como é o caso do seguro-defeso para os que pescam e a aposentadoria rural para os agricultores. No entanto, tal arranjo, como aponta Neves, leva o ribeirinho a optar por uma das duas e, no caso de Abaetetuba, ensejou a formação de um É nesse contexto em que possivelmente se combina com a filiação à Colônia ou ao sindicato, que pode ser compreendida a criação da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA) em 1986, mas que atuaria mais fortemente somente nos anos seguintes:

Mas o movimento ligado à paróquia continuou, em 86 criamos uma associação dos moradores das ilhas chamada AMIA e me elegeram o primeiro presidente. Comecei a fazer um trabalho de base, de organização, fazendo filiação. Em 87 a paróquia das ilhas me contratou para trabalhar como agente pastoral, aí eu vim do Assacu, me mudei... Esse perímetro aí, a gente vivenciou essa experiência de vida familiar, de trabalhos e agora a gente tem essa vida de educador popular que vamos continuar até o fim da vida (Assessor da CPT, em entrevista ao autor em setembro de 2015).

O propósito mais imediato com a criação da AMIA relacionava-se à “valorização do povo das ilhas que não estava juridicamente representado” (CPT, 2006), constituição de uma organização que representasse os interesses para além dos vieses de classe e atividade que as duas entidades existentes acabavam por dividir ou obliterar. Esta afirmação reitera o que foi apontado por O’Dwyer (2005), fruto de sua etnografia em comunidades ribeirinhas em municípios do Baixo Amazonas e indica, ao mesmo tempo, a primeira ressignificação identitária do grupo que posteriormente se autodefiniria como ribeirinho. Entre o “caboclo das ilhas” ou “caboclo de sítio” e a emergência da identidade ribeirinha que comentamos no Capítulo III, ao tratarmos da trajetória deste sujeito histórico no município de Abaetetuba, o “morador das ilhas” pode ser compreendido como uma identidade “intermediária” entre a rejeição do “caboclo das ilhas” e emergência nos anos seguintes da identidade ribeirinha e que se entrecruza com a necessidade de representação política. Nesse sentido, a criação da AMIA se constitui em um primeiro momento de convergência das trajetórias de construção da identidade e de organização política. De acordo com as entrevistas de campo, por meio da AMIA foram obtidas melhorias de serviços públicos para os moradores das ilhas nas áreas de educação, saúde e geração de renda. A formação dessa entidade marca episódio importante para representação e mediação das demandas do grupo de modo distinto ao do STR e da Colônia Z-14, posto que tem como base social os residentes de região das ilhas.

Cefai (2011) ao examinar a construção de problemas públicos a partir do papel de uma associação de bairro nos arredores de Paris, aponta o papel esse tipo de entidade tem na conformação do engajamento dos atores e como os saberes locais são articulados:

Estes saberes locais são codificados pela associação, que se torna uma caixa de ressonância, um “catalisador” e um “analisador”, que os traduz em linguagem inteligível para as agências técnicas e administrativas, para os políticos eleitos ou para os meios de comunicação de massa. Os membros permanentes da associação são vetores de intermediação, que coletam elementos de informação e análise na proximidade, mas que operam e dominam também as gramáticas políticas da ação pública (CEFAI, 2011: 14).

O conjunto dos saberes locais e práticas que expusemos no Capítulo III, além de consolidarem o processo de revitalização identitária do grupo, por meio do registro escrito, delineou o caráter político da identidade ribeirinha como se vê ao longo das seções seguintes. A reivindicação por políticas públicas e regularização fundiária operada por meio da associação, extrapola a identidade, traduzindo as demandas que o STR e a Colônia Z-14 mediam de modo insatisfatório. Nesse sentido, tanto a dimensão da experiência dos atores quanto a “linguagem inteligível” ensejaram o engajamento dos moradores das ilhas e várzeas na construção de problemas públicos, cabendo à associação a tarefa de ressoá-los.

Juntamente com a constituição da AMIA entraram em cena, nos anos seguintes, outras entidades e atores que passaram a fazer parte da rede informal de articulação do grupo, como resultado da ampliação das interações para além da política local e de assessoria da CPT. É o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), de quem os ribeirinhos de Abaetetuba incorporam a ocupação de prédios públicos como importante estratégia de ação que seria decisiva em sua trajetória política. A presença da AMIA e a representação do grupo na política municipal ensejou a articulação com outras entidades, até perder sua capacidade organizativa na segunda metade dos anos 90, juntamente com esfacelamento de alianças e o fortalecimento de outras:

A AMIA fez o seu papel, que era essa articulação da luta dos ribeirinhos, no que diz respeito à melhoria das escolas, da saúde, era um movimento reivindicatório das políticas públicas do município. Depois ela perdeu o pique, aí o que passou a ter nome,

era o nosso movimento, nós representávamos aqui o Fórum do Nordeste Paraense⁷⁴ e Região Guajarina, e esse movimento tomou peso aqui. Com a divisão do MST, porque o MST tinha sua estrutura montada em Castanhal, aí teve uma divisão lá com lideranças, rachou o MST lá, aí parte ficou lá, parte se debandou e isso culminou com o afastamento de várias lideranças. Com esse racha eles criaram outro segmento chamado de FETRAF. Isso culminou aqui num clima diferente com o sindicato. Antes de dividir o movimento do MST, nós já tínhamos a presença do MPA. O MPA tinha um cidadão na frente, que era o Rogério, lá em Brasília, foi um cara muito bacana e ele conseguiu articular o movimento aqui na região. Aí de lá entrou a FETRAF [Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar], porque o MPA [Movimento dos Pequenos Agricultores] depois que veio com o Saul, acabou com o movimento aqui. Eu disse aqui isso pra ele, que a gente tem que levar em consideração, que você não pode mandar um cara que tem nome, chutar nele e dizer: vai embora! Você tem que aproveitar dele o que ele tem de melhor para oferecer para nós, a experiência, então você não pode fazer isso. Aí ele queria isolar as lideranças que estavam lá e buscar outras, essa é uma metodologia muito ruim para o movimento social, você não pode excluir um cara que tem história para colocar uma pessoa que tu nem conhece, aí é perigoso. E acabou por causa disso, ele chegou aqui em Abaetetuba buscando outras pessoas, aí gerava um conflito de lideranças, isso no MPA, aí foi embora. Aí veio a FETRAF com pessoas dissidentes do MST, aí entra já numa tendência política, o pessoal já começa a querer nos enrolar, até o ponto da gente dizer basta. Porque querendo ou não aqui a gente é referência, referência política, referência de movimento, o pessoal conhece a gente, porque a gente não brinca, a gente está aqui para decidir as coisas (Assessor da CPT, em entrevista ao autor em Setembro de 2015, grifos nossos).

Nas falas do entrevistado podemos notar que a condução dos rumos do movimento social ribeirinho é fortemente orientada pela avaliação individual de seus líderes sobre a contribuição e atuação de entidades parceiras e seus representantes. Durante as entrevistas de campo foi possível notar que ribeirinhos que não se envolveram diretamente com o movimento, mas que reconheciam a importância da AMIA, não dominavam os meandros da sua atuação, reproduzindo em alguma medida as falas das lideranças entrevistadas. Na segunda metade da década de 1990, a associação passou a ser conduzida por grupos políticos⁷⁵ que não se relacionavam diretamente com as pautas e base social próximas dos ribeirinhos, mas sim, de acordo com as entrevistas, com a formação de quadros políticos para atuar nas disputas eleitorais de Abaetetuba. E com a falta de espaço na associação e a necessidade de reestruturação das alianças que se enfraqueceram no período, ganhou relevo o surgimento de outras lideranças.

O que se pode destacar deste período da trajetória do grupo, tomando por base também as entrevistas, é a incompatibilidade de militantes de entidades parceiras com as particularidades locais de dois tipos: a primeira era a negligência em relação ao acúmulo de experiência pretérita dos ribeirinhos nas estratégias de ação e a segunda refere-se à primazia de pretensões eleitorais e partidárias subordinando as pautas de regularização fundiária, reconhecimento identitário e de geração de renda. É nesse contexto que as lideranças da AMIA passam a participar do Fórum Nordeste Paraense e Região Guajarina, onde as divergências e cisões locais no interior do próprio grupo, se diluem em face do caráter regionalizado da luta política:

O ano de 1995 foi complicado para o movimento social nas ilhas. A nossa luta começou a diminuir por causa da fragmentação do movimento. Motivo: disputas entre partidos políticos e suas lideranças. Todo o mundo querendo ser o “pai da criança”, um querendo ser melhor do que o outro. Foram feitas várias tentativas de unificação, porém não se conseguiu. Conseguíamos discutir, mas na hora de estruturar, logo já abortava. A paróquia das ilhas começou a fazer suas modificações, a botar exigências. Aí começou a perder suas lideranças mais antigas, substituindo com novas (CPT, 2006: 18).

⁷⁴ Rede de movimentos sociais da região que contava com a participação de sindicatos, movimentos quilombolas, CPT e MST e estava sediado no município de Castanhal.

⁷⁵ Na ocasião da nossa pesquisa de campo a AMIA, segundo as entrevistas, se mantinha mais próxima da influência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Embora a política partidária estivesse presente na mobilização do grupo, ela não encerrava, como comentamos nas seções seguintes, a sua atuação. Pelo contrário, a avaliação era de que a articulação com partidos políticos deveria estar subordinada às pautas dos moradores das ilhas e a produção de candidaturas e engajamento nas campanhas seria resultante desta condição.

4.4 Movimento Social e Identidades Políticas: “Revitalização Quilombola”, I Congresso dos Ribeirinhos de Abaetetuba, Ocupação do INCRA de Belém

Com a participação de lideranças da AMIA na rede de entidades que formava o Fórum Nordeste Paraense e Região Guajarina, o período entre 1999-2005 foi avaliado como um momento de “conquistas importantes” para o grupo. A atuação do Fórum do Nordeste Paraense e Região Guajarina promoveu no ano 2000 a primeira ocupação da SR-01 do INCRA localizada em Belém, em uma clara demonstração de que a interação com o MST influenciou a adoção da ocupação como instrumento de protesto. Ao mesmo tempo entravam em cena os quilombolas articulando ações conjuntas com os ribeirinhos com vistas à titulação das terras ocupadas:

Desta vez, conquistas com um toque diferente: a revitalização das comunidades quilombolas e a redescoberta dos ribeirinhos como um grupo cultural.

(...) O ano de 99 começou bem para o movimento social nas ilhas com a consolidação da uma unidade bastante séria entre STR, CPT, Z-14, AMIA, ADEMPA [Associação de Desenvolvimento dos Produtores de Abaetetuba], ARQUIA, COFRUTA [Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba] e Centro Tipiti, porém cada uma com a sua especialidade. No mesmo ano a CPT, começou, junto com o STR e a paróquia das ilhas, a trabalhar um projeto de regularização fundiária nas áreas remanescentes de quilombo envolvendo as nove comunidades das ilhas, segundo um levantamento antropológico do NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Aí começou o trabalho (CPT, 2006: 20).

A Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) foi criada em 2001 para representar o grupo e encaminhar a titulação das nove comunidades quilombolas e sua regularização fundiária. Teve como influência direta para a sua criação a luta dos quilombolas do rio Trombetas, no município de Oriximiná, com as quais lideranças da AMIA passavam a ter interlocução. No mesmo ano foram tituladas as duas primeiras comunidades do município por meio do Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Das nove comunidades somente três foram tituladas no âmbito na Fundação Cultural Palmares (FCP), no entanto, todas elas tiveram sua posse assegurada com a incorporação das comunidades aos 24 Projetos de Assentamento Agroextrativista. Cabe destacar que o arranjo fundiário que integra comunidades quilombolas e ribeirinhas em uma mesma modalidade de assentamento e regularização da posse reitera a plasticidade da identidade do grupo e o senso de oportunidade para garantir o acesso à terra a partir dos recursos mais disponíveis por meio do aparato estatal.

Por outro lado, é interessante notar a presença dos termos “revitalização”, “redescoberta” e “revalorização”, tanto nas falas quanto nas fontes. Em 2003 a segunda ida dos ribeirinhos para Brasília no sentido de exercer pressão e reivindicar a regularização fundiária de suas terras, resultou na instalação, no ano seguinte como apresentado no Capítulo II, dos primeiros PAEs destinados ao assentamento do grupo:

Desse convite já foi combinado uma ida para ocupar o INCRA, aí nós nos organizamos e fomos. Essa ocupação foi o seguinte, já tinha a ilha do Campompema que estava contemplada e Tabatinga, aí elas bancaram nossa ida, porque nós estávamos engatinhando também. Era uma expectativa das outras ilhas entrarem no projeto. Ia levar a demanda, de dizer que as outras ilhas precisavam também. Porque a conquista de Campompema e

Tabatinga foi lá em Brasília, foi o Ró, foi o Zema, foi o Assopra, inclusive deu uma bronca lá e na época Ana Júlia estava como senadora lá, aí não sei o que aconteceu com o Zema, que ele teve que vir imediatamente de volta, aí ela deu essa passagem para ele voltar e os outros ficaram. Lá o Lula deu uma garantia que o projeto ia ser contemplado, mas para acontecer isso, tinha que apertar o INCRA. (Tesoureiro do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor em setembro de 2015)

O II PNRA foi lançado no ano de 2003 juntamente com a mudança de princípio para a função socioambiental da propriedade da União pela SPU, como exposto no Capítulo II, que estabelece como objetivo a regularização fundiária das terras ocupadas por ribeirinhos e demais comunidades tradicionais e representou a oportunidade para garantia de posse e domínio sobre as terras que historicamente ocupam. Ao mesmo tempo, no mesmo ano, os moradores das ilhas ocuparam pela segunda vez a SR 01 do INCRA localizada em Belém, após uma “caminhada” em direção ao órgão, confirmando a incorporação da estratégia de ação adotada pelo MST:

Eu não lembro quantos dias nós fizemos, porque nós fizemos primeiro a praça, a caminhada na rua, depois nós fomos diretamente para o INCRA. O caminhão entrou lá dentro, quebraram o portão lá, aí a própria companheira que me convidou para fazer a manifestação lá, ela não segurou a onda, ela voltou e nós ficamos lá. Três desistiram, desistiu ela, Alzerita, Eloi e a Maria Raimunda. Ficou eu lá, Cilo, e convidei o irmão dela, que estava com a gente lá, Rui, Assopra, foi uma comitiva grande. Mas aqui da ilha mesmo, tava eu, o Cilo e esse convidado irmão dela, seu Melito, a Marilu e a Dinéia. Esses toparam a parada até a gente fazer nosso trabalho lá, aí depois ficou naquela expectativa, aprova ou não aprova... (Tesoureiro do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Foi com o II PNRA que as reivindicações tanto por reconhecimento identitário quanto por regularização fundiária foram incorporados à pauta histórica do grupo. Enquanto operava na cena pública com as ocupações e pressão pela regularização ocupação das ilhas e várzeas, o movimento social se organizava internamente, conjugando atividade de formação política com “revitalização identitária”:

A partir de quando a gente conseguiu criar os assentamentos em 2003 nós fizemos um projeto de trabalhar o resgate cultural do povo ribeirinho e suas tradições, seus costumes, seus apelidos, sua potencialidade, sua vegetação, sua biodiversidade, sua culinária, nós tentamos trabalhar esse projeto aqui. E o outro era trabalhar o resgate da história do povo ribeirinho no que diz respeito às lutas sociais. Essa discussão foi a partir de 2003, quando nós começamos uma metodologia de cursos de formação através da CPT, quem trabalhava era eu, padre Sérgio e a irmã Rosa. O projeto final era a criação do MORIVA. Fez parte do processo formativo, a gente começou em 2003, 2004, 2005, 2006 e aí criamos o projeto, foi uma formação contínua. Todo ano a gente estava aqui, eram dois cursos por etapa. O público eram as 20 associações extrativistas, 2 associações da Nossa Várzea e 2 comunidades quilombolas. Nós tínhamos agente ambiental voluntário, técnicos agrícolas e o grupo de 50 alunos da pedagogia das águas e o movimento de mulheres. Então esse grupo, era o grupo que fazia parte desse debate da formação da CPT em prol da criação do MORIVA, nós começamos essa dinâmica de trabalho, enquanto o pessoal vinha para a formação, ao mesmo tempo o pessoal estava levantando essas informações, todo o resgate cultural (Assessor da CPT, em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Essas experiências se constituem em importante fator para a convergência das trajetórias das políticas públicas e organização do movimento social ribeirinho de Abaetetuba. Ao serem agrupadas as 57 comunidades CEBs em 24 associações, criadas, sobretudo, por conta das políticas de regularização fundiária destinadas aos moradores das ilhas e quilombolas, as lideranças da AMIA passam a articular, com assessoria da CPT, a reorientação do movimento dos moradores das ilhas. Por outro lado, revelam as dificuldades do aparato estatal e do próprio movimento social em

avaliar qual a melhor estratégia de ação e a quem reivindicar o direito a terra, o que não impedia, contudo a capacidade de ação do grupo:

(...) então qual foi na minha opinião a grande sacada desse movimento? Foi que eles começaram a adotar estratégias do MST, eles fizeram uma interação com o MST e as formas de luta deles que antes aquelas lutas eram de forma pacífica, eles passaram a ser mais incisivos. Ocupação de prédios públicos, que o INCRA e até SPU, porque num primeiro momento que ninguém na esfera pública, nenhuma organização dizia como eles poderiam ser atendidos, eles ficavam naquele jogo de empurra-empurra e não existia assim uma questão, de saber a quem eles se reportavam. Então eles pensaram: nós temos que ter um caminho, então nós vamos ocupar, ocupar e a resposta tem que aparecer (Técnico do INCRA em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Em 2004 foram instalados os dois primeiros PAEs destinados à regularização fundiária dos ribeirinhos na ilha Campompema e Tabatinga com o pagamento do crédito instalação e elaboração dos projetos das casas a serem construídas e/ou reformadas no interior dos assentamentos. No ano seguinte foram instalados mais nove PAEs na região das ilhas, o que correspondia a praticamente metade de total destinado ao grupo. Restava a luta por serviços públicos gerais, que dependiam de outros órgãos para o atendimento dos pleitos dos ribeirinhos para além do acesso à terra, evidenciando o viés fortemente reivindicatório do movimento.



Fonte: CPT, 2009, p. 43.

Figura 5 - Principais reivindicações do movimento social ribeirinho de Abaetetuba

A construção de “habitações dignas de seres humanos” talvez tenha sido, considerando as entrevistas de campo, a única reivindicação do grupo atendida satisfatoriamente, permanecendo até o momento de nossa pesquisa de campo (2015) a demanda pelos demais serviços que integram a pauta de luta, que como buscamos indicar nas seções anteriores, extrapolam aquelas mediadas pelo STR e Colônia Z-14. Em grande medida, por conta do crédito concedido pelo INCRA, ato contínuo

à instalação dos PAEs, a reforma e construção das casas foi levada a termo para grande parte do grupo. Ao mesmo tempo, a denúncia e o combate ao sistema de meia praticado pelos pretensos proprietários das terras em que foram instalados os assentamentos fazia parte da agenda de luta do movimento social ribeirinho que experimentaria, como comentamos na seção seguinte uma reorganização em sua trajetória. Ou seja, muito embora o movimento tenha um forte viés reivindicatório, por direitos e regularização de sua ocupação, atua para superação das relações sociais de produção que são historicamente constitutivas do grupo, como expusemos no capítulo anterior, mas que ainda persistiram, apesar da posse das terras e controle sobre a produção do açaí e palmito pelos ribeirinhos.

4.5 Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba

(MORIVA): Rupturas, Alianças e as Políticas de Regularização Fundiária.

O ano de 2006 representou um momento importante para a reorientação da trajetória de organização política dos ribeirinhos. Se por um lado, amadurecia a necessidade de criação de uma entidade que abarcasse a reivindicação por reconhecimento identitário e políticas públicas, por outro se acentuavam as divergências e rupturas com organizações com as quais se articulava politicamente desde os anos 1990, em especial os quilombolas do município:

Porque nós já tínhamos alavancado o processo da regularização fundiária com os quilombolas, nosso grupo aqui estava mais organizado e isso conta muito. Então o grupo quilombola estava organizado, porque tinha essa ação da CPT, juntamente com os ribeirinhos, depois o processo das ilhas já estava em andamento, pois já tinham sido criados dois projetos aqui, que foi inédito no Brasil, e a organização forte dos ribeirinhos e a CPT na frente do processo (Assessor da CPT, em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Segundo as entrevistas de campo, as divergências entre ribeirinhos e quilombolas foram atribuídas em grande medida às divisões partidárias na política municipal, levando a AMIA a perder a capacidade de mobilizar e representar os moradores das ilhas, conformando as cisões no interior do grupo. Estas se somaram às diferenças sobre as estratégias de ação do movimento social das ilhas e várzeas, acentuando assim, o afastamento dos ribeirinhos de demais atores locais:

Aí um tempo, nós fomos lá, fizemos uma travanca com essa Lourdes Aparecida⁷⁶, Rui, eu, Almir, Zeca e dissemos: como é, vai atender ou não vai atender a gente? Se o INCRA está mandando a gente para cá, vocês tem que nos atender. Mas mesmo assim, chega lá e é só conversa fiada. O MORIVA tem uma tendência e a Arlete tem uma outra tendência que é a tendência do Lauro. O MORIVA dá um suporte a uns candidatos dentro do INCRA para deputado federal, aí a Arlete entra dando apoio para o Lauro, e ele se candidatou e se elegeu deputado estadual, aí tem esse jogo político (Tesoureiro do PAE São Francisco de Assis em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

Os reflexos das disputas partidárias acabaram por influenciar a execução das políticas públicas de regularização fundiária para além dos impasses legais e que exigiam o engajamento individual dos gestores públicos para que estes fossem superados, de modo a permitir a efetividade das políticas. Dito de outro modo, a instalação dos PAEs, conduzida pelo INCRA, ensejou uma aproximação do Partido dos Trabalhadores (PT) com os ribeirinhos, enquanto que a execução do Programa Nossa Várzea pela SPU criava a expectativa de maior penetração do PCdoB no mesmo grupo social. Nos dois casos, o que estava em questão não era a mera cooptação ou subordinação da

⁷⁶ Os nomes reais das pessoas citadas foram substituídos por nomes fictícios para manter o anonimato dos envolvidos.

ação política dos ribeirinhos aos interesses dos partidos aliados no plano nacional. Para além do objetivo de superação da exclusão do acesso à terra do grupo pesquisado, buscava-se o enfrentamento, pela via eleitoral, das forças políticas associadas aos tradicionais donos de terra e da oligarquia política que comandava a Colônia Z-14 e o STR, por exemplo. Contribuiu para esse cenário a articulação de parte da população quilombola com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e a eleição em 2005, pelo PT, do prefeito de Abaetetuba:

Quando chegou em novembro de 2006, nós fizemos uma grande manifestação aqui no porto da cidade, com a presença do bispo, de padre e a gente chamou os quilombolas. Infelizmente fomos boicotados na hora pela associação deles, por dor de cotovelo. Em todo o Brasil existem as instituições pelegas, que estão a serviço do governo e nesse caso nós estávamos tendo uma briga com o pessoal da associação estadual MALUNGU⁷⁷, que o governo criou para dar suporte. Então tem liderança na MALUNGU que ganha dinheiro do Estado para fazer a política do governo, para dizer que o governo está bom, para facilitar o deles. A MALUNGU está na mão do PSDB e como a CPT tinha uma dificuldade com a MALUNGU, acabava tendo também com a comunidade que a MALUNGU tinha relação direta, aí por isso boicotaram criando outro encontro estadual na comunidade. Eles tinham dois momentos que era o momento inicial dentro do barco, que era a dança quilombola e no outro dia que era uma apresentação dos quilombolas e eles não fizeram. Daí nós saímos na peregrinação, varias embarcações e até a comunidade do Sagrado, onde tivemos a acolhida e foi dada a abertura do primeiro congresso dos ribeirinhos das ilhas e várzeas de Abaetetuba. Éramos 520 mais ou menos... Daí foi eleita uma coordenação, cinco homens e uma mulher, inclusive negra. Trabalhamos o primeiro mandato e o MORIVA começou, começamos a estruturar o regimento do MORIVA, as delimitações, as metas e daí começou a história (Morador do rio Abaeté em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Não é por acaso que a divisão político-partidária na região das ilhas é marcada pela polarização entre os “vermelhos” e os “amarelos”. No primeiro grupo estão os ribeirinhos que são filiados ou simpatizantes do PT e que integram o MORIVA, enquanto que o segundo serve para classificar aqueles próximos do PSDB. Nos dois casos trata-se de ofensa pessoal a designação das cores aos interlocutores em questão, pois a classificação por cor tende a desqualificar o discurso e a legitimidade das ações, posto que subordina o interesse dos atores ao jogo político eleitoral. Essa percepção é reiterada pelo Relatório de Pesquisa elaborado pelo IPEA:

Embora a racionalidade político-eleitoral esteja presente na aplicação de qualquer política pública, é importante a consideração dessa questão neste relatório. A percepção dos comunitários da atuação de atores políticos, seja de âmbito local, seja de âmbito regional, na implementação de políticas públicas, pode ter efeitos deletérios sobre a credibilidade da ação, comprometendo a efetivação de sua finalidade (IPEA, 2015: 58).

A rede informal local do movimento social ribeirinho que se mantinha sob influência da CPT e das legendas de esquerda articulou parcerias com organizações de fora do município e isto ajuda a entender a participação no Fórum do Nordeste Paraense e Região Guajarina. No entanto, localmente a Colônia Z-14 e o STR se mantiveram próximos do grupo. Ao final do ano de 2005, quando o Programa Nossa Várzea começou a ser implantado no município, como resultado das viagens das lideranças da AMIA para Brasília e à Gerência Regional de patrimônio da União (GRPU/PA) localizada em Belém foi realizada uma reunião entre lideranças ribeirinhas e CPT, de onde se encaminhou a atividade de formação política do grupo, cujos objetivos eram: revitalização identitária, fundação de um movimento dos ribeirinhos e ribeirinhas e o estabelecimento de relações de “companheirismo com os demais movimentos ribeirinhos da região amazônica” (CPT, 2006:

⁷⁷ Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará.

24). Ao mesmo tempo, ficou agendada para o segundo semestre do ano seguinte a realização do 1º Congresso dos Ribeirinhos de Abaetetuba.

No ano previsto para a realização do 1º Congresso, foram instalados mais nove PAEs na região das ilhas, totalizando vinte assentamentos desta modalidade no período 2004-2006⁷⁸, o que significou a regularização fundiária nesta modalidade para 7.353 famílias ribeirinhas das 7.687 que seriam atendidas até 2015. Esse foi o período do ápice da política de regularização fundiária executada pelo INCRA no município, enquanto que os TAUS emitidos pela SPU no âmbito do Programa Nossa Várzea seriam mais fortemente concedidos nos anos seguintes⁷⁹. Por seu turno, desde 2004 os povos e comunidades tradicionais já se articulavam politicamente para exigir respostas do Estado para suas reivindicações, contribuindo para os contornos gerais da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais que seria promulgada em 2007.

Nesse contexto entre os dias 03 e 05 de novembro de 2006 foi realizado o 1º Congresso dos Ribeirinhos e Ribeirinhas de Abaetetuba. Nos meses anteriores ao Congresso foram realizados encontros de formação política nas ilhas, com a assessoria da CPT com o propósito de construir coletivamente o que consistiria a identidade ribeirinha e como “revitalizá-la”, quais as reivindicações do grupo e a escolha de “um símbolo para os ribeirinhos” (CPT, 2016: 24). Ao mesmo tempo, durante tais encontros, os integrantes do “Arquivo Vivo” colheriam os relatos e histórias integrantes da memória coletiva do grupo e que subsidiaram a elaboração das duas cartilhas que usamos como fontes na presente dissertação. Em que pese não as tratarmos como documentos que fidedignamente registram episódios históricos mais gerais e que narram com objetividade os eventos que envolveram conflitos e derrotas políticas, representam fontes importantes para a compreensão de como o grupo construiu seu enquadramento, visões de mundo e sentidos que atribuíram para suas experiências em um dado momento de sua história. Para entender como se deu a mobilização política do grupo, mais do que racionalidade estratégica ou estruturas econômicas, segundo Cefaï (2009), a investigação sociológica deve ser sobre o contexto de experiência dos atores definida nos seguintes termos:

O termo experiência pode aqui ser entendido de três maneiras, nas quais a cada vez nos encontramos afetados de modo diferente: a) a experiência como prova estética: os sentidos afetivos (*pathos*) e estéticos (*aisthesis*) são o que, abaixo das argumentações e dos julgamentos, nos dão acesso ao mundo, articulações da experiência que fazem com que estejamos em contato direto e ativo com as situações porque elas nos “tomam”; b) a experiência como experimentação prática: o reconhecimento do real é provado pelos testes que podemos submeter às situações e pelos resultados aos quais nós devemos nos submeter, fazendo crescer nossa capacidade de ação e nos dobrando a uma realidade transcendente; e c) a experiência como troca interativa: nosso acesso à verdade, ao bem e ao direito nunca é solitário, passa por interações com os outros e com as coisas, via processos de cooperação e de comunicação, que por vezes tomam a forma de verdadeiras deliberações, em que nos expomos aos pontos de vista dos outros (CEFAÏ, 2009: 32).

Thompson (1981) já havia formulado, em crítica aos argumentos, que a experiência seria um “nível muito inferior de mentação” ou ideologicamente contaminada:

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso

⁷⁸ No ano de 2014 foram instalados mais quatro PAEs, como apresentado no Capítulo II.

⁷⁹ Segundo o balanço de gestão do órgão para o período 2003-2013, no município de Abaetetuba foram emitidos 6.757 Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), em favor dos moradores das áreas de várzea.

científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências (THOMPSON, 1981: 16).

A abordagem da experiência⁸⁰, tal como empreendida pelos autores chama a atenção para a importância da interação e que a experiência não é descolada de reflexão sobre o que acontece aos atores e com o mundo ao seu redor. Esse registro de Cefaï e Thompson, guarda familiaridade com a noção de reflexividade que discutimos no capítulo anterior, tendo Giddens como referência para tratar das transformações das práticas e da identidade ribeirinha.

A afirmação da identidade ribeirinha, a constituição do MORIVA e a execução das políticas fundiárias nos termos em que elas incidiram sobre o grupo, colocam a segunda metade da década de 2000 como momento de convergência das três trajetórias historicamente construídas. Os nossos esforços de pesquisa nos capítulos anteriores são, portanto, completados com a trajetória de organização política dos ribeirinhos de Abaetetuba, tendo a criação do MORIVA como marco. Os episódios que descrevemos ao longo de três capítulos têm o intuito de indicar etapas do desenvolvimento destas três trajetórias. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), em uma oficina realizada no município em 2008, colheu relatos das lideranças sobre o processo de formação da organização, evidenciando os lastros de sua criação com as necessidades práticas da regularização da ocupação:

Daí fomos levando para outras e quando foi em 2005 nós fizemos um congresso de todas as ilhas que já tinha associação porque no começo nós tínhamos uma orientação de uma só associação administrar todo o projeto de Assentamento Agroextrativista, depois nós fomos orientados por alguém do INCRA que não era bom pra nós porque se essa associação entrasse em inadimplência aí, todo o projeto ficaria prejudicado, então qual seria o parecer, de cada ilha ter uma associação porque se aquela ilha tivesse alguma dificuldade de prestação de trabalho público que venha prejudicar o trabalho daquela ilha, mas as outras continuam né! Então, foi por isso o fato de nós termos várias ilhas e várias associações. É por causa da dificuldade de se houver numa ilha não prejudica o trabalho da outra ilha. Então, dessa ilha e dessa associação nós tivemos um grande congresso (novembro de 2006) e desse congresso foi criado o MORIVA – MOVIMENTO DE RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS DAS ILHAS DE VÁRZEA DE ABAETETUBA. Nós criamos o movimento dos ribeirinhos, depois com o movimento dos ribeirinhos precisava ter alguma coisa pra trabalhar, alguma coisa concreta (...) (PNCSA, 2008: 03).

O MORIVA foi oficializado no dia 05 de novembro de 2006 na comunidade Sagrado Coração de Jesus no Maracapu. **Esse movimento ele nasce como um instrumento de luta pela cidadania ribeirinha, uma vez que o povo ribeirinho, ele estava excluído da sociedade brasileira.** Então o MORIVA nasceu com a tocha da esperança, iluminando nossos rios e a nossa vida, porque ele é um movimento popular simples, ele um movimento sem fim lucrativo, representativo das associações agroextrativistas, comunidades quilombolas ribeirinhas e outras associações de caráter social. O MORIVA vem ser composto pelas associações, pelas comunidades quilombolas, ribeirinhas, colaboradores e grupos (Coordenador do MORIVA em entrevista ao autor em Setembro de 2015, grifos nossos).

Nos primeiros anos de constituição do MORIVA a ação foi orientada para reivindicar e fiscalizar a efetiva execução das políticas de regularização da ocupação por meio dos PAEs. Isto significou que os integrantes do movimento se concentraram em garantir o acesso às modalidades de crédito previstas após a instalação dos assentamentos e a circulação de informações nas regiões

⁸⁰ Tal abordagem sobre nosso objeto pretende se afastar dos modelos fundados na mobilização de recursos e na escolha racional, onde os atores perseguem os objetivos por eles desejados, pensando seus interesses em termos da economia de bens privados ou públicos. Para atingir seus fins lançam mão de “máquinas de combate” que são as associações, sindicatos ou partidos políticos que modificam as relações de força e a distribuição de recursos.

das ilhas sobre o andamento das políticas. Por outro lado, articulou uma rede informal de parceiros que inclui entidades sediadas fora dos limites municipais, mas que atuam localmente:

Nossos parceiros são o MST, a Via Campesina, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, a Paróquia Nossa Senhora da Paz, o Sindicato dos Trabalhadores, a Colônia de Pescadores e os órgãos do MPF, a SPU, o Iterpa, IBAMA, são os nossos parceiros. O MORIVA sobrevive com a contribuição mensal dos sócios, que é de R\$ 2,00 para o movimento social, para manter as questões das burocracias, encaminhamento de documento, para fazer as viagens de resolver as situações das ilhas. O conteúdo do nosso trabalho é resistência, dentro das políticas sociais, nós temos a organização das associações e grupos, nós temos a formação humana política e ambiental de base das lideranças, nós temos a revitalização identitária do povo ribeirinho e quilombola, a luta social pela terra, território e educação, saúde, segurança pública, produção diversificada, industrialização, comercialização, apoio a habitação e a questão do PRONAF. Política de reforma agrária, nós temos as lutas fundiárias, trabalhar a mística da terra, da regularização fundiária, o licenciamento de uso da terra, os conflitos da terra, o ordenamento fundiário do município como terra da União, INCRA e SPU, terra do Estado, Iterpa e SPU, terra do município e terra patrimonial, plantação de projetos, criação de projetos de assentamento convencionais e agroextrativistas, RESEX, RDS, PAE, PDS e CASUD [Centro de Atendimento Social ao Usuário de Drogas], mas o que nós trabalhamos mais aqui é a questão do PAE. Temos uma reserva ecológica extrativista na Ilha do Capim, que foi criada há dois anos, 2013 (Coordenador do MORIVA em entrevista ao autor em setembro de 2015).

A base social do MORIVA é a população que se autodefine como ribeirinha e quilombola que estava distribuída originalmente em 57 comunidades eclesiais de base, mas que nos dias atuais está agrupada em 24 PAEs. Os associados contribuem mensalmente para a manutenção da sede do movimento, que na ocasião da nossa pesquisa era alugada, despesas do escritório e deslocamento das lideranças para as ilhas e várzeas, uma vez que elas não são remuneradas. Cumpre ressaltar que nem todos os ribeirinhos residentes nos assentamentos contribuem, por falta de recursos ou interesse, para a associação e para o MORIVA, pois é necessário estar associado para que o valor de dois reais mensais seja arrecadado. Por outro lado, nem todo ribeirinho membro da associação mantém em dia o pagamento de suas contribuições, o que se constitui em problema que segundo as entrevistas, diminui a capacidade de ação e deslocamento das lideranças, tanto no interior das ilhas e várzeas quanto em outras regiões do estado do Pará:

O objetivo do nosso movimento, dentro do imenso leque das necessidades da população ribeirinha, o MORIVA tem como objetivos, primeiro, desenvolver programas voltados aos interesses dos ribeirinhos, com ênfase para a atividade agrícola, pesqueira, artesanal, extrativista, educacional. O segundo objetivo é proporcionar as associações e comunidades quilombolas ribeirinhas e outros grupos, com curso de assistência educacional, técnica, na linha da pecuária, da pesca e da agroecologia, realização de pesquisa e treinamento socioambiental, com atividades sociais, culturais e recreativas. Usando melhoria de condições de vida e promovendo para os ribeirinhos ajuda mútua e solidariedade humana. O terceiro objetivo é manter estreito o intercâmbio com poderes, associações congêneres, agroextrativistas, quilombolas e Nossa Várzea. E o quarto é unificar as bandeiras de luta de várias organizações sociais das ilhas de Abaetetuba, se necessário, buscando parcerias com as associações ribeirinhas da Amazônia. Hoje o movimento social está organizado com o presidente ou o coordenador, o vice-coordenador, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretária e uma assessoria que está representada pela CPT, a Guajarina, que trabalha a região do Baixo Tocantins. As decisões dentro do MORIVA são tomadas pela assembleia geral e pelo conselho deliberativo e o nosso público é o povo originário, moradores das ilhas e várzeas de Abaetetuba, estudantes e pedagogos da pedagogia das águas, técnicos agrícolas e jovens do campo voltados para a agroecologia, agentes ambientais voluntários e amigos da natureza, comunidades quilombolas em harmonia com nossas finalidades e grupos de mulheres ribeirinhas em consonância com os nossos objetivos (Morador do rio Abaeté em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

Cada PAE conta com uma associação de assentados cujos principais objetivos são o desenvolvimento das comunidades localizadas em seu interior e a titulação definitiva dos assentamentos por meio da emissão da CDRU. Essa etapa foi atingida somente nos dois primeiros PAEs criados em 2004 e que por conta da mobilização do grupo foi concluída antes dos 30 anos previstos pela norma que regulamenta a instalação desta modalidade. Cada associação conta com uma direção em que o perfil varia pouco entre elas, sendo em geral, compostas de presidentes, secretários, tesoureiros e com um número médio de doze membros que são diretamente eleitos por meio de chapas. A dinâmica de mobilização interna de associação também varia entre elas com reuniões regulares e participação nas atividades do MORIVA:

(...) a gente se reúne de dois em dois meses, de três em três meses, assim que há algum comunicado, a gente convoca a reunião. O MORIVA funciona na segunda e na sexta e a gente mantém essa relação com eles e eu como presidente da associação sou convidado quase todas as segundas para estar lá, para que a gente possa estar recebendo as informações e trazer para o assentamento. Tanto a associação vai através das reuniões, como através das assembleias do MORIVA. É um movimento que tenta se relacionar para que as coisas possam ir fluindo (Presidente da Associação do PAE da Ilha do Xingu em entrevista ao autor em 2015).

As assembleias do MORIVA são realizadas para que os processos eleitorais e discussão de temas mais amplos que exigem a participação direta dos ribeirinhos, não sejam encaminhados sem a mediação dos membros das associações. À medida que as associações foram formadas, cada uma delas se constituiu em pessoa jurídica com o seu estatuto registrado em cartório e passava a ser administrada por seus dirigentes eleitos. Essa é uma importante estratégia do movimento, pois extrapola exigência contida nas portarias que regulamentam a instalação dos PAEs. A realização da inscrição de todas as associações no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) garantiu autonomia na gestão dos recursos disponibilizados pelo INCRA, tornando ao mesmo tempo, os custos de organização do movimento mais elevados:

Como o movimento congrega as associações, porque o MORIVA só existe a partir das associações, elas são todas jurídicas, todas com CNPJ. Devido ao projeto de assentamento, devido a nomenclatura do Governo Federal, especificamente do INCRA, então foi necessário cada associação, como ela tem sua especificidade, cada uma criar o seu CNPJ, uma vez que Abaetetuba é formada por 73 ilhas e já foi feito todo um estudo antropológico que fez uma espécie de divisão geográfica que divide elas em 24 ilhas, congregando dentro delas, as demais 50. Dentro do projeto agroextrativista, temos 24 grandes ilhas, no parecer da comunidade eclesial de base são 73 ilhas. E cada uma das ilhas tem uma sede. E não é a toa que os nomes dos PAEs são nomes de santo, que são os padroeiros das comunidades. (...) trabalhamos voluntariamente, tiramos um tempo dedicado ao movimento social, somos 12, onde são 6 efetivos, 6 suplentes e 1 assessoria que é a CPT (Coordenador do MORIVA em entrevista ao autor em setembro de 2015).

Com a criação destas pessoas jurídicas para cada PAE, o fluxo dos créditos destinados aos assentamentos não seria interrompido em caso de inadimplência por falta de prestação de contas ou uso indevido dos recursos. Em situações de bloqueio na liberação de recursos para uma delas, as demais associações não seriam prejudicadas e ainda poderiam auxiliar aquelas que estivessem com problemas de fluxo de recursos. Essa estratégia foi construída com a participação da CPT, em especial do padre Sergio Toledo, sucessor do padre José desde os anos 1990, a quem os entrevistados atribuem a iniciativa.

Os símbolos e a bandeira do MORIVA foram escolhidos e concebidos durante o 1º Congresso Ribeirinho das Ilhas de Abaetetuba realizado em 2006. O símbolo do movimento é o matapi, petrecho de pesca que representa a união, força e indivisibilidade do grupo e foi incorporado à bandeira do movimento que é a representação maior da entidade. A bandeira do

MORIVA é formada por um retângulo verde que representa as “florestas” da região, por um losango azul, representando as águas que circundam as ilhas e várzeas e por um círculo branco que sugere a “paz e harmonia” entre os ribeirinhos e sobre ele a imagem de um matapi adornado com o nome da entidade. No círculo branco estão ainda inscritas vinte estrelas verdes que representam cada um dos PAEs instalados até o ano de criação do movimento em 2006. A escolha da cor verde para as estrelas que representam as associações sugere a esperança de emancipação dos assentamentos.

Na porção superior do círculo está uma estrela vermelha, cuja cor simboliza tanto a cor predominante na bandeira do Estado do Pará quanto uma alusão ao PT, partido do qual o movimento é próximo. Vale mencionar que a bandeira do movimento parece emular a bandeira do Brasil, tanto pelas formas geométricas escolhidas quanto pela disposição das bandeiras que apresentam as associações. A nosso ver, a bandeira do movimento incorpora também por meio das cores e grafismos, elementos constitutivos da identidade do grupo, tais como o ambiente (florestas e águas), as práticas (matapi) e as formas atuais de ocupação do território com a representação das associações e não as comunidades.



Foto 26 - Bandeira do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA)



Foto 27 - Perfil no Facebook do MORIVA. No detalhe, atual coordenador do movimento empunhando a bandeira

Além das atividades de comunicação e reuniões semanais com membros das associações, as lideranças do MORIVA criaram um perfil na rede social Facebook, onde disponibilizam regularmente uma programação de atividades, informes e conquistas que o grupo obtém no tocante a políticas públicas, sobretudo as relativas à formação. A atualização do perfil é em geral realizada no escritório do movimento, localizado na sede do município e que dispõe de internet firme. Apesar do “álbum de fotos” registrar as diversas atividades e reuniões, a imagem do coordenador empunhando a bandeira maneja o elemento de personalismo das lideranças, dada a ausência na página principal do perfil de mais componentes do grupo.

Após a sua criação, o MORIVA, além de articular a efetiva aplicação dos recursos associados à instalação dos PAEs, realizou no ano de 2009 o 3º Congresso de Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba. Na ocasião foi lançada a segunda cartilha de “Memória e Revitalização Identitária”, onde os elementos constitutivos da identidade do grupo foram detalhados e compõem a memória coletiva do grupo relativos à sua formação histórica, práticas sociais e modos de interação com o ambiente. Este é o segundo documento produzido pelo grupo que utilizamos como fonte de pesquisa.

Com a instalação dos PAEs e de suas respectivas associações de assentados, o volume de recursos disponibilizados pelo Estado por meio das duas políticas de regularização fundiária impôs outra dinâmica de circulação de dinheiro na economia municipal que até então o grupo não havia experimentado. Isso permitiu a contribuição dos associados para o MORIVA ao ponto de ser possível a constituição de patrimônio pelo movimento:

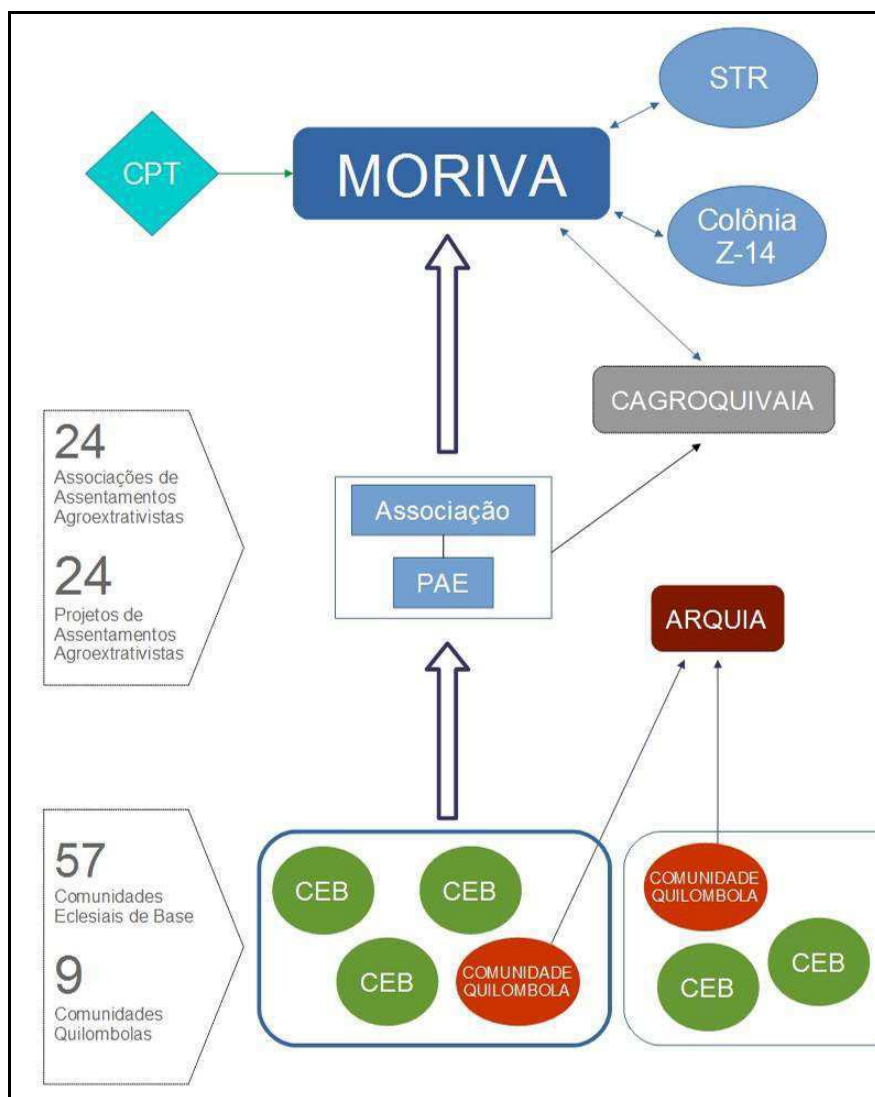
Tem reunião, aí chama a atenção de um para frequentar mais, pagar... Paga porque a gente tem que viajar e se manter com o dinheiro. Eu da minha parte não tenho dado nada para fazer o pagamento lá. Porque é assim, R\$ 5,00, R\$ 2,00 vai pro MORIVA e R\$ 3,00 é para ficar com a tesoureira. Aí no caso vai ter uma reunião em Abaete, aí a pessoa não tem dinheiro, se eu tenho na tesouraria eu mando ele ir buscar uns R\$ 20,00 que dá para ele se manter com a merenda e a passagem, mas aqui não acontece isso porque o pessoal não paga (Moradora do Rio Pirocaba em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

As contribuições mensais permitiram a aquisição de sua sede própria, que passava então a ter um espaço na área urbana do município, para a realização de encontros, reuniões, atividades de formação política e técnica articulada pelos seus parceiros e a hospedagem dos alunos da Pedagogia das Águas durante os dias de aula, evitando assim que os estudantes precisassem retornar para a suas residências na região das ilhas diariamente.

O MORIVA também adquiriu, com os recursos obtidos por meio da contribuição mensal dos associados, um barco para as atividades de campo, além de material de escritório e mobiliário. A gestão desse patrimônio exigiu a constituição de uma pessoa jurídica que ficasse responsável pelas aquisições do movimento:

Como o MORIVA é uma instituição não jurídica, ele não pode ter CNPJ, das nossas conquistas e uma delas é a casa e os materiais internos pra mobiliar a casa, foi necessário criar uma coordenação denominada de conselho. Quando um movimento social não tem CNPJ, o conselho iria ter o CNPJ para resguardar o patrimônio conquistado pelas associações. Uma vez que uma associação não pode ser detentora de todo o bem material que o movimento conseguiu e para isso foi criado o **Conselho das Associações Agroextrativistas e Quilombolas de Várzeas e Ilhas de Abaetetuba (CAGROQUIVAIA)**. A casa que antes estava antes nas mãos de uma associação, da primeira que foi a São João Batista, passou através de documento para a coordenação do conselho, onde o primeiro presidente foi o Damião (Coordenador do MORIVA em entrevista ao autor em setembro de 2015 grifos nossos).

Nesse sentido, o Conselho das Associações Agroextrativistas e Quilombolas de Várzeas e Ilhas de Abaetetuba (CAGROQUIVAIA) foi criado para que o movimento social passasse a ter condições de transferir o patrimônio que estava sob posse de uma único PAE para uma entidade concebida pelo próprio movimento e assim fazer a gestão de modo coletivo e desvinculado de uma das 24 associações. Com uma pessoa jurídica de caráter coletivo e independente de projeto de assentamento específico, o CAGROQUIVAIA dotou o MORIVA de condições para receber recursos de outras entidades e parceiros, sobretudo nas atividades de capacitação e formação política. Na organização do movimento social ribeirinho, o MORIVA seria a entidade política e articuladora da mobilização, enquanto que o CAGROQUIVAIA funcionaria como um conselho gestor e administrativo. A partir das informações colhidas nas entrevistas e que descrevemos no presente capítulo, e considerando ainda os aspectos históricos e organizacionais do movimento, buscamos representar por meio da **Figura 6** como se conforma a organização política dos ribeirinhos de Abaetetuba.



Elaboração própria e arte de Eugênia Motta, 2016.

Figura 6 - Esquema da organização político-administrativa do movimento social ribeirinho de Abaetetuba

Ainda que possamos incorrer em reducionismos na representação gráfica do movimento social ribeirinho, sobretudo por obliterar toda a rede da qual o MORIVA faz parte com entidades, cujas abrangências de atuação extrapolam os limites locais, buscamos ainda assim, articular a formação em perspectiva histórica, da sua base social e as alianças mais longevas como é o caso da CPT, Colônia Z-14 e STR de Abaetetuba. Não por acaso, a referência à CPT acompanha regularmente as falas de nossos entrevistados e os documentos produzidos pelo grupo. O CAGROQUIVAIA, tal como instituído foi resultado do desenvolvimento da organização do grupo a um grau que não havia sido alcançado até então, pois mesmo sendo concebido no âmbito do MORIVA era dotado de autonomia para gestão do patrimônio das associações dos PAEs.

Após dois anos de funcionamento com essa estrutura, o grupo experimentaria uma traumática divisão, ensejada pelas divergências sobre a forma de gestão do patrimônio coletivo e administração do Conselho. Nas eleições municipais de 2012, o coordenador do CAGROQUIVAIA, concorreu como candidato a vereador pelo PT e foi derrotado. E assim, atribuiu a responsabilidade a um dos membros mais antigos do MORIVA, com a alegação de que este não havia se engajado na sua campanha. Somados aos crescentes conflitos e disputas internas sobre a gestão do patrimônio e

condução dos projetos desenvolvidos na sede do movimento, onde o que estava em jogo era a afirmação de autonomia do CAGROQUIVAIA, em face da influência do MORIVA, uma nova coordenação do Conselho foi eleita, em processo eleitoral questionado por parte dos entrevistados, e operou a ruptura com o MORIVA. Nesse tocante, Cefaí oferece elementos para a compreensão deste episódio constitutivo da trajetória organizativa dos ribeirinhos:

A través de actividades de reflexión, discusión y acción, la acción asociativa va acompañada de la entrada de sus miembros en relaciones de cooperación y conflicto. Los individuos aprenden a afirmarse y enfrentarse, reconocerse y respetarse. Viven esa alianza de intercambios de diálogo, coordinación y competencia como fuente de desarrollo personal. Les proporciona un sentimiento de afirmación y madurez. Proporciona a los individuos unos elementos de constitución de una identidad que les ayuda a autodeterminarse proyectándose en el futuro, sopesando las ventajas de las que disponen, superando pruebas que los forman, imaginando alternativas para quien vive esas experiencias, formulando ideales de vida común. De forma autónoma, los miembros de las asociaciones se dan razones y motivos válidos para lo que quieren hacer y lo que hacen realmente (CEFAÍ, 2003: 94).

Nesta divisão a coordenação do CAGROQUIVAIA, passou a proibir o acesso e atividades do MORIVA na sede impedindo a utilização do espaço. Na disputa entre “Movimento” versus “Conselho” o segundo é considerado “mais forte porque é pessoa jurídica” e com essa divisão, parte das associações romperam com o MORIVA e criaram uma nova entidade para representá-los:

O MORIPA foi criado esse ano, porque eles lá usavam MORIVA, aí desmembrou e como eles não tinham sigla para se definir, aí veio o Damião e para desmembrar colocou o MORIPA, mas é uma sigla paliativa que não representa essas associações. **Porque é Movimento Ribeirinho dos PAEs de Abaetetuba. Eles estão com essa sigla e nós estamos aqui, porque quem criou e pariu o MORIVA foi a CPT através do Padre Sérgio Toledo em 2005. A CPT é a mãe do MORIVA, então não podemos desmembrar. O que vence é a organização, pelo lado das forças, nós estamos mais organizados do que eles.** Não é a toa que eles estão querendo um retorno, pela questão da organização (Coordenador do MORIVA em entrevista ao autor em setembro de 2015, grifos nossos).

Em finais de 2012 os ribeirinhos de Abaetetuba passaram a ter duas entidades para representar seus interesses: o MORIVA e o Movimento dos Ribeirinhos dos PAEs de Abaetetuba (MORIPA), este último com quem parte das comunidades quilombolas se manteve próximo. Desde então a coordenação do CAGROQUIVAIA que foi reeleita para um novo mandato que se encerra em 2017 representa e tem como base social a metade das associações dos PAEs:

Atualmente o MORIVA tem como atividade principal o desenvolvimento do projeto de assentamento agroextrativista, que nós denominamos de PAE, e outros projetos econômicos, sociais e educacionais, que representam um salto de qualidade na direção da sustentabilidade e da cidadania desse povo ribeirinho. Das vinte grandes ilhas, o MORIVA trabalha com sete atualmente, que é Ilha Xingu - PAE Santo Afonso, Ilha Rio da Prata - PAE São Francisco de Assis, Ilha Capim - PAE Santo Antônio II, Ilha Rio Abaete - PAE Nossa Senhora do Remédio, Ilha Guarujá de Beja - PAE São Francisco Xavier, Ilha Pirocaba - PAE Nossa Senhora do Parto, Ilha Tauerá de Beja - PAE São Pedro. Também dentro do MORIVA, nós trabalhamos com o projeto Nossa Várzea, criado através da portaria 284, do dia catorze de novembro de 2005, através da SPU, GRPU e IBAMA em duas áreas, no rio Abaete e na área Várzea I e no rio Guajará de Beja até o Jarumanzinho, denominado como Várzea II. Além desses, existe também o projeto quilombola, que está em duas áreas aqui no município de Abaetetuba, uma em área Estadual e a outra em área Federal. Na área Estadual nós temos a área de Genipaíba até o alto de Itacuruçá e na área Federal, está a área de Açacu, que esta última está sobre a responsabilidade do MORIVA (Coordenador do MORIVA em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

Quando os entrevistados generalizam usando o termo “associação”, isto inclui as diferenças de ocupação do espaço (associações das ilhas e das várzeas atendidas pelo Programa Nossa Várzea) e de composição étnica (ribeirinhos e quilombolas). Ou seja, a base social do MORIVA após a dissidência constituir o MORIPA é formada por 10 “associações” de assentados, sendo sete da região das ilhas, duas das várzeas e uma de comunidade quilombola. Enquanto o MORIPA mantém outras dez associações sob sua influência. Embora se trate de episódio relativamente recente, considerando a trajetória de organização política dos ribeirinhos, seus efeitos e consequências extrapolam o contexto da pesquisa. No entanto, a divisão do movimento ribeirinho entre MORIVA e MORIPA indica o quadro conflituoso e plural (CEFAÏ, 2013) em que a comunidade se auto-institui em face de problemas públicos e a reflexividade coletiva dos atores. Ao mesmo tempo, reitera o argumento de Thompson (2004) de que a que classe não pode ser entendida como uma “coisa” fixada em tempo e espaço específicos:

A classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.

Se mostrei um entendimento insuficiente das preocupações metodológicas de certos sociólogos, espero, no entanto, que este livro seja tomado como uma contribuição para a compreensão da classe. Pois estou convencido de não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico (THOMPSON, 2004: 11).

Dos episódios que expusemos ao longo deste capítulo, este último se soma aos anteriores e àqueles que ainda se desenrolarão, passando a fazer parte da trajetória do movimento social ribeirinho de Abaetetuba.

Além da divisão do movimento social que desde finais de 2015 ensaiava negociações para reaproximação, outro problema enfrentado no tocante à continuidade da organização política grupo, diz respeito ao envelhecimento de seus quadros e à dificuldade em mobilizar jovens para a participação. O projeto Pedagogia das Águas, voltado para a formação universitária de jovens ribeirinhos e para a atuação no movimento social das ilhas, acabou por produzir o afastamento dos graduandos do movimento, sobretudo por desenvolverem outros interesses para além da atuação política na região das ilhas. Para além da reunificação do movimento social, renovação dos quadros e reivindicação de serviços públicos e infraestrutura dos PAEs, as tarefas mais recentes do grupo envolvem o enfrentamento e resistência à presença da mineradora Albrás-Alunorte na região e os impactos ambientais da atividade sobre suas formas de vida e de se organizar politicamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de pesquisa que estruturou a presente dissertação é que as três trajetórias aqui descritas em capítulos específicos convergiram na segunda metade dos anos 2000. Apesar de terem sido tratadas de modo apartado, ressaltamos que na realidade social estas se mostraram articuladas. No intuito de tentativamente resumi-las apontando nestas páginas finais como estiveram encadeadas, afirmamos que tais trajetórias tiveram por base os regimes de terras, em particular as públicas, que foram instituídos desde o período colonial e ensejaram conflitos, migrações e deslocamentos que contribuíram para conformar as origens pluriétnicas da ocupação das ilhas e várzeas de Abaetetuba.

As comunidades que se formaram ao longo das margens dos cursos d'água e no interior das ilhas participaram dos diversos ciclos econômicos experimentados pela região. Até onde os dados levantados permitem afirmar, seus moradores se mantiveram no período de tempo alcançado pela memória coletiva do grupo, ora expropriados do acesso à terra, por meio de um tipo de “inquilinato” ora alienado do produto de seu trabalho, como indicam o sistema de meia e o aviamento nos ciclos da cana e da borracha. Nos finais dos anos 1950, com a chegada da Igreja Assembleia de Deus na região das ilhas e posteriormente na década de 1970 com a formação das 57 CEBs, “caboclos das ilhas” passam atuar diretamente nas comunidades com atividades de evangelização e de mobilização política. A organização das comunidades era até então voltada para o próprio grupo, conformando e transformando ao mesmo tempo um conjunto de práticas, saberes e manifestações religiosas de modo próximo ao que Thompson (1998) definiu como *cultura plebeia*.

Tratou-se de um período de radicalização da modernização autoritária da região amazônica e no Pará especificamente, cujos efeitos deletérios se acentuaram em finais da década de 1970. Eles estavam ligados à federalização de mais de dois terços do território do Estado do Pará que foram destinados aos projetos de colonização, assentamento dirigido, instalação da agroindústria, mineração, rodovias e hidrelétricas, financiadas por recursos públicos, via SUDAM e BASA principalmente. As terras em questão eram públicas (devolutas e não devolutas) ou foram confiscadas pela ditadura civil-militar quando da instalação dos PICs no âmbito do Programa de Integração Nacional para também atender ao que preconizava o Estatuto da Terra. No entanto, tratava-se de terras que não haviam sido arrecadadas para o patrimônio da União sem serem posteriormente destinadas ao Iterpa ou INCRA para execução dos projetos de colonização e de assentamento. Como isto não ocorreu, com o abandono do Programa de Integração Nacional, tais terras sem a devida identificação de sua extensão foram objeto de grilagem, agravando fortemente o quadro de conflitos no Estado, tendo como atores envolvidos os latifundiários, empresários, posseiros, assentados e outros sujeitos históricos que ocupavam essas terras, entre eles ribeirinhos, extrativistas, quilombolas. Nesse contexto de violência e disputa pelas terras a Comissão Pastoral da Terra e militantes de partidos políticos, notadamente PCdoB e PT passaram a atuar mais fortemente na mobilização política dos grupos subalternos do Estado do Pará.

Não por acaso em 1982 os “caboclos das ilhas”, com o apoio da CPT assumem a cena pública no município de Abaetetuba pela primeira vez com o movimento CENTRILHA que tinha como objetivo a produção de candidatura própria para a eleição daquele ano. A partir de então, nos anos seguintes a organização do grupo permitiria a criação no ano de 1986 da AMIA, representando não só a ressignificação da identidade do grupo para “morador das ilhas”, de modo a escapar ao estigma associado à designação de caboclo, como também consolidava o pleito por serviços públicos como as principais reivindicações do grupo. No ano seguinte, como um dos desdobramentos do I PNRA foi publicada pelo INCRA a Portaria Nº 627 que criou o projeto de assentamento extrativista que além de visar atender as formas distintas dos modelos tradicionais de ocupação e de relação com o ambiente, serviria de base normativa para a principal política de regularização fundiária implantada na região das ilhas de Abaetetuba. Foi nesse mesmo ano que os

moradores das ilhas participaram da chapa de oposição para concorrer às eleições para o STR e Colônia Z-14, sem conseguir vencer.

A vitória eleitoral nessas entidades viria em 1989, um ano após a promulgação da Constituição Federal que estabelecia um conjunto de direitos para os grupos específicos e constitutivos da sociedade nacional, bem como definia os usos dos bens da União, em especial as terras públicas. Com a derrota das chapas “pelegas” no STR e na colônia de pesca, aumentava a participação dos moradores das ilhas na cena política com a formação de alianças e parcerias com entidades cuja atuação extrapolava os limites municipais. A primeira metade dos anos 1990 foi marcada pelas divergências e rachas no interior da AMIA e foram motivadas pela disputa de hegemonia de grupos internos e relação com o quadro político-partidário do município. Em 1996 foram editadas as portarias do INCRA que permitiriam, a partir do aperfeiçoamento daquela criada em 1987, a instalação nos anos 2000 dos PAEs nas ilhas e várzeas de Abaetetuba. No final dos anos 1990 com o esvaziamento da AMIA, parte dos moradores das ilhas, com a assessoria da CPT, passou a atuar mais diretamente no Fórum Nordeste Paraense e Região Guajarina, quando então a parceria com o MST e ONGs atuantes na região, dos quais a FASE se constituiu em aliado estratégico, passa a apoiar o grupo na elaboração de projetos de fortalecimento político e associativismo. No mesmo período, em 1999, a afirmação da identidade quilombola na região das ilhas, redonda na titulação de territórios que posteriormente seriam incorporados aos PAEs.

No começo da década de 2000 se consolida como estratégia de luta, por influência da interação com o MST, a ocupação de prédios públicos, notadamente do INCRA e SPU, e viagens para Brasília com o intuito de pressionar o Estado pela regularização da ocupação dos ainda moradores das ilhas e várzeas. Em 2001 foi criada a ARQUIA, que se constituiu na principal entidade de representação política dos quilombolas de Abaetetuba. Nesse mesmo período, a regularização fundiária se consolidou como importante item da pauta de reivindicações do grupo, se somando às demandas por saúde, educação, saneamento, habitação, energia elétrica e geração de renda. No ano de 2003 a Secretaria de Patrimônio da União mudou sua missão institucional. A ênfase deixaria de ser a mera função arrecadatória e passava a ter como missão criar condições para o cumprimento da função socioambiental do patrimônio gerido pela instituição. Ao mesmo tempo, foi o ano de realização da ocupação da SPU e do INCRA pelos moradores das ilhas e de participação em um seminário para discutir a regularização fundiária nas várzeas, organizado pela Gerência de Patrimônio da União do Estado do Pará, articulada por Neuton Miranda que dirigia o órgão. Ao final deste mesmo ano foi lançado o II PNRA que reconhecia o ribeirão como sujeito de direitos, em especial, de regularização das terras tradicionalmente ocupada pelo grupo.

No ano seguinte foram instalados os primeiros PAEs nas ilhas Campompema e Tabatinga dando início ao processo de regularização fundiária, com a aplicação das portarias do INCRA criadas em 1996. O intervalo de oito anos entre a criação das portarias e sua efetiva aplicação, ao menos em nosso *locus* empírico, pode ser explicado a partir de dois aspectos. O primeiro deles pode estar associado ao grau de mobilização dos ribeirinhos e de articulação política que com maior capacidade de pressão, obrigou o INCRA a levar a termo uma norma que tinha à disposição para realizar a regularização fundiária. O segundo aspecto trata da política de reforma agrária orientada pelo mercado, tal como Leite e Medeiros observam:

Na realidade, as transformações provocadas por eventos oriundos, em boa medida dos resultados do Plano Real, “capturaram” as possibilidades de exercício de uma política setorial com um grau de autonomia mais elevado. Por exemplo, quando são feitas referências à queda no preço da terra como sintoma de degenerescência do poder político do latifúndio, é preciso lembrar que o comportamento do mercado de terras esteve ancorado numa questionável política monetária sustentada por juros extremamente altos, rebatendo no encarecimento do custo de desapropriação, ao indexar, por exemplo, a correção dos Títulos da Dívida Agrária (TDA) à taxa Selic.

As alterações, até certo ponto localizadas, sobre os ativos patrimoniais resultantes da política de assentamentos, não significaram necessariamente a falência e o esgotamento do

modelo baseado na desapropriação. Na realidade poderíamos afirmar o inverso, isto é, que esse modelo não foi sequer desenvolvido satisfatoriamente, uma vez que, em nome de um melhor gerenciamento estratégico e do caráter contratual do novo *modus operandi* da política do Novo Mundo Rural, o programa de desapropriações foi preterido em relação à reforma agrária “de mercado”. Por outro lado, o agravamento da situação econômica e, mais recentemente, do quadro social (com o conseqüente aumento do número de desempregados) rebateram diretamente na explosão da demanda por terras (MEDEIROS e LEITE, 2004: 19).

O modelo de reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso foi centrado na realização de empréstimos para que associações de produtores rurais constituídas para esse fim adquirissem terras para a formação de assentamentos com a contração de dívidas. Este modelo se mostrava incompatível com a necessidade de regularização fundiária do grupo, ainda que o montante destinado para desapropriação fosse menor por se tratarem de terras públicas em grande parte da área ocupada.

No ano seguinte à instalação dos primeiros PAEs foi lançado em 2005, por meio da Portaria 284/2005, o Programa Nossa Várzea pela SPU e que passou a concorrer com o INCRA como principal instrumento de regularização fundiária da população residente nas ilhas e várzeas. As duas políticas em questão acabavam por refletir as disposições político-partidárias de aliados no plano nacional para o atendimento dos ribeirinhos de Abaetetuba. Não obstante os dois partidos, PT e PCdoB, compartilharem o mesmo projeto político, as duas políticas de regularização fundiária concorriam na superação de metas de atendidos e aproximação maior junto aos ribeirinhos. Muito embora, a instalação dos PAEs propiciasse o acesso a recursos fundamentais de infraestrutura via PRONAF, nos dois casos, os limites das duas políticas se encontravam na emissão da CDRU. Tanto o INCRA quanto a SPU esbarravam na ausência de matrícula das terras para realização da transferência de domínio em favor dos ribeirinhos, por provavelmente se tratarem de terras devolutas, mesmo que dispusessem de registros em cartório.

Os anos de 2004, 2005 e 2006 foram o de pico da política de regularização fundiária conduzida pelo INCRA com 18 PAEs criados no período do total de 24 instalados em Abaetetuba. Como previsto pelas portarias, cada PAE deveria instituir uma associação com estatuto próprio de modo a organizar a representação dos assentados com o fim de encaminhar a gestão do território e estabelecer as prioridades no tocante à dotação de infraestrutura com a disponibilização de recursos do PRONAF.

Defendemos que nesse ponto as três trajetórias convergem, pois a formação das associações de PAEs exigida pela política fundiária, alçou a organização do grupo a outro patamar e ato contínuo, criou as condições para a afirmação da identidade ribeirinha. Dito de outro modo, com a assessoria da CPT cada associação passava a ter um CNPJ para que cada uma delas autonomamente encaminhasse a liberação de recursos do PRONAF. No entanto, faltava uma entidade que substituísse a AMIA no papel de representação política do grupo. Em 2006, após o congresso realizado nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, foi criado o MORIVA que era em grande medida reflexo e influência do reconhecimento dos direitos da população ribeirinha, tal como anotado no II PNRA. Com a criação do MORIVA, resultante da organização política dos ribeirinhos, tendo por base a criação de 24 associações chegou-se à convergência de modo mais evidente das três trajetórias articuladas na presente dissertação, mesmo obedecendo à lógicas e tempos históricos em princípio, distintos, contudo conectadas e se influenciando reciprocamente.

Segundo Cefai (2011) a associação é uma organização que atua no mundo político e para isso ela deve respeitar os repertórios de argumentação e motivação em consonância com uma certa gramática que traduza, técnica e politicamente os pleitos do grupo em face dos poderes públicos. A atuação do MORIVA e das lideranças das 24 associações guarda familiaridade com o quadro apresentado pelo autor:

Deve, para ser inteligível aos políticos e técnicos dos poderes públicos, produzir dados e análises com métodos de mensuração e de avaliação aceitáveis e ser regida por princípios de eficácia, racionalidade e previsibilidade (citê industrial). Deve também demonstrar que aceita as regulamentações dos serviços públicos, busca objetivos de interesse geral, respeita os circuitos hierárquicos de decisão e uma divisão funcional do trabalho e que não pretende substituir as instâncias oficiais para realizar ações públicas (citê administrativa). Além disso, deve se submeter a procedimentos de informação, de deliberação e de decisão os mais democráticos possíveis, tomando conta dos debates entre os membros e os permanentes da associação (citê cívica), sem incidir no paradoxo de que “maior eficácia e credibilidade implica em maior especialização técnica que, por sua vez, implica em menor participação popular” (CEFAI, 2011: 26).

Os anos seguintes à criação do MORIVA seriam de consolidação da hegemonia da entidade na representação política dos ribeirinhos e mobilização para o avanço na instalação da infraestrutura prevista para os PAEs, com a reivindicação dos recursos do PRONAF e sua efetiva aplicação. Além da busca por reconhecimento dos direitos específicos num plano mais geral, a demanda por serviços públicos e a emancipação dos assentamentos, por meio da emissão da CDRU passavam a fazer parte da pauta de pleitos dos ribeirinhos. Do ponto de vista interno, a falta de renovação dos quadros do movimento e superação do personalismo praticado pelas lideranças mais antigas, impedem o maior engajamento e aproximação de ribeirinhos mais jovens do movimento:

Com o MORIVA até agora a gente não tem nenhum tipo de contato, porque a FASE também não tem muito contato e eles nunca disseram que a gente tinha que estar em parceria com o MORIVA. Deve ser importantíssimo para a associação, mas até agora a gente não tem nenhum tipo de relação.

(...) o MORIVA eu não tenho muito conhecimento, mas eu creio que deve ser uma instituição ótima, porque a ilha daqui tem uma parceria muito boa, pelo o que eu vejo sobre projeto e é sempre o MORIVA que está na frente, que faz as coisas. É o que eu ouço dizer, mas eu não conheço a organização, mas eu creio que daqui pra frente a gente conheça e tenha uma parceria com eles (Morador do rio Pirocaba em entrevista ao autor em Setembro de 2015).

A reunificação do movimento ribeirinho, dividido até o momento de realização da pesquisa, entre MORIVA e MORIPA se constituía, de acordo com as entrevistas, em importante tarefa para reorganização política. Ao mesmo tempo, com a crescente pressão exercida pela mineradora Albrás-Alunorte para ampliação de instalações nas ilhas, coloca no centro da luta a questão fundiária que em tese estaria superada com a garantia da posse da terra, com os PAEs e os TAUS emitidos pela SPU, além do enfrentamento do aumento da poluição dos cursos d’água por conta do lançamento de resíduos. O aliciamento de ribeirinhos em dificuldades financeiras para que vendam terras para intermediários a serviço da mineradora, acabava por se tornar uma constante fonte de tensão e conflitos, muitas vezes silenciosos, entre os aliciados e lideranças do MORIVA que buscam manter a unidade e resistência do grupo frente a essa ameaça. O episódio que relatamos na introdução sobre a instalação de um “projeto” na ilha do Xingu mantém, provavelmente, relação com a pressão da mineradora para utilização das terras da região das ilhas. A falta de coleta do lixo produzido pelas casas, juntamente com lançamento de rejeitos industriais se constituem em principais problemas ambientais entre os ribeirinhos. Com o aumento da população da região das ilhas e conseqüentemente da geração de resíduos sólidos, por conta da falta de coleta, a queima, o despejo nos cursos d’água e a enterra são as principais formas de descarte, contribuindo para a aceleração do quadro de degradação ambiental.

A questão fundiária como mostrei no Capítulo I, foi resultado das sucessivas estratégias da metrópole e posteriormente no Império e República para subordinar o ordenamento territorial à exploração econômica e desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, ainda que os limites das terras públicas tenham sido previstos desde o regime das sesmarias, a gestão e fiscalização do uso tendiam

a variar de acordo com os interesses em questão para cada região, contribuindo para a formação do latifúndio e mercantilização das terras. Ou se constituíam segundo Thompson (1998) na interface entre a lei e a ideologia dominante. Nesse contexto, se conformava a ocupação de povos e comunidades tradicionais e outros sujeitos históricos naquelas porções de terra que não eram objeto de interesse econômico. Contudo, com a reversão desse quadro, operava-se a expulsão mediante violência ou a expropriação das terras com superexploração da força de trabalho dos ocupantes, tal como nos ciclos da seringa e cana em Abaetetuba, ou ainda funcionando num “equilíbrio entre paternalismo-deferência” que Thompson (1998) evoca para compreender a relação entre *gentry* e multidão.

No caso específico da nossa região de pesquisa, a indefinição sobre o registro das terras devolutas se mostrou central para a compreensão dos impasses das políticas de regularização fundiária dos ribeirinhos. Por se tratarem de porções de terras (terrenos de marinha e ilhas de águas interiores) pertencentes em tese à União, precisariam estar matriculadas na SPU para se caracterizar como bem público. Portanto, não seria possível a existência de títulos destas terras registrados em cartório, como se verificou nos processos de formação dos PAEs e emissão dos TAUS. Isso aconteceu em virtude da não utilização de porções de sesmarias concedidas e as lacunas que a cadeia de domínio deixava.

Por outro lado, a ocupação tradicional nas ilhas e várzeas é reconhecida desde o I PNRA, faltando, contudo, a articulação pelo Poder Executivo das normas disponíveis para a regularização da ocupação. Estas normas e a própria trajetória do grupo social pesquisado sugerem a influência mútua entre estrutura e a agência dos sujeitos, posto que a afirmação da identidade ribeirinha e o reconhecimento explícito do grupo nos documentos públicos estão ligados entre si. É o que revela, como exposto no Capítulo II, a adequação da metodologia de criação dos PAEs e disponibilização de recursos de modo adaptado as particularidades da região insular. Por seu turno, as sucessivas alterações na legislação que sustenta o Programa Nossa Várzea aperfeiçoaram a execução do Programa, tendo em vista a participação direta do grupo em sua formatação. Aproximamo-nos da formulação de justiça mais ampla nos termos empreendidos por Fraser (2007) por defendermos que as duas políticas analisadas não tratam exclusivamente do reconhecimento. Os riscos de um modelo baseado exclusivamente na identidade são descritos pela autora:

O modelo da identidade é profundamente problemático. Entendendo o não reconhecimento como um dano à identidade, ele enfatiza a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e da interação social. Assim, ele arrisca substituir a mudança social por formas intrusas de engenharia da consciência. O modelo agrava esses riscos, ao posicionar a identidade de grupo como o objeto do reconhecimento. Enfatizando a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa e autopoietica, ele submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo. Muitas vezes, o resultado é a imposição de uma identidade de grupo singular e drasticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos, a multiplicidade de suas identificações e as interseções de suas várias afiliações. Além disso, o modelo reifica a cultura. Ignorando as interações transculturais, ele trata as culturas como profundamente definidas, separadas e não interativas, como se fosse óbvio onde uma termina e a outra começa. Como resultado, ele tende a promover o separatismo e a enclausurar os grupos ao invés de fomentar interações entre eles. Ademais, ao negar a heterogeneidade interna, o modelo de identidade obscurece as disputas, dentro dos grupos sociais, por autoridade para representá-los, assim como por poder. Consequentemente, isso encobre o poder das facções dominantes e reforça a dominação interna. Então, em geral, o modelo da identidade aproxima-se muito facilmente de formas repressivas do comunitarismo (FRASER, 2007: 106-107).

Mesmo que a intenção dos gestores públicos fosse a de instituir políticas de regularização fundiária fundadas exclusivamente na identidade, ainda assim, elas se defrontariam com os próprios pleitos do grupo que extrapolam o viés das particularidades dos ribeirinhos. Ainda que a identidade

seja politicamente mobilizada para reivindicação de bens públicos, o que está em questão são demandas que não guardam lastro nas especificidades dos ribeirinhos de Abaetetuba, mas mobilizam direitos de cunho mais geral e o reconhecimento do grupo passa pelo atendimento delas. Tanto as políticas que aqui analisamos como a afirmação das identidades ribeirinha e quilombola podem ser entendidas por um lado como resultante da radicalização da modernidade e por outro pela organização política do grupo, até a entrada na cena pública do grupo em 1982. A estrutura delineada pelos dispositivos legais não determina autonomamente o desenrolar das políticas sobre o grupo social pesquisado, tampouco a experiência atua sem limites e contingências sobre a estrutura. A identidade ribeirinha em Abaetetuba é entendida em um plano mais geral em articulação com a conjuntura política favorável ao tema das identidades étnicas (GUIMARÃES, 2010) e no plano local foi percebida ao se levar em conta a trajetória particular da organização ribeirinha que mobilizou politicamente a identidade.

As entrevistas de campo sugerem a identidade do grupo não como um pressuposto, ou como algo que desde sempre esteve ali, integrando a paisagem das ilhas e várzeas. O caráter descontínuo da trajetória identitária, como exposto no Capítulo III, foi construído ao longo do tempo, conformando práticas sociais que evidenciamos com parte da literatura aqui mobilizada que relacionam deslocamentos e interações de diversos grupos no interior da Amazônia Legal, e pelas próprias fontes que os ribeirinhos de Abaetetuba produziram. E somam-se a estes fatores, as políticas públicas e seus efeitos que são resultado das respostas do Estado, ainda que insuficientes, às reivindicações coletivas. Em virtude dos limites da presente pesquisa, algumas lacunas precisarão ser preenchidas em investigações futuras. Estas tratam principalmente da obtenção de mais fontes para explorar o lapso temporal compreendido entre a formação de grande parte das comunidades e a chegada de padres adeptos da Teologia da Libertação nas ilhas e várzeas de Abaetetuba. Trata-se de um período de 120 anos história que exigiria um maior esforço de pesquisa de fontes de modo a obter elementos para descrever como se conformaram as comunidades nas ilhas e várzeas.

Ao mesmo tempo, a tarefa de descrever com mais detalhes a relação entre movimento social e política partidária, bem como as divergências com lideranças quilombolas exigiriam um maior número de entrevistas ou a formulação de outras perguntas com os mesmos entrevistados para explorar tais questões e abrindo, por sua vez, diferentes caminhos analíticos e contatos com outros informantes. Examinar detidamente a relação do grupo com a Igreja Evangélica Assembleia de Deus e outras entidades parceiras do MORIVA descrita no Capítulo IV, pode revelar aspectos que não foram explorados nesta pesquisa. Por fim, e não menos importante seria oportuno investigar os desdobramentos futuros da divisão entre MORIVA e MORIPA para a organização política dos ribeirinhos, assim como realizar mais entrevistas com representantes das duas entidades de modo a compreender melhor as razões políticas e pessoais desse episódio constitutivo da trajetória política do grupo que permanece em constante processo de “fazer-se”.

Em que pese a presente dissertação ser um dos raros registros que tiveram como objetivo, até onde as fontes permitem afirmar, examinar mais detidamente as trajetórias sociais e políticas dos ribeirinhos de Abaetetuba, cabe, como característico da produção do conhecimento científico, legar para aprofundamento em pesquisas posteriores, os dados que aqui organizamos e os sentidos que, em caráter provisório, impusemos para eles.

6 BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (2010), “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum”. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. DELGADO, Nelson Giordano (coord.) Brasil Rural em Debate: Coletânea de Artigos. Brasília, CONDRAF/MDA, pp. 137-213.
- _____. (2007), “Apresentação”. In: SHIRAIISHI NETO, J. (org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus, UEA, pp. 09-17.
- _____. (2004), “Amazônia: a dimensão política dos ‘conhecimentos tradicionais’”. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas, v. 1, pp. 11-40.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. (2000), Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. Paper do NAEA, Belém, n. 153, pp. 01-26.
- ACEVEDO MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. (1998), Negros do Trombetas. Belém, CEJUP.
- ANDERSON, Scott Douglas. (1991), “Engenhos na várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia”. In: LENA, P.; OLIVEIRA, A. E. de. (Org). Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 101-121.
- ALONSO, Angela et al. (2009), “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. Lua Nova, v. 76, pp. 49-86.
- ARAMBURU, Mikel. (2003), “Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, pp. 82-99.
- AZEVEDO, João L. de. (1901), Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão.
- BECK, Ulrich. (2010), Sociedade de risco: rumo a uma nova modernidade. São Paulo, Editora 34.
- BENATTI, José Heder; SURGIK, Ana Carolina Santos; TRECCANI, Girolamo Domenico et al. (2005), A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus, Edições Ibama / ProVárzea.
- BERMAN, Marshall. (2007), Tudo que é sólido desmancha no ar. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. (2010), Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos. Coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília, CONDRAF/MDA,
- BRUNO, Regina. (1995), “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 4, pp. 5-31.
- CANDIDO, Antônio. (1964), Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

- CARDOSO, Adalberto M. A. (2010), *Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- CARDOSO, Patrícia de Menezes. (2010), *Democratização do acesso à propriedade pública no Brasil: função social e regularização fundiária*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CARVALHO, José Porfirio Fontenele. (1982), *Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada*. JPF de Carvalho.
- CASTRO, Edna (2007), “Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteiras”. *Novos Cadernos NAEA*, v. 10, n. 2, pp. 105-126.
- _____. (2004), “Terras de preto entre igarapés e rios”. *Anais do II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba/SP.
- _____. (1989), “Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade”. *Cadernos NAEA*, n.10, pp 41-70.
- CEFAÏ, D. (2013), “L’expérience des publics: institution et réflexivité. Sur la sociologie des problèmes publics”. *EspacesTemps.net*, online. Disponível em: <http://www.espacestemp.net/articles/l'experience-des-publics-institution-et-reflexivite/>
- _____. (2011), “Como Uma Associação Nasce Para O Público: Vínculos Locais e Arena Pública em Torno da Associação La Bellevilleuse, em Paris”. In CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis (org.). *Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, pp. 67-102.
- _____. (2009), "Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva". *Dilemas*, n. 2, v.4, pp. 11-48.
- _____. (2003), “¿Que es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático”. In CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, I. (coord.). *L’heritage du pragmatisme. Conflits d’urbanite et epreuves de civisme (La herencia del pragmatismo. Conflictos de urbanidad y pruebas de civismo)*, La Tour d’Aigues. França, Editions de l’Aube.
- COELHO, Mauro Cezar (2006), “O Diretório dos Índios e as chefias indígenas: uma inflexão”. *Revista Campos*, n. 7, v.1, pp. 117-134.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. (2014), *Conflitos no Campo – Brasil 2013*. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin [Goiânia]. Brasil, CPT Nacional.
- _____. (2013), *Conflitos no Campo – Brasil 2012*. Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin [Goiânia]: Brasil, CPT Nacional.
- _____. (2009), *Cartilha Memória e Revitalização Identitária: ribeirinhos e ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba*. Ananindeua-PA, CPT Região Guajarina.
- _____. (2006). *Os pobres possuirão a terra (Sl 37,11): pronunciamentos de bispos e pastores sinodais sobre a terra*. São Paulo, Paulinas; São Leopoldo, Editora Sinodal, CEBI – Centro de Estudos Bíblicos.

- _____. (2006), Cartilha Memória e Revitalização Identitária: ribeirinhos e ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba. Ananindeua-PA, CPT Região Guajarina.
- COSTA, Rita de Cássia Pereira da. (2008), Como uma Comunidade: formas associativas em Santo Antônio/PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará.
- COSTA, Sérgio. (2002), “A Construção Sociológica da Raça no Brasil”. Estudos Afro-Asiáticos, n.1, pp .35-62.
- _____. (1994), “Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. Uma Abordagem Tentativa”. Novos Estudos CEBRAP, n. 38, pp. 38-52.
- _____; WERLE, Luís Denílson. (1997), “Reconhecer as Diferenças: Liberais, Comunitaristas e Relações Raciais no Brasil”. Novos Estudos CEBRAP, n. 49, pp. 159-178.
- COUDREAU, Henri. (1897), Voyage au Tocantins - Araguaya: 31 décembre 23 mai 1897. Paris, A. Lahure, Imprimeur-Editeur.
- CRUZ, Valter do Carmo. (2011), Lutas Sociais, Reconfigurações Identitárias e Estratégias de Reapropriação Social do Território na Amazônia. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- DA CUNHA, Euclides. (2003), Amazônia, um paraíso perdido. Manaus, Editora Valer.
- DAGNINO, E. (2002), “Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: _____.(org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, pp. 279-301.
- DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio. 2011 “Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismos dos atores”. Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 2, 2011, pp. 431-472.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; ARRUDA, Rinaldo (Orgs.). (2001), Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília, Ministério do Meio Ambiente.
- DOMINGUES, José Maurício. (1999), “Desencaixes, Abstrações e Identidades”. Revista USP, n.42, pp. 20-33.
- EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. (1996), “Crise e rearticulação das oligarquias no Pará”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 40, pp. 51-68.
- _____. (1988), A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA.
- ESTERCI, Neide. (1987), Conflito no Araguaia (peões e posseiros contra a grande empresa). Petrópolis, Vozes.
- _____. (1979) “Peonagem na Amazônia”. Dados. Rio de Janeiro, n. 20, pp. 125-129.

- FAORO, Raymundo. (2008), Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Editora Globo.
- FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. (2013), Gênero de vida ribeirinho na Amazônia: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém.
- FLEURY, Renato Ribeiro. (201), Reforma Agrária e Estrutura Fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Dissertação de Mestrado. UNESP Araraquara.
- FRASER, Nancy. (2007), “Reconhecimento sem ética? Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, Brasil”. Lua Nova, n. 70, pp. 101-138.
- FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. (2012), Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. 2ª edição. São Paulo, Annablume.
- _____; PEREIRA, Henrique S.; WITKOSKI, Antônio Carlos (Ed.). (2011), Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus, Reggo.
- FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. (2009), “O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade”. Cienc. Cult. [online], vol.61, n.3, pp. 30-32. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300012&lng=pt&nrm=iso>.
- FREYRE, Gilberto. (2013), Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. (2006), “Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar”. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., vol.1, n.2, pp. 159-172.
- GIDDENS, Anthony. (2003), A Constituição da Sociedade. São Paulo, Editora Martins Fontes.
- _____. (2000), Dualidade da Estrutura: agência e estrutura. Oeiras, Celta Editora.
- _____. (1991). As Consequências da Modernidade. São Paulo, Editora UNESP.
- GOHN, Maria da Glória. (1997), Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo, Loyola.
- GOMES, Flavio dos Santos. (2015), Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo, Editora Claro Enigma.
- _____. (2006), ““No labirinto de rios, furos e igarapés’: camponeses negros, memórias e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX e XX”. História Unisinos, v. 10, n.3, set/dez, pp. 281-292.
- GONÇALVES, Renato. (2012), Entre princípios missionários e demandas de assentados: a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes - RJ. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. (2013), O posseiro da fronteira. Belém, Editora Paka-Tatu.

- _____. (2009), “Organizações rurais e camponesas no estado do Pará”. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1, pp. 117-137.
- GIUGNI, Marco; MCADAM, Doug; TILLY, Charles (Ed.). (1999), How social movements matter. Minnesota, U of Minnesota Press.
- GUIMARÃES, Alice Soares. (2010), A reemergência de identidades étnicas na modernidade: movimentos sociais e estado na Bolívia contemporânea. Rio de Janeiro, IESP-UERJ.
- HALL, Stuart. (2003), A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Editora.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. MOREIRA, Edma Silva. (2002), Políticas Públicas e Acesso à Terra no Estado do Pará: o desafio da criação de um campesinato autônomo na fronteira (1995-2002), Relatório de Pesquisa. Belém.
- HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, R.; LEITE, Sergio. (2002), “Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil”. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 18, pp. 73-111.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. (2010), Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.
- HONNETH, Axel. (2003), Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34.
- IANNI, Octavio (1979), A Luta pela terra: histórica social da terra e de luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis, Vozes.
- INCRA. (1996), Conceito e Metodologia Para Implantação dos Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas. Brasília, INCRA.
- IPEA. (2015), Relatório Territorial de Belém Abaetetuba. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, Ipea.
- JONES, Alberto da Silva. (2002), “Reforma Agrária e Direito de Propriedade”. In: Molina, M. C. et al (orgs.). Introdução Crítica ao Direito Agrário. Brasília, UNB.
- LACERDA, Paula. (2014), Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação. Rio de Janeiro, E-Papers.
- _____. (2013), “Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, n. 1, pp. 153-168.
- LEAL, Pedro F. (2010), “Colonização dirigida na Amazônia: os malabarismos do dirigismo estatal e os parceiros em descompasso com a lei - o caso do Projeto de Assentamento Rio Juma (AM)”. Paper apresentado no VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.
- LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. (2002), História e narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — ICHS/CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ).
- LIMA, Deborah. (1999), “A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico”. Novos Cadernos NAEA, v.2, n.2, pp.5-32.

- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM.
- LIMA, Ruy Cirne. (1988), *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Brasília, ESAF.
- LITTLE, Paul E. (2002), *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia, n. 322. Brasília, Departamento de Antropologia (UnB).
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo A. (2005), “A Questão Fundiária na Amazônia”. *Estudos Avançados*, v. 19, pp. 77-98.
- MAGALHÃES, Couto de. (1902), *Viagem ao Araguaya*. São Paulo, Espindola, Siqueira & Comp.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. (2010), “As ideias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central”. *Dados*, v. 53, pp. 621-655.
- MAIA, Rosane de Oliveira. (2011), *A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará*. Dissertação de mestrado, UFPA/NAEA, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém.
- INSTITUTO POLIS; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SPU (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP). (2006), *Manual De Regularização Fundiária Em Terras da União*, Brasília.
- MARTINS, José de Souza. (2012), *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Contexto.
- _____. (1986), *O cativo da terra*. Petrópolis, Editora Hucitec.
- _____. (1981), *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Vozes.
- MARQUES, Jane Aparecida; MALCHER, Maria Ataíde. (2009), *Regularização territorial: a regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra*. Belém, Iterpa.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. (2010), “‘Comunidades’ no sentido social da evangelização: CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira”. *Religião & Sociedade*, v. 30, n. 2, pp. 13-37.
- _____. (2005), “Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião”. *Estudos avançados*, v. 19, n. 53, pp. 259-274.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. (2009), “Para mapear o confronto político”. *Lua Nova*, n.76, pp. 11-48.
- MCGRATH, David Gibbs. (1999), “Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional”. *Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, pp. 57-72.
- _____; DA GAMA, Antônia Socorro Pena. (2005), “Estudo de áreas comunitárias na Várzea Amazônica nos municípios de Santarém-PA, Silves-AM e Tefé-AM”. *A Questão Fundiária e o*

- Manejo dos Recursos Naturais da Várzea: Análise para Elaboração de Novos Modelos Jurídicos, pp. 34-56.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (2015), “Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões”. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio do Sul, pp. 339-360.
- _____. (2012), “Movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas”. Revista Mundos do Trabalho, v. 4, p. 7-31.
- _____. (2004), “As novas faces do rural e a luta por terra no Brasil contemporâneo”. Nômadias (Santafé de Bogotá), v. 20, pp. 210-219.
- _____. (1996), “Dimensões Políticas da Violência no Campo”. Tempo, Ano 1, n. 1, pp. 126-141.
- _____; LEITE, Sérgio Pereira. (2004), “Marchas e contramarchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)”. In: INESC (org.). A era FHC e o governo Lula: Transição?. Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMAN, Silvia Aparecida (2014), “Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas”. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 4, pp. 117-142.
- MELUCCI, Alberto. (2005), "Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva". In: Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, p. 23-45.
- _____. (1994), “Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista a L. Avritzer e T. Lyra”. Novos Estudos Cebrap, n. 40, pp. 152-166.
- _____. (1989), “Um objetivo para os movimentos sociais?”. Revista Lua Nova, n. 17, pp. 49-66.
- MENEZES, Thereza. (2010), “De Caboclos Ribeirinhos a Povos Tradicionais: Mobilização e Novas Identidades Sociais no Sul do Amazonas”. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político, Curitiba.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. (1998), Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX. Rio de Janeiro, Vício de Leitura.
- NAHUM, João Santos. (2011), “De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense”. Campo-Território: Revista De Geografia Agrária, v. 6, n. 12, pp. 79-103.
- NEVES, Delma Pessanha. (2008), Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- _____. (2009), “Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional”. Novos Cadernos NAEA, v.1, n.12, pp. 67-92.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (2011), “Produção do Território na Várzea do Baixo Amazonas”. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, pp. 239-255.

- _____. (2005), “A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas”. *Diversidade socioambiental nas várzeas dos Rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*, pp. 207-264.
- OLIVEIRA, Assis da Costa. (2013), “Direitos e/ou povos e comunidades tradicionais: noções de classificação em disputa”. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, v. 27, pp. 71-85.
- OLIVEIRA, Adélia. (1998), “Amazônia: Modificações Sociais e Culturais Decorrentes do Processo de Ocupação Humana (Séc. XVII Ao XX)”. Belém, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, pp. 65-115.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (2001) “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária”. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, pp. 185-206.
- PAIVA, Vanilda (org.). (1985), *Igreja e Questão Agraria*. São Paulo, Edições Loyola.
- PALMEIRA, Moacir. (1978), “Prefácio”. In LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro, Terra e Paz.
- PARÁ. (2011), *Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – ocupação e uso do território, federalização territorial e recursos naturais*. Coordenado por Lúcia Cristina Andrade. Belém, IDESP.
- PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. (2010), “Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação”. *Desenvolvimento e Meio ambiente (UFPR)*, v. 22, pp. 37-50.
- PEREIRA, Denison da Silva. (2014), *Dinâmica socioespacial em comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba-PA*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Belém.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. (2001), *Escravidão, Fuga e a Memória de Quilombos na Região do Tocantins-Pará*. Projeto História (PUCSP), v. 22, pp. 333-342.
- PNCSA. (2009), *Nova cartografia social da Amazônia: ribeirinhos e ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural*. Coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Manaus: UEA Edições.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2012), *Amazônia, Amazônia*. São Paulo, Contexto.
- POTIGUAR JUNIOR. Petrônio Lauro Teixeira. (2007), “Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará”. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* vol.2, n.3, pp. 51-62.
- PRADO JR, Caio. (1961), *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- SALLES, Vicente. (1971), *O Negro no Pará sob Regime de Escravidão*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Belém, UFPA.
- SANTOS, Sandra Costa dos. (2004), *Cabanagem: crise política e situação revolucionária*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.

- SAUER, Sérgio. (2005), *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Goiânia, CPT; Rio de Janeiro, Justiça Global; Curitiba, Terra de Direitos.
- SCHWARCZ, Lilian. (2014), *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870/1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCOTT, James C. (2002), “Formas cotidianas da resistência camponesa”. *Revista Raízes*, v. 21, n. 1, pp. 10-31.
- SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO. (2006), *Manual de regularização fundiária em terras da união*. Coordenação de Nelson Saule Júnior; Mariana Levy Piza Fontes. São Paulo, Instituto Pólis; Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- SIGAUD, Lygia. (2004). “Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil”. *Cuad. antropol. soc.* n.20, pp. 11-23.
- SILVA, Aurimar F. V. da (2008), *Estratégias de Sobrevivência dos Povos das Águas: Projeto Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Ilha Quianduba, Município de Abaetetuba, Pará*. Monografia de conclusão de curso. III Curso De Especialização Em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Pará. Belém.
- SILVA, Ligia Osório. (1996), *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas, UNICAMP.
- SODRÉ, Maria Lucia da Silva. (2010), “População tradicional ribeirinha e política de reforma agrária: um olhar sobre o Agroextrativista São Francisco PASE-SF”. Paper apresentado no IV Encontro Da Rede De Estudos Rurais: Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores Em Reconhecimento Político, Paraná.
- SOUZA, Celina. (2006), “Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura”. *Sociologias (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 8, n.16, pp. 20-45.
- STELLA, Thomas Henrique de Toledo. (2009), *A integração econômica da Amazônia (1930-1980)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia – Campinas, SP.
- SURGIK, Ana Carolina Santos. (2005), “Estudo jurídico para a várzea amazônica”. In: BENATTI, José Helder et al. *A Questão Fundiária e o Manejo dos Recursos Naturais da Várzea: Análise para Elaboração de Novos Modelos Jurídicos*. Manaus, Edições Ibama / ProVárzea.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (1995), “A violência como dispositivo de excesso de poder”. *Sociedade & Estado*, Brasília, UnB, n. 10, v.2, pp. 281- 298.
- TARROW, Sidney. (2009), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes.
- THOMPSON, E. P. (2004), *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1998), *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras.

- _____. (1981), *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- TOCANTINS, Leandro. (1988), *O Rio Comanda a Vida: Uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro, Editora Record.
- TORRES, Maurício Gonsalves. (2008), *A Beiradeira e o Grilador: ocupação e conflito do oeste do Pará*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – FFLCH-USP, São Paulo.
- _____. (2012), *Terra Privada Vida Devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará*. Tese de Doutorado em Geografia Humana – FFLCH-USP, São Paulo.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. (2006), *Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA, Belém, UFPA.
- _____. (2005), *Identificação e análise dos diferentes tipos de apropriação da terra e suas implicações sobre o uso dos recursos naturais renováveis da várzea amazônica no imóvel rural, na área de Gurupá*. Manaus, ProVárzea.
- VARELA, Laura Beck. (2005), *Das Sesmarias à propriedade moderna: um estudo de história do direito brasileiro*. Rio de Janeiro, Renovar.
- VELHO, Otávio Guilherme. (1972), *Frentes de Expansão e estrutura agrária. Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- VERISSIMO, José. (1887), “As populações indígenas e mestiças da Amazonia”. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo L, Parte Primeira, Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C, pp. 295-390. Disponível em http://biblio.etnolinguistica.org/verissimo_1887_populacoes [acessado em 15/04/2015].
- WAGLEY, Charles. (1977), *Uma Comunidade Amazônica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- WEBER, Max. (2000), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- WITKOSKI, Antonio Carlos. (2007), *Terras, florestas e águas de Trabalho: os camponeses Amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus, EDUA.

FONTES PRIMÁRIAS E DOCUMENTOS:

BRASIL, Lei do Diretório dos Índios de 06 de junho de 1755.

BRASIL, Lei Nº 601 de 18 de Setembro de 1850;

BRASIL, Decreto Nº 1.318 de 30 de Janeiro de 1854.

BRASIL, Decreto Nº 6.129 de 23 de Fevereiro de 1876.

BRASIL, Constituição Federal de 1891.

PARÁ, Decreto Nº 410 de 08 de outubro 1891.

BRASIL, Lei Nº 2.083 de 30 de Julho de 1909.

BRASIL, Decreto Nº 22.250 de 23 de Dezembro de 1932.

BRASIL, Decreto - Lei Nº 5.878 de 4 de Outubro de 1943.

BRASIL, Constituição Federal de 1946.

BRASIL, Decreto - Lei Nº 9.760 de 5 de Setembro de 1946.

BRASIL, Lei Nº 1.806 de 6 de Janeiro de 1953.

BRASIL, Lei Nº 2.597 de 5 de Julho de 1955.

BRASIL, Emenda Constitucional Nº 10 de 9 de novembro de 1964.

BRASIL, Lei Nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964.

BRASIL, Decreto-Lei Nº 1.094 de 17 de Março de 1970.

BRASIL, Decreto - Lei Nº 1.110 de 9 de Julho de 1970

BRASIL, Decreto - Lei Nº 1.164 de 1º de Abril de 1971.

BRASIL, Lei Nº. 6.383 de 7 de Dezembro de 1976.

BRASIL, Lei Nº 6.634 de 2 de Maio de 1979.

BRASIL, I Plano Nacional de Reforma Agrária - 1985.

BRASIL, Portaria INCRA Nº 627 de 30 de Julho de 1987.

BRASIL, Decreto-Lei Nº 2.375 de 24 de Novembro de 1987.

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

OIT, Convenção Nº 169 de 7 de Junho de 1989.

BRASIL, Portaria IBAMA Nº 22 de 10 de Fevereiro de 1992.

BRASIL, Portaria INCRA Nº 268 de 23 de Outubro de 1996.

BRASIL, Portaria INCRA Nº 269 de 23 de Outubro de 1996.

BRASIL, Lei Nº 9.985 de 18 de Julho de 2000.

BRASIL, II Plano Nacional de Reforma Agrária - 2003.

BRASIL, Decreto (s/nº) de 11 de Setembro de 2003.

BRASIL, Decreto Nº 5.051 de 19 de Abril de 2004.

BRASIL, Portaria SPU Nº 284 de 14 de Outubro de 2005.

BRASIL, Decreto Nº 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007.

BRASIL, Lei Nº 11.481 de 31 de Maio de 2007.

BRASIL, Portaria Nº 100 de 3 de Junho de 2009.

BRASIL, Lei Nº 11.952 de 25 de Junho de 2009.

BRASIL, Portaria ICMBio Nº 78 de 03 de Setembro de 2009.

BRASIL, Portaria SPU Nº 89 de 15 de Abril de 2010.

BRASIL, Lei Nº 12.512 de 14 de Outubro de 2011.